

HILÁRIO FIGUEIREDO PEREIRA FILHO

GLÓRIAS, CONQUISTAS, PERDAS E DISPUTAS:

as muitas máscaras dos carnavais de rua em Belo Horizonte

(1899 – 1936)

**Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Belo Horizonte
Abril 2006**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

HILÁRIO FIGUEIREDO PEREIRA FILHO

**GLÓRIAS, CONQUISTAS, PERDAS E DISPUTAS:
as muitas máscaras dos carnavais de rua em Belo Horizonte
(1899 – 1936)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Fafich/UFMG - Linha de Pesquisa: História Social da Cultura - como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Regina Helena Alves da Silva

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Belo Horizonte
Abril 2006

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História

Dissertação de Mestrado avaliada pela seguinte
banca examinadora de professoras:

Profa. Dra. Regina Helena Alves da Silva (Orientadora)
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Profa. Dra. Maria Clementina Pereira Cunha
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Profa. Dra. Regina Horta Duarte
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

As reticências são os três primeiros passos do pensamento que continua por conta própria o seu caminho.

Mário Quintana

Agradecimentos:

Eis a parte mais importante dessa dissertação! Afirmando isso com um largo sorriso na face, convicto de que sem vocês eu não me sentiria tão feliz como agora... Muito obrigado mesmo! Apesar dessas palavras se localizarem nas primeiras páginas do presente trabalho, decidi escrevê-las por último, muito no sentido de metaforizarem o fechamento de mais uma etapa da minha vida. Vocês foram decisivos para que esse meu sonho se realizasse! Tenho plena convicção de que as próximas palavras serão limitadas para expressarem meus sentimentos, porém é com enorme alegria que eu posso afirmar que...

Mamãe e papai foram imprescindíveis como sempre, já que me deram todo o apoio necessário: amor, lar, valor, respeito, vida, exemplo, dedicação... Minha mãe que desde criança me estimulou a estudar, sentava-se comigo todas as manhãs para fazer os longos exercícios da escola, lembra? Você também me inspirou a escolher acertadamente o ofício de professor: pode ter certeza que eu terei você como grande exemplo no meu futuro cotidiano escolar (vamos torcer para dar certo!). Meu pai me marcou pelo acurado gosto no tratamento da língua portuguesa: livros, dicionários e escrita sempre fizeram parte do seu universo; ainda hoje tiro muitas dúvidas com você, não é mesmo? Enfim, este pequeno trabalho que agora eu apresento é uma homenagem às duas pessoas que eu mais prezo na minha vida, eternos pilares ontem, hoje e para sempre... Eu amo vocês, mamãe e papai!

A Jô é uma irmã que qualquer um desejaria ter: inteligente, autônoma, criativa, carinhosa, conselheira... Logo conquista a amizade das pessoas; também com um coração desse tamanho, quem não vai querer se aproximar dela? Você é uma pessoa em quem eu sempre vou confiar e ouvir para as minhas decisões e, durante a gestão desse trabalho, foi fundamental mais uma vez: o constante interesse, a apresentação no 'power point' e as infindáveis ajudas nos períodos mais críticos. Obrigado também por sempre confiar e

valorizar a minha participação no Memória; tenho muita sorte de poder contar com você ao meu lado – lembra da nossa conversa e do testemunho que fez para mim? Já a Glorinha representa a irmãzinha que eu perdi sem mesmo ter a oportunidade de conhecê-la. Como consegui mudar as nossas vidas para melhor! Você é a alegria da nossa casa! Parece entender tudo aquilo que sentimos, só falta falar, hein Gogó? Companheira nos momentos mais difíceis, você está presente nas simples ocasiões que me deixam profundamente feliz: caminhadas e corridas, brincadeiras, recepções calorosas, viagens e descansos no sofá integram o nosso cotidiano de confiança e carinho mútuos.

A Lu é uma mulher no sentido pleno da palavra: linda, companheira, amiga, convicta dos seus ideais femininos. Todos os dias da nossa convivência aprendo algo a mais; você marcará a minha vida para sempre! Além disso, você teve que aturar todos os meus defeitos e as minhas eternas lamentações durante esses dois anos de mestrado. Luciana foi também minha co-orientadora no transcorrer dos meus estudos; leu com enorme cuidado todos os meus textos e foi sempre uma grande interlocutora. Lulu, independentemente dos cursos que as nossas vidas tomarão daqui para frente, você estará gravada no fundo do meu coração: te amo! Aproveito a oportunidade para agradecê-la por me apresentar uma família tão bacana: Cabo Frio, Niterói, Rio de Janeiro e Salvador foram locais que revigoraram minha alma quando estava cansado. Como adorei os nossos passeios e as companhias sempre acolhedoras dos seus pais, irmãos, avós, tios e primos; uma atenção especial a Helena, cujas palavras centradas e equilibradas me deram força ainda no pré-projeto, isso sem contar nas nossas inúmeras, profundas e agradáveis conversas sobre o mestrado e sobre a vida...

Minha família do Sul de Minas consiste em um capítulo à parte, já que sempre se revela como muito divertida, alegre e espontânea, além de serem uma extensão da minha casa. Todos vocês, cada um com as suas respectivas características, souberam contribuir (mesmo

sem saber disso) para a execução deste trabalho. Já o Humberto representa o início de outro vínculo familiar bastante forte: admiro muito você, por tudo! Fico muito tranqüilo e seguro contigo; obrigado por fazer a minha irmã feliz, valeu mesmo! Tia Márcia me presenteou com um lindo livro de carnaval, além de me acolher tão bem, juntamente com a sua família, durante alguns dias para um congresso no Rio.

Quanto aos meus laços de amizade, apesar de não ter muitos amigos, asseguro que tive muita sorte em conhecer pessoas tão especiais. Ricardo é muito mais do que um amigo que tenho desde os três anos de idade, para sempre será meu irmão! Esse cara se preocupa demais comigo, até emprego ele corre atrás para mim... Além de fazer o 'abstract' da dissertação, as nossas diárias conversas foram fundamentais para quebrar a solidão das tardes de estudo. Márcio, com as suas singularidades, também contribuiu bastante: bate-papos, papos-cabeça, risadas e uma convivência de um ano foram marcantes; ótimas sugestões depois da qualificação, além do constante interesse pelo encaminhamento do projeto. Sem o Rajão eu acho que estaria ainda levantando fontes nos arquivos: poxa, cara, como você me ajudou! Leitor muito qualificado, sempre suas considerações sobre Belo Horizonte foram importantes para as minhas reflexões. Com o João Paulo eu tenho um carinho imenso: amigo para todas as horas, parceiro nos trabalhos, admiro demais a sua garra para correr atrás das coisas... Para você não existe tempo ruim, por isso eu sei que posso contar sempre contigo! Breno, Cornélio, Dudu e Ousmane também merecem toda a minha consideração, já que em vocês eu encontrei muita amizade e apoio nas diferentes situações. Agradeço também aos colegas do Mestrado, da Fafich, do Sagrado e da turma da Lu: obrigado mesmo, galera!

A todos os meus alunos do segundo semestre de 2005 ofereço a minha eterna gratidão: vocês contribuíram em vários sentidos! Apesar de me referir a vocês como uma turma, tenham a certeza que eu sempre lembrarei das especificidades de cada um; diálogos,

perguntas, questionamentos, novos olhares... Para mim, o nosso curso será inesquecível; aprendi demais com todos vocês! Aos professores da Fafich sou muito grato a Lena pela “liberdade”; a Regina Horta e a Thais Pimentel pelas cuidadosas leituras na qualificação; a Eliana Dutra pela solicitude de sempre e pelo exemplar amor à história; ao José Carlos Reis pelas dicas que amadureceram o projeto; ao Villalta pela constante valorização do ensino de história; e, novamente, a Regina Horta por ter me apresentado a professora Patrícia Araújo, pelos conselhos quanto às possíveis publicações desse trabalho e pela importante participação na minha banca, além das sugestões decisivas na qualificação. Já a professora Maria Clementina sempre foi muito solícita em seus e-mails (sem mesmo me conhecer), além da sua marcante presença na defesa ser uma grande honra para mim. Mônica Velloso pelas dissertações fornecidas e Patrícia Araújo pelas apresentações nos congressos. Magda, nem tenho palavras para agradecê-la: presteza, educação, agilidade e iniciativa sempre foram as marcas do seu atendimento. A Adriana do Museu Histórico Abílio Barreto por me receber tão bem e revelar vários atalhos em meio ao emaranhado de documentos.

Ao Grupo Memória Arquitetura pela grande valorização ao meu trabalho; gostaria de reiterar toda a minha satisfação em poder desenvolver projetos tão bacanas com vocês: escritas de artigos, inventário das festas, viagens pelas Gerais, encontros diversos, comemorações de aniversários... Fica aqui uma pequena homenagem ao Alexandre, a Jô, a Patrícia e a Vivi pelo prazer que vocês me proporcionam em trabalhar com o inesgotável universo das cidades... Estendo meus cumprimentos a todos os estagiários e membros dessa grande equipe de novos talentos. Por fim, mas não menos importante, gostaria de destacar a minha querida professora Alessandra: paciente, dedicada, persistente e incentivadora desenvolve um lindo projeto comigo e realizou um antigo sonho. Com a sua incomparável companhia, pude finalmente aprender que ‘no fundo, a vida vale muito mais a pena...’

Resumo:

A pesquisa volta-se para o estudo do carnaval da cidade de Belo Horizonte entre os anos de 1899 a 1936. Apesar de existirem discursos pretensamente elegantes e civilizados para a realização das manifestações carnavalescas na recente capital mineira, pode-se notar a presença de variadas expressões culturais desses festejos de rua. Nessa medida, serão privilegiados os embates, as tensões e os acordos que se estabeleciam entre o modelo de carnaval almejado e a multiplicidade de sentidos que emergiam das festas.

Para além de um simples antagonismo de visões polarizadas, a proposta geral se fundamenta em perceber como esses variados posicionamentos com relação às festividades foram sendo construídos e resignificados pelos diferentes atores sociais: integrantes dos clubes carnavalescos, representantes dos poderes públicos, cronistas, literatos, boêmios, estudantes e simples trabalhadores eram alguns dos que teciam novos sentidos dinâmicos ao carnaval. Significados estes que permeavam o viver cotidiano da cidade, revelando muito das facetas políticas, sociais e culturais dos belo-horizontinos.

Abstract:

This work studies the carnival of the city of Belo Horizonte in the period 1899-1936. Although there were supposedly elegant and civilized discourses about carnival at the new-born capital of Minas Gerais, one could notice the existence of a wide range of cultural expressions on these street festivities. Hence, the research focus on the oppositions, tensions and the agreements involving the desired model of carnival and the multiplicity of meanings that emerged in the party.

However, further than simply pointing out an antagonism of dichotomist perspectives, our proposal aims to notice how these diverse points-of-view about the festivities were built and constantly re-signified by several social actors: members of carnival clubs, government representatives, chroniclers, writers, loafers, students, and works were some examples of actors that added new meanings of the symbolic dynamics of carnival. These meanings traversed Belo Horizonte's quotidian, revelation its political, social and cultural life.

Principais abreviaturas utilizadas no trabalho:

APCBH – Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

APM – Arquivo Público Mineiro.

FAFICH – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

MHAB – Museu Histórico Abílio Barreto.

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais.

Observação: As transcrições dos documentos foram atualizadas com a finalidade de facilitar as leituras posteriores.

Sumário:

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I: NOS PALCOS DAS CIDADES, O VIVER COLETIVO DAS FESTAS.....	29
RUAS URBANAS: A SIMBOLOGIA VIVA DAS CIDADES	33
NO LIMIAR DO SÉCULO XIX, OS PLANOS DE UMA CIDADE MODERNIZADORA:	38
BREVE PERCURSO PELAS RUAS BELO-HORIZONTINAS	47
AS FESTAS COMO PROTAGONISTAS DA CIDADE.....	54
HISTÓRIAS DE MUITOS OUTROS CARNAVAIS.....	63
ÚLTIMOS PREPARATIVOS PARA AS FOLIAS MOMESCAS.....	73
CAPÍTULO II: EM MEIO AOS HORIZONTES DA NOVA CAPITAL MINEIRA, OS SONHOS DE UM CARNAVAL ELEGANTE E CIVILIZADO.....	83
AS SOCIEDADES CARNAVALESCAS EM MEIO AO TECIDO URBANO DE BELO HORIZONTE:	88
TENTATIVAS DE ORDENAMENTO NO MUNDO FESTIVO DA CAPITAL MINEIRA:	96
ABRAM ALAS PARA OS CLUBES DE CARNAVAL!.....	102
PEQUENO MERGULHO NO UNIVERSO CARNAVALESCO:	111
QUE SEJAM BANIDAS AS PRÁTICAS FESTIVAS DESPOLIDAS!	123
CAPÍTULO III: ABRAM ALAS PARA OS OUTROS CARNAVAIS! CONFLITOS E NEGOCIAÇÕES CULTURAIS NAS RUAS DE BELO HORIZONTE.....	137
ENTRE CONFLITOS E MEDIAÇÕES, A COEXISTÊNCIA DAS FORMAS CARNAVALESCAS:	150
NAS FACES ANÔNIMAS DOS FOLIÕES, A POLIFONIA DE SIGNIFICADOS DO CARNAVAL:	172
POR UM CARNAVAL POLITICAMENTE ENGAJADO!	185
ANTES QUE CHEGUE A QUARTA-FEIRA DE CINZAS.....	204
FONTES E BIBLIOGRAFIA	210

INTRODUÇÃO:

Fevereiro de 2006. Sol quente, céu claro e uma leve brisa integram o cenário de 33° C. Tarde agradável na capital dos mineiros! Um rapaz, acompanhado de sua mãe e da sua namorada se dirigem para uma das principais vias públicas da cidade, a avenida Afonso Pena; lá estava programada a *Banda Mole*, evento pré-carnavalesco que acontece anualmente no sábado anterior ao carnaval. Os três personagens chegam ao local quando o movimento ainda se iniciava: policiais conversam distraidamente, grupos de amigos esperam pelos outros parceiros, uma moça caminha com o seu cachorro, um casal de velhinhos observa os foliões fantasiados... O espaço destinado às agitações coletivas fora delimitado com grades de segurança, as quais acabam sendo as primeiras barreiras para aqueles que desejam adentrar, independentemente das intencionalidades de cada um. O rapaz, a namorada e a mãe não fogem à regra geral e logo são revistados em um dos acessos montados precariamente pelos organizadores; apesar do constrangimento inevitável, boa parte dos transeuntes parece apoiar essa iniciativa preventiva da Polícia Militar.

Os três começam a andar sem um rumo certo pelas pistas largas dessa avenida belo-horizontina. Seis trios elétricos estão espalhados a uma boa margem de distância um dos outros, fato este que gera alguns vazios de concentrações de pessoas; as músicas tocadas variam desde as antigas marchinhas carnavalescas, os clássicos sucessos internacionais, o polêmico *funk* carioca, o disseminado *axé* baiano, os enredos das escolas de samba do Rio de Janeiro e o conhecido *pop* nacional. Enfim, há uma notável heterogeneidade de ritmos musicais, cujas características não deixam de segregar os freqüentadores da *Banda Mole* conforme os seus gostos pessoais. Por outro lado, o rapaz percebe que a maioria dos

participantes do evento são jovens das periferias belo-horizontinas: as maneiras de se vestirem e os vocabulários utilizados apontam para um perfil médio das camadas mais humildes, sem que isso signifique a constituição de determinados estereótipos. Quanto à juventude dos setores médios e ricos, a mesma não está muito presente nesse cenário festivo, talvez porque inexistam as comercializações dos valiosos abadás, os quais exteriorizam ainda mais as desigualdades sociais do país – ou seja, a lógica consiste em evidenciar que somente aqueles que têm condições financeiras podem desfrutar, com o mínimo de conforto, as festas carnavalescas. Outro flagrante do tratamento diferenciado advém da atitude do câmara de uma emissora televisiva: na tentativa de realizar algumas tomadas dos foliões, o profissional pede a um grupo de amigos travestidos de mulheres que demonstrem alegria e entusiasmo. Subitamente, um indivíduo trajando uma fantasia menos ornamentada se mistura ao agrupamento focalizado pelas lentes; tal ação inesperada provoca a interrupção da gravação e, em uma reação provocadora, o anônimo folião revidava, gritando: ‘Só porque eu sou preto!? Só porque eu sou preto!?’ . A situação fica tensa, há uma nada amistosa troca de olhares até quando dois policiais afastam o desavisado ‘intruso’ para que a filmagem continuasse ‘normalmente’...

Antes, porém, que a presente narração descritiva enverede por outros meandros, cabe sumarizar algumas informações gerais acerca do evento da *Banda Mole* em Belo Horizonte. A iniciativa para a primeira passeata surgiu a partir de uma roda de foliões que já se envolviam com tradicionais blocos carnavalescos – citam-se os Leões da Lagoinha e o da Botina como principais exemplos. O primeiro desfile pelas ruas ocorreu no dia 30 de março de 1975, tendo como proposta principal modificar o panorama tranquilo que acometia a cidade durante os feriados ao longo do ano. Observa-se, portanto, que o cortejo festivo ainda não se vinculava à data do carnaval, apesar de manter profunda consonância com os espíritos carnavalescos:

sátira, deboche, irreverência e bom humor ditavam desde o início a tônica dessa manifestação cultural. Em meados da década de 80, alternaram-se os itinerários das vias públicas percorridas pelos foliões e os trios elétricos ocuparam os espaços festivos; além disso, o número de participantes aumentou significativamente, o sábado anterior às comemorações momescas foi escolhido como dia oficial da brincadeira e a *Banda Mole* passou a despertar muita polêmica em torno da sua própria realização. Nessa medida, poderes públicos, organizadores, corporações policiais, imprensa, moradores e simples cidadãos dividem-se, ainda na atualidade, quanto à realização ou não desse evento no centro da capital mineira¹.

Até o ano de 2002 o evento pré-carnavalesco belo-horizontino ocorreu na rua da Bahia, ponto de encontro da efervescência cultural e política da cidade nas décadas passadas do século XX. Tal via pública ainda desperta nostalgia por parte das gerações mais antigas, porém desde os primeiros carnavais era alvo de muita ‘dor de cabeça’ para as autoridades: afinal, como receber um grande público no traçado estreito e íngreme desse charmoso logradouro? A partir do momento em que a *Banda Mole* adquiriu ‘status’ de festa comercial – infelizmente houve sinais da referida transformação, seguindo as tendências de vários carnavais por todo o país: patrocínios de grandes empresas, ampla cobertura pela mídia, segregação do público através dos cordões de isolamento, tentativas de vendas de pacotes como abadas e o próprio som mecanizado dos trios elétricos – vários tipos de preocupações afloraram no cotidiano urbano de Belo Horizonte. Um breve itinerário pelas manchetes dos jornais pode revelar a divisão das opiniões no que toca a polêmica de se apoiar ou não esse evento: havia títulos entusiasmados como “Hoje é dia de liberar as fantasias na Banda Mole”² e “Banda Mole reúne várias tribos em BH”³, entretanto outras notícias do tipo “Arrastão na

¹ As informações desse parágrafo foram sumarizadas a partir da obra de TEIXEIRA, 2005.

² O Tempo. Belo Horizonte, n. não identificado, 26/02/2000, p.9.

³ O Tempo. Belo Horizonte, n. não identificado, 18/02/2001, 11.

Banda Mole”⁴ e “Banda Mole acaba em prejuízo e violência”⁵ também vigoravam nas páginas impressas.

Nesse sentido, interessa sublinhar como a *Banda Mole* metamorfoseou-se ao longo dos pouco mais de trinta anos de existência, carregando consigo mesma o estigma de ser uma manifestação cultural nem um pouco unânime entre a população citadina. Problemas no trânsito, ocorrências de violências, desrespeitos para com os outros e falta de espaços adequados nas ruas belo-horizontinas são alguns dos pontos suscitados pelos contrários à sua realização; por outro lado, ingerência do poder público, retirada da autonomia dos foliões, insensibilidade às tradições vivenciadas e ausência de apoio dos diferentes grupos sociais apresentam-se como principais queixas dos organizadores do evento pré-carnavalesco. Os conflitos e embates emergem nesse contexto de disputas, sendo muito complicado não relevar algumas argumentações de ambas as tendências; tendo em vista que as festas carnavalescas envolvem os desejos humanos, a *Banda Mole* acaba lidando com as tênues fronteiras entre o permitido e o inconveniente, a liberdade e o autoritarismo, a convivência e a intolerância. Interessante constatar que não há ‘vítimas’ e ‘culpados’ nesse dinâmico processo; muito pelo contrário, assim como um folião pode se sentir desrespeitado pelas ações unívocas do poder municipal - menciona-se a transferência do evento, sem maiores diálogos, da rua da Bahia para a Avenida Afonso Pena desde 2005 - esse mesmo indivíduo consegue por vezes cometer infrações contra o patrimônio público, lesando um direito pertencente a todos - desde o simples ato de jogar lixo no chão até às depredações dos bens imóveis quando das aglomerações festivas. Enfim, existe toda uma conjuntura que deve ser analisada democraticamente por todos os cidadãos, sem que isso signifique a restrição de brincar os dias de folia.

⁴ Diário da Tarde. Belo Horizonte, n. 22.940, 29/02/2000, p.4.

⁵ Estado de Minas. Belo Horizonte, n. 21.686, 20/02/2001, p.30.

Em uma nota triste da cidade, os belo-horizontinos acabaram privados do desfile da *Banda Mole* nos anos de 2003 e 2004. Talvez estivesse justamente nesse vazio a necessidade de se repensar, de maneira coletiva e plural, a própria ocorrência do evento em sua plenitude. Dessa forma, urge valorizar as (re)invenções criativas por parte dos organizadores, dos participantes e dos poderes públicos que almejem pela permanência de atividades culturais nos espaços públicos de Belo Horizonte. De nada adiantará a promulgação de leis municipais que instituem o ‘dia oficial da *Banda Mole*’⁶ sem que a multiplicidade dos atores históricos seja ouvida por todos que habitam o tecido urbano – mesmo que essa hipótese consista em algo ideal e praticamente inalcançável, pelo menos há de se buscar um pouco dessa utopia. Caso contrário, dizeres do tipo “Desfile da Banda Mole garantido pela Justiça”⁷ continuarão presentes nas letras da imprensa da capital mineira; não que se queira anular os conflitos que permeiam as manifestações festivas, muito menos desvalidar as prerrogativas do poder judiciário quanto às suas importâncias no mundo contemporâneo. A crítica reside na constatação de que é necessária uma decisão da justiça para que se concretize uma atividade cultural que antes era muito mais espontânea, divertida e autônoma.

Nessas circunstâncias, torna-se uma boa ocasião para que se retome a narrativa iniciada nas páginas anteriores, afinal o ano de 2006 consiste no contexto abordado. Pois bem, o rapaz anônimo também concordara que a *Banda Mole* havia mudado para pior; por mais que seja em um forte juízo de valor, tal opinião se ancorava na pouca repercussão da festa entre os belo-horizontinos. Parece que esse evento perdeu momentaneamente sua identidade: a rua da Bahia, sem dúvida, consistia em uma singular referência, hoje substituída pela imponente e pouco convidativa avenida Afonso Pena; as formações de pequenas ‘tribos’ perto de cada trio

⁶ Lei Municipal, n° 8.921, datada de 27/07/2004. Curioso perceber que a lei fora promulgada justamente em um dos anos em que a *Banda Mole* não desfilou pelas ruas belo-horizontinas, talvez em uma tentativa de reforçar o desejo da volta desse evento pré-carnavalesco.

⁷ Estado de Minas. Belo Horizonte, n. 23.420, 18/02/2006, p. 24.

elétrico segmentam ainda mais a atmosfera festiva; poucos são os indivíduos que saem às ruas bradando suas visões de mundo, muitas vezes anuladas pelas formas ‘industrializadas’ de se celebrar as festas carnavalescas. Um tanto decepcionado, o rapaz deixa a bem policiada *Banda Mole* com a sensação de que a mesma se transformou em mais um evento de rua, cujas dificuldades para a sua respectiva realização são apenas uma mostra de que as ocupações dos espaços públicos de Belo Horizonte continuam marcadamente problemáticas – tomando-se como referência o momento da fundação da capital, nos idos de 1897, o contexto contemporâneo e as outras décadas transcorridas do século XX.

Uma semana depois do desprezioso passeio pelo centro citadino, o mesmo trio de pessoas se dirige a *Via 240* durante o carnaval de 2006. Seria o trajeto inicial de uma viagem em busca do litoral ou do interior mineiro, assim como faz boa parte da população belo-horizontina nessa época do ano? Surpreendentemente, não! O referido local abrange uma espécie de sambódromo improvisado, cuja responsabilidade pela infra-estrutura restringe-se à Prefeitura Municipal: arquibancadas, camarotes, banheiros químicos, iluminação e som são alguns dos quesitos subsidiados pelo órgão público. A primeira grande dificuldade dos personagens consistiu na própria maneira através da qual se deslocariam para o local: além das poucas informações disponibilizadas pelos organizadores, os transportes coletivos em época de feriado complicavam ainda mais a situação. Após exaustivas pesquisas na *internet* e realizados alguns telefonemas, o grupo chegou ao bairro Aarão Reis, norte da região metropolitana, no início da noite de sábado de carnaval. Interessante questionar o porquê da escolha da *Via 240* para receber os folguedos carnavalescos, haja vista que até meados da década de 90 os mesmos se realizavam na região central, independentemente da pouca animação que já permeava o contexto belo-horizontino. Pensando consigo mesmo, o rapaz aventou duas hipóteses: tal mudança revelaria um desejo de se retirar as festas de rua das

áreas mais nobres da capital e, ao mesmo tempo, representaria uma tendência automática em reproduzir certos modelos de festas comerciais. Sim, um evento no bairro da região norte suscitaria menos polêmica entre os moradores da cidade, somando-se ao fato de que muitos sequer têm o conhecimento dessas atividades culturais; além disso, a escolha pela construção de um sambódromo, apesar de provisório, reiteraria determinados anseios em delimitar as manifestações carnavalescas a um espaço circunscrito, inibindo possíveis mobilizações espontâneas nos outros bairros citadinos⁸.

De imediato, o trio reconheceu a razoável qualidade da estrutura montada na *Via 240*, sendo o policiamento algo novamente muito priorizado pelos organizadores. Ao lado da já mencionada avenida por onde desfilariam os blocos caricatos e as escolas de samba, havia um parque de diversões que, ironicamente, despertava mais atenções por parte dos freqüentadores. As chamativas barraquinhas de comidas e bebidas, também exteriores ao sambódromo, eram pontos de encontros dos casais de namorados, dos grupos de amigos e dos pais com as suas crianças. Apesar do público heterogêneo quanto à faixa etária, o rapaz, a mãe e a namorada concordaram em afirmar que os expectadores e participantes eram em sua grande maioria das próprias imediações do bairro Aarão Reis. Após circularem pelos espaços onde a concentração de pessoas mostrava-se superior quantitativamente, os três personagens se dirigiram às vazias arquibancadas na expectativa de apreciarem o desfile programado. Não obstante aos escassos recursos disponibilizados, os agrupamentos carnavalescos belo-horizontinos conseguiram demonstrar uma notável animação; tais práticas foram resultados dos esforços das comunidades locais, as quais acabaram sendo prestigiadas nas suas maiorias pelos próprios integrantes e seus respectivos conhecidos, vizinhos e familiares. Novamente o rapaz se colocou a pensar de maneira introspectiva, a qual se revelava também um tanto

⁸ No caso de Belo Horizonte, o bairro de Santa Tereza ainda promove uma tradicional seresta às vésperas do carnaval, mais precisamente na sexta-feira à noite.

nebulosa: ao mesmo tempo em que valorizava as maneiras humildes dos blocos e das escolas de samba se expressarem, o jovem indagava se esses desfiles realmente revelavam a autonomia daqueles indivíduos e grupos. Ademais, seria o carnaval da *Via 240* um símbolo representativo da cidade de Belo Horizonte?

A referida pergunta fez o rapaz refletir um pouco melhor e perceber que não era a ocasião de se apontar para uma forma carnavalesca que fosse a mais legítima para os belo-horizontinos. Caso adotasse essa perspectiva limitada, além de desconsiderar a multiplicidade de representações e apropriações culturais no tecido urbano, o jovem anônimo estaria aderindo inconscientemente aos discursos daqueles que insistem em estabelecer um sentido unívoco ao carnaval na capital mineira. Para muitos integrantes dos poderes públicos, da imprensa local e das próprias organizações festivas, somente o modelo comercial das atuais escolas de samba conseguiria entusiasmar a população citadina. Inegável reconhecer que os apoteóticos desfiles na *Marquês de Sapucaí* da cidade do Rio de Janeiro, ancorados na espetacularização da mídia televisiva, funcionam como modelos ideais no que toca às definições do que seria um ‘autêntico carnaval’; porém, nunca é por demais sublinhar que para além desses deslumbrantes desfiles competitivos, os quais adquirem cada vez mais a faceta de um produto de exportação ‘*made in Brazil*’, há uma polifonia de formas criativas de se festejar os ‘dias gordos’ pelas ruas cariocas. Isso sem mencionar nas sugestivas peculiaridades dos carnavais baiano, pernambucano, amazonense, interiorano, maranhense... Dessa forma, interessante seria ampliar o leque de possibilidades dos festejos belo-horizontinos, atitude esta que revelaria um amadurecimento coletivo no que toca às vivências das manifestações culturais. Em outras palavras, a partir do momento em que não se restringe o atual carnaval de Belo Horizonte às formas pré-estabelecidas de outros lugares, abrem-se novas perspectivas para as (re)criações autônomas do mesmo.

Tendo em vista que as páginas introdutórias da presente dissertação assumiram um tom mais ensaístico, aproveito a oportunidade para revelar que o personagem evocado sob o topônimo de ‘rapaz’ na verdade sou eu mesmo. Tenho plena consciência de que tal revelação pode não ser nem um pouco surpreendente para os leitores que vierem a ler esse trabalho, ainda mais porque não tenho qualquer dote para o gênero de suspense. Contudo, gostaria de justificar que, ao investir nesse pobre recurso quase ‘literário’, tentei explicitar que o processo de construção do objeto de pesquisa manteve um forte vínculo com minhas questões pessoais. Amante dos carnavais de outrora, bem como anônimo folião dos folgedos de rua de uma pequena cidade de Minas Gerais, desde pequeno me perguntava porque Belo Horizonte ficava tão desanimada nos dias de folia. Com o passar do tempo essa dúvida se silenciou, por vezes foi até esquecida; hoje, sob circunstâncias muito diferentes, posso voltar a indagá-la, sendo o conhecimento histórico apenas uma das várias maneiras de se problematizar essa espécie de não-identificação da cidade com os festejos carnavalescos.

Ao buscar os ecos de outros carnavais belo-horizontinos no passado⁹, confesso que me surpreendi com os fragmentos que compunham aquela polifônica realidade. Se por um lado foi possível observar que as festividades momescas agitavam muito mais o panorama citadino, sendo uma das marcantes formas criativas da sociedade expressar seus conflitos e acordos através do riso e da zombaria, há de se reconhecer que os eventos carnavalescos também já despertavam muitas polêmicas quando das suas realizações. Tendo em vista essas circunstâncias, o tratamento historiográfico nos permite notar que as festas apresentam diferentes características ao longo das variadas temporalidades: dessa forma, os carnavais de Belo Horizonte revelaram-se (e ainda se revelam) como fenômenos sociais dotados de múltiplas mudanças, reconfigurações, variabilidades, permanências e alternâncias ao longo

⁹ As palavras se inspiraram no título da obra de CUNHA, 2001.

dos diferentes contextos históricos. Enfim, os festejos de carnaval da capital mineira das primeiras décadas do século XX mostravam-se consideravelmente distintos com relação aos atuais, porém é bastante plausível estabelecer algumas similitudes entre os mesmos, desde que se evitem os temerosos equívocos dos anacronismos. Nessa medida, a escolha por essa breve abordagem do carnaval de 2006 – no caso, os relatos pessoais acerca da *Banda Mole* e dos desfiles dos blocos caricatos e das escolas de samba na *Via 240* – explica-se pela tentativa de fomentar um pequeno exercício reflexivo entre o passado e o presente, dimensões temporais estas imprescindíveis para o trabalho do historiador.

A título de uma problematização básica daquilo que já foi exposto, além de se antecipar ao conteúdo a ser ministrado nos três capítulos da dissertação, cumpre sumarizar alguns dos aspectos semelhantes e distintos entre os carnavais belo-horizontinos da virada dos séculos XIX-XX e os promovidos atualmente. Quanto às proximidades entre ambos, interessa perceber que as ocupações dos espaços públicos da cidade continuam por demais conflituosas, haja vista que ainda existem muitas resistências para as realizações de eventos nas ruas da capital. Os motivos variam desde as intenções dos planejadores em transformar as vias públicas em corredores de circulação de pessoas, mercadorias e veículos, até as concepções daqueles que não vêem qualquer viabilidade para a ocorrência de grandes aglomerações no atual centro citadino; o policiamento ostensivo consiste em outra marca significativa, tornando-se até mesmo uma obstinada obsessão dos poderes públicos nos dois recortes temporais; existiram e ainda persistem, apesar de guardadas as devidas particularidades, nítidas tentativas em direcionar o comportamento dos foliões; por fim, o carnaval permanece suscitando sentimentos ambíguos entre as pessoas, sendo alvo de apoios, ataques e até mesmo indiferenças por parte dos cidadãos. Já no que às distinções observadas, inegável admitir que os antigos carnavais empolgaram muito mais a população belo-horizontina, na medida em que

envolviam uma heterogeneidade de sujeitos históricos, os quais representavam e apropriavam os festejos cotidianamente; ao invés dos formatos das festas comerciais contemporâneas, as festividades de outrora se caracterizavam pelas dimensões políticas e sociais que comportavam, revelando significados construídos a partir das realidades experienciadas; em suma, as festas poderiam ter um caráter de inclusão social para aqueles que fossem excluídos dos processos formais de participação.

Apesar de focalizar alguns traços mais recentes do carnaval belo-horizontino nessa parte introdutória, importa reforçar que o recorte temporal escolhido para a dissertação abrange o período correspondente entre os anos de 1899 a 1936. A justificativa para tal intento respalda-se nas próprias peculiaridades originadas quando do desenvolvimento da presente pesquisa. Como a intenção inicial era abordar os festejos carnavalescos nos primeiros anos da capital mineira e, esta última fora oficialmente fundada em dezembro de 1897, a consequência seria lançar os incipientes olhares para o mês de fevereiro do ano subsequente. Porém, nenhum indício do passado carnavalesco de 1898 acabou sendo encontrado nos levantamentos da pesquisa, fato este que levou a transferir o marco da dissertação para o carnaval de 1899; tal época, aliás, testemunhou o primeiro desfile da sociedade carnavalesca *Diabos de Luneta*, então uma das pioneiras associações do gênero na recente Belo Horizonte.

Ademais, descartaram-se quaisquer encaminhamentos evolutivo e cronológico para o objeto de estudo, uma vez que se procurou valorizar as cambiantes vicissitudes dos processos históricos: rupturas, mudanças, permanências e continuidades permearam as diferentes características dos festejos de rua belo-horizontinos. E são justamente esses traços plurais que concentraram as riquezas das formas e dos conteúdos vivenciados nos ambientes festivos, os quais englobavam múltiplas expressões carnavalescas tais como as brincadeiras de entrudo, os préstitos dos luxuosos clubes recreativos, as descontraídas passeatas do zé-pereira, os desfiles

dos cordões, blocos e ranchos mais humildes, as chacotas dos mascarados anônimos e muitos outros elementos mágicos. Interessante perceber que todos esses elementos influenciavam-se reciprocamente, cujas alternâncias dependiam das ações efetivas dos variados indivíduos e grupos sociais que experienciavam os tecidos urbanos durante o cotidiano. Já o limite da data de 1936 fundamenta-se por representar uma espécie de limiar decisivo para as formas carnavalescas anteriormente aventadas; como destaque principal, deve-se registrar a decadência das associações clubísticas¹⁰ e da quase imperceptível presença do entrudo no cenário de Belo Horizonte em finais dos anos 30. Enquanto os populares blocos, ranchos e cordões tentavam outras alternativas para suas próprias sobrevivências, as primeiras escolas de samba despontavam na capital mineira como indícios de novas transformações – tal movimento sugere a ressonância de um fenômeno mais amplo, haja vista a emergência do samba enquanto ritmo ‘genuinamente nacional’ em outras partes do país nos meados da década de 30¹¹.

Após esse rápido percurso pelos carnavais do passado e do presente da *urbes* belo-horizontina, as páginas introdutórias se responsabilizam a contemplarem um breve resumo de cada capítulo da dissertação. O primeiro segmento dedica-se às discussões teóricas que norteiam a pesquisa, explicitando os principais autores utilizados e suas respectivas obras; há a tentativa de se evitar um tipo de exposição infértil e meramente reprodutora, já que algumas especificidades dos folguedos de Belo Horizonte acabam sendo articuladas aos preceitos das teorias inventariadas. Estas últimas privilegiam os olhares historiográficos e antropológicos, havendo uma clara predominância da perspectiva histórica, uma vez que as categorias de *tempo e espaço* permeiam as análises discorridas. As complexas características das cidades e

¹⁰ Apesar do documento representativo do limite temporal estipulado – no caso, esse fragmento data do ano de 1936 – referir-se à reabertura de uma importante sociedade carnavalesca belo-horizontina, já estava bastante consolidado o processo de decadência desses tipos de clubes na cidade.

¹¹ Uma boa exposição do assunto, na qual o autor percebe o intrincado processo de construção da “invenção” do samba como ritmo nacional encontra-se em VIANNA, 1995.

suas respectivas relações com os seus habitantes consistem no ‘pano-de-fundo’ de todo o capítulo; para isso, as facetas focalizadas dos fenômenos urbanos residem nas ruas citadinas, as quais são problematizadas para além das suas simples materialidades, valorizando os significados simbólicos que emergem a partir da vivência cotidiana. Sob essas circunstâncias, interessante perceber como se realizavam as lutas conflituosas pelas ocupações dos espaços: ultrapassando as disputas físicas, travavam-se sugestivos embates no campo das representatividades (re)construídas pelos atores sociais. O afinamento da análise se volta para os traços peculiares da capital mineira nas primeiras décadas do século XX: em linhas gerais, atenta-se para as constatações de como as práticas do dia-a-dia se diferiam dos planos idealizadores dos primeiros momentos após a fundação da cidade.

Tendo como pressupostos básicos os referenciais suscitados no parágrafo anterior, as festas emergem enquanto singulares fenômenos dos tecidos urbanos; fomentadas no próprio viver coletivo do cotidiano, as festividades assumem as condições de protagonistas dos meios citadinos. Resumidamente, destaca-se que o tratamento conferido aos festejos procura relevar as dimensões históricas dos mesmos, uma vez que são privilegiadas as facetas fluidas dessas manifestações culturais. O recorte do primeiro capítulo valoriza o carnaval de rua como festividade a ser desnudada, dedicando-se também a um breve resumo analítico dessa milenar expressão sócio-cultural. Novamente, cumpre observar que não obstante ao tratamento geral conferido às problemáticas das cidades e das festas nessa abertura da dissertação, manteve-se a prerrogativa de trazer ao palco principal as peculiaridades de Belo Horizonte – muito no sentido de antecipar os conteúdos dos capítulos subseqüentes. Por fim, há uma apresentação detalhada das fontes de pesquisa utilizadas, bem como as problematizações em torno das mesmas e das metodologias escolhidas para o desenvolvimento do trabalho.

O segundo capítulo adentra no universo carnavalesco belo-horizontino, esmiuçando as características do chamado ‘carnaval autorizado’, o qual procurava se alinhar aos preceitos de cidade modernizadora e civilizada. Na visão de alguns grupos sociais – setores mais abastados economicamente, parte da imprensa e ainda alguns integrantes dos poderes governamentais – era extremamente necessário construir a representação de uma festa ordeira, planejada e elegante, assim como os preceitos urbanos da capital mineira da virada dos séculos XIX-XX. Nesse sentido, essa parte da dissertação aborda as variadas dinâmicas das sociedades carnavalescas, tais como: suas próprias constituições internas, redes de sociabilidade tecidas, realizações de atividades durante todo o ano, destacando-se os desfiles luxuosos pelas ruas do centro e estabelecimentos de mensagens pedagógicas dirigidas à população citadina. Para tal intento, privilegiaram-se as formas e os conteúdos propagados pelos clubes belo-horizontinos, sem negligenciar as múltiplas maneiras de apropriações culturais por parte dos foliões – o que acabava por viabilizar sentidos imprevisíveis a uma festividade que ansiava pelo planejamento sistemático. Concomitantemente às ocorrências dos préstitos luxuosos, havia estratégias de se desqualificar as brincadeiras tidas como rudes e grosseiras, sendo os jogos de entrudo um dos principais alvos dos ataques daqueles que sonhavam com um carnaval aos moldes da modernização da época. A análise desse segundo capítulo atenta-se para essa série de aspectos, porém não deixa de perceber as ambigüidades que também compunham tais comemorações: ao mesmo tempo em que se vangloriavam como ícones representativos da ‘capital do progresso’, os carnavais das sociedades carnavalescas estabeleciam trocas simbólicas com as manifestações que tanto denegriam.

E são justamente essas outras formas de aproveitar os dias festivos que residem no cerne da análise do terceiro capítulo. Destacam-se as festas ‘esquecidas’ por grande parte da imprensa e dos contemporâneos na Belo Horizonte das primeiras décadas do século XX,

demonstrando que esses ‘outros sociais’ conseguiam bradar suas próprias visões de mundo, fato este que incomodava bastante os setores mais elevados da sociedade belo-horizontina. Ademais, é retomada com maior consistência a polêmica exposta no capítulo anterior: por mais que existissem as ingerências arbitrárias do policiamento e do poder público quando dos folguedos de rua, não se pode descartar a positividade advinda das ações dessas instâncias reguladoras. Ao focalizar as autonomias dos grupos taxados preconceitualmente de “Zé Povinho”¹², a proposta desse último conjunto da dissertação centra-se no esforço de visualizar como esses anônimos atores inverteram a lógica segregacionista que, de maneira insistente, excluía as manifestações populares do rol das práticas culturais valorizadas. Nessa medida, contrariando todos os prognósticos – afinal, em uma cidade planejada como a capital mineira não estavam previstas muitas redes de sociabilidade nos espaços físicos das ruas públicas – os anônimos sujeitos (re)inventaram seus próprios cotidianos através das festas carnavalescas. Nesse contexto de múltiplas possibilidades, os conflitos e as mediações emergiram como expressões vivas dos relacionamentos dos chamados ‘carnavais sujos’ com os já mencionados ‘luxuosos’: enfim, havia constantes trocas de influências recíprocas, além das variantes apropriações culturais por ambas as partes, sendo inviável estabelecer uma dicotomia rígida entre essas formas de brincar o carnaval de rua.

Jogos de entrudo, passeatas do personagem zé-pereira, troças dos foliões mascarados, desfiles dos blocos, cordões e ranchos, além de algumas atitudes das sociedades carnavalescas compunham o vasto mosaico de representações festivas. O terceiro capítulo procura captar toda essa fluidez dinâmica dos ‘outros carnavais’, atentando-se para as críticas sociais que emergiam a partir de suas próprias ocorrências. As dimensões do riso carnavalesco adquiriam considerável plenitude no cenário urbano belo-horizontino, uma vez que se questionavam os

¹² Expressão muito utilizada pela imprensa belo-horizontina da época.

comportamentos e convencionalismos da época, as administrações públicas, os problemas de amplitude nacional e as dificuldades presentes no cotidiano de Belo Horizonte. Em suma, o carnaval mostrava-se como uma sofisticada maneira de se vivenciar politicamente o contexto histórico da capital mineira nas décadas iniciais do século XX. Muito mais do que uma mera comemoração exaltada que antecedia a quaresma, a festa carnavalesca pode ser compreendida como uma possibilidade dos anônimos sujeitos se portarem enquanto cidadãos políticos; eis, portanto, o viés analítico priorizado nessa última parte do conjunto de capítulos.

Realizado esse breve percurso pela estrutura da presente dissertação, cumpre apontar alguns objetivos que nortearam o desenvolvimento da pesquisa que agora se materializa. Além de se constituir como uma tentativa de viabilizar um exercício reflexivo, cuja meta principal residiu na construção do objeto problematizado, o trabalho procurou destacar outra instigante faceta da história de Belo Horizonte; muito mais do que o simples resultado dos planos iniciais dos seus projetistas, a capital mineira acabou por abarcar uma multiplicidade de vivências nas suas respectivas ruas. Ademais, desmistificar o preconceito por vezes veiculado pelo senso comum de que ‘a festa não deve ser levada a sério’ consistiu em um dos primeiros passos: ao conceder luzes ao fenômeno sócio-cultural das festividades carnavalescas belo-horizontinas, desnudaram-se importantes significados que poderiam passar despercebidos em análises historiográficas mais tradicionais – nesse caso, as dimensões cotidianas da política e da cultura ganharam considerável amplitude nos três capítulos.

A título de um fechamento descontraído para essas notas introdutórias, urge colocar que se a combinação carnaval e Belo Horizonte causa ainda alguma estranheza - haja vista que atualmente a capital mineira demonstra pouco entusiasmo nos chamados ‘dias gordos’ - nada melhor que mencionar a colocação bem-humorada de Maria Clementina Cunha de que “nem só

de sambas e mulatas viveram e vivem carnavais pelo mundo afora”¹³. Nessa medida, as festas carnavalescas belo-horizontinas podem revelar surpreendentes significados, os quais em meio às constantes disputas simbólicas entre os seus participantes, acabam sendo uma forma divertida de se (re)pensar a história da cidade. Avante e preparem-se, pois a nossa folia vai começar!

¹³ CUNHA, 2002:15.

CAPÍTULO I: NOS PALCOS DAS CIDADES, O VIVER

COLETIVO DAS FESTAS.

As definições conceituais de *cidade* podem acabar por simplificar em demasia essa complexa organização humana. Para além de simples lugares onde as pessoas residem, as cidades emblematizam as mais variadas experiências do viver social: sonhos e utopias a serem realizados, sentimentos de pertencimento e identidade, angústias diante das movimentações intermitentes, manifestações culturais e artísticas, convivências diárias com os problemas urbanos, sociabilidades entre os diferentes cidadãos. Todos esses e outros aspectos não mencionados anteriormente compõem o polissêmico caleidoscópio de sentidos responsáveis pela constituição da cidade. Esta última representa, portanto, a materialidade física dos espaços ocupados, bem como a rede de signos engendrados pelos homens ao longo dos contextos históricos nas variadas sociedades.

Tendo em vista essa série de particularidades, a dimensão cidadina se apresenta como um rico objeto de estudo para as denominadas ciências humanas. Espécie de convergência de enfoques pluridisciplinares, a problemática urbana pode ser analisada pelos pontos de vistas político, sociológico, comunicacional, filosófico, arquitetônico, antropológico e histórico. Múltiplas são as possibilidades de questionamentos em torno das cidades, sinalizando para a complexidade desse símbolo humano; apesar das referidas disciplinas contemplarem similitudes no que toca aos seus métodos de análise, não se deve negligenciar que cada uma possui o seu respectivo *olhar para a cidade*. O presente trabalho privilegiará a perspectiva histórica, tendo como referencial as relações estabelecidas entre os diferentes sujeitos e os

espaços urbanos, em um tipo de leitura que transite pelos domínios das temporalidades do passado e do presente. Ademais, cumpre observar que a antropologia servirá como importante instrumento de diálogo para o desenvolvimento das questões a serem inventariadas.

Com relação aos preceitos historiográficos, as potencialidades de análise se ancoram na percepção do *locus* urbano como instigante faceta da história cotidiana. Nesse sentido, um olhar mais acurado para os locais experienciados pelos indivíduos e grupos sociais nos mais diversos contextos revela “uma linguagem peculiar que aponta para formas de percepção, de violência, modos de ser e de fazer”¹⁴. Já as contribuições da antropologia urbana viabilizam tipos de leituras que valorizam as dimensões multifacetadas dos lugares da cidade; Françoise Choay elenca, por exemplo, duas possibilidades que a perspectiva antropológica oferece como exercício reflexivo: pensar o tecido urbano a partir de sistemas de relações e desconstruir o mito da existência de espaços absolutos e universais¹⁵.

Isso porque ainda persistem análises precipitadas que tendem a enquadrar a *urbes* como um fenômeno unívoco e generalizante. Nesse sentido, torna-se extremamente necessária a variação dos ângulos analíticos por parte do historiador, haja vista que as cidades são, por excelência, os lugares da pluralidade: conflitos, mediações, diferenças, acordos, semelhanças e disputas integram o universo polifônico de representações e apropriações dos meios urbanos. Em um tom próximo de conselheira, Helena Salgueiro adverte para a importância de se “pensar de maneira menos mecanicista a diversidade dos tempos da cidade e suas relações com os usos e práticas sociais”¹⁶. Dessa forma, interessa perceber a existência de várias cidades dentro da mesma, as quais se estendem sob os diferentes significados construídos historicamente pelos seus habitantes. Ademais, Sandra Pesavento pontua sobre a alternativa de se problematizar o urbano como representação construída; a chamada “cidade pensada” é

¹⁴ VELLOSO, 2004:11.

¹⁵ CHOAY, 1993:20.

¹⁶ SALGUEIRO, 2001:15.

tão “real” quanto aquelas que se fazem concretas na materialidade. Por outro lado, as cidades não devem ser reduzidas somente ao simbólico, apesar das mesmas inexistirem sem as constituições das ordens dos significantes e significados¹⁷.

Importante enfatizar que esse processo de construção de sentidos pauta-se a partir das relações de reciprocidade e convivência entre a *urbes* e os seus respectivos atores sociais. Mônica Velloso aponta que: “... é a partir de suas vivências, experiências e práticas cotidianas que os habitantes constroem a cidade, inventando e reinventando espacialidades e temporalidades”¹⁸. As menções às categorias *tempo* e *espaço*, instrumentos conceituais imprescindíveis para o trabalho com a história, reforçam as intrincadas possibilidades de se (re)visitar os múltiplos tecidos urbanos nos variados contextos. Os relacionamentos recíprocos entre os sujeitos históricos e as cidades inserem-se, portanto, na compreensão de que os espaços citadinos podem produzir sentidos, além de serem significados pelos próprios cidadãos¹⁹. E são justamente esses anônimos protagonistas os grandes responsáveis pela criação e manutenção da vivacidade cotidiana nos mais variados diferentes meios urbanos. Muitas vezes relegados a um segundo plano pelas perspectivas historiográficas tradicionais²⁰, os citadinos revelam-se contemporaneamente como instigantes sujeitos a serem vislumbrados nos estudos históricos. Michel de Certeau argumenta, sob essas circunstâncias, que as redes sociais engendradas pelos habitantes das cidades acabam se entrecruzando reciprocamente, compondo uma intrincada história múltipla “... formada em

¹⁷ PESAVENTO, 1996:378.

¹⁸ VELLOSO, 1999:185.

¹⁹ A dimensão de reciprocidade de sentidos entre cidade e moradores é bastante discutida em ORLANDI, 2001, principalmente no primeiro capítulo.

²⁰ Devido aos limites da presente dissertação, não será possível apresentar uma discussão historiográfica a respeito da ‘guinada’ de tratamento no que toca aos chamados ‘simples atores da história’ – aliás, expressão semelhante utilizada por Ronaldo Vainfas no título de sua obra *Os protagonistas anônimos da História*. Em todo caso, cumpre observar que a denominada corrente da ‘nova história cultural’ fora decisiva para a consolidação de alguns referenciais hoje muito utilizados, não obstante às polêmicas em torno das suas respectivas nomenclaturas e problematizações. Para uma apresentação muito bem equilibrada do assunto, discutindo inclusive os limites dos ‘rótulos historiográficos’ ver BURKE, 2005.

fragmentos de trajetórias e em alterações de espaços”²¹. Em outras palavras, os diversos atores da vida cotidiana não devem ser negligenciados ou estigmatizados segundo preceitos inflexíveis e pré-determinados; muito pelo contrário, as suas respectivas características conseguem apontar para as várias possibilidades de se conhecer os meandros dos tecidos urbanos nos diferentes contextos históricos. Em suma, cabe aguçar a percepção para que se apreendam os múltiplos flagrantos da vida urbana.

Especificadamente com relação a esse *olhar para a cidade* - tarefa esta que não se deve restringir aos desígnios do pesquisador, ampliando-se também para os mais diversos indivíduos - Eni Orlandi explicita as seguintes colocações:

“Penso a cidade como o olho que busca a individualidade tirando partido (e não sucumbindo) da dispersão. Jogo caleidoscópico que vive o sujeito em seu corpo urbano: as relações não são de conteúdo, não são divisões, são prismáticas, movimentos que envolvem a relação tempo-espaço em múltiplas e distintas formas. Não penso os fragmentos, mas ‘prismas’ diferentes convivendo em um mesmo espaço simbólico”²².

A figura do prisma assume uma feição metafórica, uma vez que esse objeto óptico apresenta uma simultaneidade peculiar no que toca às suas respectivas ações – basicamente, dispersar, refratar e/ou refletir a luz. A analogia torna-se válida para as cidades, as quais podem ser apreendidas, concomitantemente, de diferentes maneiras; para isso, basta perceber que os variados sujeitos sociais as experienciam de formas singulares e criativas, (re)inventado a todo momento novos mecanismos de ser e de estar nos espaços urbanos²³. Apenas a título de observação, interessante mencionar o conceito de *narratividade urbana* utilizado pela autora da última citação transcrita: sinteticamente, Eni Orlandi sustenta que a cidade não possui um único narrador; várias são as narrativas, sejam estas conflitantes ou não, que se ancoram nos diversos aspectos urbanos. Nesse sentido, os indivíduos protagonizam espécies de “falas

²¹ CERTEAU, 1994:171.

²² ORLANDI, 2001:08.

²³ Ibidem, p.11.

(des)organizadas”, as quais revelam muito das facetas múltiplas das cidades, sejam através das rodas de conversas, músicas, festas, trabalhos, dentre outros momentos.

Tendo em vista esses aspectos aludidos, a sociabilidade desponta como uma das principais práticas sociais cujos sentidos assumem o papel de reinvenção do cotidiano cidadão²⁴. As relações entre os homens e os diferentes grupos sociais acabam sendo entremeadas de aproximações, resistências, diálogos, distanciamentos e conflitos; e, nessa medida, a cidade passa a ser o palco onde os sujeitos protagonizam suas respectivas histórias. Aliás, muito mais do que isso, os domínios urbanos são as próprias expressões do viver humano. Conforme Ítalo Calvino sugere nas suas plásticas palavras: “As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o seu fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa”²⁵. Enfim, nada mais instigante do que desnudar as variadas possibilidades de se compreender os múltiplos territórios cidadãos...

Ruas urbanas: a simbologia viva das cidades

Verticalizando a presente análise para os espaços urbanos, talvez seja aconselhável que se retome a noção básica de *categoria espacial*. Para que a mesma receba um tratamento adequado pelo pesquisador das ciências humanas, as características de materialidade e de sistemas simbólicos tornam-se um requisito fundamental para as considerações posteriores. Milton Santos qualifica o espaço como algo marcadamente híbrido, tendo em vista as sucessões intermináveis de formas e de conteúdos presentes em sua própria existência²⁶. Em um sentido de complementação a esse argumento, pode-se evocar a definição de Manuel

²⁴ Para uma importante discussão conceitual a respeito da cidade nesse sentido ver CERTEAU, 1994.

²⁵ CALVINO, 1990:44.

²⁶ SANTOS, 2002:24-25.

Castells, a qual articula muito bem a faceta material com as relações sociais que se estabelecem nos diversos espaços citadinos de cada contexto histórico²⁷.

O que não dizer da representatividade das vias urbanas? Aparentemente, as mesmas parecem englobar apenas edifícios, residências, jardins, praças, monumentos... Entretanto, são as ruas as grandes responsáveis pelas vidas das próprias cidades. Viver cotidiano este que concebe esses locais urbanos como o cenário principal da vida coletiva contemporânea. Enquanto *locus* suscetível às múltiplas apropriações, os espaços públicos são as expressões plurais “... do jogo de subjetividades, da constituição de imaginários e de representações cotidianas que freqüentemente extrapolam o controle institucional”²⁸. A dimensão do conflito torna-se, pois, algo bastante recorrente nas experiências dos diferentes indivíduos e grupos sociais: as disputas simbólicas em torno dos lugares a serem ocupados podem ser visualizadas nos simples momentos, até mesmo nas comemorações festivas que concebem as ruas como principais palcos.

Tendo em vista as particularidades aventadas no parágrafo anterior, Sandra Pesavento corrobora com esse tipo de visão polifônica das ruas urbanas ao qualificá-las enquanto:

“... espaço conflitivo do público, espaço partilhado por todos. É na rua que se defronta e se expõe a diferença e onde se exercita o registro de linguagem que nomeia o *outro*. É ainda nas ruas da cidade que se exibem as práticas convenientes, consagradas pela moral, estética, saúde e justiça, de modo que é nessa mesma rua que se torna ostensivo o comportamento desviante”²⁹.

O trecho transcrito apresenta uma riqueza analítica considerável, já que pode ser explorado de variadas formas. Inicialmente, as possibilidades dos encontros entre os diferentes sujeitos nos espaços urbanos são muito bem valorizadas; sublinha-se a dimensão do compartilhamento, a qual pode desencadear em muitos outros conflitos ou em acordos tácitos entre os inúmeros atores sociais. Ademais, a autora consegue perceber a rua dos pontos de vistas antropológico e

²⁷ CASTELLS, 1983:146.

²⁸ VELLOSO, 2004:49.

²⁹ PESAVENTO, 2001:129.

histórico, uma vez que vislumbra a construção da alteridade a partir de preceitos que podem variar de acordo com cada contexto social – no caso, “moral, estética, saúde e justiça” são os tópicos variantes em meio aos itinerários da história.

Por outro lado, Pesavento acaba por oferecer um leque de inspirações para novas pesquisas cujos conteúdos versem sobre as cidades: as ruas seriam espécies de testemunhas das práticas sociais qualificadas como “desviantes”. Ou seja, através das vivências nas vias públicas, muitas foram as estratégias intentadas por alguns grupos no sentido de denegrirem ou desqualificarem os comportamentos e as condutas de determinados sujeitos históricos. Sob essas circunstâncias conflituosas, os espaços citadinos tornavam-se verdadeiras ‘praças de guerra’, na medida em que qualquer desvio dos padrões tidos como ‘corretos’ seria um simples motivo para diversificados embates – sejam estes físicos e/ou simbólicos. Em suma, quer no passado ou mesmo na temporalidade presente das mais variadas sociedades, as ruas conseguem suscitar instigantes sentimentos e percepções no que se refere ao viver cotidiano de seus respectivos frequentadores.

Ao abordar a questão da luta simbólica pelas conquistas das ruas, Manuel Castells observa que a mesma não se limita à “uma pura competição individual, mas opõe os grupos formados pela inserção diferencial dos indivíduos”³⁰. Nessa medida, congregam-se os membros cujas características perpassam por um escopo comum de preferências, sem que isso signifique um sinal de unanimidade. Muito pelo contrário, os complexos processos de “representações, apropriações e práticas culturais”³¹ devem ser compreendidos tanto na perspectiva das singularidades dos sujeitos, bem como pelos traços característicos de determinado grupo social; e, obviamente, tendo como referencial a perspectiva histórica de

³⁰ CASTELLS, 1983:154.

³¹ Tríade conceitual apresentada por CHARTIER, 1990:13-28.

que a cultura não deixa de ser uma constante “arena de elementos conflitivos”³². Conflitos estes que acabam por extrapolar os limites do previsível, ganhando contornos ainda mais claros na atmosfera viva das ruas urbanas...

Como pequeno parêntesis, mas por demais significativo para o tratamento teórico-metodológico da presente pesquisa, interessa sumarizar a perspectiva analítica aventada anteriormente, cuja autoria é de Roger Chartier. O autor explora com muita propriedade a tríade conceitual também já explicitada no último parágrafo: *representação-apropriação-prática cultural*. De maneira sucinta, o referido estudioso compreende as representações como algo construído socialmente e historicamente, tendo como referenciais os interesses dos grupos que as forjam. Já as apropriações podem ser entendidas como as diferentes formas, conflitantes ou não, através das quais os variados atores sociais (re)interpretam as múltiplas representações. Por fim, em um sentido amplo, as práticas seriam uma espécie de produto híbrido entre aquilo que se representa e o que se torna apropriado, de acordo com os preceitos sociais, institucionais e culturais dos diferentes indivíduos e agrupamentos coletivos. Estes anônimos sujeitos consistem nos principais protagonistas das chamadas *culturas urbanas*, cujas formas de expressões e manifestações alternam-se conforme as particularidades de cada contexto histórico. Nesses cenários fluidos e dinâmicos emergem os fundamentos para as contínuas (re)construções das identidades sociais, a partir das quais as cidades ganham contornos ainda mais polifônicos de sentidos. Apesar da questão identitária já apresentar um vasto repertório acadêmico³³, há de se valorizar as novas leituras realizadas constantemente

³² Expressão baseada nos dizeres do historiador inglês E.P THOMPSON. Cf. *Costumes em comum*, p.13-24.

³³ Estudos que vão da psicologia à filosofia, passando pela ciência política, pela antropologia, pela sociologia e pela comunicação social, têm trabalhado diversas facetas da noção de identidade. Embora o conceito assumia nuances e matizes variados, há um certo consenso nas pesquisas mais recentes em abordá-lo a partir de um enfoque relacional e discursivo. Nesse sentido, a identidade é compreendida como uma construção sempre refeita, elaborada no interior de *quadros culturais* e de uma série de interações. É a partir dos sistemas de representação intersubjetivamente partilhados e da relação com o Outro que os sujeitos se compreendem e criam uma visão coerente de *self* (HALL, 2004; GIDDENS, 2002). Interessante assinalar, ainda, que a identidade não é simplesmente moldada pelo exterior. Se a cultura convoca os sujeitos a ocupar certas posições e papéis, as identificações também requerem um posicionamento. É justamente em virtude dessa dialética entre o social e o subjetivo que se podem erigir conflitos sociais em torno de identidades. Indivíduos e grupos podem buscar alterar sentidos existentes acerca de seus *selves*, através de ações políticas (HALL, 2004; MELUCCI, 1996).

pelos pesquisadores brasileiros. Em meio a essa miríade de originalidades, Mônica Velloso tece palavras inspiradoras sobre o assunto:

“O processo de afirmação identitária é conflituoso. Na disputa pelo território físico urbano está implícita concomitantemente a disputa de códigos simbólicos. E são esses diferentes códigos que se expressam no espaço urbano e na cultura cotidiana das ruas. Vale notar que essa força adquire força sobretudo nas festas, lugar de intenso convívio social”³⁴.

O excerto acima transcrito condensa muitos dos referenciais a serem utilizados na presente dissertação, articulando tais temáticas de maneira clara e concisa. Ao mesmo tempo em que apresenta as problemáticas horizontalmente, ou seja, sem hierarquizar as mesmas segundo critérios arbitrários, a autora constrói uma rede plural que intercambia as diferentes dimensões aludidas – no caso, *identidades, espaços urbanos, culturas cotidianas, festas e sociabilidades*.

Tendo como respaldo essa interessante construção teórico-conceitual, a qual norteará também os demais capítulos do presente texto, cumpre acrescentar algumas complementações acerca dos significados das ruas urbanas. Novamente, os escritos de Velloso servirão de base fundamental para que se compreenda os espaços públicos como locais plenos de sentidos e possibilidades: ao lançar luzes sobre os grupos tidos como ‘excluídos’ do regime republicano que acabara de se instalar no Rio de Janeiro das primeiras décadas do século XX, a autora sublinha a capacidade desses anônimos sujeitos em criarem estratégias próprias com vistas à constituição de uma “cidadania paralela”³⁵. Esta última se revelava nas mais diferentes e inesperadas atitudes, sendo as próprias culturas das vias públicas um ótimo exemplo de expressão dessa multiplicidade de vozes. Ademais, segundo as colocações de Velloso: “Na vida social carioca, as ruas são a arena do conflito, o local do trabalho ambulante, do convívio

³⁴ VELLOSO, 2004:32.

³⁵ VELLOSO, 1996:16-18. Nessa obra a autora consegue trazer como ricas contribuições as variabilidades da chamada “modernidade carioca”, atentando-se para as suas respectivas múltiplas características.

social, da ajuda mútua e da troca de informações. É nesse espaço que as camadas populares constroem seus canais de participação e de organização”³⁶.

Transpondo o eixo analítico para o contexto da cidade de Belo Horizonte, pode-se antecipar a ocorrência de algumas similitudes quando a mesma é comparada às perspectivas da capital fluminense; em terras mineiras, também muitos foram aqueles que se viram estigmatizados pelo fardo do preconceito e da intolerância. Munidos de muita criatividade e alegria, esses ‘outros anônimos’ souberam (re)inventar práticas cotidianas, as quais traduziam diferentes maneiras de se expressarem enquanto cidadãos políticos. Os carnavais de rua, por exemplo, constituíam momentos privilegiados em que os foliões belo-horizontinos bradaram suas visões de mundo e posicionamentos próprios. Antes, porém, que se adentre nos universos mágicos das festas, torna-se necessária uma pequena trajetória pelas ruas de Belo Horizonte.

No limiar do século XIX, os planos de uma cidade modernizadora:

Em linhas gerais, a virada dos séculos XIX-XX conseguiu representar as diferentes tentativas de implementação dos referenciais de progresso por parte dos grupos de grande poder político e econômico, tendo como principais precursoras as sociedades européias³⁷. A crença absoluta na ciência, bem como a esperança de que a industrialização seria a melhor alternativa para a superação dos problemas sociais, compunham os diversos projetos modernizadores: as noções de higienismo, a disciplina interna no espaço fabril e a busca pela funcionalidade dos espaços urbanos são apenas alguns exemplos. No caso específico das grandes cidades da época, os conhecimentos urbanistas denotavam o idealismo dos modelos de ocupação dos locais citadinos; através de um discurso pretensamente ‘neutro’ e ‘apolítico’, o urbanismo apresentava-se como alternativa viável diante das dificuldades oriundas do viver coletivo.

³⁶ Ibidem, p.28.

³⁷ Importante enfatizar que o modelo europeu era uma alternativa possível para as camadas sociais que buscavam um ideal de desenvolvimento nas terras brasileiras. Entretanto, não se pode afirmar que houve simplesmente uma transposição dos ideários de civilização e de progresso, sendo o país dotado de uma dinâmica própria e particular. Cf. RIBEIRO, 1996.

Os processos de modernizações das cidades iniciaram-se em terras européias, tendo como princípios fundamentais o ato de se transformar e renovar os espaços urbanos. Os tecidos das *urbes* eram os alvos a serem tratados pelos arquitetos, planejadores, sanitaristas, médicos e engenheiros; nessas circunstâncias, as analogias aos corpos doentes serviam como referenciais através das quais se argumentavam sobre a necessidade de erradicar as mazelas do cotidiano citadino. Tendo em vista a ampla repercussão dos saberes científicos enquanto ‘discursos da competência’, o próprio linguajar científico fora requisitado para o vocabulário daqueles que pretendiam gerenciar o urbano. Se esse último apresentasse qualquer ‘sintoma anormal’, o qual poderia consistir, por exemplo, na falta de moradia adequada para a população, haveria de existir um ‘antídoto’ para essa adversidade. Para Maria Pace Chiavari, qualquer que fosse o “remédio proposto”, os “ingredientes comuns” seriam “... aeração, ventilação, iluminação e limpeza que, nas mãos do poder, vão se transformando em decretos, slogans, pressupostos, paradigmas e justificações para qualquer operação demolidora”³⁸.

Seja nos círculos acadêmicos estrangeiros ou nacionais, percebe-se que existia uma crença compartilhada pelos sujeitos que teorizavam as cidades; segundo a mesma, os ideários de civilização e progresso ofereceriam as melhores alternativas para o viver urbano. O conhecimento técnico-científico mostrava-se como mecanismo ‘infalível’, na medida em que se respaldava em critérios ditos modernizadores. Estes últimos priorizavam diferentes tipos de intervenções que preconizassem uma sociedade voltada para o bem-estar dos indivíduos, tendo no progresso das ciências um forte aliado. Muito mais do que a emergência de locais viáveis do ponto de vista dos serviços urbanos, almejavam-se também cidades permeadas de qualitativos como “chiques, belas e agradáveis”³⁹. Na visão dos contemporâneos daquela época, os projetos de modernização citadina chegavam a assumir os papéis de ‘autênticas bulas de medicações’, podendo ser aplicadas

³⁸ CHIAVARI, 1985:571.

³⁹ PESAVENTO, 1996:389.

tanto em tecidos urbanos mais antigos, como nas famosas reformas de Paris e do Rio de Janeiro, bem como nas construções de novas territorialidades.

Em meio a esse contexto de utopias e planejamentos, havia uma longa discussão em torno da necessidade de se construir ou não uma nova capital para o Estado de Minas Gerais⁴⁰. Os argumentos favoráveis à substituição da antiga Ouro Preto compunham os projetos dos políticos mudancionistas, os quais se sustentavam em alguns presságios como: o isolamento geográfico e a topografia acidentada do terreno ouro-pretano poderiam dificultar futuras expansões; havia a necessidade de se consolidar um centro político e administrativo que evitasse o separatismo e facilitasse as influências de Minas Gerais no cenário nacional; e urgia desenvolver na República recém-instalada um *locus* propício às modernas atividades intelectuais, industriais e financeiras. Ao analisar mais detidamente esse processo de emersão da nova capital, Letícia Julião afirma que:

“A atmosfera de incerteza política e de efervescência ideológica dos primeiros anos da República, em meio a necessidade de legitimar o regime, instaurado por um golpe militar, sem dúvida delineou um horizonte favorável ao gesto ousado de construção de uma cidade-capital”.⁴¹

Após acirradas disputas veiculadas nas searas políticas - cujas considerações não poderão ser aprofundadas devido aos limites da presente dissertação - o governo estadual materializou os anseios dos representantes que defendiam a mudança da sede mineira. Os decretos-leis que versavam sobre o assunto já foram abordados por diversos estudos, dentre os quais cumpre destacar o de número 680, datado de 17/12/1893: o conteúdo explicitava que o planejamento da futura capital deveria obedecer às exigências modernas de higiene, conforto, monumentalidade, elegância e embelezamento urbanísticos⁴². Havia, portanto, uma grande

⁴⁰ Há vários estudos consistentes sobre a construção de Belo Horizonte e seus respectivos primeiros anos: a coleção de artigos organizados por Eliana Dutra, bem como as dissertações de Regina Helena da Silva e de Michel Le Ven, além da tese de Berenice Guimarães são alguns desses principais títulos.

⁴¹ JULIÃO, 1996:49.

⁴² As informações do decreto estão registradas e discutidas em SILVA,1991:14.

preocupação das autoridades em dotar o novo espaço de acordo com as mais atuais tendências do urbanismo da virada dos séculos XIX-XX.

Antes mesmo da escolha do local que abrigaria o aparato político-administrativo da sede do governo mineiro, formou-se uma *Comissão Construtora* cujas incumbências principais seriam o planejamento e o encaminhamento das obras. Na tentativa de afastar as inúmeras sugestões e polêmicas que despontariam nesse contexto de definições, tendo no perfil urbanístico da cidade um dos pontos mais controversos, os poderes governamentais decidiram “... formar uma comissão técnica autônoma, a quem caberia, sob o exercício da racionalidade, propor ordenação ideal para a nova capital”⁴³. Chefiada pelo engenheiro Aarão Reis, homem este que se alinhou aos desígnios parisienses de urbanismo, o traçado da cidade fora pensado tendo em vista os preceitos de modernização e saneamento da época. Ao recuperar o esquema clássico do barroco tardio de tradição ibérica, aliado a alguns modismos franceses, o plano urbanístico da capital mineira priorizou a rigidez delimitada através de linhas e esquinas retilíneas⁴⁴. Além disso, havia uma grande preocupação com os aspectos técnicos e estéticos da *urbes*, sendo que Reis também previu algumas de suas possíveis expansões e desenvolvimentos futuros.

Após vários e exaustivos estudos em diferentes regiões de Minas Gerais, cinco localidades despontaram como as áreas mais viáveis para a construção desse projeto modernizador. O então arraial do Curral del Rei, atual Belo Horizonte, sagrou-se vitorioso na votação realizada na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, derrotando os demais concorrentes como Barbacena, Juiz de Fora, Paraúna e Várzea do Marçal. Aliás, os relatórios analíticos da *Comissão Construtora* apontavam essa última localidade em condições muito semelhantes às inventariadas no Curral del Rei, senão até mesmo melhores; em consequência, as alianças e os acordos firmados entre os políticos que acabaram decidindo ante as opções oferecidas pela equipe de técnicos. Segundo Berenice Magalhães, apesar de Aarão Reis preferir a localidade

⁴³ GUIMARÃES, 1996:127.

⁴⁴ MONTE-MÓR, 1994:14.

de Várzea do Marçal, o engenheiro evitou se posicionar explicitamente; isso porque o projetista acreditava que quaisquer que fossem as escolhas empreendidas, os conhecimentos científicos conseguiriam superar os problemas adversos de relevo, solo e topografia. Em poucas palavras, a decisão pela futura *Cidade de Minas* – primeiro nome recebido por Belo Horizonte – utilizou-se de critérios marcadamente políticos⁴⁵.

O processo construtivo da nova capital fora bastante rápido, levando aproximadamente dois anos para que ocorresse a inauguração no dia 12 de dezembro de 1897. Ao dividirem a planta da cidade em três grandes áreas de influência – zonas urbana, suburbana e agrícola – os planejadores intentaram desenvolver um modelo de *urbes* auto-suficiente, almejando um intercâmbio entre os referidos espaços. Entretanto, o resultado prático dessas intencionalidades acabou gerando um desenvolvimento desigual, acompanhado de uma considerável segmentação dos lugares de sociabilidade. Sob tais circunstâncias, enquanto o centro citadino apresentava uma razoável infra-estrutura dos serviços urbanos, as regiões periféricas sofriam ainda mais com a falta de investimentos governamentais, mesmo concentrando a maioria da população belo-horizontina. Dessa forma, já nos seus primeiros anos de vida, Belo Horizonte enfrentava sérios problemas de transportes, água tratada, energia elétrica e saneamento básico nos bairros suburbanos situados fora da Avenida do Contorno⁴⁶. Concomitantemente, a zona urbanizada permanecia muito vazia, uma vez que os valores dos imóveis eram incompatíveis com o poder aquisitivo da maioria dos habitantes; ademais, essa própria ‘área nobre’ era alvo de críticas dos belo-horizontinos, haja vista que a região necessitava de várias outras obras públicas.

⁴⁵ GUIMARÃES, 1996:125.

⁴⁶ Inicialmente, a capital mineira se dividiria em três áreas principais: a central urbana, a suburbana e a rural. O centro citadino acabaria delimitado pela Avenida do Contorno - então denominada como 17 de Dezembro - apresentando um traçado geométrico similar a um tabuleiro de xadrez. Nessa medida, importa destacar o caráter simbólico do cinturão da Avenida do Contorno, o qual, pelo menos inicialmente, segregava os espaços de Belo Horizonte, na medida em que delimitava de forma clara as zonas urbana e suburbana.

Contudo, desde o momento da sua fundação oficial, Belo Horizonte recebeu o qualitativo de ser uma das primeiras cidades planejadas do Brasil⁴⁷. Os desejos e as intenções principais de seus planejadores acabaram por se centrar na prática do cientificismo urbano, tendo como meta primordial o controle sistemático dos diversos movimentos citadinos – estes últimos poderiam se alternar desde o estabelecimento de simples regras de circulação para veículos e transeuntes, chegando até mesmo na divulgação de algumas práticas de ‘bom comportamento’ nos espaços públicos. Dessa forma, as esferas políticas e científicas se integravam em um tipo de relação que, na maioria das vezes, pretendia instaurar o planejamento belo-horizontino como inibidor das ações cotidianas dos diferentes indivíduos e grupos sociais. Metaforicamente, pode-se afirmar que a prancheta dos engenheiros “não levou em consideração o elemento humano”⁴⁸ como algo fluido, dinâmico e multifacetado. Ademais, as colocações de Silva apontam para uma importante síntese do presente conteúdo já exposto:

“O surgimento de uma imagem para a cidade de Belo Horizonte tem um discurso extremamente técnico e pretensamente fundador da república que se queria para o país. Os estudos quantificados de como deveria ser a cidade; uma pretensa zonização, em que a organização do espaço urbano seria dada por meio da divisão territorial das funções; e, finalmente, uma aparência de solidariedade social ao invés do conflito, são pontos dos relatórios da Comissão que planeja e constrói a cidade e que nos leva a pensar em qual República se queria”.⁴⁹

A autora articula muito bem o processo de construção da imagem cidadina enquanto uma representação almejada pelos planejadores, elencando, inclusive, alguns aspectos que corroboram para a constituição dessa identidade de cidade ordeira e coesa. Com isso, na tentativa de desconstruir essa imagem conciliatória e harmônica de Belo Horizonte, Regina Helena afirma que houve uma valorização da “solidariedade social” em detrimento dos conflitos e embates urbanos; tais ponderações acabam por serem muito úteis para que se engendrem novas análises que não repitam simplesmente os preceitos do discurso oficial.

⁴⁷ Cronologicamente, as principais cidades modernas que foram planejadas no Brasil: Teresina (1852), Belo Horizonte (1897), Goiânia (1935) e Brasília (1960). Observação anotada em GUIMARÃES, 1996:138.

⁴⁸ CASTRO, 1997:112.

⁴⁹ SILVA, 2003:151-52.

Nessa medida, a capital belo-horizontina pode oferecer outros caminhos a serem investigados que não sigam necessariamente as linhas retas da cidade planejada.

Em tempo, cumpre assinalar que a qualificação ‘capital modernizadora’ merece alguns rápidos questionamentos: Belo Horizonte era considerada dotada de modernização em relação a que? A partir de quais elementos se construiu essa identidade? O que poderia ser remetido ao tradicional? Letícia Julião reforça o argumento de que várias imagens sobre a futura capital começaram a serem formadas antes mesmo de sua inauguração oficial: signo emblemático dos novos tempos republicanos, centro de desenvolvimento intelectual e de formas de riqueza e trabalho, *locus* irradiador do progresso e da civilização com base no modelo europeu são apenas alguns aspectos que podem ser suscitados. Em suma, a nova *urbes* sugeria um estilo de vida cosmopolita, cujos elementos estariam em constantes transformações, tendo como meta a ser superada os vestígios de uma sociedade considerada rural e arcaica⁵⁰. A modernização do antigo Curral del Rei significava, também, a derrubada completa de um simples arraial para a construção de uma cidade com vistas ao monumentalismo e ao abrigo do poder estadual⁵¹.

Nesse contexto fundante, a cidade belo-horizontina buscava romper com o passado colonial e escravista, cujo principal símbolo estaria sustentado em Ouro Preto, um dos centros irradiadores das minas auríferas⁵². Tal temporalidade contemplava o regime monárquico enquanto prática política dominante, sendo a antiga sede do governo comumente associada ao “nosso passado obscuro, triste, cheio de erros e equívocos representado pelas ladeiras, becos e vielas, pelos casarões e construções arcaicas da velha capital...”⁵³. A recente *urbes* consistia, portanto, em uma das alternativas viáveis para que se desatassem os laços coloniais, no intuito

⁵⁰ JULIÃO, 1996:49.

⁵¹ CHIAVARI, 1985:583.

⁵² Para uma discussão completa a respeito das imagens da cidade de Belo Horizonte em oposição à antiga capital Ouro Preto ver SILVA, 2003.

⁵³ *Ibidem*, p.153.

de se inaugurar um tempo de reordenação política e social para o país; ou seja, a nova capital seria uma espécie de utopia do projeto republicano brasileiro⁵⁴. Apesar dos processos de se conceber cidades modernizadoras acontecerem nas mais diversas regiões do mundo, Belo Horizonte apresentou uma grande novidade no contexto do Brasil: pela primeira vez as influências parisienses aconteceram em um espaço marcadamente novo, ou melhor, espacialidade esta que adveio após a destruição de uma simples localidade rural – no Rio de Janeiro, por exemplo, houve as transformações em locais urbanos já construídos.

Realizadas as referidas ponderações, cumpre problematizar em até que medida essa conclamada modernização se fez presente no cenário urbano recém-fundado nos finais do século XIX. Além disso, cabe avaliar se houve uma extensão desse espírito de ‘república’ para todos os moradores citadinos. No que toca às peculiaridades da cidade, alguns autores teceram importantes reflexões a respeito do assunto: por exemplo, Ciro Flávio de Mello considera que o rompimento proposto pelos idealizadores de Belo Horizonte não se realizou de forma radical e traumática. Muito pelo contrário, a nova capital surgiu vinculada à antiga Ouro Preto, haja vista que esta última passou a ser considerada como um espaço sagrado, não obstante às heranças monárquicas⁵⁵. Já Silva corrobora com esse posicionamento ao inferir que a cidade ouro-pretana, através dos intrincados processos de memória, também fora qualificada enquanto gênese da República – as imagens de “espaço de revolta”, “lugar de rebelião”, “busca de liberdade” são citados pela autora como as principais adjetivações⁵⁶. Dessa forma, a noção de ‘modernizador’ veiculada na época não pretendia estabelecer um rompimento radical com o chamado ‘tradicional’, realizando uma espécie de conciliação entre ambos.

Em outra leitura crítica muito importante sobre a temática, Letícia Julião afirma que:

⁵⁴ JULIÃO, 1996:50.

⁵⁵ Cf. MELLO, 1996.

⁵⁶ SILVA, 2003:153.

“Longe de constituir-se em um espaço adequado ao surgimento de uma sociedade politicamente ativa, composta de indivíduos emancipados e convertidos em cidadãos, a cidade engendrou uma experiência de modernidade ambígua e paradoxal, na qual a vida pública, em particular, estava repleta de distorções.”⁵⁷

As atribuições “ambígua” e “paradoxal” à modernização belo-horizontina acabam por conformar um tipo de percepção que diferencia as práticas cotidianas dos topônimos do planejamento racionalizador. Em outras palavras, a autora consegue perceber que a vivência urbana dos moradores de Belo Horizonte estaria longe de confirmar aquilo que tanto se enaltecera em seu discurso fundante; diante disso: onde estariam os pressupostos de cidade ideal para os diferentes indivíduos? A quem pertenceria os direitos de cidadão republicano? Quais eram os mecanismos de exclusão dessa capital planejada? Eis alguns exemplos de perguntas que poderiam nortear os trabalhos que abordem o contexto histórico belo-horizontino nas primeiras décadas de sua fundação.

Não se pretende aqui responder tais problematizações em poucas linhas – mesmo porque essas indagações estarão presentes ao longo de todos os capítulos do presente estudo – entretanto, algumas colocações podem ser realizadas sob esse eixo norteador, tendo em vista as abordagens consolidadas de certos autores. Berenice Guimarães afirma, por exemplo, que “o novo, o modernizante chegava, pois, a Minas não pela via política, mas pelo lado técnico da ‘racionalidade científica’”⁵⁸. Posteriormente, a autora acrescenta que nem mesmo o projeto do engenheiro Aarão Reis conseguiu corresponder às expectativas iniciais: os sucessivos problemas infra-estruturais de água, luz e transportes, além da grande negligência para com as áreas suburbanas da cidade foram muito desgastantes para a população local⁵⁹.

⁵⁷ JULIÃO, 1996:52.

⁵⁸ GUIMARÃES, 1991:42. Apenas como pequena observação, interessantes e bem colocadas as aspas na expressão “racionalidade científica”.

⁵⁹ Interessante sublinhar que o estudo de Berenice Magalhães se atenta para os conflitos existentes na dinâmica estabelecida entre o poder público e os trabalhadores, tendo como foco primordial a questão da moradia. Cita-se, por exemplo, apenas mais um aspecto excludente de Belo Horizonte: além do planejamento do engenheiro-chefe Aarão Reis ser muito segregacionista, o mesmo não previa sequer um local onde os trabalhadores urbanos pudessem morar adequadamente.

Tendo em vista esse panorama de adversidades, o caso belo-horizontino não se distinguia muito das cidades do país que passaram pelos processos de modernização urbana. As palavras de Silva atestam que essas reformas “... deixaram de levar em conta as reais necessidades dos habitantes, optando por organizar uma cidade para o avanço do capital e excluindo dos benefícios urbanos a ampla maioria da população”⁶⁰. Ou seja, o sentido de ‘república’ já nascera sob o signo da negação e da exclusão para os anônimos sujeitos históricos que experienciavam o tecido urbano. Na visão daqueles que detinham um acentuado poderio político-econômico, o espírito do republicanismo deveria se manifestar através de uma disponibilidade da ‘coisa pública’, ou seja, vangloriava-se uma espécie de tutela à população cidadina. Entretanto, os atores sociais criavam a todo momento novas estratégias para driblar essa pretensa hegemonia, cujas características ancoravam-se em um fazer próprio da política. Dessa forma, Belo Horizonte acabou por apresentar, portanto, inúmeras fissuras e brechas que destoavam da uniformidade de uma *urbes* planejada: esses elementos, ao emergirem no cotidiano belo-horizontino, conseguiram (re)criar significados polissêmicos nas vivências dos espaços urbanos. Entre o planejamento urbanístico e as práticas apreendidas pela história, os conflitos citadinos emergem como possibilidades instigantes para a compreensão das várias facetas da capital dos mineiros.

Breve percurso pelas ruas belo-horizontinas:

Em linhas gerais, o espaço público belo-horizontino fora pensado com intuito de explicitar um modelo urbano associado às modernizações citadinas do início do século XX. As características principais que permeavam sua respectiva constituição eram as noções de monumentalidade, simetria, higienismo, funcionalidade e organização racional⁶¹. Um dos objetivos primordiais dos planejadores consistia na busca de um *locus* a partir do qual as

⁶⁰ SILVA, 2003:147.

⁶¹ Tais qualificações foram inspiradas em GUIMARÃES, 1991:44.

circulações ordenadas de veículos, transeuntes, capitais, trabalhos, notícias e informações seriam uma das finalidades últimas. Em suma, almejava-se a emersão de uma cidade previsível e funcional, cujas particularidades apontavam para um pretenso controle social da população. Nas palavras de Letícia Julião, era nítido perceber que “... a geometria clara e arejada concorria, de acordo com as premissas urbanísticas, para a higiene coletiva, cerceando proximidades e contágios promíscuos entre os homens e entre esses e os elementos ambientais suspeitos”⁶². Mesclavam-se, portanto, os fundamentos científicistas aos conhecimentos arquitetônicos de uma futura metrópole, conformando algumas das diretrizes adotadas para o planejamento de Belo Horizonte. A questão urbana estava intimamente ligada às pretensas reformas sociais, as quais se faziam presentes também em outros espaços urbanos desde o transcurso do século XIX. Nessa medida, intervir na cidade significava estabelecer tentativas de direcionar os diferentes movimentos oriundos do cotidiano, principalmente aqueles que envolvessem os comportamentos indivíduos e grupos sociais.

Aguçando o olhar para as particularidades belo-horizontinas, cumpre notar que as ruas e as avenidas da capital mineira tornaram-se os princípios organizativos da paisagem urbana, representando os papéis de importantes artérias para as circulações ‘adequadas’ de mercadorias, serviços e pessoas⁶³. Alinhando-se às tendências de outras reformas urbanísticas, os espaços urbanos de Belo Horizonte foram concebidos prioritariamente como locais de passagem, já que em uma cidade rasgada por retas longas, largas e uniformes, poucos seriam os locais de convivência entre os seus respectivos habitantes. As praças públicas, por exemplo, eram vistas somente como simples pontos de convergência entre as vias de trânsito belo-horizontinas, além de estarem presentes em pequeno número⁶⁴. Dessa forma, as vias da cidade não estimulavam, enquanto *locus público*, os encontros fortuitos entre os diferentes sujeitos históricos; havia, pois,

⁶² JULIÃO, 1996:57.

⁶³ *Ibidem*, p.58.

⁶⁴ ANDRADE & MAGALHÃES, 1989:71.

uma clara intenção de se fomentar o isolamento com vistas a dificultar a sociabilidade urbana⁶⁵. Caso houvesse uma ocupação circunstancial devido a um evento de rua como o carnaval, logo se estabeleciam regras gerais no que toca aos três dias de folia e aconselhamentos para o público freqüentador: enquanto no primeiro caso priorizavam-se elementos como horários das festas, logradouros ocupados e funcionamento do comércio especializado, no outro afloravam espécies de mensagens que procuravam distinguir aquilo que era luxuoso, requintado e polido das formas consideradas rudes, grosseiras e incivilizadas. Por mais que toda essa logística aventada anteriormente ocorresse em outras cidades e fosse também necessária para o bem-estar da população, as ocorrências dessas ações em Belo Horizonte afloravam de uma maneira ainda mais incisiva.

Dessa forma, as intencionalidades do projeto de modernização da capital mineira visavam a um viver coletivo sem maiores contratempos; novamente, a recorrência ao estudo de Letícia Julião torna-se necessária, haja vista a agudez em qualificar o responsável pela construção de Belo Horizonte como um “geômetra social”. Segundo a autora: “O seu alto grau de abstração e seu rigor professavam a utopia de se traçar com régua e compasso uma ordem social harmônica, unitária, onde não haveria lugar para a chamada desordem urbana”⁶⁶. Porém, imprescindível explicitar que as tentativas de ordenamento sistemático da vida cotidiana belo-horizontina não se limitaram às pranchetas dos urbanistas e engenheiros. Muito pelo contrário, integravam esse tipo de discurso as opiniões dos intelectuais, médicos, sanitaristas, políticos, profissionais liberais, literatos e membros de tradicionais famílias. Outra ressalva de fundamental importância reside na

⁶⁵ CASTRO, 1997:32. Como exemplo analítico, a autora Maria Céres Castro aponta para as grandes dificuldades que os movimentos sociais enfrentaram nos primeiros anos de Belo Horizonte, já que era muito problemática a ocupação das ruas do centro da cidade até meados da década de 10.

⁶⁶ JULIÃO, 1996:56.

percepção de que por mais que houvesse um consenso quanto à ocupação das ruas, não se pode ignorar a possibilidade de algumas dissonâncias internas em meio a esses sujeitos já citados⁶⁷.

Concomitantemente à referida concepção funcionalista de cidade - tendo como contexto a Belo Horizonte das primeiras décadas do século XX - havia um culto inveterado aos estilos de vida cosmopolitas, cujos referenciais se pautavam nos ditames europeus de civilização e progresso. No panorama nacional, a capital federal do Rio de Janeiro despontava como grande vanguarda para os espaços urbanos que estavam em crescimento ou sendo remodelados: bares, cafeterias, cinemas, hotéis, exposições artísticas e manifestações cívicas eram alguns dos novos elementos a serem apreciados pelos indivíduos de uma sociedade pretensamente seleta. As valorizações desses estilos de vida eram acompanhadas por muitos adeptos, os quais desqualificavam qualquer tipo de comportamento que desviasse dos padrões ditos modernizadores e civilizados. Os discursos proferidos que compunham tais recomendações assemelhavam-se muito ao linguajar científico da época: primeiramente existia o relato de um diagnóstico geral sobre a situação encontrada; na seqüência, um laudo técnico era emitido, cujos objetivos consistiam em explicitar mais detidamente os fragmentos inventariados; por fim, receitava-se o ‘remédio’ a ser ministrado pelos cidadãos. Existia, portanto, um nítido caráter de ciência que permeava as nuances da vida social, muito no sentido de erradicar tudo aquilo que ameaçasse o projeto modernizador da capital mineira. Em suma, almejava-se construir a cidade para que mudanças também ocorressem na sociedade da época.

Conforme já afirmado, antes mesmo antes da sua inauguração oficial em 1897, Belo Horizonte suscitava alguns tipos de imagens construídas pelos planejadores e seus diferentes adeptos – sejam estes últimos governantes, membros das camadas mais abastadas ou profissionais técnicos da engenharia. Para além dos preceitos da modernização urbanística, os

⁶⁷ Tal assunto será debatido nos dois capítulos subseqüentes, interessando no presente momento apenas vislumbrar a grande hesitação por parte desses grupos sociais no que se refere ao comportamento da população nos espaços públicos.

quais seguiam tendências existentes em várias partes do mundo, os ideários calcados pela *Comissão Construtora* conseguiam projetar noções do tipo ‘a cidade do vir a ser’; ou seja, o futuro acabava surgindo como uma temporalidade que abarcaria os traços identitários da capital mineira. Por causa disso a cidade belo-horizontina parece nunca estar definitivamente pronta, haja vista que continuavam (e ainda continuam) as buscas obsessivas por alguma característica que marcasse sua identidade. Tomando-se como referência a perspectiva da longa temporalidade, englobando com isso alguns valores contemporâneos, observam-se diferentes tentativas de cunhar qualificações dos tipos: ‘cidade modernizadora’, ‘cidade jardim’, ‘cidade moderna’, ‘cidade dos negócios’, ‘cidade dos bares’. Tais topônimos, portanto, carregam consigo mesmas expectativas a serem realizadas; no caso específico do carnaval, desde os primeiros anos da capital mineira havia os notáveis desejos de implementar folguedos semelhantes aos cariocas. Esse tipo de projeção compactuava com os planos futuros de uma *urbes* modernizadora e civilizada, tendo nas próprias expressões culturais dos cidadãos a vontade de se fomentar a imagem de cidade do futuro, desconsiderando muitas vezes o presente.

Entretanto, muitas outras cidades despontavam no interior dessa Belo Horizonte planejada... Aliás, o próprio crescimento da capital - que fora previsto para se realizar da região central para as zonas mais afastadas - ocorreu de forma a explicitar as inúmeras variantes dos espaços belo-horizontinos: a periferia acabou sendo a área mais ocupada inicialmente, grandes vazios integravam a paisagem dos bairros planejados, além da região central ser alvo de disputas simbólicas para a sua respectiva ocupação. Ao analisar a questão da moradia nas primeiras décadas da cidade planejada, Berenice Martins Guimarães infere que:

“Embora toda a argumentação se baseasse em princípios estéticos, havia uma questão social embutida, que envolvia a elitização e a hierarquização do espaço,

especialmente no que se refere à zona urbana, destinada à elite. Assiste-se então a uma luta sem tréguas para limpá-la dos ocupantes indesejáveis, o que imprimiu um caráter segregativo à cidade, principalmente no que diz respeito às classes mais pobres”.⁶⁸

O simples destaque a esse processo de luta simbólica entre os diferentes grupos sociais apontaria para a dimensão conflitiva de Belo Horizonte. E são justamente esses estudos que sugerem a existência de outras vozes e de múltiplos atores sociais protagonizando a história belo-horizontina. A partir dessas ponderações, o pressuposto inicial de que os espaços públicos da capital mineira seriam predominantemente vias de circulação infunda-se, haja vista que os próprios viveres cotidianos dos sujeitos históricos alteraram os sentidos e significados desses lugares. Apesar de haver a intenção inicial em transformar as vias urbanas belo-horizontinas como locais de fluxos de pessoas, veículos, mercadorias e serviços, tais espacialidades acabaram sendo freqüentadas de maneiras criativas pelos variados indivíduos e agrupamentos citadinos.

O aguçamento do olhar crítico permite vislumbrar as ocorrências de inúmeras fissuras e brechas que emergiam no dia-a-dia da capital mineira nos primeiros decênios do século XX, singularidades estas que destoavam da uniformidade da *urbes* planejada. Para isso, nada melhor do que uma análise mais atenta para as culturas urbanas de Belo Horizonte: a heterogeneidade das manifestações e práticas culturais conotavam um universo rico de possibilidades, a partir das quais a cidade era continuamente (re)construída. As ruas da recente capital seriam espécies de palcos principais, onde os diferentes indivíduos e grupos sociais perfilavam suas preferências e visões de mundo. Nesse sentido, mesmo aqueles que estivessem excluídos da participação na vida sócio-política, poderiam subverter as conclamadas lógicas reducionistas; além disso, havia a possibilidade de transpor os limites pré-estabelecidos de uma cidade que se apresentava como expressão da República recém-fundada. Contrários àqueles que concebiam os valores de *res*

⁶⁸ GUIMARÃES, 1991:118.

publica como instrumentos através dos quais os dirigentes disponibilizavam a ‘coisa pública’, esses anônimos atores históricos procuraram tecer novas alternativas que descartassem qualquer tipo de tutela oriunda daqueles que se diziam ‘poderosos’.

Dentre as diversas maneiras de se ocupar criativamente os espaços públicos de Belo Horizonte, os carnavais de rua emergiam como uma das mais expressivas manifestações culturais. Ao discorrer sobre essa festividade coletiva, Mônica Velloso reitera que: “no carnaval, o que é latente vem à tona revelando novos significantes e significados. Daí a importância do espaço da festa, capaz de revelar sociabilidades que, inicialmente, passam despercebidas na rotina, mas acabam sendo integradas por ela”⁶⁹. No caso específico belo-horizontino, os festejos carnavalescos conseguiram (re)inventar os espaços urbanos enquanto *locus* primordial do convívio público. Por mais que houvesse divergências nas maneiras de se representar e apropriar-se dos chamados *dias gordos*, os diferentes cidadãos acabaram por expor muitos dos conflitos e acordos que integravam o tecido social da época. E as ruas de Belo Horizonte testemunharam muito bem isso, conformando um tipo de cidade que não obedecia às lógicas unívocas e excludentes dos traçados da capital moderna.

Nessas circunstâncias, interessa sublinhar que o viés teórico-metodológico do presente estudo não se resumirá em simples pares dicotômicos tais como: *carnaval autorizado X carnaval subversivo*; *cultura erudita X cultura popular*; *cidade moderna X cidade tradicional*; *cidade imaginada X cidade vivida*. Muito pelo contrário, a tentativa será perceber a existência de um trânsito dinâmico entre essas instâncias analíticas, apontando para as múltiplas apropriações que os variados sujeitos e grupos sociais realizaram no cotidiano de Belo Horizonte. Dessa forma, a cidade acabará sendo revisitada em sua diversidade de vivências, descartando versões que a conformam em meros esquematismos ou que a

⁶⁹ VELLOSO, 2004:42.

percebam como uma totalidade única⁷⁰. Os conflitos e embates do viver coletivo emergirão como expressões múltiplas das atitudes dos variados sujeitos que experienciaram os tecidos urbanos na virada dos séculos XIX-XX. Tal pluralidade de sentidos, que ainda permeia o processo histórico belo-horizontino, fora também qualificada por Eliana Dutra; de uma maneira sintética, a autora destaca que :

“... a cidade de Belo Horizonte é um espaço de história e de cultura, edificado não só pela vontade política de seus governantes, mas também pelas escolhas de seus moradores, pela diversidade das experiências e práticas sociais dos que nela habitam, pelos atos cotidianos de seus cidadãos, pelas tradições e valores históricos sedimentados em meio a vivências urbanas de longa maturação”.⁷¹

Caso se adote essa perspectiva como um dos referenciais norteadores, o estabelecimento de um diálogo profícuo entre as reflexões teóricas e as fontes históricas inventariadas para a presente pesquisa será em muito facilitado. Em meio ao universo polissêmico da cidade, o carnaval de Belo Horizonte pode revelar caminhos até então imprevisíveis pelas suas singulares ruas. Ruas estas que têm muita história para contar...

As festas como protagonistas da cidade:

Os fenômenos das festas permeiam as variadas sociedades desde as mais remotas temporalidades, sendo impraticável apontar com alguma precisão quando das suas respectivas origens. Da mesma forma ocorre com os festejos carnavalescos, haja vista que tais comemorações remontam aos complexos rituais pagãos da Antiguidade, tornando-se muito difícil evidenciar qual o núcleo fomentador dessa festividade milenar. Ademais, a simples discussão de um assunto rico e vasto como esse acabaria por desviar o foco central do presente trabalho, cujas características se restringem ao contexto cultural belo-horizontino da virada dos séculos XIX-XX. Entretanto, caso se adote temporariamente a perspectiva de se avaliar as festas sob um regime de longa duração, duas características comuns emergem sob essas circunstâncias: as manifestações festivas

⁷⁰ DUTRA, 1996:06.

⁷¹ Ibidem, p.06.

traduzem muito a respeito dos ‘universos mágicos’ das variadas culturas, além de se interligarem às ‘experiências cotidianas’ dos indivíduos e grupos sociais imersos nesses contextos históricos⁷².

Dentre as inúmeras possibilidades de se abordar os festejos coletivos, a obra de Jacques Heers consegue indicar algumas análises sem que as mesmas se infundem em abstratas generalizações. Mesmo se restringindo ao período da chamada ‘Idade Média’, o estudioso tece comentários alusivos às festas pagãs, os quais podem se estender para outras temporalidades; em meio aos muitos aspectos inventariados, destacam-se: a ampla e notável sociabilidade construída pelos diferentes participantes; as rivalidades e os confrontos entre os integrantes podiam assumir amplos contornos; a dimensão política se fazia bastante presente, inclusive nos pequenos detalhes; e, por fim, havia uma vasta gama de situações ambíguas vivenciadas pelos festeiros⁷³. Dessa forma, percebe-se que os tópicos referendados servem como plausíveis alternativas para a compreensão do carnaval de Belo Horizonte, na medida em que algumas características dos festejos da capital mineira também se assemelhavam às “festas de loucos”⁷⁴ apreciadas por Heers.

Ainda no que toca aos aspectos gerais das festividades - estendendo, portanto, nosso olhar para além das dimensões medievais e contemporâneas - cumpre demarcar que essas celebrações coletivas singularizam-se por serem expressões marcantes da civilização humana. Isso devido ao fato de que a festa qualifica a si mesma, tendo em vista as próprias atitudes dos indivíduos e grupos sociais, (re)criando um lugar utópico da universalidade, da liberdade e da abundância⁷⁵; em outras palavras, o princípio festivo fecunda de sobremaneira os domínios plurais da vida sócio-cultural nos mais diferentes transcurso da história. Em tom reflexivo sumarizante, Mikhail Bakhtin assegura que a festa “... pode empobrecer-se, às vezes mesmo degenerar, mas não pode

⁷² Gostaria de sublinhar aqui, nessa simples nota de rodapé, a grande satisfação que tive em ministrar a disciplina *Universos mágicos e experiências cotidianas no viver coletivo das festas* durante o segundo semestre de 2005. Sou eternamente grato aos meus alunos – cujas procedências das diferentes áreas do conhecimento (comunicação social, engenharia, história, pedagogia e turismo) tornaram os nossos encontros ainda mais instigantes – atores estes que em muito contribuíram para a minha formação profissional e humana.

⁷³ HEERS, 1987:09-26.

⁷⁴ Expressão que compõe o título da mencionada obra de Jacques Heers.

⁷⁵ SOIHET, 1999:166.

apagar-se completamente. Ela é isenta de todo sentido utilitário [...] é preciso também não arrancar a festa à vida do corpo, da terra, da natureza, do cosmos”⁷⁶. Ou seja, o autor acaba conformando uma espécie de inerência das festividades às próprias experiências vivenciadas pelos diferentes atores, descartando que essas manifestações culturais venham a desaparecer eventualmente. Tal perenidade pode ser explicada pelo fato dos festejos se vincularem de sobremaneira aos universos múltiplos de representações e apropriações coletivas, viabilizando constantes processos de (re)vigoramentos. Enfim, enquanto houver vida, a festa estará garantida...

Tendo em vista essa presença marcante por entre as diversas sociedades humanas, as dimensões históricas auxiliam a vislumbrar muitos dos traços característicos dos festejos. Isso porque os exercícios com os referenciais de tempo e espaço acabam desnudando várias das particularidades de cada contexto histórico, bem como percebendo quais as permanências mais visíveis entre duas temporalidades distintas. Assim como a história, as festas são ricas de personagens, dinamicidades, variações, possibilidades, conflitos, ambigüidades, acordos e significados; dentre essa polifonia de adjetivações, urge destacar os anônimos protagonistas que freqüentaram as mais diferentes festividades pelos meandros da vida social. No caso específico das culturas urbanas, os festejos das ruas ganharam significativas relevâncias nos momentos em que os sujeitos históricos vivenciaram os tecidos das cidades; em um misto de criatividade e autonomia, os variados integrantes das populações citadinas souberam (re)criar suas próprias histórias através das festas.

Ao se privilegiar o carnaval belo-horizontino como objeto de análise historiográfico, pode-se afirmar que os homens e as mulheres que organizaram e participaram dessas antigas manifestações carnavalescas fomentaram múltiplos sentidos para suas respectivas existências. Diante dos adereços, fantasias, músicas e danças pertencentes aos desígnios do deus Momo, esses atores históricos – sejam comerciantes, profissionais liberais, estudantes, trabalhadores –

⁷⁶ BAKHTIN, 1999:241.

imprimiram os seus próprios desejos e paixões, engendrando novos sentidos individuais e/ou grupais para os carnavais das primeiras décadas do século XX. Nessa medida, aventa-se que os intrincados relacionamentos entre as festividades e a história consolidam-se ainda mais, uma vez que essas manifestações culturais “... pertencem ao contexto social que as comemora e produz, impondo seus próprios impulsos e cores”⁷⁷. De maneira análoga, o historiador Jacques Heers afirma categórico que “a festa não se dissocia nunca de um contexto social que a segrega”⁷⁸; retornando às especificidades belo-horizontinas, nada mais sugestivo do que desvendar por detrás das máscaras dos foliões os muitos traços daquela sociedade – citam-se, por exemplo, os aspectos da política, cultura e comportamento social.

Não obstante a essa série de interligações possíveis, a historiografia contemporânea ainda se restringe a poucos títulos com a temática das festas⁷⁹. Tal panorama vem se alterando nas últimas décadas, sendo que no caso brasileiro os historiadores procuram uma maior aproximação com a antropologia desde meados dos anos 80. Diante desse quadro geral que aponta para uma maior solidez dos festejos como objetos de estudo - haja vista que as produções acadêmicas têm conseguido alcançar ótimos resultados⁸⁰ - o conhecimento historiográfico amplia as possibilidades de investigação, concebendo novas formas de se abordar uma dada sociedade e suas respectivas identidades, valores e tensões⁸¹. Compartilhando estas concepções e vislumbrando um cenário favorável às festas nas universidades e nos centros de pesquisa, Michel Vovelle exalta “... que maravilhoso campo de observação é a festa para o historiador: momento de verdade em que um grupo ou uma coletividade projeta simbolicamente sua representação do mundo, e até filtra

⁷⁷ ABREU, 1999:46.

⁷⁸ HEERS, 1987:26.

⁷⁹ Muitas das vezes, as obras que abordam a temática das festas dedicam-se às extensas e cansativas descrições, sem que haja uma discussão mais aprofundada sobre a questão do ‘simbólico’ e da relação com o contexto histórico em que essas festividades são vivenciadas.

⁸⁰No caso específico da festa carnavalesca, Rachel Soihet escreveu um artigo em que sumariza algumas das mais importantes obras sobre o assunto nas historiografias internacional e brasileira. Cf. SOIHET, 1999.

⁸¹ ABREU, 1999:38.

metaforicamente todas as suas tensões”⁸². Nessa medida, tais palavras ecoam como um grande incentivo para que se enverede pelas atmosferas festivas dos variados contextos históricos, os quais poderão ser abordados de uma maneira muito mais lúdica e mágica.

Verticalizando o olhar historiográfico para a perspectiva das cidades, as análises de Norberto Guarinello conformam um universo plural das festas o qual se estreita de sobremaneira aos referenciais da urbanidade. Interessante sublinhar que um dos pontos de partida do autor consiste em pensar os festejos não como realidades opostas ao cotidiano, mas como manifestações fortemente integradas ao mesmo. Dessa forma, bastante instigante será abordar as características dos carnavais belo-horizontinos, uma vez que poderão ser desvendados significados festivos que dialogam a todo o momento com as particularidades citadinas da época. Antes, porém, de se mergulhar nas formas e conteúdos veiculados nos dias de Momo da capital mineira, cumpre resumir quatro tópicos que qualificam as festas, de uma maneira ampla, como ações coletivas singulares: as festividades são materialmente planejadas e custeadas no interior do próprio dia-a-dia daqueles que se envolvem para as suas respectivas realizações; os diferentes integrantes ocupam lugares específicos e distintos no transcorrer do período festivo; há uma espécie de interrupção do tempo social, a qual exige acentuadas concentrações dos esforços e dos afetos dos participantes; as comemorações ocorrem de acordo com uma motivação principal, cuja incidência viabiliza processos simbólicos de identidades individuais e coletivas⁸³.

Interessa destacar que as análises transcritas no parágrafo anterior apenas esboçam algumas balizas referenciais para os estudos dos eventos festivos, não servindo como modelos pré-estabelecidos a serem aplicados em qualquer contexto histórico. Até mesmo porque a própria definição de ‘festa’ é algo extremamente vago e ambíguo, haja vista que podem existir várias interpretações a respeito do mesmo ato coletivo – por exemplo, enquanto o carnaval é um

⁸² VOVELLE, 1987:247.

⁸³ GUARINELLO, 2001:971.

momento ímpar para alguns foliões, para outros não passa de um grande infortúnio. Apesar de haver essa série de ressalvas, o pesquisador Norberto Guarinello conseguiu sintetizar, de forma didática, uma definição equilibrada para esse fenômeno humano:

“Festa é, portanto, sempre uma produção do cotidiano, uma ação coletiva, que se dá num tempo e lugar definidos e especiais, implicando a concentração de afetos e emoções em torno de um objeto que é celebrado e comemorado e cujo produto principal é a simbolização da unidade dos participantes na esfera de uma determinada identidade. Festa é um ponto de confluência das ações sociais cujo fim é a própria reunião ativa de seus participantes”⁸⁴.

Ademais, importa reforçar que os conflitos sociais podem despontar com força ainda maior nos momentos festivos, evidenciando que os tecidos urbanos, longe de anularem as diferenças, acabam viabilizando encontros entre os diferentes sujeitos e grupos sociais. Enfim, as festas adquirem, nos contornos imprevisíveis das cidades, fortes traços que as caracterizam como autênticas arenas de elementos conflitivos.

Ainda no que toca ao tratamento despendido às festas nos estudos contemporâneos, há de se valorizar as análises que focalizam as variantes qualitativas dos diferentes festejos. Longe de se perder em meras descrições enfadonhas e sem qualquer relação com a vida sócio-cultural dos variados contextos históricos, esses tipos de abordagens possibilitam olhares diferenciados por parte do pesquisador. Tal postura defende que as festividades não devem ser tomadas como um campo autônomo e fechado em si próprio, haja vista que as mesmas potencializam múltiplas aproximações com os elementos constituintes do viver cotidiano. Nesse sentido, reforça-se mais uma vez a necessidade das festas serem contextualizadas historicamente, já que “... elas têm – mesmo sob uma aparente semelhança – dia, hora, lugar, sujeitos vários e predicados transitórios, significados mutantes e (inevitavelmente) polissêmicos, capazes de expressar a mudança e o movimento”⁸⁵. Infundam-se, portanto, as interpretações que concebem as festas como dimensões míticas, atemporais, estáticas e com heranças imemoriais; esses tipos de leituras apenas

⁸⁴ Ibidem, p.972.

⁸⁵ CUNHA, 2002:12.

reduziriam o potencial histórico desses fenômenos sociais, os quais se distinguem por serem cambiantes e imprevisíveis, ou seja, bem similares às nossas próprias vidas.

Além de estarem se consolidando como um rico objeto da historiografia contemporânea, as manifestações festivas apresentam-se enquanto outras maneiras de se olhar para o social. Nessa medida, Maria Clementina Cunha complementa que:

“Através delas, poderá espiar uma rica miríade de práticas, linguagens e costumes, desvendar disputas em torno de seus limites e legitimidade, ou da atribuição de significados, e sentir as tensões latentes sob as formas lúdicas. Apurando o ouvido, será capaz de captar manifestações de dor, revolta, alegria, presentes nos dias de festa como nos dias comuns, e testemunhar reconciliações ou desentendimentos que, para o historiador, têm sempre um gosto único e inconfundível”⁸⁶.

Em suma, as diferentes festas possibilitam interpretações que extrapolam os simples domínios de suas respectivas ocorrências; muito mais do que meros eventos comemorativos, as formas e os conteúdos dos festejos dialogam a todo momento com as nuances das variadas sociedades. Estas últimas podem ter suas ‘brechas’ e ‘fissuras’ vislumbradas através de acuradas observações desses momentos singulares, tornando o exercício historiográfico ainda mais prazeroso e envolvente. Novamente, os estudos de Maria Clementina iluminam as possíveis novas análises que intentem enveredar pelos universos das festividades: através de um criativo jogo de palavras, como no título ‘Carnavais e outras f(r)estas’, a autora consegue sumarizar as sutilezas e os detalhes de se aprofundar nesses momentos singulares. Que se procurem, pois, as muitas f(r)estas das festas!

Apesar de realizadas as fundamentações teórico-metodológicas até o presente momento, urge reconhecer os limites a serem enfrentados por essa dissertação de mestrado. Isso não apenas devido ao recorte selecionado para a pesquisa, mas também pelo fato do meu olhar tornar-se por vezes míope e inadequado na identificação das muitas f(r)estas dos carnavais belo-horizontinos. Peter Burke afirma que os historiadores e os teóricos sociais devem ser humildes em reconhecer as nossas limitações; para isso, o referido autor cita um curioso exemplo de que os “... habitantes

⁸⁶ Ibidem, p.12.

de uma aldeia francesa do século XVII entendiam, sem sombra de dúvida, essa sociedade melhor do que jamais seremos capazes de fazê-lo. Não há substituo para o conhecimento local”⁸⁷. Da mesma forma posso ser categórico em afirmar que para discorrer acerca do carnaval em Belo Horizonte entre os anos de 1898 e 1936, nada melhor seria do que ‘estar na pele’ de um folião travesso pelas ruas da capital mineira...

A acentuada complexidade dos fenômenos festivos acabou merecendo comentários de muitos outros autores. Ao rechaçar a veiculação da festa à sua mera funcionalidade, a autora Carla Chamon reconhece que:

“Fazer isso é retirar dela o que ela tem de mais sedutor: o prazer, o regozijo que escapam a qualquer teorização. Todo momento festivo tem seu grau – maior ou menor – de gratuidade, que escapa tanto da direção de seus organizadores quanto de qualquer enquadramento teórico. A alegria e o entusiasmo, que fazem da festa uma festa, estão fora do alcance de explicações racionais e não se explicam também, unicamente, pelo seu contexto histórico”⁸⁸.

Diante disso, não seria o caso de desvalidar simplesmente o conteúdo exposto nas páginas anteriores, mesmo porque tais referenciais serão imprescindíveis para as análises subseqüentes. Porém, não há como negar que o presente trabalho jamais esgotará toda a riqueza de significados pertencente aos dias de folia na cidade belo-horizontina. Nessa medida, cumpre objetivar aquilo que Umberto Eco denominou de “humildade científica”⁸⁹, cujas características transitam entre a possibilidade de se apreender os objetos de estudo com propriedade, bem como deixar ‘escapar’ aquilo que não se conhece ou que seja quase impossível de ser analisado.

Recapitulando o título desse capítulo – “Nos palcos das cidades, o viver coletivo das festas” - interessa registrar que o enfoque central da dissertação privilegiará, justamente, a fluidez das trocas dinâmicas entre as festividades carnavalescas e os espaços físicos e simbólicos de Belo Horizonte. Para além da simples constatação de que os festejos ocorriam no cenário físico

⁸⁷ BURKE, 2002:68.

⁸⁸ CHAMON, 2002:168-9.

⁸⁹ ECO, 1988:111-2. Em seu peculiar tom descontraído, o pesquisador italiano afirma que esse termo pode soar até mesmo como uma “... definição hipócrita, na medida em que acoberta muito orgulho, mas não é hora de colocarmos problemas morais: orgulho ou humildade, pratiquem-na”.

citadino, interessante perceber o carnaval como uma experiência (re)construída pela cidade, a qual englobava os mais diferentes sujeitos e grupos sociais⁹⁰. Como excelente exemplo desse exercício reflexivo, cita-se a abordagem de Maria Clementina Cunha quanto às festividades de Momo no Rio de Janeiro da virada dos séculos XIX-XX; em um trecho precioso, a autora vislumbra que “a folia transformou-se em uma verdadeira guerra porque revelava e multiplicava a tensão de todos os dias: sendo ocasião de desnudar e brincar com o cotidiano, expunha suas feridas abertas sem nenhum disfarce atrás das máscaras costumeiras”⁹¹. Nesse sentido, a já mencionada aproximação entre o mundo festivo e o contexto histórico ocorre de maneira por demais significativa, sendo a festa carnavalesca uma espécie de alegoria da própria vida.

Após essas breves considerações gerais sobre os festejos humanos, inegável reconhecer a força com que o carnaval emerge a partir das referidas discussões. Celebrado a cada ano em uma data que oscila entre os meses de fevereiro e março⁹², as festividades de Momo variam entre os inúmeros gostos das pessoas: aguardado ansiosamente por uns, detestado por outros, indiferente para muitos. Enfim, longe de serem considerados ‘uma paixão nacional’ – até mesmo porque esse qualitativo expressa um tipo de construção fomentada historicamente, não sendo, portanto, algo intrínseco e ‘natural’ dos brasileiros – os carnavais estão suscetíveis às múltiplas representações e apropriações ao longo dos variados contextos históricos. Por isso, antes de adentrar no universo folião belo-horizontino das primeiras décadas do século XX, nada melhor do que um rápido desfile pelas apoteoses das festas ‘do pecado e da carne’.

⁹⁰ Renata de Sá Gonçalves, em sua dissertação de mestrado sobre os ranchos carnavalescos cariocas, alerta para a necessidade de se valorizar uma antropologia das cidades, ao invés de simplesmente existirem estudos que abordem as temáticas nas cidades. Cf. GONÇALVES, 2003:07-20.

⁹¹ CUNHA, 2001:83-4.

⁹² Atualmente, o carnaval acontece sete semanas antes da Páscoa (data celebrada pelos cristãos). Esta, por sua vez, ocorre no primeiro domingo subsequente à primeira lua cheia posterior ao equinócio do outono (o equinócio corresponde à data em que o dia e a noite possuem a mesma duração).

Histórias de muitos outros carnavais...

A caracterização do carnaval está distante de se ancorar em preceitos uniformes, homogêneos e previsíveis; muito pelo contrário, existiram e ainda existem inúmeras referências compartilhadas entre as sociedades nas mais diferentes temporalidades. Oscilando entre os referenciais pagãos e cristãos, esse tipo de festejo remonta às antigas formas de organização dos agrupamentos que sobreviviam das atividades agropecuárias: inserido na perspectiva dos ciclos agrários da colheita, o ato de se celebrar o carnaval coincidia com o período em que os resultados dos trabalhos podiam ser comemorados. A incorporação da festa pelo calendário contemporâneo atesta a sua respectiva importância no viver coletivo daquelas comunidades, cujas transformações aconteceram de forma a alterar também as práticas culturais. Estas últimas protagonizaram as mais variadas possibilidades de vivenciar as festividades, ampliando os escopos de formas e sentidos dos festejos; conforme já ressaltado anteriormente, o presente trabalho não discorrerá a respeito das origens e transformações dessa festa milenar, haja vista que a vastidão do tema desvirtualizaria os propósitos da dissertação. Nesse sentido, cumpre apenas sublinhar que os carnavais apresentam múltiplas e ricas histórias, cujos elementos constituintes alternam-se conforme os sujeitos e grupos sociais com os seus respectivos valores, concepções, preferências, escolhas e identidades.

Tendo em vista essa polifonia de significados construídos historicamente, as festas carnavalescas diversificam-se de maneira a contemplarem universos plenos de símbolos. Muito embora exista essa notável heterogeneidade, pode-se vislumbrar uma espécie de ‘reino utópico comum’ permeando os diferentes contextos históricos em que esses festejos estão inseridos: universalidade, liberdade, igualdade e abundância seriam alguns desses valores compartilhados coletivamente⁹³. Por outro lado, não se pode negligenciar que tais atributos também possuem suas

⁹³ BAKHTIN, 1999:08.

alternâncias conforme as diferentes circunstâncias, configurando um notável quadro plural de sentidos sócio-culturais. Corroborando com essa construção comum da imagem do carnaval, Mikhail Bakhtin afirma, poeticamente, que o mesmo se situa nas fronteiras entre a arte e a vida, sendo também um estado peculiar de estar no mundo⁹⁴.

Alinhada a essa perspectiva plural, a expressão ‘carnavalesco’ ganha uma clarividente vivacidade pelos meandros das variadas sociedades: em linhas gerais, remeteria às exaltações do exagero relativo às bebidas, comidas, danças e músicas, sendo também ocasião oportuna para a valorização da abundância compartilhada pelos participantes da festa. Qualitativos como lúdico, satírico, grotesco, cômico e avassalador conferiam dinamicidade aos muitos carnavais, (re)valorizando as experiências de ser e estar nos locais públicos de convivência. Ao abordar os complexos fenômenos das festividades, Patrícia de Araújo afirma que:

“Os festejos carnavalescos são inspirados freqüentemente pelas extravagâncias e excessos. O termo carnavalesco, na realidade, aplica-se a numerosos festejos, de origens diversas, ligadas ou não à religião, realizados em diferentes datas, mas mantendo todas características comuns e uma relação especial com o tempo. São momentos especiais, diferente do tempo cotidiano, na qual a alegria é celebrada”⁹⁵.

Para além das dimensões da concentração de investimentos que uma festa exige – sejam nas abundâncias dos aspectos materiais, físicos ou sentimentais – interessa registrar a preocupação da autora no que se refere à temporalidade. Ao demarcar uma fronteira entre o “tempo cotidiano” e os “momentos especiais”, a pesquisadora sinaliza para a importância de se antever as festividades carnavalescas enquanto acontecimentos inseridos em uma perspectiva global, sem que isso signifique ignorar que as festas são ocasiões realmente diferenciadas.

Entretanto, essas diferenças não devem ser interpretadas como se o tempo carnavalesco fosse uma espécie de ‘inversão’ das situações vivenciadas nos dias corriqueiros - aliás, muito se comenta, seja no senso comum ou até mesmo em algumas produções acadêmicas, que a

⁹⁴ Ibidem, p.06.

⁹⁵ ARAÚJO, 2000:11.

‘libertinagem desenfreada’ predominaria durante o transcorrer dos carnavais⁹⁶. Caso essa perspectiva seja adotada como referencial, a compreensão histórica de que as sociedades humanas estão envolvidas em complexas relações com o tempo seria simplesmente descartada. Isso porque a característica do carnaval se vincular às simbologias da utopia, transgressão e exacerbação dos desejos humanos não leva a compreender que o mesmo seja desvinculado do cotidiano. Muito pelo contrário, os festejos carnavalescos compõem, vivamente, o vasto tecido das experiências dos indivíduos e grupos sociais. Há, nesse sentido, uma relevante distinção das temporalidades – ordinária e festiva, conforme assinalado por Patrícia Araújo – as quais mantêm laços intercambiantes de trocas simbólicas, sem deixar de valorizar o carnaval como um momento único, singular e especial.

Dessa forma, urge perceber as festas carnavalescas como situações peculiares a partir das quais há uma diferenciação dos acontecimentos comuns, sem que isso signifique negá-las como partes integradas ao cotidiano. As sutilezas do tempo carnavalesco emergem a partir de diferenciados traços, os quais conseguem revelar uma forma intrigante de se experienciar as relações humanas: desvendados de maneira explícita ou implícita, esses fragmentos da vivência festiva transitam entre os universos mágicos do próprio carnaval e as realidades tecidas no dia-a-dia. Ao se qualificarem enquanto ocasiões diferenciadas, as festividades de Momo potencializam novas percepções a partir dos respectivos contextos que integram; nesse sentido, as inferências de Jacques Heers corroboram com esse posicionamento, na medida em que o autor reconhece que “... é no dia de festa que a cidade fica mais vulnerável, menos bem guardada. Surge então as palavras indecentes, as injúrias provocantes, escolhidas a dedo, os desafios; logo o sangue corre”⁹⁷. Diante do que fora colocado, interessa antever o carnaval como um momento singular

⁹⁶ Como exemplo clássico, cita-se a obra de Roberto da Matta “Carnavais, malandros e heróis”, a partir da qual o autor centraliza uma análise que, em linhas gerais, considera o carnaval apenas como um rito fundado no princípio social da inversão, desconsiderando a perspectiva histórica das singularidades. Cf. MATTA, 1978.

⁹⁷ HEERS, 1987:21.

que exacerba ainda mais os conflitos cotidianos; longe de ser uma simples ‘válvula de escape’, a festa pode ser antevista como um palco simbólico onde os interesses e desejos dos diferentes grupos sociais marcam uma presença substancial⁹⁸.

Por outro lado, importa registrar que assim como as situações corriqueiras estão marcadas por limites muitas vezes estipulados arbitrariamente, os festejos se apresentam como ocasiões permeadas de convencionalismos. Em mais uma clara evidência de que as festas carnavalescas não devem ser apreendidas como uma ‘completa loucura’ do cotidiano, o pesquisador Norberto Guarinello argumenta que desconsidera “... a festa como anomalia consentida, expressão invertida da realidade social, espaço sem regras. Toda festa tem suas próprias regras, seus códigos de conduta, sua rede de expectativas recíprocas”⁹⁹. Assim como os diferentes aspectos citadinos são regulados em sua totalidade, a festividade encontra-se sujeita às variadas atitudes humanas. Além disso, por ser uma parte integrante e distinta do viver urbano, o carnaval carrega consigo mesmo uma série de ambigüidades típicas dos tempos contemporâneos: impulsionador de algumas mudanças e inibidor de outras alterações; símbolo da liberdade para os foliões e ícone opressivo para aqueles que não o admiram; contestador da ordem vigente e reiterador das diferenças sociais; enfim, muitos outros referenciais poderiam emergir sob essas circunstâncias, cujas características conotariam para estreitas relações entre os carnavais e as nossas próprias vidas.

Realizados os devidos argumentos de se refutar a idéia simplista de que o carnaval seria algo completamente invertido ao cotidiano, cumpre reavaliar outras concepções generalizantes a respeito dessa festa peculiar. Em primeiro lugar, cabe problematizar a identificação hoje muito difundida que concebe os festejos de Momo como expressões da chamada ‘identidade nacional’; outro questionamento relevante consiste em indagar sobre a utilização do termo ‘cultura popular’ quando dos estudos dessa manifestação cultural. Tais exercícios reflexivos, mesmo que realizados

⁹⁸ SOIHET, 1998:25.

⁹⁹ GUARINELLO, 2001:973.

de maneira sucinta e objetiva, podem trazer ricas contribuições para o transcorrer do presente trabalho. Isso porque a partir do momento em que se (re)orientam novos olhares para os fenômenos carnavalescos, as análises posteriores e circunscritas às especificidades belo-horizontinas poderão ser percebidas de forma mais proveitosa.

Pois bem, no que tange à problemática atual de se conceber o carnaval como um dos elementos da ‘alma do brasileiro’ há, de forma imediata, o inconveniente de se construir um sentimento comum – tal aspecto, inclusive, já fora apontado na presente dissertação. Em outras palavras, por que homogeneizar a festa carnavalesca sob um pretense signo da nacionalidade? Não estaríamos desconsiderando as características daqueles que não se identificam com o universo de cores, danças e músicas dos festejos de Momo? Apesar da notável repercussão dos eventos festivos carnavalescos nos dias atuais, não se pode perder de vista que o contexto histórico escolhido para a presente pesquisa era bastante diferente do contemporâneo: o ritmo do samba ainda ‘engatinhava’ nas rodas cariocas¹⁰⁰, sendo insurgentes as associações inveteradas entre carnaval e identidade nacional. Conforme bem aconselha Maria Clementina Cunha ao estudar a festa carioca entre os séculos XIX e XX: “Em vez de buscar na folia a expressão nacional, cabe esmiuçar as dimensões de classe, raça, gênero e todas as demais variantes que dissociavam os grupos mutáveis de indivíduos que disputavam espaço a cotoveladas nas estreitas ruas do Rio antigo”¹⁰¹. Dessa forma, há de se sustentar que não existe uma festa carnavalesca que seja a metáfora da nacionalidade, mesmo porque esta última se compõe de múltiplos aspectos dinâmicos, os quais são dotados de movimento e historicidade¹⁰². Caso se utilizasse a referida perspectiva unívoca de que os festejos carnavalescos expressam as características essenciais do

¹⁰⁰ Uma boa exposição do assunto, na qual o autor percebe o processo de “invenção” do samba como ritmo nacional a partir da década de 30 do século XX encontra-se em VIANNA, 1995.

¹⁰¹ CUNHA, 2001:16.

¹⁰² A título de provocação, estaríamos sendo justos se apontássemos qual o carnaval mais ‘brasileiro’: baiano, carioca, interiorano ou pernambucano? Bastante polêmica, tal questão se faz presente contemporaneamente entre os foliões e a mídia de uma forma geral, acentuando as disputas regionalistas que, por si mesmas, seriam um interessante objeto de estudo.

‘ser brasileiro’, simplesmente se descartariam as dimensões plurais de valores e escolhas dos indivíduos no tempo e no espaço.

No que se refere aos empregos da categoria ‘cultura popular’ para qualificar as manifestações carnavalescas, interessante demarcar que essa simples postura pode demonstrar certos preconceitos arraigados. Isso devido ao fato de que tal topônimo acaba reduzindo em demasia os próprios processos de apropriações por parte dos diferentes sujeitos e grupos sociais, uma vez que restringe em um termo universalizante algo passível de múltiplas leituras: ou seja, como desconsiderar as autonomias dos sujeitos históricos em (re)inventarem a todo momento seus universos culturais? Estariam estes últimos fadados às simples dicotomias do tipo ‘popular’ x ‘erudito’? Quais as implicações políticas de se considerar o ‘popularesco’ como algo denegridor, pertencente às camadas sociais de menor poder aquisitivo? Por que não valorizar os trânsitos simbólicos de recíprocas influências entre os mais variados agrupamentos humanos? Para além desses questionamentos, E. P. Thompson teceu importantes comentários a respeito dos problemas advindos com o emprego do termo ‘cultura popular’; nas palavras do autor, eis um trecho dessa justificativa:

“... precisamos ter cuidado quanto a generalizações como cultura popular. Esta última pode sugerir, numa inflexão antropológica influente no âmbito dos historiadores sociais, uma perspectiva ultraconsensual dessa cultura, entendida como ‘sistema de atitudes, valores e significados compartilhados, e as formas simbólicas (desempenhos e artefatos) em que se acham incorporados. [...] E na verdade o próprio termo ‘cultura’, com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto”.¹⁰³

Nessa medida, interessante delinear que a categorização acima aludida pode acabar por reduzir a complexidade dos mais diferentes fenômenos culturais, dentre os quais o carnaval emerge como possível viés analítico. Por isso, antes de se utilizar o restrito e polêmico termo ‘cultura popular’

¹⁰³ THOMPSON, 1998:17.

inadvertidamente¹⁰⁴, urge destacar os usos nos plurais no sentido *lato* da terminologia. Dessa forma, referenciais importantes como ‘culturas populares’, ‘culturas urbanas’, ‘culturas festivas’ e ‘culturas políticas’ despontariam com notáveis forças por entre os meandros historiográficos, sendo bastante relevantes as suas instrumentalizações de maneira a ampliar os olhares analíticos do pesquisador. Portanto, não está em questão a legitimidade da terminologia ‘cultura popular’ nos preceitos acadêmicos; muito pelo contrário, defende-se que o seu respectivo uso seja adequado, descartando uma simplificação das suas respectivas facetas multidimensionais. Uma perspectiva interessante seria a de valorizar as leituras dos complexos fenômenos a partir das já mencionadas categorias de representações, apropriações e práticas culturais.

Ademais, interessa vislumbrar o carnaval para além da sua aparente imagem amena de convivência entre os diferentes sujeitos históricos; desnudam-se, pois, as diferenças e os conflitos presentes nos referenciais plurais das ‘culturas populares’. Estas últimas, caso adequadamente problematizadas, comportam um caleidoscópio de experiências do viver coletivo das mais variadas sociedades. Através desse eixo reflexivo, a polifonia das formas de se brincar os festejos carnavalescos se amplia ainda mais, haja vista que emergirá uma vasta gama de possibilidades dos atores sociais se fazerem presentes e participarem ativamente nos tecidos urbanos. Nesse sentido, os ‘carnavais populares’ podem ser antevistos como momentos significativos das expressões plurais da urbanidade nas distintas temporalidades; conforme sumariza Renata Gonçalves: “A festa carnavalesca, como vimos, é heterogênea e diversa. Ela é, inclusive, movimentada pelas ambigüidades desse princípio inclusivo e tenso onde todos, por mais diferentes e distantes que sejam, partilham de uma mesma festa, requisitando e marcando ‘seus lugares’”¹⁰⁵. E é justamente toda essa riqueza de sentidos empreendidos a partir das ações dos atores históricos que conota para a pluralidade das ‘culturas populares’. Muito mais do que um

¹⁰⁴ Uma boa discussão madura sobre o tema encontra-se em CHARTIER, 1995.

¹⁰⁵ GONÇALVES, 2003:219.

simples convencionalismo, as mesmas revigoram as facetas ambíguas, tensas, mediadoras e conflituosas dos carnavais, os quais se tornam momentos privilegiados para que despontem as comunicações, os diálogos e as negociações culturais em meio aos territórios físicos e simbólicos das cidades.

Imprescindível reforçar que os festejos carnavalescos apresentam-se como expressões singulares em que há uma notável elucidação dos valores, comportamentos e atitudes de um determinado contexto histórico. Da mesma forma que essas singulares festas possibilitam inúmeras formas de brincar os dias gordos pelos foliões, múltiplas são as maneiras de se interpretar os folguedos de Momo; dessa forma, as abordagens das festividades belo-horizontinas a serem tecidas nas próximas páginas materializam-se, portanto, apenas como um enredo possível dentre as inesgotáveis leituras – sejam estas acadêmicas e/ou aquelas descompromissadas. Tendo em vista esse universo plural de significados, nada mais sugestivo do que vislumbrar a força potencializadora do riso festivo como expressão latente da vivacidade carnavalesca. Característica esta que acompanha o transcorrer da festa nos seus diversos e distintos momentos, emblematizando sonhos e utopias dos inúmeros atores históricos.

Recorrendo novamente a Mikhail Bakhtin, o mesmo afirma que o princípio da comicidade faz-se presente desde os mais remotos registros sobre o carnaval. Ancorando-se no contexto da Europa Medieval, o autor sustenta que o ato de rir libertava os homens dos dogmatismos religiosos, místicos e piedosos, parodiando efusivamente os cultos eclesiásticos. Em muitas de suas divagações reflexivas, Bakhtin conclama o caráter magistral do riso carnavalesco:

“É, antes de mais nada, um riso festivo. Não é, portanto, uma reação individual diante de um ou outro fato ‘cômico’ isolado. O riso carnavalesco é em primeiro lugar patrimônio *do povo* (esse caráter popular, como dissemos, é inerente à própria natureza do carnaval); *todos riem*, o riso é ‘geral’; em segundo lugar, é *universal*, atinge a todas as coisas e pessoas (inclusive as que participam no carnaval), o mundo inteiro parece cômico e é percebido e considerado no seu aspecto jocoso, no seu alegre relativismo; por último, esse riso é *ambivalente*: alegre e cheio de

alvorço, mas ao mesmo tempo burlador e sarcástico, nega e afirma, amortalha e ressuscita simultaneamente”¹⁰⁶.

Primeiramente, cumpre sublinhar o caráter universalizante apontado pelo autor: a dimensão do cômico pertence ao domínio público, não havendo limites quanto às suas respectivas práticas e apropriações. Valorizam-se, pois, a criatividade e o pensamento humanos. O caráter coletivo concede maior amplitude aos significados satíricos, favorecendo as emergências de vozes anônimas e plurais – as quais, muitas das vezes, não conseguem se expressar nas situações formais do cotidiano. Além disso, os atributos destinados ao riso carnavalesco ecoam como emblemáticas metáforas situadas nas fronteiras entre a vida e o carnaval: por entre as muitas ambigüidades citadas, nota-se que o ato de rir parece se revigorar, camuflar-se e surpreender cada vez mais...

As amplitudes alcançadas pelo riso enquanto uma ‘arma política’ ganham contornos por demais sugestivos. Comumente associado aos atributos da ‘pilhéria’, do ‘sarro’, da ‘gozação’, do ‘deboche’ dentre outros termos, esse instrumento humano possibilita denegrir quaisquer pessoa que se porte de maneira superior a outrem. Para isso, basta um pouco de coragem e espírito crítico para exacerbar algumas das insatisfações oriundas do dia-a-dia, haja vista que grande parte dos relacionamentos denotam para constantes desequilíbrios de poderes: por exemplo, o ato de galhofar os padrões de uma determinada fábrica pode ser interpretado como estratégia de grande ativismo por parte dos anônimos trabalhadores, muitas vezes sujeitos às vontades imperiosas dos proprietários dos bens de produção. No caso específico dos carnavais belo-horizontinos, personalidades políticas, reconhecidos comerciantes, membros dos segmentos mais abastados e integrantes dos corpos eclesiásticos não foram poupados dos espíritos críticos e irônicos dos anônimos carnavalescos. Enfim, o riso subversivo parecia se vingar das injustiças presenciadas no

¹⁰⁶ BAKHTIN, 1999:10.

dia-a-dia desses cidadãos comuns, os quais se mostravam desejosos por mudanças que minassem os muitos dos privilégios auferidos por alguns membros da sociedade da época.

Dessa forma, as festas carnavalescas podem ser percebidas enquanto situações singulares em que havia uma acentuada politização das práticas cotidianas. Além disso, as sociabilidades tecidas durante esses eventos atestam o caráter plural das dimensões políticas vivenciadas pelos diferentes indivíduos e grupos sociais: (re)construíam-se identidades com vistas a alcançarem projetos em comum, não obstante que os mesmos fossem permeados de interesses conflitantes e ambíguos. Nesse sentido, cumpre valorizar o carnaval como um conjunto de vozes polifônicas, cujas características traduziam muitas das maneiras de se pensar e se experienciar o cotidiano da Belo Horizonte das primeiras décadas do século XX. Tal postura acaba viabilizando um tipo de exercício intelectual que nega, veementemente, as circunscrições do “... político na política, cultural na cultura, governo nos governantes e pensamento nos pensadores...”¹⁰⁷. Ou seja, deve-se problematizar os festejos carnavalescos para além das suas meras especificidades culturais, incorporando nas discussões os significados políticos presentes quando das suas respectivas realizações. Em suma, interessa destacar a festa como uma marcante incorporação das esferas política, social e cultural.

Até mesmo porque bastante inócuos seriam os estabelecimentos de fronteiras inflexíveis entre as dimensões inventariadas no parágrafo anterior. De nada adiantaria restringir o carnaval como uma manifestação estritamente pertencente à cultura, haja vista que essa última se interliga a inúmeros fatores da vida cotidiana; caso se privilegiasse a referida perspectiva, correria o risco de empreender uma análise reducionista, desvinculada de qualquer compromisso com um fazer historiográfico politicamente engajado. Diante do conteúdo exposto, urge protagonizar os referenciais significativos das culturas políticas, as quais se singularizam por serem fenômenos

¹⁰⁷ CHAUI, 1984:9-10.

coletivos dotados de vários aspectos: as mesmas são formas elaboradas e difundidas em meio às sociedades; também se caracterizam por serem realidades marcadamente móveis, plurais e transitórias; e, por fim, pode-se objetar que tal terminologia se encontra na ‘encruzilhada’ das chamadas ‘história cultural’ e ‘história política’¹⁰⁸. Tendo como respaldo essas breves considerações teóricas, importa esmiuçar os carnavais belo-horizontinos como expressões vivas das culturas políticas e urbanas da época, cujas dinamicidades revelam um trânsito instigante entre as várias facetas do passado da capital mineira.

Os folgedos carnavalescos expressam, em grande medida, partes significativas das atitudes e dos posicionamentos políticos dos múltiplos atores sociais no tecido plural da cidade. Ao adotarem diversificados cantos, danças e músicas como ícones do riso festivo, os habitantes de Belo Horizonte souberam amplificar suas respectivas participações ativas quando das ocorrências dos festejos de rua. Munidos de muito bom humor e de uma azeitada sátira ao cotidiano, esses sujeitos anônimos empreenderam uma busca louvável pelos direitos à cidadania cultural; dessa forma, o carnaval emergia como alternativa viável de participação para aqueles que se encontravam excluídos do processo da modernização belo-horizontina. Entretanto, as festas carnavalescas também foram apropriadas de forma a legitimar as concepções de uma cidade excludente e diferenciadora. E será justamente a partir desse complexo rol de tensões, acordos, embates e negociações experienciados pelos distintos participantes citadinos que a presente dissertação perfilará suas principais análises. Avante, pois, o tríduo de Momo pede passagem!

Últimos preparativos para as folias momescas...

A presente secção integra a última parte do primeiro capítulo, momento este em que estão sendo priorizados os apontamentos teórico-metodológicos da dissertação. Como se fosse o último ensaio para o desfile de uma animada noite de carnaval, o conteúdo a seguir torna-se bastante

¹⁰⁸ BERSTEIN, 1998:358.

necessário e relevante, uma vez que problematizará as diferentes fontes de pesquisa consultadas. Fundamentais para os trabalhos historiográficos, esses elementos merecem atenções que podem se alternar entre diversos aspectos, tais como: compreensão dos seus respectivos processos de produções; investigação das intencionalidades existentes para além dos seus aparentes tons de ‘neutralidade’; reconhecimento dos limites e vantagens viabilizados; e, em uma perspectiva mais ampla, as qualificações gerais de cada registro inventariado. Além disso, outras pequenas reflexões se tornarão oportunas, na medida em que integram as preocupações em mesclar teoria e prática; nas palavras de E. P. Thompson: “... o discurso histórico disciplinado da prova consiste num diálogo entre conceito e evidência, um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica, do outro”¹⁰⁹.

A ordem de apresentação dos fragmentos do passado desta pesquisa não remete a uma possível hierarquia de importância entre os mesmos; muito pelo contrário, descarta-se qualquer leitura que conceba uma escala de valores cujos critérios distingam entre aqueles considerados ‘imprescindíveis’ e/ou ‘secundários’. Cada fonte possui sua especificidade que a valoriza entre as demais, assim como não há nenhuma que possa ser considerada completamente auto-suficiente, incentivando, com isso, os múltiplos ‘cruzamentos’ entre as mesmas. O primeiro escopo a ser comentado consiste no conjunto heterogêneo de leis e decretos municipais promulgados pelo antigo Conselho Deliberativo e pela Prefeitura: havia, a partir desses documentos, claras intenções de se transformar o carnaval de rua em práticas cidadinas bem vistas aos olhos da alta sociedade belo-horizontina. Publicadas solenemente às vésperas das festividades, tais legislações traduzem muitos dos conflitos mediados entre os inúmeros grupos sociais da capital mineira.

Instituído desde os primeiros anos da fundação da cidade, o Conselho Deliberativo era composto por sete membros eleitos por uma parcela da população, haja vista que o voto universal

¹⁰⁹ THOMPSON, 1981:49.

não era um direito político estendido a todos os cidadãos. As principais atribuições desse órgão público consistiam nas aprovações dos impostos municipais, nos estabelecimentos das despesas urbanas, bem como nas discussões acerca dos variados projetos de lei; transformado nos idos de 1946 em Câmara Municipal, a sua composição básica residia no agrupamento de integrantes das camadas sociais mais abastadas ou daqueles que mantivessem profundas relações de sociabilidade com os referidos setores. Já o posto de prefeito poderia ser ocupado por indicação, bem como através de eleições restritas a determinados tipos de eleitores¹¹⁰; encarregado de gerir o Poder Executivo, as aproximações com o Legislativo estreitavam-se conforme as circunstâncias das alianças políticas¹¹¹.

Inegável reconhecer que essas fontes históricas aglutinavam o caráter da oficialidade, desconsiderando muitos dos relacionamentos tecidos informalmente no cotidiano. Entretanto, sublinha-se que as leis e os decretos municipais não poderiam ser simples resultados das vontades consentidas de maneira arbitrária, visto que existiam complexas relações de poder envolvendo os diferentes atores históricos. Ou seja, de nada adiantaria estabelecer normas com um ‘caráter negativo’ muito acentuado, haja vista que a ineficácia das mesmas seria algo provavelmente certo; provas disso eram as características presentes nos textos da legislação, as quais priorizavam muito mais a tendência de regular os folguedos carnavalescos do que simplesmente os proibir. Ademais, as instrumentalizações desses registros primários podem fornecer as possibilidades em desvendar os mecanismos de pretense controle dos órgãos municipais, bem como vislumbrar as brechas de tolerância engendradas por essas mesmas instâncias quando dos relacionamentos com um público diversificado. Nessa medida, cumpre sumarizar que “... as fronteiras da oficialidade, do

¹¹⁰ No plano nacional, basta recordar que o país atravessava o período em que se convencionou denominar ‘República Velha’.

¹¹¹ Informações sumarizadas de SILVA, 1998:19-20.

socialmente ensejado para a sociedade, de uma prática que permanece ou que se extingue não são fixas e sim negociadas continuamente”¹¹².

Outras fontes de pesquisa essenciais residem nos relatórios diários do Chefe de Polícia¹¹³ e nas ocorrências policiais: além das preocupações em se divulgar como seriam as estratégias do policiamento durante o carnaval de rua belo-horizontino, tais documentos podem revelar as fronteiras estabelecidas entre ‘práticas desejadas’ e ‘formas indecorosas’ de se celebrar a festa carnavalesca. Há ainda nesses escritos as percepções subjetivas dos homens responsáveis pela segurança pública, muitas vezes carregadas de uma considerável dose de temor das aglomerações coletivas. As palavras de Sandra Pesavento se adequam muito bem à presente dissertação, já que as mesmas explicitam uma postura metodológica marcadamente crítica perante esses indícios: “É claro que são depoimentos condicionados, filtrados pela própria presença da autoridade e pela gravidade do momento, mas a divergência de depoimentos ou registros de linguagem permitem explorar as sociabilidades e sensibilidade de uma época”¹¹⁴. Novamente, urge perceber, a partir desses fragmentos, em até que medida houve o sucesso esperado pelos órgãos policiais, já que o viver coletivo das festas não estava isento da fluidez e dinâmica sociais, típicas dos processos instigantes de negociações culturais. Porém, isso não significa que as dimensões da dominação serão negligenciadas, haja vista que as atitudes da polícia eram marcadamente repressivas – como exemplo, cita-se a condenação moralista àqueles que transitassem ‘seminus’ pelas ruas da cidade nos dias festivos.

Ultrapassando os limites da documentação oficial, intenta valorizar determinados tipos de fragmentos que transitam entre os traços formais e aqueles considerados mais ‘livres’. Nesse sentido, as produções pertencentes aos homens que se preocuparam em registrar os mais diversos

¹¹² GONÇALVES, 2003:138.

¹¹³ Os nomes dos ocupantes desse cargo público variavam conforme o transcorrer dos anos, sendo atribuição do governador do Estado de Minas Gerais as suas respectivas indicações.

¹¹⁴ PESAVENTO, 2001:128.

aspectos do passado emergirão em um bom momento: além de imprimirem um caráter pessoal às suas narrativas, esses sujeitos souberam implementar uma perspectiva histórica interessante. Abílio Barreto e Benvindo Lima serão os nomes focalizados, cujas características permitem situá-los como memorialistas e historiadores da capital mineira; enquanto nas narrativas das memórias predominaram os relatos pessoais, nos escritos históricos houve a prevalência de uma ótica mais abrangente sobre a vida cotidiana da cidade – entretanto, há a possibilidade de se observar que as referidas características alternavam-se circunstancialmente. Em comum, cumpre sublinhar que, tanto nos domínios memorialísticos como nos campos da história, as lembranças e os esquecimentos oscilavam por entre os processos criativos desses dois atores sociais.

Notas pessoais, comentários, fotografias, textos e recortes de reportagens compunham o vasto conjunto de materiais coletados e produzidos por esses sujeitos históricos. Remanescentes das temporalidades passadas, tais indícios possibilitam apreender um olhar diferenciado para as festas carnavalescas. Isso devido ao fato de que os referenciais desses historiadores-memorialistas singularizam-se pelas abordagens múltipla, ambivalente, idealizada e valorativa dos carnavais belo-horizontinos; enfim, existiam maneiras de se brincar os folguedos que eram constantemente referenciadas por Abílio Barreto e Benvindo Lima, tendo como contrapartida os silêncios de muitas outras formas consideradas ‘impróprias’ para serem recordadas em uma cidade modernizadora. Nessa medida, importa valorizar essas fontes históricas nas suas respectivas sutilezas de detalhes, os quais fornecem subsídios fundamentais para a presente (re)construção histórica dos festejos carnavalescos de Belo Horizonte.

Outro conjunto de fontes basilares consiste nos jornais e revistas que circularam na capital mineira na virada dos séculos XIX-XX. Estes integram um acervo extremamente diversificado, cujo recorte implementado durante a pesquisa priorizou a seguinte divisão tipológica: *impressos carnavalescos*, os quais pertencendo ou não às associações carnavalescas, focalizavam os

preparativos e as coberturas dos dias de festa; *folhas de circulação diária* que destacavam as festividades como eventos inseridos no cotidiano citadino; e a voz oficial do *Minas Gerais*, alusiva aos domínios dos poderes do Estado. Tal divisão esquemática visa apenas a facilitar um olhar panorâmico sobre os tipos de materiais consultados, existindo exemplares que não se encaixam nas referidas categorias padrões – quer por apresentarem outras características, seja porque englobam mais de um desses aspectos. Nessa medida, a partir das leituras críticas desses heterogêneos fragmentos do passado, várias apropriações emergirão como alternativas viáveis de compreensão de somente alguns carnavais de rua belo-horizontinos, já que muitos deles sequer foram registrados pelos cronistas da época¹¹⁵.

Ainda que bastante utilizados nos estudos historiográficos, os jornais e seus respectivos tratamentos necessitam de constantes avaliações por parte do pesquisador. Até mesmo porque não existe uma metodologia específica para o tratamento dessas fontes, condição esta que amplia ainda mais os riscos de empreitadas equivocadas. Um pressuposto imprescindível consiste no investimento de olhares que descartem a rigidez das análises pré-estabelecidas, atentando-se para as brechas e lacunas presentes nesses discursos mediados. Para além dos conteúdos veiculados nas mensagens, as estratégias utilizadas pelos editores devem ser objetos de apreciação: posições das matérias nos corpos dos jornais, diagramações utilizadas, tipos de vocabulários requisitados e limites de espaços concedidos às matérias são apenas alguns desses ‘pequenos detalhes’¹¹⁶. Em suma, interessa perceber como as formas e os conteúdos dos impressos influenciam-se reciprocamente, redimensionando a compreensão dessas fontes históricas a partir de um ponto de vista mais acurado.

¹¹⁵ Além desse grande e intransponível limite, deve-se sublinhar que longe de abranger a totalidade dos títulos publicados, a pesquisa privilegiou os números editados nas proximidades dos dias de carnaval, principalmente aqueles exemplares que relatavam os preparativos para as comemorações, bem como os relatos que se referiam aos eventos transcorridos.

¹¹⁶ Para um estudo completo do assunto MOUILLAUD, 1997.

No que se refere às características da imprensa belo-horizontina do período em estudo, importante qualificá-la enquanto um segmento social distinto pela sua notável parcialidade. De uma maneira geral, percebe-se que os seus integrantes pertenciam às camadas médias e altas urbanas, desejosas por alcançarem um modelo ideal de ‘cidade modernizadora’. Obviamente, existiram publicações que não se alinhavam a essa perspectiva consensual, acarretando nas formações de traços ainda mais heterogêneos, ambíguos e multiformes intrínsecos às atividades jornalísticas. Tal atitude pode ser explicada pelas próprias atribuições que faziam dos literatos e cronistas um grupo delimitado no cotidiano citadino; para Maria Céres Castro “a imprensa adquire assim a função de potencializadora das vozes, estreitamento dos laços, criação de identidade e possibilidade de visibilidade pública aos interesses, aspirações e desejos de indivíduos e grupos que se radicam no espaço da nova cidade”¹¹⁷. Dessa forma, os jornais e as revistas conseguiam guardar uma polifonia de formas e temáticas singulares, tendo nas festas carnavalescas uma outra ocasião oportuna para se engendrar imagens distintas do viver urbano.

Apesar de conclamarem a defesa intransigente da neutralidade, os editores jornalísticos belo-horizontinos estiveram muito longe de alcançarem tal postura – aliás, esse tipo de discurso é ainda repetido exaustivamente nos diversos meios de comunicação contemporâneos. Por detrás de uma escrita camuflada pelos fundamentos objetivos, vários foram os recursos argumentativos que visavam a buscar a adesão dos leitores-foliões; nessas circunstâncias, tanto a imprensa como seu respectivo público se influenciam mutuamente, mas se torna inegável perceber que a primeira elaborava falas direcionadas a todo o momento¹¹⁸. As construções das chamadas ‘mensagens pedagógicas’ durante o período carnavalesco são exemplos clássicos dessa prática deliberada: a partir dos seus respectivos valores identitários e visões de mundo, cronistas e literatos dirigiam à população citadina quais os comportamentos seriam mais ‘elegantes’ para se brincar os dias de

¹¹⁷ CASTRO, 1997:33.

¹¹⁸ SANTOS, 2000:34.

folia. Produtos da sociedade belo-horizontina da época e de suas respectivas relações de força, os impressos revelam formas peculiares de como grupos sociais enxergavam seus cotidianos.

Conforme assinalado anteriormente, o viés metodológico alusivo aos tratamentos dessas fontes historiográficas não se pauta em esquematismos rígidos. Interessa, com isso, transpassar a materialidade latente de tais fragmentos do passado, valorizando um tipo de postura crítica e problematizadora. A autora Vera Veiga França sugere, em um de seus estudos, que:

“Nosso ponto de partida é a convicção de que um jornal traz mais do que notícias; ultrapassando os parâmetros de uma pretensa objetividade, ele testemunha também o sentimento de uma sociedade, seu padrão de sociabilidade, sua maneira de falar. Qualquer jornal tem claramente uma existência em si mesmo; mas ele é também um ponto de passagem de uma sociedade – mais do que informar sobre ela, é um dos momentos desse viver. A prática jornalística, se configurada historicamente e marcada por traços de universalidade, é sobretudo o resultado de um processo complexo e singular de inter-relação entre os elementos que a compõem – os interlocutores, a produção discursiva, o contexto”¹¹⁹.

Tal reflexão resume com propriedade os atributos dos jornais e revistas enquanto documentos históricos, cujas dinamicidades apontam para sugestivos relacionamentos entre os públicos leitores, as formas e os conteúdos escolhidos pelos produtores e os contextos sociais em que essas redes se fomentavam. Ademais, algo que deve ser reiterado, no caso específico da presente pesquisa, consiste na dimensão da oralidade presente nos escritos jornalísticos, haja vista que as ‘falas das ruas’ e as ‘matérias impressas’ constituíam-se instâncias de influência recíproca. Isso porque eram as leituras desses mesmos jornais que acabavam sendo alvos de muitas conversas e discussões nas rodas de amigos, nos espaços das praças centrais e nos clubes carnavalescos, além das próprias temáticas dos impressos surgirem a partir dessa conflituosa vivência cidadina: por exemplo, várias insatisfações do cotidiano belo-horizontino acabaram sendo materializadas sob as formas das letras satíricas, confirmando o poder de demanda social da oralidade da época.

Além disso, importa registrar os estatutos das associações carnavalescas como expressões das vontades de se conceber uma festa autorizada. Detentores de práticas que se pretendiam fazer

¹¹⁹ FRANÇA, 1998:17.

legalmente reconhecidas, tais fontes transmitem os esforços dos agrupamentos clubísticos em se mostrarem homogêneos e consensuais. Contudo, torna-se válido investigar em até que ponto esse aspecto vigorava, haja vista que os conflitos internos emergiam nas sociabilidades tecidas entre os diferentes membros. A referida constatação ancora-se a partir do entrecruzamento das fontes inventariadas para o desenvolvimento da presente dissertação; tal prática é por demais necessária, uma vez que cada tipologia de documento contém em si mesmo seus respectivos limites. Diante da incapacidade de se remontar toda a multiplicidade de sentidos presentes nos carnavais belo-horizontinos, as tentativas de mesclar os diversificados fragmentos daquelas ‘realidades’ podem ser um caminho interessante para ouvir os ecos de uma folia que já ocupou vivamente as ruas da capital mineira...¹²⁰

Por fim, dois breves comentários complementares para finalizar esse primeiro capítulo. As denominações ‘história social da cultural’ ou ‘história cultural da sociedade’ não devem ser tomadas como possíveis ‘rótulos’ para se qualificar a presente dissertação; muito pelo contrário, conforme sugere Peter Burke: “... parece-nos bem mais proveitoso considerar a relação entre cultura e sociedade em termos dialéticos com ambas as partes, a um só tempo, ativas e passivas, determinantes e determinadas”¹²¹. Ou seja, os estabelecimentos das referidas terminologias poderiam acabar por simplificar todas as complexas relações que se articulavam entre os diversos carnavais, os espaços urbanos, os diferentes sujeitos históricos, os cotidianos experienciados... Ao invés de se buscar uma classificação adequada para o que fora escrito, talvez fosse melhor reforçar, mais uma vez, que o enredo deste trabalho é apenas mais uma possibilidade de análise dos muitos carnavais de rua belo-horizontinos.

Nesse sentido, tenho plena convicção que a forma e o conteúdo veiculados no texto são de minha inteira responsabilidade. Nem mesmo se quisesse me manter ‘neutro’ nas análises eu

¹²⁰ Parafraçando novamente o título da obra de CUNHA, 2001.

¹²¹ BURKE, 2002:171.

conseguiria, ainda mais porque essa condição tão preconizada nos estudos das várias áreas é para mim impraticável! Como ignorar a dimensão da subjetividade nas nossas escolhas? Amo, vivencio e sou bastante nostálgico com os carnavais de outrora! Inconscientemente ou não, acabarei explicitando esses sentimentos ao longo das variadas passagens analíticas – aliás, já devo ter deixado alguns rastros nas páginas anteriores... De toda forma, gostaria de registrar mais uma colocação singular de E. P. Thompson, o qual em tom confessional afirma: “Não me sinto nada constrangido pelo fato de que, ao apresentar os resultados de minha própria pesquisa histórica, formulo juízos de valor quanto a processos passados, seja de maneira clara e incisiva, seja na forma de ironias e apartes”¹²². Concordo e reitero todas essas colocações transcritas, consciente de que os capítulos a seguir revelarão muitas das minhas escolhas pessoais: que soem os tambores, e além disso, ‘ó abre alas, que eu quero passar!’¹²³.

¹²² THOMPSON, 1981:52.

¹²³ Qualquer semelhança do trecho da música de Chiquinha Gonzaga com o meu desejo de aprovação no mestrado não terá sido mera coincidência...

CAPÍTULO II: EM MEIO AOS HORIZONTES DA NOVA
CAPITAL MINEIRA, OS SONHOS DE UM CARNAVAL
ELEGANTE E CIVILIZADO.

Nas primeiras décadas do século XX, o ordenamento urbano belo-horizontino permeava importantes noções tais como regulamentar, controlar e organizar as diversas práticas cidadinas. Nessa medida, os ideários de modernização e civilidade da recém-fundada capital moderna apontavam para um cotidiano pretensamente ausente das perturbações sociais, cujos intentos descartariam as dimensões do conflito e da convivência plural entre os inúmeros sujeitos. Interessante perceber que nesse contexto de grandes mudanças nas cidades brasileiras¹²⁴, Belo Horizonte apresentou, também, um nítido deslocamento da sociabilidade para os espaços públicos. Anteriormente, sob uma perspectiva de longa duração, as relações interpessoais se restringiam bastante aos núcleos domésticos; com o advento da modernidade, as vivências cotidianas acabaram se prolongando para as ruas urbanas, (re)dimensionando as práticas sociais dos diferentes cidadãos.

Nesse contexto de significativas mudanças, alguns grupos mais favorecidos economicamente passaram a tecer determinados tipos de modelos citadinos: tendo como referenciais os ideários de progresso e modernização europeus, importantes capitais do país

¹²⁴ São Paulo e Rio de Janeiro podem ser citados como grandes exemplos de cidades em franca expansão no início do século XX, tendo como referenciais, muitas das vezes, as grandes metrópoles européias. Na situação da capital fluminense, as reformas urbanísticas sinalizavam para várias mudanças no comportamento das pessoas, destacando-se as práticas de se freqüentar cinemas, clubes de salões, cafés e as próprias ruas 'modernizadoras'. Cf. NEEDELL, 1993:88-104.

tornaram-se adeptas de um “cosmopolitismo agressivo”¹²⁵. Muitas das vezes, a simples presença dos elementos tidos como ‘populares’ era um grande motivo para que os adeptos da *belle époque* evocassem suas respectivas convicções de mundo. Sob essas circunstâncias, os poderes públicos e as camadas mais abastadas hesitavam quanto aos riscos da concentração populacional nas ruas, bem como às situações novas e imprevisíveis advindas com a permanência coletiva nos locais urbanos; com isso, as justificativas que exigiam novos códigos de comportamentos éticos e morais despontavam nesses círculos sociais, sinalizando para um tipo de preocupação por demais evidente na virada dos séculos XIX-XX¹²⁶.

No caso belo-horizontino, a ambientação dos espaços públicos tornava-se ainda mais temerosa nos dias destinados às festas, principalmente àquelas que remetiam a uma atmosfera de pretensa licenciosidade e subversão da ordem: o carnaval de rua aglutinava todos esses ingredientes, fato este agravado se os festejos fossem cunhados pela população de origem mais humilde. Nessa medida, houve seguidas tentativas de se interligar aos festejos carnavalescos certos atributos que dialogavam com o espírito da nova capital dos mineiros, construindo um tipo de imagem associativa entre as festividades de Momo e a cidade – nesse raciocínio, ambas eram civilizadas, programadas e elegantes. Tais intencionalidades podem ser vislumbradas nas folhas dos diversos clubes foliões que despontavam na cidade planejada; o *Club Matakims*, por exemplo, fundado em 15 de julho de 1902, transmitia grande entusiasmo na edição de seu primeiro impresso:

“Surge hoje este jornal, que será o paladino dos nobres ideais que visem as fulgidas paragens do progresso e da civilização desta cidade de encantos. O nosso programa, nem por ser complexo e vasto, deixará de ser cumprido à risca e dele não nos afastaremos uma linha, ainda que para isso nos custe o maior dos sacrifícios [...] A instrução do povo será um dos pontos primordiais e por ela nos bateremos arduamente e sem desfalecimentos”¹²⁷.

¹²⁵ Expressão qualitativa utilizada em SANTOS, 2000:47.

¹²⁶ JULIÃO, 1996:66.

¹²⁷ O Matakim. Belo Horizonte, n. *único no gênero*, 21, 22 e 23/02/1909, p.1.

Através da leitura do excerto acima, destaca-se o compartilhamento de um grande entusiasmo para com a vida urbana belo-horizontina por parte do editorial; o carnaval seria uma ocasião oportuna para que alguns ideais da *urbes* fossem reforçados. Mesmo existindo imprecisões no que toca às propostas dessa associação carnavalesca, a simples menção de que o programa se voltaria para uma espécie de ‘mensagem pedagógica’ aos diferentes indivíduos e grupos sociais já merece muita atenção: afinal, que tipos de valores estavam sendo veiculados nesses jornais, ou melhor, nos desfiles dos clubes carnavalescos como os *Matakins*? Como era realizada a aproximação entre as concepções de uma capital modernizadora e as formas de se brincar os chamados ‘dias gordos’ nos seus respectivos espaços públicos?

Longe de almejar em responder a essas perguntas de maneira rápida e precisa - mesmo porque a construção do presente capítulo se norteará a partir desses e outros referenciais - cumpre sublinhar que os préstitos de ruas conotavam muitas das concepções dos seus respectivos integrantes. Pertencentes aos extratos mais elevados da sociedade de Belo Horizonte, esses homens da folia exteriorizavam os anseios de uma cidade com vistas ao progresso e à civilização; nesse sentido, as formas carnavalescas metaforizariam muitos dos planos de se equipararem aos modelos europeus, haja vista que o luxo e a ostentação se faziam presentes nas apresentações públicas. Ademais, as letras dos jornais corroboravam para que as intencionalidades dos clubes carnavalescos se fortalecessem, sendo que a chamada “instrução do povo” acabaria por remeter às noções de uma *urbes* cosmopolita, requintada e exemplar.

Por outro lado, nem mesmo a linguagem menos expansiva do jornal *Minas Gerais* deixava de veicular um desejo latente de se associar, irremediavelmente, os festejos com os desígnios da modernização belo-horizontina. A título de uma observação importante, torna-se necessário aventar algumas características básicas dessa publicação diária dos Poderes do Estado de Minas Gerais. O referido impresso iniciou suas atividades a partir da promulgação de uma lei

estadual¹²⁸, cujo conteúdo determinava a criação da “Imprensa Oficial”; o primeiro número, porém, circulou apenas no ano de 1892. Inaugurada a nova capital dos mineiros, as oficinas do *Minas Gerais* se transferiram para as terras belo-horizontinas, continuando a linha editorial iniciada em um momento anterior. O jornal aglutinava uma série de características heterogêneas: além das diversas informações oficiais acerca dos desígnios administrativos e jurídicos dos Poderes do Estado, havia grande espaço destinado às “Festas e Diversões”¹²⁹, ganhando amplo destaque os dias de carnaval. A linguagem mostrava-se bem trabalhada e construída, sendo comuns as explicitações dos posicionamentos da linha editorial a respeito de um determinado assunto – isso ocorria, inclusive, durante os períodos das folias momescas¹³⁰.

Retornando à problemática da associação entre festa e cidade, eis um pequeno fragmento do *Minas Gerais* que permeia esse tema: “Inicia-se hoje o tríduo festivo de Momo, que vai movimentar as nossas ruas e avenidas, dando à cidade um aspecto alegre e garrido, que ainda concorre para lhe realçar a beleza das construções”¹³¹. Interessante perceber a dimensão pragmática inventariada por esse órgão da imprensa, haja vista que eram as “ruas, avenidas e construções” os alvos a serem conclamados durante o carnaval. Tendo em vista que as festividades realizavam-se, principalmente, a partir das interações sociais entre os diferentes tipos de indivíduos e grupos sociais, como ignorar as potencialidades criativas desses mesmos sujeitos? Em outras palavras, como negligenciar a participação ativa dos diversos foliões, já que eram esses atores históricos os maiores responsáveis pelos espetáculos de cores, luzes e sons nas ruas da capital mineira? Esse tipo de relato transcrito acabara por enaltecer apenas a materialidade física da metrópole insurgente, silenciando, pelo menos momentaneamente, os anônimos belo-horizontinos que ocupavam as vias planejadas. A passagem referia-se a uma expectativa futura, a

¹²⁸ Lei Estadual nº8, datada de 06/11/1891. Citada a partir dos estudos de CASTRO, 1995.

¹²⁹ Título de uma coluna diária presente nos jornais *Minas Gerais* da época.

¹³⁰ Para maiores informações dessa folha que ainda continua a ser publicada pela Imprensa Oficial ver CASTRO, 1995:59-61.

¹³¹ Minas Gerais. Belo Horizonte, n.40, 17/02/1901, p.6.

qual intentava por um desenrolar dos festejos carnavalescos sem maiores contratempos; a esperada harmonia entre o cenário dos folguedos e as suas próprias existências reforçavam ainda mais a junção entre a cidade e o carnaval civilizados. Por fim, objetiva-se intentar que talvez estivessem nessas palavras os desejos (in)conscientes de se evitar a temerosa atmosfera de efervescência populacional tão vivenciada nos dias de folia...

Além disso, outros indícios do *Minas Gerais* procuravam transmitir uma visão teleológica e evolutiva a respeito das festas carnavalescas em Belo Horizonte. Assim como a capital mineira teria que cumprir etapas para o seu respectivo desenvolvimento técnico-urbanístico, as formas de se brincar os ‘dias gordos’ também remeteriam a uma pretensa escala de polidez cultural:

“Uma nota que convém acenar é a de que, o Carnaval, entre nós, se vai tornando uma festa mais aprimorada e distinta, pela substituição feliz que se verifica dos antigos cordões pelos pequenos grupos de seletos cavalheiros e famílias da nossa melhor sociedade, que se fantasia com arte e bom gosto, para a crítica leve e espirituosa da atualidade”¹³².

O trecho transcrito revigorava um almejado melhoramento no que toca às práticas culturais dos belo-horizontinos. Isso porque há a explicitação de que os folguedos de Momo estavam se transformando em modelos cada vez mais ‘requintados’ e ‘superiores’; a passagem menciona, inclusive, o desaparecimento dos populares cordões – agrupamentos estes que serão estudados no próximo capítulo. Ora, diante de tais colocações um tanto simplificadoras e pejorativas, cabe investigar em até que medida houve a concretização dos planos de se transformar as maneiras de vivenciar os dias carnavalescos. Enfim, interessa ultrapassar as barreiras que se limitam a uma simples leitura desse fragmento veiculado na imprensa da época, concedendo outras interpretações possíveis.

Caso haja um apuramento dos nossos ouvidos, bem como uma melhor presteza no olhar para com essas palavras do *Minas Gerais*, pode-se fundamentar que o trecho transcrito materializava apenas muitos dos sonhos de determinados grupos; integrantes estes que almejavam

¹³² Minas Gerais. Belo Horizonte, n.39, 15, 16 e 17/02/1915, p.5.

a todo custo os topônimos de ‘carnaval elegante e civilizado’ para a Belo Horizonte nas primeiras décadas do século XX, ignorando, com isso, outras práticas culturais como passíveis de representatividade. Dessa forma, urge ressaltar as intencionalidades presentes nesses tipos de relatos, cujos conteúdos acabaram se respaldando em processos de escolhas preferenciais: por isso, nada mais conveniente do que decretar uma espécie de ‘morte’ dos cordões, corroborando para a veiculação de que a festa na cidade ‘evoluíra’ em todos os sentidos, seja nos aspectos formais ou nos conteúdos dos desfiles. Além disso, interessa registrar que a simples escrita de um desejo nas linhas do oficial *Minas Gerais* já poderia ser um grande passo para legitimá-lo nas ruas da capital mineira... E serão justamente a respeito dessas pretensões - as quais vieram ou não a se concretizar - que o presente capítulo se ocupará, atentando-se também para a multiplicidade de formas que o ‘carnaval do progresso’ adquiriu nos espaços públicos belo-horizontinos.

As sociedades carnavalescas em meio ao tecido urbano de Belo Horizonte:

Desde meados do século XIX os clubes sociais começaram a despontar em algumas cidades brasileiras, singularizando novas maneiras de se praticar as múltiplas culturas urbanas. Os grupos carnavalescos se inseriram nessa ampla perspectiva, cujas características alternavam-se conforme as condições sócio-econômicas dos seus respectivos integrantes: por mais que houvesse semelhanças no que toca às organizações internas, não se pode negar as particularidades assumidas por cada associação de acordo com a sua origem social. Os agrupamentos cariocas foram um dos primeiros a surgirem no Brasil, recebendo os pomposos títulos de *Grandes Sociedades Carnavalescas*¹³³; estas últimas desenvolviam atividades durante o transcorrer do ano,

¹³³ A famosa tríade formada pelos *Democráticos*, *Fenianos* e *Tenentes do Diabo* consistia nos principais exemplos de organização do carnaval carioca entre os séculos XIX e XX. Muito mais do que cunharem modelos de prêmios de rua a serem seguidos, tais sociedades inspiraram também os nomes de muitos grupos belo-horizontinos.

tendo na boa receptividade dos desfiles de rua as expressões de que alcançavam “força e popularidade” na população do Rio de Janeiro durante os dias de folia¹³⁴.

As primeiras referências aos clubes de carnaval na capital dos mineiros podem ser aventadas até mesmo antes da cidade completar seu segundo ano de vida¹³⁵. A partir desse momento inaugural, tais sociedades iriam surgir em várias partes da *urbes* em diferentes contextos, dinamizando de certa maneira a vida sócio-cultural da recente Belo Horizonte. Para além dos concorridos préstitos carnavalescos pelas ruas citadinas, havia uma série de atividades previstas por essas associações: bailes de salões com variadas temáticas, lanches coletivos ao ar livre, jogos de apostas legalizados, encontros frequentes de grupos de leituras, promoções de palestras com ilustres convidados, passeios ciclísticos e comemorações de aniversários dos sócios¹³⁶. Os cotidianos diversificados das sociedades carnavalescas luxuosas tinham uma boa cobertura da imprensa da época, ainda mais que muitos de seus integrantes escreviam nos periódicos belo-horizontinos: ocorrências de “festas chinesas” no *Club dos Progressistas*¹³⁷ e de “bailes à fantasia fora do período carnavalesco” no *Club Tenentes do Diabo*¹³⁸ eram algumas das várias notas publicadas. Nessa medida, importa objetar que as realizações desses tipos de eventos não deixavam de visar à angariação de recursos para os tão esperados desfiles externos; ou seja, por mais que houvesse toda uma vivência ‘extra carnavalesca’ nos outros meses do ano, os clubes tinham como preocupação primordial a viabilização de um carnaval majestoso e requintado.

Um dos passos necessários ao reconhecimento dessas associações clubísticas consistia na aprovação dos seus respectivos estatutos. Estes documentos materializavam os principais referenciais a serem seguidos pelos sócios, além de formalizarem as existências das próprias

¹³⁴CUNHA, 2001:108-9.

¹³⁵ Vários jornais de circulação periódica, além dos registros de alguns memorialistas – como exemplo, citam-se as letras de Abílio Barreto e Benvido Lima – apontam o ano de 1899 como ‘fundante do carnaval belo-horizontino’, tendo como grande destaque o surgimento da associação *Diabos de Luneta*.

¹³⁶ Geralmente, esses tipos de atribuições localizavam-se discriminadas já nos primeiros artigos dos estatutos dos clubes, explicitando as finalidades principais dessas respectivas organizações.

¹³⁷ O Prelúdio. Belo Horizonte, n.3, 02/11/1907, p.4.

¹³⁸ Correio da Tarde. Belo Horizonte, n.35, 15/15/1917, p.2.

instituições; por isso, era notadamente usual que tais escritos fossem disponibilizados aos poderes públicos, em especial ao Chefe da Polícia da capital mineira¹³⁹. Em linhas gerais, havia a prerrogativa de se publicar os estatutos nas páginas do *Minas Gerais*, reforçando ainda mais os processos de auto-legitimação das sociedades carnavalescas luxuosas. Ademais, as convocações para as reuniões de caráter ordinário e/ou extraordinário podiam ser vislumbradas nos jornais de circulação diária, dando mostras de que os clubes gozavam de boa circulação entre os literatos e cronistas dos órgãos de imprensa.

O corpo de sócios era majoritariamente masculino; apesar desses agrupamentos se apresentarem como “sociedades familiares recreativas”¹⁴⁰ e aceitarem, por isso, ambos os sexos, os homens constituíam a grande maioria dos associados – a grande exceção em Belo Horizonte era o *Club Rose*, exclusivamente formado por senhoritas das camadas mais abastadas. Aliás, a questão da masculinidade acabou concedendo às agremiações carnavalescas um perfil socialmente excludente e dicotômico: enquanto as ‘moças de família’ eram vistas como figuras ‘frágeis e indefesas’ e, portanto, vulneráveis aos excessos dos dias de carnaval, aquelas chamadas de ‘vida fácil’ poderiam participar dos desfiles se somente fossem formalmente convidadas – normalmente, as prostitutas eram os principais destaques dos carros alegóricos. Ou seja, em ambos os casos observam-se claras restrições às participações livres das mulheres, explicitando, com isso, parte do universo de valores morais da sociedade da época¹⁴¹. Em todo caso, urge sublinhar que as meretrizes conseguiram tecer determinadas demandas, vestindo trajes, por exemplo, até então considerados ‘indecentes’ pela sociedade da época.

¹³⁹ Dentre os documentos inventariados para a presente pesquisa, encontram-se estatutos de clubes com as assinaturas do *Chefe de Polícia*. Em 1920, por exemplo, ocupava o cargo o senhor José Vieira Marques.

¹⁴⁰ Designação qualitativa utilizada pelo *Club das Violetas* em seu respectivo estatuto. Cf. Estatutos do *Club das Violetas*.

¹⁴¹ Há um interessante estudo sobre a presença das mulheres nas sociedades carnavalescas cariocas em PEREIRA, 2002.

Além desses limites de natureza de gênero, existiam alguns controles no que toca ao número de sócios¹⁴². A aceitação de prováveis pretendentes variava conforme os regulamentos internos, porém havia uma espécie de procedimento usual nessas situações: o interessado deveria ser apresentado por um sócio que já frequentasse as dependências do clube, explicitando na oportunidade detalhadas informações pessoais tais como idade, profissão, residência, renda mensal e preferências culturais. Na seqüência do processo, as propostas encaminhadas eram votadas, necessitando da maioria simples para a incorporação do novo sócio; entretanto, existia a prerrogativa de que a diretoria poderia vetar qualquer nome eleito, sem que fossem apresentados os motivos da rejeição. A título de uma melhor exemplificação, eis algumas das condições básicas elaboradas pelo *Club Matakins* para a admissão de novos associados: “Art 4º - Serão sócios do *Club* as pessoas de posição social definida, sem distinção de estado e nacionalidade, cujas propostas sejam aceitas pela diretoria”¹⁴³. Interessante sublinhar a clara exigência de que os integrantes do clube deveriam pertencer aos círculos sociais mais favorecidos da capital; dessa forma, assim como no caso das mulheres, os indivíduos de origens humildes acabavam sendo excluídos antes mesmo das festas carnavalescas se iniciarem...

A questão financeira era marcadamente segregativa no cotidiano dos clubes foliões: além de vetarem a participação da maioria da população belo-horizontina, o atraso no pagamento das mensalidades poderia significar a expulsão automática do sócio devedor. Apesar dos preços variarem conforme as diferentes associações - a quantia mensal do *Club Horizontino*, por exemplo, era praticamente a metade do valor exigido pelos *Matakins*¹⁴⁴ - havia um consenso quanto aos procedimentos a serem tomados em caso de inadimplência: a eliminação do integrante do quadro social, caso o mesmo não viesse a apresentar uma justificativa em um prazo máximo de

¹⁴² De acordo com o segundo artigo dos Estatutos do *Club Matakins*, o número de sócios deveria ser composto pelo número máximo de duzentos integrantes. Cf. Estatutos do *Club Matakins*, datado de 03/03/1920.

¹⁴³ Fragmento retirado dos Estatutos do *Club Matakins*, datado de 03/03/1920.

¹⁴⁴ Enquanto os valores do *Club Horizontino* variavam entre 3\$000 a 5\$000 (três mil a cinco mil réis) a contribuição mensal dos *Matakins* poderia oscilar entre 5\$000 a 10\$000 (cinco mil a dez mil réis).

um mês. Entretanto, as repetições exaustivas desse tipo de punição nos jornais podem sugerir que as mensalidades nem sempre eram pagas conforme o esperado; tal hipótese ganha ainda mais subsídios tendo em vista as constatações, a partir desses mesmos impressos, sobre as constantes dificuldades financeiras dos clubes de carnaval belo-horizontinos ao longo de suas próprias existências¹⁴⁵.

As categorias de sócios contemplavam diferentes classificações, as quais poderiam variar entre os seguintes escopos: os *contribuintes* eram aqueles que pagavam as mensalidades regularmente; já os *beneméritos* consistiam nos integrantes que tivessem prestado relevantes serviços ou efetuado valiosos donativos de maneira não compulsória; enquanto os *honorários* residiam nos indivíduos que, eventualmente, participaram de maneira destacada para o crescimento de determinado clube. Porém, a dinâmica interna das associações não se limitava a essa simples divisão geral; havia todo um corpo organizativo, cujas características remetiam às instituições tipicamente burocráticas da época. Dentre a série de cargos ocupados pelos foliões dessas sociedades, destacavam-se cinco em meio às hierarquias estabelecidas: *secretário geral*, que administrava a publicação dos jornais carnavalescos; *tesoureiro*, o qual geria as receitas e despesas da instituição; *diretor fiscal*, a quem competia pela indicação das pessoas aptas a desfilar nos préstitos; *diretor técnico*, este o grande responsável pelo funcionamento geral desses grupos citadinos; e *presidente*, cujas ações poderiam preponderar sobre qualquer cargo anteriormente sumarizado. Enfim, nota-se um forte viés hierarquizado entre os membros dos clubes, tendo no papel da diretoria a expressão máxima dessa concentração de poder.

Por mais que houvesse um certo rigor no que toca às funções de cada associado, importante sublinhar que tais organizações acabavam por aglutinar indivíduos que compartilhavam sentimentos, valores e opiniões a respeito de várias temáticas, inclusive aquelas

¹⁴⁵ Esse assunto será melhor debatido no próximo capítulo.

relacionadas à própria cidade em que moravam. Em seus estudos sobre o carnaval carioca do início do século XX, Renata Gonçalves, tendo como referência os escritos de Mônica Velloso, salienta que “... fazer parte de um grupo carnavalesco [...] não era apenas cantar, dançar e desfilar o ‘pedaço’ na ‘cidade’, era também compartilhar de um universo moral, era constituí-lo positivamente”¹⁴⁶. De forma análoga, transpondo a análise para os círculos sociais belo-horizontinos, percebe-se que as fundações clubísticas mais luxuosas reforçavam, reiteradamente, a importância de suas próprias existências para a concretização do amplo projeto de uma *urbes* civilizada e modernizadora. Nessa medida, os diferentes integrantes das sociedades carnavalescas conseguiam (re)definir concepções coletivas, (re)construir identidades e amplificar suas visões particularizadas em meio ao cotidiano urbano da recente capital.

E não eram somente de consensos que os sócios trocavam suas impressões. Muito pelo contrário, os embates da vivência na capital mineira suscitaram diversos posicionamentos, os quais se expressavam de sobremaneira nos desfiles dos clubes pelas ruas e praças belo-horizontinas. O sistema de transporte coletivo era, por exemplo, ponto de muitas controvérsias, gerando críticas ou apoios por parte das associações: enquanto alguns foliões bradavam a qualidade do atendimento dos bondes, outros criticavam severamente o atraso dos horários e o mau estado de conservação dos veículos¹⁴⁷. Nesse sentido, cumpre inferir que existiam dissonâncias no que se refere às opiniões dos variados associados; sendo assim, o fato de pertencer a uma instituição que permanecia alinhada aos parâmetros de uma urbanidade modernizadora não significava, necessariamente, que determinado indivíduo escondesse seu descontentamento com algum aspecto cidadão.

Contudo, antes de se adentrar nessas fissuras internas dos grupos carnavalescos, cumpre notar que havia uma prerrogativa geral compartilhada, segundo a qual os préstimos dos clubes

¹⁴⁶ GONÇALVES, 2003:135 apud VELLOSO, 1996.

¹⁴⁷ Em quase todos os anos correspondentes à presente pesquisa, havia comentários alusivos aos bondes belo-horizontinos.

deveriam ser condizentes com as características do tecido urbano técnico, majestoso e previsível da capital mineira. Ao empunharem seus venerados estandartes, símbolos identitários estes que “buscavam caracterizar os grupos, retratando aspectos da vida cotidiana”¹⁴⁸, os sócios reforçavam muitas das singularidades que os caracterizavam, haja vista que acontecia uma explicitação de suas próprias ‘origens’. A justificativa para as adesões dos sócios às bandeiras representativas das associações pode ser ancorada a partir da existência de uma reciprocidade entre o ícone e seus respectivos adeptos; conforme Pierre Bourdieu afirma, essa rede integradora acaba congregando o chamado “poder simbólico”, cuja existência invisível está condicionada à “... cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”¹⁴⁹. Nessa toada, outros traços emblemáticos de alta significância eram as cores de cada sociedade carnavalesca: adotavam-se as mesmas como expressões identitárias dos foliões, as quais se rivalizavam, em meio aos muitos exemplos, entre a casaca vermelha, botas pretas e calça amarela dos *Diabos de Casaca*¹⁵⁰, os traços alvirrubros dos *Matakins* ou a mescla inveterada de verde, amarelo e azul do *Club Horizontino*.

A questão das identidades dos adeptos aos clubes de Belo Horizonte pode ser também percebida na própria materialidade física das sedes urbanas. Tais locais emblemáticos conseguiam suscitar sentimentos de pertencimento, bem como demarcar territorialmente os espaços simbólicos de (re)criações carnavalescas. Muitos desses significados coletivos, ao serem construídos no interior das próprias sedes clubísticas, por si só apontavam para os laços identitários tecidos entre os membros integrantes: nomes qualitativos como *caverna*, *barracão* ou *poleiro* eram atributos bastante comuns, numa clara alusão de que esses recintos consistiam em

¹⁴⁸ SANTOS, 2000:190.

¹⁴⁹ BOURDIEU, 1998:7-8.

¹⁵⁰ Jornal do Povo. Belo Horizonte, n.71, 23/02/1900, p.2. Nesse fragmento há maiores detalhes sobre o vestuário utilizado por essa associação carnavalesca.

uso exclusivo dos sócios ou convidados¹⁵¹. Ocorria até mesmo as criações de neologismos entre os frequentadores, reforçando ainda mais os valores comuns compartilhados; nas letras de um impresso da época: “Já se empoleiraram os foliões dos *Progressistas* na sua bem montada sede para oferecer aos seus associados os folguedos que lhe permite o Deus Momo”¹⁵². A nota transcrita, apesar do caráter sucinto e informativo, valoriza a flexão do verbo ‘empoleirar’ enquanto símbolo de distinção, ou seja, somente os integrantes dessa associação belo-horizontina poderiam usufruir os bailes internos a serem realizados – nesse caso, a identidade caracterizava-se por ser exclusivista e integradora.

Por mais que houvesse toda essa dinâmica interna de funcionamento dos clubes sociais belo-horizontinos - a qual garantiria o constante processo de (re)definições das identidades¹⁵³ individuais e coletivas nos espaços das sedes - não se pode perder de vista que foram os carnavais de rua os grandes destaques dessas associações. Os locais públicos acabavam sendo uma espécie de palco festivo onde esses grupos exteriorizavam suas respectivas concepções de mundo, visões estas que também se originavam a partir da vivência das ruas. Nessas circunstâncias, as rivalidades entre as sociedades carnavalescas revelavam-se como aspectos marcantes nos festejos de Belo Horizonte: competições em torno do préstito mais luxuoso, do estandarte com maior opulência e das músicas mais bem escolhidas eram apenas alguns dos possíveis alvos de disputas. Por outro lado, as aproximações amistosas entre os clubes também aconteciam, estratégias estas adotadas em virtude dos desejos permanentes de se transformar o carnaval belo-horizontino na apoteose da elegante e fina cidade do progresso...

¹⁵¹ GONÇALVES, 2003:134.

¹⁵² O Chicote. Belo Horizonte, n. *único*, 07/02/1916, p. 4.

¹⁵³ Sandra Pesavento, em uma acurada síntese de autores como BOURDIEU, CHARTIER e TODOROV, consegue qualificar o conceito de *identidades* enquanto fenômenos polissêmicos, dotados de historicidade em suas respectivas produções. Nas palavras da pesquisadora, a identidade pode ser definida como uma “construção simbólica que elabora sensação de pertencimento, propiciando a coesão social de um grupo, que se identifica, se reconhece e se classifica como de iguais ou semelhantes”. (PESAVENTO, 2001:9).

Tentativas de ordenamento no mundo festivo da capital mineira:

Ao analisar o processo da dinâmica sócio-cultural na cidade do Rio de Janeiro na virada dos séculos XIX-XX, Maria Clementina Cunha interpreta os desfiles das sociedades carnavalescas como estratégias de substituir “a forma individualista e anárquica do carnaval carioca por uma brincadeira organizada, intelectualizada e comandada do alto dos carros”¹⁵⁴. Respeitadas as respectivas particularidades de cada contexto histórico, pode-se inferir que os organizadores das festas belo-horizontinas também procuraram planejar e sistematizar os folguedos que antecederiam à quaresma. Aliás, tais práticas condizentes com o ordenamento urbano eram bastante comuns em várias cidades brasileiras, cujas aplicabilidades apontavam para a busca de um cotidiano ordeiro e sem maiores contratemplos. Os famosos ‘Códigos de Posturas’ emergiam como tentativas generalizadas de se moldar os comportamentos dos cidadãos, revelando algumas intencionalidades latentes dos poderes públicos e das camadas mais favorecidas sócio-economicamente¹⁵⁵. Dessa forma, cumpre observar que os planejamentos sistemáticos para as realizações das festas públicas em Belo Horizonte não eram nenhuma inovação no contexto da época; entretanto, deve-se ressaltar que as intensidades desses ordenamentos pareciam aflorar ainda mais no referido tecido urbano.

Retornando à perspectiva particularizada dos clubes de carnaval, interessa demarcar que os préstitos de rua eram antecipadamente divulgados nos diferentes órgãos da imprensa. A proximidade dos três dias de Momo ganhava clarividência no noticiário belo-horizontino, o qual abrangia as expectativas e os planos dessas associações para o transcorrer do período festivo. Independentemente do tipo de impresso veiculado – seja os de circulação diária, aqueles

¹⁵⁴ CUNHA, 2001:98.

¹⁵⁵ Muitos trabalhos historiográficos utilizam os ‘Códigos de Posturas’ como importantes fontes de pesquisa, na medida em que tais documentos revelam muitos dos desejos de ordenamento urbano dos séculos XVIII, XIX e XX. Apesar dos limites dessa documentação – já que a mesma não se aprofunda no que toca à aplicabilidade dessas sugestões de posturas no cotidiano – destacam-se os antigos ‘Códigos’ como instigantes fragmentos do passado das diferentes sociedades. Exemplos de estudos que problematizam esse tipo de fonte, tendo como temáticas principais o carnaval, podem ser encontrados em ARAÚJO, 2000 e LAZZARI, 2001.

publicados pelos próprios clubes e/ou as notas oficiais do *Minas Gerais* – a cobertura realizada possibilitou a exteriorização de alguns anseios dos carnavalescos da capital mineira. Os programas das sociedades mais requintadas eram pormenorizados nas letras dos noticiários, característica esta que auxiliava no processo de legitimação dos desfiles pelos espaços públicos de Belo Horizonte. Nessas ocasiões, as próprias estruturas das brincadeiras momescas acabavam sendo explicitadas, as quais eram muitas vezes resumidas na seguinte seqüência usual: comissão de frente, veículos estandartes, carros de críticas e passeatas dos sócios compunham os renomados eventos das tardes-noite dos domingos e das terças-feiras.

Para que fossem possíveis esses tipos de divulgações entre a população belo-horizontina, reuniões previamente agendadas tornavam-se uma das principais prioridades dos grupos de sócios; nas palavras do Estatuto do *Club Matakins*: “Dois meses antes do carnaval deverá ser convocada a Assembléia Geral Extraordinária, especialmente para tratar-se de assuntos referentes a essa festa”¹⁵⁶. Nessas ocasiões deliberatórias, os integrantes votavam em uma série de quesitos tais como fantasias a serem utilizadas, temática dos carros, além do itinerário e horário dos préstitos. Os debates internos clubísticos acirravam-se consideravelmente nesses momentos que antecediam os chamados ‘dias gordos’, haja vista que estavam sendo decididos importantes quesitos dos desfiles externos; ou seja, nada mais polêmico do que escolher qual a melhor forma de se apresentar à sociedade da época, signos culturais esses que procuravam revelar a consonância com uma *urbes* civilizada e modernizadora.

As expectativas em torno da chegada do carnaval também ocupavam as agendas dos poderes governamentais. Isso porque os desfiles luxuosos das sociedades carnavalescas exigiam uma infra-estrutura adequada para as suas respectivas realizações: melhorias na iluminação pública, montagens de arquibancadas destinadas à platéia, adorno das ruas com enfeites e

¹⁵⁶ Artigo 32º dos Estatutos do *Club Matakins*, datado de 03/03/1920.

construções de coretos provisórios para as autoridades e convidados de honra eram algumas das medidas adotadas. Enfim, a parte central da cidade alterava-se significativamente com os preparativos da folia, concedendo mostras de que os folguedos e a vida cidadina se articulavam em meio ao cotidiano belo-horizontino. O jornal *Minas Gerais* explicitava, por exemplo, a série de procedimentos adotados na véspera da data tão esperada: “Diversas ruas do centro da cidade e do bairro Funcionários estão sendo enfeitadas, devendo em todas elas tocar bandas de música. A iluminação elétrica está sendo disposta admiravelmente, aumentando-se o número de focos”¹⁵⁷. O último aspecto da citação transcrita acabava se tornando um dos itens mais importantes, na medida em que os locais públicos bem iluminados significavam também maior segurança para os inúmeros transeuntes.

Atentando-se às especificidades dos espaços públicos ocupados e dos horários de durações das atividades proporcionadas pelos clubes, importa inferir que havia para isso as intervenções do poder público municipal e da Chefia da Polícia do Estado de Minas Gerais. Locais da cidade planejada como o Parque Municipal passaram a ser veementemente cerceados de acessibilidade aos transeuntes carnavalescos; a título de exemplo, citam-se as regulamentações em torno do referido parque: “é absolutamente proibido [...] fazer algazaras, dar tiro e queimar fogos de artifício, distribuir anúncios impressos e jogar serpentinas e confetes”¹⁵⁸. Tal proibição fora oficializada após possíveis transtornos que ocorreram nesse *locus*, haja vista que as renomadas sociedades utilizavam o mesmo para a realização de animadas comemorações – sejam estas carnavalescas ou não. A título de melhor elucidação, cabe ressaltar que vinte anos antes do mencionado decreto podia-se encontrar esse tipo de nota nos jornais da cidade: “Ficou adiada para domingo vindouro a festa que o ‘Club dos Progressistas’ pretendia realizar hoje, no Parque,

¹⁵⁷ Minas Gerais. Belo Horizonte, n.52, 24/02/1900, p.4.

¹⁵⁸ Decreto Municipal n. 10, artigo 1º, datado de 24/06/1925.

conforme foi anunciado”¹⁵⁹. E foram justamente as folhas impressas da capital que se anteciparam à promulgação da postura municipal; nos quatro meses anteriores a junho de 1925, já vigorava a seguinte informação para os foliões belo-horizontinos:

“Aproximando-se a época dos folguedos carnavalescos, a Chefia de Polícia, de acordo com o sr. Prefeito da Capital, comunica que não poderá haver batalhas de confete e serpentinas ou lança-perfume nos jardins públicos, por serem tais logradouros muito danificados quando neles se realizam festejos populares”¹⁶⁰.

Dessa forma, apesar de não explicitados, nem mesmo os préstitos clubísticos poderiam ocupar os espaços verdes da cidade; isso devido ao desaprovado comportamento dos diferentes indivíduos no que toca às questões patrimoniais, fato este que contribuía para a degradação dos bens públicos durante os dias de folia.

Entretanto, mesmo tendo esse procedimento louvável quanto à preservação do patrimônio coletivo, os poderes governamentais inibiam, de maneira sutil, as diferentes manifestações políticas que poderiam despontar no cotidiano belo-horizontino. Retornando ao decreto municipal anteriormente transcrito, observa-se que era proibido “distribuir anúncios impressos”, seja durante o carnaval ou em outro período do ano. Por mais que pudesse existir uma preocupação com a limpeza pública, o ato de restringir as veiculações de materiais escritos não deixa de ser algo veladamente autoritário: ainda mais em um contexto histórico em que as campanhas anticomunistas afluíam com intensidade, principalmente no sentido de coibir a circulação de panfletos com conteúdo ‘ideológico de esquerda’¹⁶¹. Tendo em vista o potencial subversivo do universo carnavalesco, as tendências políticas mais contestadoras da ordem vigente seriam ainda mais ‘mal vistas’ por alguns grupos sociais durante o carnaval.

¹⁵⁹ O Labor. Belo Horizonte, n.1, 18/06/1905, p.1.

¹⁶⁰ Minas Gerais. Belo Horizonte, n.37, 13/02/1925, p.7.

¹⁶¹ Interessante mencionar a obra de MOTTA, 2002 como focalizadora das matrizes contrárias ao comunismo no Brasil. Resumidamente, o autor elenca o catolicismo, o nacionalismo e o liberalismo como os ‘antídotos’ contra o chamado “Perigo Vermelho”, destacando o período entre 1917 e 1964. Dessa forma, o tumultuado contexto urbano das décadas de 20 e 30 insere-se sob essa perspectiva, haja vista que existiam diferentes tendências políticas conflitantes: anarquistas, liberais e socialistas, para citar alguns exemplos.

A partir dessas constatações bastante conflituosas, é nítido vislumbrar que os lugares destinados à folia foram, muito possivelmente, resultados de constantes negociações entre os clubes carnavalescos, os poderes institucionais e os anônimos sujeitos. Com relação a essas inúmeras vozes sociais, apesar das mesmas não serem atendidas de forma direta, imprescindível sublinhar que tais atores conseguiram (re)inventar os significados desses espaços previamente estipulados; até mesmo porque uma simples proibição não significava, automaticamente, o seu respectivo cumprimento integral. As diferentes opiniões dos indivíduos e agrupamentos sociais eram relevadas antes da definição dos desfiles de rua, principalmente se os extratos mais abastados da cidade se envolvessem nesses meandros de negociação. Em sua programação do carnaval de 1909 o *Club Matakins* declarou que:

“Por melhor que fosse a boa vontade dos Matakins em atender aos numerosos pedidos que receberam para que o préstito percorresse diversas ruas, quer do Bairro Funcionários, quer da zona comercial, não lhes foi possível satisfazer a todos, não só por ser vastíssima a área urbana e haver impossibilidade de percorrê-la no espaço de cinco horas...”¹⁶².

Observa-se, portanto, uma nítida concorrência para que os desfiles luxuosos percorressem determinadas ruas: tais logradouros aglutinavam grande parte das mobilizações dos seus respectivos moradores, os quais se esforçavam com intuito de receberem os carros alegóricos dos clubes¹⁶³. Havia, enfim, uma acirrada disputa para que determinados espaços públicos fossem escolhidos pelos associados em suas respectivas assembléias. Ademais, interessa sublinhar a evidente preocupação dos *Matakins* em não desagradarem à população em nenhum momento, já que o apoio da maioria seria fundamental para o sucesso do planejado desfile.

¹⁶² Matakins. Belo Horizonte, n.1909, 21, 22 e 23/02/1909, p.1.

¹⁶³ Havia grandes preparativos entre os residentes nas ruas Santa Rita Durão, Cláudio Manoel e Pernambuco (todas no bairro Funcionários), além da charmosa e boêmia rua da Bahia, localizada mais na região central. Cf. Jornal do Povo. Belo Horizonte, n. 29, 05/01/1900, p.3 e n.47, 27/01/1900, p.2.

Tão logo fossem definidas essas e outros tipos de formalidades, publicavam-se notas informativas nos jornais, como pode ser retirado da folha do clube *Tenentes do Diabo*:

“O préstito obedecerá ao seguinte itinerário, saindo do Barracão às 5 horas da tarde do 1º e 3º dias do carnaval:
Barracão, Rua Tupinambás, Curitiba, Caetés, Espírito Santo, Avenida Afonso Pena, Bahia, Praça da Liberdade, Santa Rita Durão, Pernambuco, Afonso Pena, Guajajaras, Bahia, descendo, Afonso Pena, Espírito Santo, descendo, Caetés, subindo, São Paulo, Barracão”¹⁶⁴.

O percurso contemplava regiões da cidade bastante disputadas nos dias dos folguedos, mais especificadamente o centro comercial e o bairro dos Funcionários; como destaques, a concorrida rua da Bahia com seus bares e cafés elegantes, a suntuosa principal avenida Afonso Pena e o símbolo dos poderes republicanos representados na Praça da Liberdade. A divulgação do roteiro a ser cumprido acabava se alternando entre dois pólos distintos, cujos posicionamentos revelavam as alternâncias de opiniões quanto ao desenrolar dos folguedos de carnaval: por um lado, existiam os adeptos e simpatizantes das brincadeiras carnavalescas, ansiosos pela chegada do ‘Reinado de Momo’ através dos desfiles das associações da cidade; em contraposição, havia aqueles que não se alinhavam aos desígnios dos clubes, refutando tais manifestações culturais pelos seus constantes tumultos e confusões.

Contudo, algo consensual entre esses dois tipos de posicionamentos consistia no receio quanto à ocupação de locais públicos por parte da população mais humilde. Diante dessa real ‘ameaça coletiva’, tanto os moradores dos bairros residenciais como os associados dos clubes tentaram relegar esses anônimos foliões aos espaços da periferia ou aos lugares tidos como ‘do baixo centro’. Era o ano de 1922 quando fora divulgado o itinerário de um bloco carnavalesco belo-horizontino, cujo nome fora propositalmente ‘esquecido’¹⁶⁵: as vias públicas Guajajaras, Tamoios e Tupinambás sumariam além de um roteiro mais curto, a própria segregação espacial de uma cidade que também se mostrava excludente desde a sua fundação. Assim como a

¹⁶⁴ Tenentes do Diabo, Belo Horizonte, n. *sem número*, 05, 06 e 07/03//1916, p.1.

¹⁶⁵ Carnaval. Belo Horizonte, n. *único*, 26/02/1922, p.7.

planta da *urbes* buscou delimitar as áreas mais nobres e adaptadas aos padrões de modernização da época, as camadas com maiores poderes políticos e econômicos intentaram conceder espaços físico-simbólicos somente aos festejos tidos como elegantes e civilizados.

Nesse sentido, nada mais adequado do que um carnaval ordeiro e planejado ocupando as ruas largas, retas e arborizadas da capital moderna... Tais pretensões utópicas dos planos urbanos de Belo Horizonte podem encontrar correspondência na análise dos festejos cariocas do início do século XX, na medida em que Maria Clementina tece o sucinto comentário de que os “ruídos bárbaros são convidados a desaparecer de uma cidade que começa a cultivar a civilização”¹⁶⁶. Havia uma grande preocupação com a possibilidade da “invasão popular” nos espaços públicos valorizados pela elite, justificando com isso as especificações de “como, quando e onde brincar” adequadamente os dias de folia – seja no Rio de Janeiro ou na cidade belo-horizontina. Adotando estratégias diferentes, mas complementares na maioria das vezes, os poderes públicos e os luxuosos clubes carnavalescos teceram uma singular aliança de interesses: ordenar minimamente o mundo festivo da capital mineira, apesar do mesmo ser passível de inúmeras imprevisibilidades.

Abram alas para os clubes de carnaval!

As ações empreendidas pelas sociedades carnavalescas com fins de se legitimarem nas ruas belo-horizontinas alternavam-se, basicamente, segundo dois aspectos principais: existiam repetições sistemáticas nos jornais de matérias que valorizavam os préstitos como fenômenos deslumbrantes, tendo como modelo ideal o carnaval da cidade do Rio de Janeiro; e, além disso, era recorrente a menção aos relacionamentos exteriores dessas associações, sinalizando para interessantes práticas de sociabilidade com os poderes públicos, alguns cronistas e grupos mais favorecidos economicamente. Ambos argumentos se apresentavam como convincentes subsídios a partir dos quais os espaços públicos deveriam funcionar, de forma preferencial, enquanto palcos

¹⁶⁶ CUNHA, 2001:49.

para os grandiosos espetáculos dos clubes. Dessa maneira, construía-se uma espécie de relação intrincada em que a cidade modernizadora seria a grande privilegiada pela ocorrência dos festejos de Momo, bem como essas festividades se engrandeceriam com a simples passagem dos clubes pelas ruas de Belo Horizonte.

Com relação ao primeiro apontamento do parágrafo anterior, notava-se um grande entusiasmo dessas associações nos momentos que antecediam aos seus respectivos préstitos. As dimensões luxuosas dos carros alegóricos e das fantasias funcionavam como porta-vozes da modernização urbanística da época, havendo acirradas disputas entre os clubes participantes. Estes últimos almejavam a posição de protagonistas dos folguedos, conferindo à platéia o papel de simples espectadores; em um breve relato da recém-fundada capital: “Cabem por sem dúvida aos invictos *Diabos de Luneta* as honras e as glórias do carnaval de 1899 [...] Desde as 3 horas da tarde já era compacta a massa popular que aguardava a saída do préstito”¹⁶⁷. Para além dos adjetivos generosos destinados a uma dos primeiros agrupamentos clubísticos belo-horizontinos, interessa sublinhar a intencionalidade de se atribuir comportamentos passivos e obedientes por parte dos anônimos foliões. A simples designação “massa popular” remeteria à tentativa - seja a mesma deliberada ou implícita - em não reconhecer as múltiplas características da multidão que se alegrava nos espaços públicos da capital mineira.

É possível afirmar que a estética e a ordenação dos desfiles consistiam em um dos principais quesitos definidores para o sucesso de um clube; muito mais do que o entusiasmo ou a originalidade das críticas, tais princípios apontavam para os valores referenciais que norteavam esses grupos citadinos. Títulos pomposos como “Monumental Préstito”¹⁶⁸ ocupavam as primeiras páginas dos jornais da época, redimensionando um tipo de sentimento cujo alcance não se restringia aos círculos das associações. Havia, pois, uma prerrogativa entre os associados de

¹⁶⁷ Diário de Minas. Belo Horizonte, n.37, 14/02/1899, p.1.

¹⁶⁸ O Echo. Belo Horizonte, n. *também* 06, 07 e 08 de fevereiro de 1921, p.1.

exteriorizarem as dimensões requintadas dos dias de carnaval, conforme as letras dos *Matakins* anunciavam:

“O Club dos Matakins, essa pujante associação carnavalesca, que de ano para ano conquista novos triunfos, alcançando sempre vitórias nos prélios em que se apresenta, trará este ano à contemplação do povo horizontino o mais luxuoso, brilhante e inexcédível préstito de quantos hajam sido apresentados nesta capital.

Não teme competidores na concepção artística de seus suntuosos carros, quer alegóricos, quer de críticas, porque todos eles observaram ao mais apurado gosto e foram confiados aos Matakins destemidos, valorosos e que dispõem...”¹⁶⁹.

A escrita rebuscada acabava conformando ainda mais as apoteóticas dimensões de luxo e beleza intentadas pelas sociedades carnavalescas, na medida em que os adjetivos utilizados qualificavam o ‘status’ de grandiosidade almejado por esse tipo de organização. Em suma, esses tipos de descrições que antecederiam os desfiles fomentavam as expectativas futuras quanto à realização de um carnaval deslumbrante, ostentador e divulgador dos princípios constitutivos de uma cidade moderna.

O privilégio de se autoproclamarem os ‘grandes representantes’ dos festejos carnavalescos era algo digno de disputa entre os clubes belo-horizontinos; não menos modestos, os *Tenentes do Diabo* também anunciavam que “... o seu aprimorado préstito não terá confronto no ano de 1915”¹⁷⁰. Para além dessas competitividades internas, urge destacar que as alegorias e as fantasias luxuosas tinham em comum a característica de exibirem o orgulho do ‘bom gosto’ dos associados. Pouco importava se os significados fossem ou não apreendidos pela já citada ‘massa popular’, visto que eram os efeitos de admiração que deveriam ser a todo custo conquistados; conforme Leonardo Pereira argumenta em seus estudos sobre o carnaval carioca, os clubes carnavalescos sumariavam a necessidade de “caracterização de um certo modelo de civilidade”¹⁷¹. Padrões estes que não deixavam de vangloriar, a todo momento, a beleza estética e o rigor das formas

¹⁶⁹ Matakins. Belo Horizonte, n. 1909, 21, 22 e 23/02/1909, p.1.

¹⁷⁰ Tenentes do Diabo. Belo Horizonte, n. *sem número*, 14 e 15/02/1915, p.1.

¹⁷¹ PEREIRA, 1994:83.

polidas de se festejar os dias de alegria. Ou seja, almejava-se um espetáculo grandioso para ser antes de tudo deslumbrado pela população urbana, cujas características perpassariam pelas dimensões visuais de admiração daquilo que era considerado elegante e civilizado.

Verticalizando para a questão dos mecanismos de legitimação dos clubes de carnaval, cumpre inferir que a inspiração nos festejos cariocas da época servia como grande alento para as associações belo-horizontinas. Prova disso era a dinâmica circulação cultural existente entre as capitais mineira e fluminense, tendo nos jornais impressos uma das suas principais formas de expressões: escritos sobre cinema, literatura, música, exposições artísticas e, mais especificadamente, desfiles de carnaval ocupavam lugar de destaque nas folhas de Belo Horizonte. As visitas dos carnavalescos mineiros à já conhecida ‘cidade maravilhosa’ conseguiam (re)situar as práticas culturais desses atores sociais em um contexto mais amplo, destacando que os ideários da modernização passavam também por outras vias de inspiração. Em outras palavras, não era somente a perspectiva local da *urbes* mineira que conformava muitos dos préstitos luxuosos dos clubes; havia, concomitantemente, as influências de grandes centros como o Rio de Janeiro, o qual por sua vez não deixava de se inter-relacionar com a ‘belle époque européia’, cujo carnaval do tipo ‘veneziano’ era uma das formas de inspiração para os préstitos de rua¹⁷².

Até mesmo a folha oficial do *Minas Gerais* não deixava de explicitar a nítida veiculação dos carnavais carioca e belo-horizontino; em uma tentativa deliberada de valorizar o transcórrer da festa durante o ano de 1903, fora noticiado que “...esteve realmente deslumbrante o último dia de carnaval nesta cidade. A rua da Bahia – a Ouvidor horizontina – regurgitava de povo desde as duas horas da tarde”¹⁷³. A comparação ressaltada entre os dois locais públicos, os quais apresentavam em comum a assídua freqüência dos foliões, funcionava como um atestado de que

¹⁷² Resumidamente, o carnaval veneziano pode ser remontado ao transcórrer do século XIX, quando do início do processo de aceleração da urbanização européia. Bastante comuns eram os usos de máscaras e requintadas fantasias, além da presença destacada dos veículos ornamentados. Para um melhor detalhamento do assunto ver QUEIROZ, 1987.

¹⁷³ Minas Gerais. Belo Horizonte, n.24, 25 e 26/02/1903, p.4.

os folguedos da capital mineira já se alinhavam à dinâmica momesca fluminense. Não obstante à recente fundação da cidade ter ocorrido há apenas cinco anos, o conteúdo da notícia procurava vangloriar o referido espaço como *locus* bastante semelhante ao tradicional logradouro carioca. Ademais, cumpre colocar que por mais que a rua do Ouvidor fosse muitas vezes censurada pela sua ‘estreiteza e acanhamento’, não se pode negligenciar as amplas dimensões das manifestações culturais que lá ocorriam¹⁷⁴.

Para além desses relatos parciais que revelavam todo o entusiasmo de parte dos foliões belo-horizontinos, havia resumidas notas cujos conteúdos se expressavam sob a forma de pequenos telegramas. Recurso bastante utilizado nas primeiras décadas do século XX, tais informes jornalísticos sumarizavam as principais notícias sobre o carnaval na então capital federal: para isso, enviados especiais dessas folhas se deslocavam para as ruas fluminenses, tendo comumente como patrocinadores para as suas viagens os comerciantes de Belo Horizonte. A referência aos folguedos cariocas era tão intensa que nos cinemas da capital mineira podiam ser encontrados filmes com essa temática. “O carnaval de 1927 no Rio” era o nome, por exemplo, da película cinematográfica apresentada pela *Fox-Film* nos antigos cines *Odeon* e *Pathé*¹⁷⁵: aliás, nesses tipos de oportunidades, acabavam sendo explicitadas as sinopses dos conteúdos, as quais não se intimidavam em exacerbar demasiadamente as qualidades dos festejos carnavalescos cariocas. Estes últimos, muitas das vezes, tornaram-se uma grande obsessão buscada pelos clubes belo-horizontinos, revelando um trânsito cultural dinâmico entre as duas localidades.

¹⁷⁴ Dentro da perspectiva dos desfiles das *grandes sociedades carnavalescas*, a avenida Central (atual avenida Rio Branco) consistia na principal opção para o desenrolar dos préstitos, tendo em vista sua monumentalidade no tecido urbano. Entretanto, a rua do Ouvidor era por demais conhecida e experienciada pelos diferentes foliões; em uma passagem de seu estudo sobre o carnaval carioca, Rachel Soihet afirma que: “Até a abertura da avenida Central, a rua do Ouvidor era a parte da cidade mais procurada pela multidão durante o Carnaval. A rua se apresentava toda enfeitada como estandartes e flâmulas, mostrando vistosas sacadas com festões de folhas de mangueira e flores de papel, além de bandeiras coloridas dos mais diversos países, iluminando-se à noite com arcos a gás. Para ali acorriam pessoas de todos os cantos da cidade”. SOIHET, 1998:50.

¹⁷⁵ Minas Gerais. Belo Horizonte, n.50, 04/03/1927, p.16.

Por outro lado, os relacionamentos externos dos grupos de carnaval de Belo Horizonte consistiam em práticas não por menos importantes. Isso porque uma boa reputação perante alguns grupos da cidade poderia garantir alianças, além de servir como respaldo imprescindível para que tais associações ocupassem as ruas da capital mineira. Essas ocorrências de sociabilidades apontavam, geralmente, para trocas recíprocas entre as sociedades carnavalescas e os diferentes agrupamentos citadinos: ao tecerem elogios às estruturas das organizações clubísticas nos jornais diários, cronistas e literatos acabavam sendo homenageados nos luxuosos desfiles; por detrás dos agradecimentos aos comerciantes e moradores veiculados nos préstitos, pode-se sublinhar o decisivo auxílio financeiro desses grupos aos clubes da folia; até mesmo o Chefe de Polícia era bem querido nas sedes urbanas, na medida em que as suas visitas programadas funcionavam como aval final para os preparativos que antecederiam a festa do deus Momo.

Já no conclamado ‘primeiro carnaval oficial da cidade’, durante o ano de 1899, os integrantes do *Diabos de Luneta* agradeceram exaustivamente àqueles que foram considerados imprescindíveis pela passagem dos préstitos de rua. Além da diretoria da respectiva associação, os membros foliões reforçavam as singulares contribuições dos poderes públicos, os quais atingiam os mais diferentes cargos da hierarquia governamental: presidente do Estado de Minas Gerais, secretários dos órgãos estaduais e prefeito de Belo Horizonte. Este último, aliás, fora o mais referenciado pelas palavras confortantes dos carnavalescos:

“Ao digno prefeito desta cidade, Dr. Francisco de Salles, pelo cavalheirismo com que aquiesceu aos nossos pedidos, mandando preparar as ruas por onde devia passar o préstito e ordenando a inauguração elétrica extraordinária e em profusão, que tão brilhante efeito produziu durante as três noites”¹⁷⁶.

As palavras meticulosamente escolhidas acabavam transmitindo um tipo de relação bastante amistosa entre os clubes de carnaval e a prefeitura da cidade; viabilizara-se, portanto, uma colaboração mútua para que os dias de folia fossem condizentes com o insurgente espírito

¹⁷⁶ Diário de Minas. Belo Horizonte, n.41, 19/02/1899, p.2.

modernizador belo-horizontino. Apesar desses sentimentos e concepções emanarem dos círculos sociais mais favorecidos política-economicamente da época, não se pode deixar de reforçar, mais uma vez, o pretense caráter geral e universal propagado em torno da qualificação ‘urbes modernizadora’. Em tempo, é mister destacar o constante emprego de termos formais de tratamento para com as autoridades públicas, característica esta que desnudava a cordialidade e o respeito dos foliões quando desse tipo de relacionamento.

As interações dos agrupamentos clubísticos não se restringiam apenas às esferas institucionais dos governos. Dessa forma, urge mencionar os auxílios financeiros despendidos pelas diferentes organizações culturais que dinamizavam a vida social da cidade; tais fomentos podiam se originar até mesmo de grupos efêmeros, cujos nomes não eram sequer citados nas páginas dos jornais de circulação diária: “Deverá realizar-se domingo mais um espetáculo da excelente companhia teatral, e agora será em benefício do *Club Matakins*, que muito merece o auxílio do público”¹⁷⁷. Interessante perceber a justificativa sucinta, porém por demais significativa para que se fortalecesse a legitimidade da presença dos clubes de carnaval pelas ruas belo-horizontinas: ao mencionar que os *Matakins* eram merecedores de ajuda, seja esta oriunda de um grupo cultural sequer detalhado para o público leitor, havia a possibilidade de se vislumbrar o notável alcance auferido por essa associação no cotidiano da capital mineira. Além disso, os próprios clubes tinham grandes cuidados no intuito de que fossem bem vistos pela população citadina; para essas ocasiões, o genérico e sempre ‘politicamente correto’ agradecimento ao “povo horizontino” era aventado, na medida em que o mesmo transpassava uma idéia de unanimidade e aceitação quando da ocorrência dos dias de folia.

Retornando aos laços de sociabilidade tecidos entre os poderes públicos e as associações carnavalescas, cumpre investigar alguns efeitos advindos a partir desse relacionamento. Muitos

¹⁷⁷ A Gazeta. Belo Horizonte, n.3, 21/04/1904, p.4.

dos suportes governamentais acabavam se materializando sob as formas de leis, as quais apenas oficializavam certos procedimentos que provavelmente seriam comuns no cotidiano festivo. A legislação municipal tornava-se, portanto, mais um importante respaldo para o funcionamento dos clubes belo-horizontinos, uma vez que as letras jurídicas intentavam pelo processo de racionalização das práticas festivas. Nesse sentido, todos os esforços valeriam para que se evitassem os possíveis transtornos advindos com as formas ‘grosseiras’ e ‘rudes’ dos divertimentos públicos nos espaços urbanos; apesar das normatizações citadinas serem comuns em vários municípios brasileiros, haja vista as presenças dos conhecidos Códigos de Postura, Belo Horizonte apresentava um forte discurso oficial, cujos fundamentos preconizavam os ideários de modernização, civilização e progresso. Silva demarca tal sutileza ao inferir que as tentativas de se definir como os habitantes da cidade belo-horizontina deveriam comportar-se nos espaços públicos acabavam por conceber, pelo menos intencionalmente e em um momento inicial da fundação da capital mineira, uma relação um tanto artificial entre sujeitos e locais urbanos¹⁷⁸. No caso específico do carnaval, eram vivíveis as tentativas de conformar alguns padrões homogêneos de comportamento, descartando, com isso, a espontaneidade dos diferentes sujeitos e grupos sociais.

Significadamente emblemáticas foram as promulgações de duas leis municipais, as quais consistiram em objetos de discussões no Conselho Deliberativo – na época em questão, esse órgão tinha atribuições parecidas com a atual Câmara Municipal. Conteúdos oficiais como “fica o prefeito autorizado a conceder gratuitamente aos clubes dos Matakins e dos Progressistas terrenos necessários para a construção de suas sedes sociais”¹⁷⁹ e “fica o prefeito autorizado a auxiliar com a quantia de 4:000\$000 as sociedades carnavalescas que organizarem os

¹⁷⁸ SILVA, 2003:149.

¹⁷⁹Lei Municipal n.58, artigo 4º, datada de 05/02/1912.

seus préstitos”¹⁸⁰ podem evidenciar que o carnaval de Belo Horizonte fora objeto de tentativas em se conceder um caráter oficial por parte dos poderes públicos. A título de observação, importante colocar que os clubes belo-horizontinos caracterizavam-se pela constante itinerância dos endereços das sedes, tendo em vista as dificuldades financeiras que os mesmos atravessavam durante as suas próprias existências. Dessa forma, o estabelecimento de um local fixo seria um grande auxílio para o fortalecimento dos tradicionais *Matakins* e *Progressistas*, isso já em meados da década de 10.

Longe de expressarem somente as preferências dos governos municipais, as leis e os decretos também foram utilizados como estratégias de sobrevivência por parte dos clubes. Estes últimos, de maneira astuta, souberam usufruí-los em prol de seus benefícios, na medida em que a Prefeitura contemplaria somente aquelas organizações que satisfizessem suas exigências. Mesmo não estando discriminado qual tipo de préstito seria patrocinado com os quatro mil réis, torna-se razoável supor que as associações não se arriscariam em organizar um desfile muito diferente do já mencionado ‘modelo carioca’. Além disso, as conquistas de terrenos gratuitos para os erguimentos das sedes urbanas representavam parte das demandas surgidas nos núcleos dos associados; as pressões externas dos clubes certamente levaram os governantes a disporem alguns lotes, atitude esta que revela que a política também se fazia em uma ‘via de mão dupla’. Enfim, como resultados dessas aproximações – as quais nem sempre foram amistosas, conforme será abordado no próximo capítulo – os agrupamentos clubísticos se beneficiavam com rendas anuais e bens imóveis.

Quanto a esses espaços internos das sociedades carnavalescas belo-horizontinas, importa observar uma troca recíproca entre os mesmos e as vias públicas da capital mineira. Por mais que os salões fossem mais fechados no que se refere à participação de foliões, tais

¹⁸⁰Lei Municipal n.73, artigo 1º, datada de 06/02/1914. A quantia correspondia a quatro mil réis.

lugares não deixaram de fomentar práticas culturais voltadas para a disciplina e o ordenamento nos dias de loucura. Havia estabelecimentos para todos os ‘gostos e bolsos’, sendo um dos mais requintados o chamado *Club Bello Horizonte*; novamente as pomposas palavras do *Minas Gerais* ajudavam a conformar uma atmosfera festiva luxuosa:

“Os bailes realizados pelo Club Bello Horizonte, nas noites de domingo, segunda e terça-feira, foram a nota de fina elegância das diversões carnavalescas deste ano.

Os seus belos e amplos salões, lindamente ornamentados, vibraram sempre de rumorosa e encantadora alegria, reunindo, em horas inesquecíveis de adorável convívio social, as famílias e cavalheiros de maior representação e destaque em nosso meio”¹⁸¹.

Através do excerto transcrito, percebe-se um desejo latente de se reforçar o espírito polido dos espaços internos clubísticos. A majestosa opulência do salão articulava-se profundamente com os espetáculos lá realizados, bem como havia uma grande valorização de seu respectivo público frequentador. Nem mesmo os salões mais humildes deixavam de receber votos de confianças por parte da população da cidade; Abílio Barreto, renomado historiador e memorialista de Belo Horizonte, adjetivara, por exemplo, o *Teatro Soucasaux* como um *locus* “...muito bonito e confortável, tendo proporcionado lindas temporadas de arte à cidade nascente”¹⁸². Dimensões artísticas estas que poderiam ser encontradas, também, nas animadas noites de bailes de máscaras dos requintados carnavais belo-horizontinos...

Pequeno mergulho no universo carnavalesco:

Os desfiles dos clubes eram animados por diferentes bandas orquestradas, as quais mantinham uma concorrida agenda de compromissos ao longo de todos os meses do ano. As ocasiões e os lugares alternavam-se conforme as demandas dos grupos sociais, sendo os espaços internos dos salões e as áreas verdes do Parque Municipal bastante frequentados por essas

¹⁸¹ Minas Gerais. Belo Horizonte, n.32, 07, 08, 09 e 10/02/1921, p.5.

¹⁸² TEXTOS sobre o surgimento das primeiras sociedades recreativas da capital: *Club das Violetas* e *Club Rose*. Não obstante a esses claros elogios, Abílio Barreto caracterizou o *Club Bello Horizonte* como “... barracão de tábuas coberto de zinco, com esteiras por cima, situado à rua da Bahia...”.

corporações musicais. O corpo de músicos poderia ser composto de ‘simples rapazes’ ou pelos militares da Banda da Brigada; em uma nota sobre os preparativos do Carnaval de 1908, os *Progressistas* anunciavam que: “Especialmente contratada pela diretoria chegou ontem, a pé, muito bem disposta, a banda de música *Lyra cantante da fina flor do Indayá*. O seu repertório é de 1537 peças”¹⁸³. O avultado número de partituras tocadas pela banda poderia despertar algumas dúvidas quanto à sua veracidade, porém interessa destacar o nome consideravelmente adjetivado desse agrupamento: de imediato, associava-se o mesmo às noções de erudição, requinte e bom gosto. Além desse tipo de organização musical, a participação da Banda da Brigada Militar conferia uma certa legitimidade aos folguedos das sociedades carnavalescas, na medida em que o sentido de ordenamento e respeito durante o carnaval afloraria ainda mais aos olhos atentos dos militares que participassem dos préstitos – seja como músicos ou enquanto observadores do transcurso nos dias de folia.

As bandas ficavam abrigadas em coretos especialmente montados para os folguedos de rua; tal infra-estrutura predominava na região central de Belo Horizonte¹⁸⁴, garantindo um lugar de destaque e visibilidade para os músicos. As escolhas por locais estratégicos da cidade não deixavam de ser, concomitantemente, uma questão de segurança pública, já que junto às corporações musicais ficavam os coordenadores responsáveis pelos esquemas de policiamento. Quanto aos instrumentos utilizados pelas orquestras belo-horizontinas, havia uma grande variabilidade de tipos: desde aqueles tradicionais de sopro e corda, englobando ainda os de percussão, dentre os quais se destacavam bumbos e tambores¹⁸⁵. Na virada dos séculos XIX-XX, o samba ainda não havia emergido como um ritmo cuja construção associava-se à nacionalidade

¹⁸³ O Progressista. Belo Horizonte, n. 3, 01, 02 e 03/03/1908, p.2.

¹⁸⁴ Três locais bastante utilizados para a montagem dos coretos eram os cruzamentos da rua Caetés com duas vias centrais: avenida Afonso Pena e rua Espírito Santo. A rua da Bahia também abrigava essa estrutura em frente ao antigo *Teatro Municipal*.

¹⁸⁵ Muitas vezes, instrumentos como tambores eram desqualificados por remeterem ao universo cultural dos negros e ex-escravos. Uma discussão interessante do assunto encontra-se em REIS, 2002.

brasileira¹⁸⁶, sendo possível encontrar nos carnavais da época uma gama variada de opções musicais; estas últimas apresentavam-se bastante plurais e heterogêneas, corroborando para o fato de que as identidades melódicas dos carnavalescos eram por demais fragmentadas, dissonantes e múltiplas.

Através de uma breve leitura dos jornais e dos relatos de memorialistas da capital mineira, é possível vislumbrar essa rica miríade de possibilidades rítmicas: marchinhas, valsas, polcas, maxixes, quadrilhas, cançonetas infantis e tango compunham o criativo universo de sons dos carnavais. Muitas das vezes as melodias caracterizavam-se somente pelo viés instrumental, aspecto este que valorizava as habilidades dos integrantes das bandas; quando havia a incursão de letras nos conteúdos das partituras, as músicas acabavam sendo de fácil construção, isso porque havia a prerrogativa de uma rápida memorização por parte dos foliões:

“Salve, Momo, feliz e jocundo,
Que cativas fiéis corações,
Com o que há de melhor neste mundo:
Vinho, beijos, mulheres e canções!”¹⁸⁷.

O estabelecimento de quatro versos curtos, compostos por duas rimas alternadas facilitaria a repetição do refrão da música de autoria desconhecida. A grande referência ao chamado ‘deus do carnaval’ seria uma tentativa de reforçar alguns preceitos e sentimentos da festa carnavalesca, cujas vivências alternavam-se conforme os sujeitos, mas que poderiam ser sumarizadas nos desejos inveterados de se faltar de “vinho, beijos, mulheres e canções”. Interessante assinalar a atribuição conferida à mulher como simples objeto das vontades masculinas, demarcando com isso alguns parâmetros preconceituosos e simplificadores da importância do papel feminino no cotidiano da época; ou seja, as mulheres seriam meras ‘marionetes’ nas mãos dos imperiosos

¹⁸⁶ Sobre o intrincado processo de associação do samba como ritmo nacional, a partir da qual há uma espécie de ‘naturalização’ desse ritmo musical com a ‘alma do brasileiro’, consultar a obra VIANNA, 1995. Tal processo inicia-se mais sistematicamente durante a década de 30, apesar do primeiro samba *Pelo telefone* (autoria de Donga e Mauro de Almeida) já ter sido oficialmente registrado em 1917.

¹⁸⁷ Carnaval. Belo Horizonte, n. *único*, 26/02/1922, p.17.

homens, os quais ficavam ainda mais ávidos por exarcebarem suas predileções nos dias de loucura – pelo menos esses eram os planos de muitos foliões, não acarretando, necessariamente, nas suas respectivas ocorrências.

Animadas por esse e outros tipos de musicalidade, quaisquer manifestações carnavalescas que destoassem dos princípios ditos adequados para os padrões de comportamento poderiam ser, rapidamente, desqualificadas; o flerte entre casais, por exemplo, era algo bastante recorrente durante o transcorrer da festa, havendo uma espécie de código de etiquetas. Troca de olhares, brincadeiras com lança-perfumes e utilização de confetes e serpentinas para ‘enrolarem as moças’ eram práticas tidas como respeitadas, em contraste com as condenáveis máscaras dos integrantes dos cordões e das investidas mais audaciosas de alguns foliões que jogavam água, farinha ou outros projéteis nos corpos singelos das senhoritas... Em uma espécie de poema ritmado, o qual poderia ganhar um acompanhamento melódico pelas bandas orquestradas, declamava-se que:

“Os *confetti* são discos multicores
Que servem de pretexto aos namorados
Que quiserem falar a seus amores
Evitando as paternas bengaladas”¹⁸⁸.

Apesar da idéia central concentrar um tipo de comportamento esperado entre os casais de namorados, cujas ações não deveriam transpor os limites morais da sociedade belo-horizontina, nota-se o predomínio de um tom humorístico nos versos transcritos. A utilização de apetrechos como os confetes seria uma forma alternativa de driblar o olhar vigilante dos pais das moças, uma vez que qualquer galanteio mais ousado seria algo justificável para umas boas “bengaladas”; ao aderirem aos elementos típicos do carnaval luxuoso e respeitável, os foliões criariam condições propícias para que os seus encontros amorosos fossem menos censurados, ou conforme nas palavras bem-humoradas do trovador anônimo, tudo isso já seria um ótimo “pretexto aos namorados”...

¹⁸⁸ *Fenianos*. Belo Horizonte, n. *sem número*, 06/02/1921, p.3.

A título de um pequeno parêntesis no que toca ao tratamento dos homens para com as mulheres, interessa registrar a ambivalência das concepções compartilhadas no universo masculino. Pode-se aventar a hipótese de que havia a existência de um ‘comportamento mascarado’, ou seja, conforme as circunstâncias, os foliões se mostravam ora como ‘bons moços’ para conquistarem as ‘exemplares senhoritas’, ora como ‘sagazes boêmios’ com intuito de passarem horas divertidas nas companhias das ‘desejáveis melindrosas’. Tais atitudes ambíguas, conforme abordado anteriormente no presente capítulo, tinham em comum o fato de tratarem as mulheres como simples objetos de prazer; porém, importa ressaltar que essas sujeitas souberam (re)inventar práticas cotidianas em meio a esse contexto opressivo e inibidor. De acordo com os estudos de Cristiana Pereira a respeito do carnaval carioca em finais do século XIX:

“Os indícios são de uma complexa relação de troca entre as sociedades e as prostitutas. Para as mulheres, parecia ser um excelente negócio virar amante de um destes apatacados foliões, ou apenas aparecer no alto dos carros dos desfiles, o que abria um sem número de possibilidades pessoais e profissionais”¹⁸⁹.

De forma análoga, as meretrizes belo-horizontinas conquistaram seus espaços nas ruas citadinas, nas conversas informais, nos desfiles dos clubes, bem como nas imaginações e nos sentimentos dos homens. Estes últimos teceram vários comentários elogiosos a essas mulheres, sendo comuns as veiculações de testemunhos secretos nos jornais; em uma matéria intitulada “Perfil Feminino”, eis um trecho do conteúdo descritivo atribuído à chamada “doce Graziela”:

“Ela é bela, essencialmente bela!
 Estatura regular, cabelos pretos e ondulados, olhos castanhos e muito vivos, o seu andar tem um porte de uma rainha governando um povo.
 Bondosa, meiga, mimosa, elementos aliados à sua simpatia, temos nessa primoridade o retrato da doce Graziela. [...]
 Tem alguns namorados, um dos quais passa por banqueiro prestes a uma falência imediata.
 Enfim, essa maravilha de natureza tem residência, segundo me parece, numa pensão muito conhecida ali bem perto da Estação Oeste de Minas”¹⁹⁰.

¹⁸⁹ PEREIRA, 2002:323.

¹⁹⁰ Tenentes do Diabo. Belo Horizonte, n.1924, 02, 03 e 04/03/1924, p.3.

Além dos já esperados elogios aos atributos físicos, despertam atenção as qualidades aventadas quanto às características da personalidade da mulher descrita. Em certa medida, há uma humanização da figura da prostituta, a qual consegue provocar todo um entusiasmo por parte do apaixonado e anônimo escritor – ou melhor, o mesmo utiliza o pseudônimo “K. Millo” ao final do referido texto. Todavia, os dois últimos parágrafos transcritos corroboram para a construção de um perfil mais homogêneo das meretrizes, no caso metonimicamente representadas pela jovem Graziela: o fato de possuírem uma grande itinerância de clientes, dentre os quais havia um com dificuldades financeiras, cujas palavras do excerto sugerem que a mulher recebera muito dinheiro e presentes em troca dos serviços prestados; e, ainda, a informação de que a bela jovem residia em uma pensão localizada no chamado ‘baixo centro’, região bastante freqüentada pela boemia belo-horizontina, mais precisamente nas proximidades da estação ferroviária.

Por mais que houvesse todo esse envolvimento explícito com as chamadas ‘mulheres da vida’, os integrantes dos clubes carnavalescos não deixavam de reforçar suas inclinações pelas moças pertencentes às ‘boas famílias’. Isso se explica devido à necessidade de exteriorização dos comportamentos desejáveis em uma sociedade que valorizava muito as aparências; o contexto da virada dos séculos XIX e XX é consideravelmente significativo nesse sentido, haja vista que o viver público passou a se diferenciar ainda mais das práticas privadas¹⁹¹. Retornando às especificidades das festas carnavalescas, importa sublinhar que a famosa tríade ‘confetes, serpentinas e lança-perfumes’ era muito bem-quista no universo das associações do gênero. Tais apetrechos poderiam ser utilizados nos espaços dos salões internos ou quando da passagem dos préstitos luxuosos pelas ruas da capital, dando origens às antigas ‘batalhas de flores e confetes’ entre os casais de namorados, nas rodas de amigos ou nos encontros entre desconhecidos.

¹⁹¹ SENNET, 1988:33. Nessa mesma passagem, o autor discorre alguns comentários gerais acerca das mudanças advindas com a modernidade: “Procurava-se ansiosamente criar modalidades de discurso, e até mesmo de vestuário, que ordenassem a nova situação urbana e que demarcassem essa vida, separando-a do domínio da família e dos amigos”. Em suma, as esferas públicas e privadas ganharam maiores delimitações, sendo o viver coletivo ainda mais destacado das então práticas familiares.

Celebrar os dias de folia munidos desses objetos garantiria aos foliões, pelos menos em um primeiro momento, uma boa imagem perante às tradicionais famílias, aos grupos sociais mais influentes politicamente e às direções dos agrupamentos clubísticos.

Os acessos aos de produtos de carnaval ficavam muito disponíveis entre as lojas da capital mineira, gerando até mesmo uma acirrada concorrência nas proximidades dos três dias dedicados ao deus Momo. Os anúncios sobre a comercialização dos confetes e das serpentinas, por exemplo, acabavam sendo veiculados nas folhas impressas de Belo Horizonte; para isso, caprichosas e destacadas letras apelavam para o gosto visual dos leitores, característica esta ainda pouco explorada pela imprensa da época. Nessa medida, pode-se perceber novamente o trânsito recíproco entre grupos sociais que sustentavam a necessidade de festejos condizentes com o espírito do progresso da cidade: os comerciantes, ao ofertarem suas mercadorias nos órgãos de comunicação, estreitavam vínculos de sociabilidade com os responsáveis pela editoração desses impressos. O hoje proibido lança-perfume consistia em um objeto destacável entre os homens do comércio e da imprensa, na medida em que fabricado no exterior – condição que não deixava de ser um grande trunfo para as suas respectivas vendas –, tal apetrecho era ainda “perfumado e inofensivo”¹⁹² para que os ‘elegantes cavalheiros’ abordassem, polidamente, as ‘respeitáveis senhoritas’ das famílias mineiras no período de diversão.

Outra aproximação interessante residiu na regulamentação das práticas comerciais por parte dos poderes públicos, cujas ações se voltavam para um possível diálogo entre os negociantes e os representantes governamentais. As principais deliberações abrangiam o funcionamento dos estabelecimentos ao longo do cotidiano belo-horizontino, sendo o carnaval apenas mais uma situação a ser formalizada. Novamente o desejo de uma festa ordenada e previsível parecia ser o denominador comum desses dois grupos sociais, tendo na materialidade das leis e dos decretos

¹⁹² Qualitativos utilizados pelo lança-perfume de nome *Geyser*, cujos anúncios podem ser visualizados em vários jornais da época, tais como: Minas Gerais. Belo Horizonte, n.20, 01/02/1914, p.22.

municipais a expressão de um possível consenso. Já em 1908, a legislação citadina determinava que “os indivíduos que negociarem em artigos próprios para carnaval ficam sujeitos ao imposto prévio de 60\$000, salvo os negociantes já estabelecidos, que só pagarão 30\$000”¹⁹³. Apesar de haver as vantagens de se normatizar uma atividade anteriormente informal, regulamentando e reconhecendo o comércio de produtos carnavalescos enquanto uma prática legítima, não se pode perder de vista os entraves colocados para aqueles que desejassem ingressar nos parâmetros ditados pela lei: além da taxa municipal para os novatos ser o dobro do valor referente aos antigos comerciantes, não havia uma política pública de integração dos chamados ‘ambulantes’. Muito pelo contrário, estavam previstas as aplicabilidades das licenças apenas para os estabelecimentos constituídos, relegando os trabalhadores que percorriam as ruas à mercê da ilegalidade¹⁹⁴ - a problemática desses ‘outros sujeitos’ será melhor abordada no próximo capítulo, momento oportuno também para que se vislumbrem os chamados ‘outros carnavais’.

Para além dos já mencionados lança-perfumes, serpentinas e confetes, existiam produtos menos usados como os estalos, as línguas de sogra e os fogos de bengala. Todos esses objetos lúdicos contribuía para a construção de uma dinâmica carnavalesca própria, a qual conseguia exteriorizar os desejos de transformar os folguedos em ‘dias de loucura’. Muitas das vezes, o adversário a ser vencido pelos foliões consistia no já disseminado e consensual marasmo da vida social da nova capital, o qual se fazia presente desde o momento da sua respectiva fundação. Palavras e expressões entusiastas como “evohé!”, “vai quebrar!”, “quem não chora não mama!”, “cai na folia, ri, baila, goza” abriam as primeiras páginas dos jornais das sociedades

¹⁹³ Lei Municipal n. 32, artigo 8º, datado de 23 de outubro de 1908.

¹⁹⁴ Nem mesmo quase trinta anos após a promulgação da referida lei n.032, conseguiu-se incorporar os comerciantes ambulantes durante os dias de carnaval. De acordo com o decreto n.030, artigo 15º, datado de 08/06/1935: “A licença especial só dará direito ao comércio de artigos de carnaval, que poderá ser feito no próprio estabelecimento a qualquer hora do dia ou da noite, desde que esses artigos estejam perfeitamente separados dos artigos do estabelecimento”. Em poucas palavras, pode-se inferir que os vendedores menos abastados continuavam excluídos do processo de legalidade.

carnavalescas, em uma notável tentativa de materializar a dimensão da oralidade oriunda das ruas citadinas. Eis um trecho do artigo editorial do clube *Tenentes do Diabo*:

“Evohé! É humanamente impossível pensar ou escrever algo de ponderado e sisudo nestes três dias turbulentos, em que a simples pretensão de mostrar qualquer parcela de juízo, possa ser tomada como alarmante sintoma da ausência do mesmo”.¹⁹⁵

Com estas palavras meticulosamente trabalhadas, o referido clube belo-horizontino abria as páginas do seu respectivo jornal no carnaval de 1923. Tal construção servia como uma espécie de ‘cartão de visitas’, sendo praticamente inevitáveis às referências aos excessos típicos de qualquer festa – no caso dos chamados dias gordos, havia as exaltações às bebidas, danças e sexualidade. Entretanto, conforme Leonardo Pereira sumariza em seus estudos sobre os festejos cariocas: “... a maluquice carnavalesca diferenciava-se das cotidianas pelo seu refinamento”¹⁹⁶. Tendo em vista que o modelo de festa fluminense predominava entre as intenções dos agrupamentos clubísticos de Belo Horizonte, nada de anormal existia quando esses tipos de foliões anunciavam uma loucura momesca refinada, elegante e espirituosa.

Os argumentos utilizados pelos clubes nos diferentes tipos de jornais caracterizavam-se pela interessante estruturação das frases e dos períodos lingüísticos. Através dos usos de palavras e expressões envolventes, estabeleciam-se diálogos com os leitores no sentido de tecerem uma animada, porém harmoniosa ‘atmosfera carnavalesca’. Nem mesmo a linha editorial do comedido jornal *Minas Gerais* deixava de se entusiasmar com os espíritos exaltados dos foliões, os quais preferencialmente deveriam pertencer às renomadas associações: “O Carnaval é a vitória do paradoxo, é a confusão, é o império do anacronismo. Três dias de caricatura geral dos costumes e dos homens. Vale a pena contemplar, ao faiscar das luzes, com olhos que saibam ver e lábios que saibam sorrir, um salão de baile à fantasia”¹⁹⁷. O trecho transcrito singulariza-se pelo caráter sucinto, mas por demais revelador do turbilhão de significados oriundos dos dias de folia:

¹⁹⁵ Tenentes do Diabo. Belo Horizonte, n. *não há*, 11, 12 e 13/02/1923, p.1.

¹⁹⁶ PEREIRA, 1994:122.

¹⁹⁷ Minas Gerais. Belo Horizonte, n.38, 14/02/1926, p.7.

“paradoxo, confusão e anacronismo” adjetivavam as complexas experiências que insurgiam na alegria momesca em meio aos múltiplos atores da vida social. Apesar de haver uma exposição de um tipo de libertinagem satirizante nos conteúdos carnavalescos – haja vista a referência aos deboches do cotidiano – a passagem jornalística não deixa de fomentar uma ‘mensagem pedagógica’ ao público, isso porque sublinhava a importância em vangloriar os bailes internos promovidos pelos clubes.

O clima festivo belo horizontino aglutinava, dessa forma, um emaranhado de concepções acerca de como comemorar os folguedos carnavalescos. A pretensa atmosfera de loucura, exagero e caos seria um referencial norteador para as brincadeiras de muitos foliões; contudo, não estariam esses sujeitos comportando-se de forma equivocada perante aqueles que simplesmente detestavam os excessos do carnaval? Colocado de outra maneira, a partir do momento em que os carnavalescos exasperavam um tipo de sentimento universal, segundo o qual a “ausência de juízo” deveria predominar, tais adeptos das festas acabavam não se comportando inconvenientemente perante o restante da população citadina? Movidos ou não por esses sentimentos de reconhecimento da alteridade, importa vislumbrar que alguns integrantes de clubes preocupavam-se em estabelecer limites à chamada ‘loucura carnavalesca’. Esta última deveria ser, portanto, mediada, consentida e planejada pelas camadas mais favorecidas sócio-economicamente da capital mineira.

Ao estudar as relações entre as culturas urbanas e a sociedade paulistana nas primeiras décadas do século XX, Nicolau Sevcenko fez pertinentes referências às formas de comemorações momescas intentadas por alguns grupos sociais da época. Segundo o autor:

“... o carnaval recebido pela tradição burguesa [...] podia ser entusiástico, podia comportar explosões de alegria e paroxismos de exaltação – mas trazia consigo um claro limite de forma, para além do qual todo excesso se tornava aparente e comprometedor. Era um carnaval com receituário prescrito, posições marcadas e coreografias de gestos e movimentos prefigurados. Era uma herança de convenções à espera de serem revividas com maior ou menor intensidade, mas não um desafio

para ultrapassar todas as convenções e se precipitar na vertigem da extravagância”¹⁹⁸.

Transpondo o comentário acima para o contexto belo-horizontino, observa-se uma forte semelhança desse trecho com as palavras retiradas do último excerto retirado do *Minas Gerais* de 1926. Ou seja, havia todo um compartilhamento entusiasmado entre os integrantes dos clubes luxuosos nos três dias de carnaval, porém os excessos individuais ou coletivos não eram muito bem-vindos. Nessa medida, a luta pela primazia da implantação de modelo de festa planejada e elegante ganhava muita força nas metrópoles brasileiras; parte dos moradores de Belo Horizonte incorporara consideravelmente esses preceitos, reforçando as tentativas de aproveitarem os préstimos de rua de maneira distinta. Enfim, por mais que houvesse uma grande exaltação dos sentimentos de alegria e espontaneidade, as formas polidas de se aproveitar o carnaval não deveriam ser abandonadas – pelo menos esse era o desejo das sociedades carnavalescas em geral.

Finalizando esse breve mergulho realizado no universo festivo, interessa mapear alguns traços significativos que podem ser sumarizados sob o topônimo ‘linguagem carnavalesca’. A simples chegada do conclamado ‘Reinado de Momo’ consistia em uma ocasião oportuna para que fossem veiculadas construções lingüísticas descontraídas nas letras dos jornais. Tendo como respaldo uma extensa pesquisa de impressos na chamada ‘belle époque brasileira’, José Ramos Tinhorão elencou algumas características básicas das publicações relativas ao carnaval; segundo o autor, as formas e os conteúdos dos textos poderiam ser adjetivados como “hiperbólicos, soltos, desconexos, ambivalentes, dessacralizados”, ainda mais porque havia um sugestivo encontro entre a “fala das ruas” e as “normas padrões da língua culta portuguesa”¹⁹⁹. Nesse sentido, pode-se identificar uma intrincada relação entre os traços livres e múltiplos da oralidade dos diferentes sujeitos com os rigores da escrita formal, a qual não deixava de transmitir os sentidos da “boa

¹⁹⁸ SEVCENKO, 1992:104-5.

¹⁹⁹ TINHORÃO, 2000:96-109.

moral burguesa”²⁰⁰ – dessa forma, os desfiles dos clubes ganhavam mais um forte aliado na busca das suas respectivas legitimações.

Pelo menos inicialmente, os escritos não deveriam extrapolar os limites do chamado bom comportamento, ficando muitas vezes restritos a simples trocadilhos de tom humorístico, como na seguinte passagem: “Um assíduo freqüentador do Bar do Ponto, usa bigode raspado, traja-se bem, é bacharel com fumaças de D. Juan. ‘É um conquistador?’ – alguém disse. O Horácio retrucou: ‘Para conquistar falta-lhe o *dom*’”²⁰¹. Ambientado em um concorrido estabelecimento de Belo Horizonte, o qual era inclusive bastante freqüentado nos dias de carnaval, o rápido relato sugere que a conquista do sexo feminino não estaria garantida com apenas bons dotes; o referido “dom”, além de ser uma marca inconfundível do pronome de tratamento aos rapazes de boa reputação, poderia sugerir uma série de qualidades, dentre as quais estariam as ‘adequadas formas’ de se aproximar de uma respeitada moça de família nos três dias dedicados à folia.

Os escritos carnavalescos também se singularizavam pelo teor descompromissado dos seus respectivos conteúdos: ocorria, nessas circunstâncias, um certo deboche generalizado, o qual não se interligava muito às questões políticas e sociais. O riso festivo tornava-se, portanto, uma finalidade em si próprio, uma vez que inexistiam situações e adversários a serem satirizados. Informações do tipo “toda a correspondência deve ser dirigida ao diretor Fulano de Tal, à Rua Inferno”²⁰², “o jornal publica-se todos os dias, devendo sair só hoje”²⁰³ revelam um bom humor perante aos meandros do cotidiano. A linguagem carnavalesca acabava subvertendo os procedimentos formais, principalmente aqueles relativos ao fazer jornalístico, nos quais cronistas e literatos cumpriam uma série de protocolos: desde a assinatura das matérias, passando pelos parágrafos bem estruturados, além dos conteúdos condizentes com os editoriais das folhas

²⁰⁰ Ibidem, p. 15.

²⁰¹ Matakins. Belo Horizonte, n. *único... no gênero*, 02/02/1919, p.2.

²⁰² O Carnaval. Belo Horizonte, n.1, 16/02/1926, p.1.

²⁰³ O Momo. Belo Horizonte, n. *1 sem continuação*, 04/02/1913, p.1.

impressas. Enfim, a existência de um interessante jogo de palavras já seria um bom pretexto para boas gargalhadas...

Contudo, o universo lingüístico não ficaria restrito a esses dizeres um tanto comedidos; críticas, sátiras e ironias se tornariam bastantes usuais nos jornais da época, assunto este que será abordado no próximo capítulo do presente trabalho. Ao se ampliar a perspectiva de alcance da linguagem nos dias de folia, há a possibilidade de esmiuçar as dimensões do riso carnavalesco, capacidade esta que valoriza ainda mais a festa enquanto expressão coletiva de um determinado contexto histórico. Os folguedos belo-horizontinos representaram, portanto, ocasiões oportunas para que as finas penas das galhofas também concedessem os ‘ares das suas graças’ nos diversos impressos da capital mineira.

Que sejam banidas as práticas festivas despolidas!

Apesar dos dizeres um tanto imperativos do subtítulo acima, não se pode ignorar que tais palavras podem transmitir um certo grau de verossimilhança com relação aos desejos de um carnaval ordeiro e civilizado por parte de alguns grupos sociais belo-horizontinos. Uma estratégia bastante utilizada para tal intento consistia na desqualificação de brincadeiras carnavalescas tidas como ‘grosseiras’, utilizando-se dos artifícios das mensagens pedagógicas. As diretorias dos clubes carnavalescos mais luxuosos, grande parte dos cronistas e literatos das folhas impressas, setores das camadas mais abastadas da capital e alguns membros políticos da época compunham esse vasto e heterogêneo corpo social, cujos discursos confluíam no sentido de fomentarem a imagem harmônica de um grupo com o papel de instruírem os demais foliões. Ao analisar os folguedos porto-alegrenses também na virada dos séculos XIX-XX, Alexandre Lazzari argumenta que:

“O carnaval era um pretexto para a entrada em cena do discurso moralizador, com intenção pedagógica voltada aos indivíduos, ou como uma maneira de admitir a

existência da hipocrisia e do convencionalismo, considerando-os antes um problema social que individual²⁰⁴”.

As palavras nem um pouco piedosas do autor podem ser um caminho interessante para que se releve a violência simbólica advinda desses grupos genericamente chamados de ‘elite’. Afinal, o moralismo carnavalesco estava associado à concepção de que a festa seria o momento em que a sociedade mostraria a sua ‘verdadeira face’; nessa medida, o convencionalismo e as regras do viver coletivo emergiam sob diferentes ‘máscaras’, ou seja, assim como no cotidiano citadino, havia claras intenções de se sobrepôr ao outro de maneira autoritária. Novamente, o temeroso ‘popular’ era visto como um perigo eminente de ‘contaminação’ e ‘degeneração’ da *urbes* modernizadora, devendo por isso imperar, sob essa lógica segregacionista, as práticas culturais dos agrupamentos criadores das mensagens pedagógicas.

Os chamados ‘carnavais sujos’ acabavam sendo um dos alvos de ataque preferidos pelos governantes e membros das camadas sociais mais abastadas, na medida em que tais construções intelectuais enquadravam esses tipos de vivências das festividades como incompatíveis de acontecerem no tecido urbano modernizador. Era usual a veiculação na imprensa belo-horizontina de pequenas situações fictícias que remetessem à temática do cotidiano; em um trecho publicado no jornal carnavalesco:

“- Eu não disse a você, seu tratante, que não arredasse o pé da porta? Que está fazendo aqui, desobediente pirralho? Já pr’a casa! Gritava, no meio da rua uma velha a um netinho que bisnagava outra criança.
- De certo que aqui hei de estar, vovó, pois o Afonso me convidou p’ra brincar e chegou aqui já me molhando!
- Sai descaminhador dos pequenos!”²⁰⁵.

O breve relato fazia menção ao ‘temível’ entrudo, prática esta que já era bastante cerceada desde meados do século XIX em várias partes do país, inclusive Belo Horizonte. Enquanto muitos foliões insistiam que as brincadeiras entrudescas estavam fadadas ao fim, longas foram as décadas

²⁰⁴ LAZZARI, 2002:225.

²⁰⁵ O Momo. Belo Horizonte, n. 1 *sem continuação*, 04/02/1913, p.4.

que testemunharam a permanência das mesmas nos dias destinados à folia. Quer nas cidades do interior mineiro, seja na capital federal ou no recém-fundado tecido urbano belo-horizontino, o entrudo concedeu mostras de que continuava muito vivo...

Em linhas gerais, esses divertimentos contemplavam como motivação central o ato de jogar água, farinha, ovos, lama e outros dejetos nos corpos das pessoas, apontando para uma significativa celebração da festa em meio aos movimentos dinâmicos e criativos dos foliões. Caso se remonte às origens do entrudo, as matrizes portuguesas serão aventadas como inspiradoras desde meados do século XVI em terras brasileiras; entretanto, considerados os intrincados processos de hibridações culturais²⁰⁶, há de se destacar as grandes atitudes (re)significadas pelos negros, indígenas, mestiços e outros atores sociais anônimos. Dessa forma, o entrudo que antes era uma celebração restrita aos círculos dos senhores brancos ganhou múltiplas formas, estendendo-se para os ambientes urbanos em meio às diferentes possibilidades de se apropriar dos momentos descontraídos – seja nos concorridos flertes entre os sexos opostos, seja ‘encharcando’ aqueles considerados pelos foliões como seus respectivos desafetos no cotidiano²⁰⁷.

O entrudo por si só mereceria um estudo aprofundado, haja vista que o mesmo pode ser compreendido como uma prática cultural dotada de ambigüidades, confrontos, conflitos, mediações e resistências em meio ao viver social²⁰⁸. Pode-se afirmar que as brincadeiras carnavalescas e entrudescas coexistiram por longo tempo nas cidades do Brasil, apontando para uma polifonia de significados durante os três dias de folguedos, não obstante aos constantes cerceamentos e às muitas proibições aos jogos de molhadela. Conforme bem assinala Leonardo Pereira sobre a dinâmica carnavalesca carioca, a referida diferenciação entre *entrudo X carnaval*

²⁰⁶ Eixos teóricos muito bem apresentados e discutidos em CANCLINI, 1997 e GRUZINSKI, 2001.

²⁰⁷ Sobre as fluidas trocas entre o ‘carnaval português’ e o ‘carnaval brasileiro’ ver o primeiro capítulo da obra de QUEIROZ, 1999.

²⁰⁸ Excelente estudo sobre a temática encontra-se na obra ARAÚJO, 2000.

não fora “algo óbvio para muitos foliões da época”²⁰⁹, uma vez que para esses sujeitos era muito difícil dissociar a rica miríade de práticas dedicadas ao deus Momo²¹⁰. Cabia, portanto, a uma parcela da sociedade intentar por esses tipos de construções artificiais e preconceituosas, relegando os jogos entrudescos aos topônimos desqualitativos de ‘burlesco’, ‘ignóbil’, ‘deselegante’, ‘rude’, ‘primitivo’, ‘irracional’, dentre outros.

Retornando ao conteúdo do conto transcrito do jornal carnavalesco, cumpre sublinhar que os verbos “bisnagava” e “molhando” foram os responsáveis pela associação imediata ao universo cultural do entrudo: a bisnaga consistia em um apetrecho bastante utilizado pelos participantes para acertarem seus alvos, enquanto a segunda flexão verbal remetia ao estado em que ficavam os transeuntes. As falas da pessoa idosa - no caso, a personagem representada pela avó - funcionariam como o equilíbrio e a sensatez da razão nos dias dos folguedos; por isso, nada mais revelador do que a última frase, a partir da qual se explicitava o desejo de afugentar uma prática tão “descaminhante” como o entrudo. Nessa medida, pode-se aventar que os conteúdos das mensagens pedagógicas emergiam através de diálogos fictícios bem construídos ou tendo como referenciais palavras de ordem mais direta, conforme travaram o clube dos *Matakins* no carnaval de 1912: “Povo horizontino, povo alegre e folgazão [...] interrompei essa irrigação aromal de bisnagas [...] abrandai o facho desse delírio sublime que parece vos ter amolecido o miolo e contemplai o nosso préstito triunfal”²¹¹. Sem maiores cerimônias, essa associação carnavalesca hierarquizava seu desfile como algo pretensamente superior às manifestações descompromissadas dos jogos de entrudo, explicitando nesses dizeres pomposos um desejo latente de ditarem as

²⁰⁹ PEREIRA, 1994:51.

²¹⁰ Bastante comuns eram os anúncios dos jornais que continham os produtos vendidos pelo comércio belo-horizontino: concomitantemente, sem nenhuma discriminação, era possível encontrar as famosas *bisnagas* (apetrechos do entrudo) e os renomados *confetes* (brinquedos do carnaval) anunciadas no mesmo reclame de determinado estabelecimento. Cf. Diário de Minas. Belo Horizonte, n.34, 10/02/1899, p.3. Posteriormente, com o acirramento da dicotomia entre *entrudo* X *carnaval* os objetos típicos da primeira brincadeira – tais como a própria bisnaga, os limões de cheiro e outros tipos de projéteis – foram sendo abandonados, ganhando maiores adeptos a conhecida tríade de confetes, serpentinas e lança-perfumes.

²¹¹ Matakins. Belo Horizonte, n. *único no gênero*, 18/02/1912, p.1.

regras da dinâmica festiva belo-horizontina. Não por mera coincidência, os múltiplos e anônimos foliões deveriam ficar restritos aos papéis de meros espectadores, assim como ocorria quando dos luxuosos desfiles de automóveis enfeitados percorriam as ruas de Belo Horizonte.

Comumente chamado de curso, tal atração consistia em um dos pontos altos dos carnavais organizados pelas tradicionais famílias da cidade. Os adeptos dessa brincadeira adornavam os veículos de capotas abertas com flores, serpentinas e papéis coloridos, em uma clara tentativa de estabelecerem qual era o mais criativo e luxuoso dos automotores. As senhoritas e os rapazes disputavam avidamente um lugar dentro das famosas ‘baratinhas’, sendo comum o fato de ficarem em pé nos bancos durante as distâncias percorridas. Esses grupos eram constituídos por membros unidos através de laços familiares ou de amizade, os quais atiravam diversos apetrechos nos foliões que se situavam às margens das vias públicas, bem como recebiam da platéia os mesmos objetos: confetes brilhantes, lança-perfumes, papéis com poesias e pétalas de rosas contemplavam esse rico ambiente festivo, a partir do qual poderiam surgir um promissor namoro ou aflorar uma calorosa discussão diante do lançamento de um brinquedo não muito esperado...

Assim como ocorriam nas várias capitais do país, Belo Horizonte implementou planejamentos no que toca ao transcorrer dessas atividades carnavalescas. Determinações oficiais como “a entrada e a saída de automóveis do curso serão permitidas nas extremidades e em qualquer das ruas transversais, mediante prévia licença dos fiscais da 3ª delegacia auxiliar”²¹² procuravam organizar sistematicamente o trânsito de veículos adornados. Muito mais do que racionalizar uma prática que realmente merecia maiores cuidados por parte dos poderes públicos, haja vista que as circulações de automotores exigiam uma legislação específica, não se pode negligenciar o caráter segregador da atividade do curso: além de existir a disponibilidade de um

²¹² Minas Gerais. Belo Horizonte, n. 49, 27/02/1930, p.3.

veículo, o qual era bem mais oneroso do que nos dias atuais²¹³, as autorizações dos membros da delegacia contemplariam, muitas das vezes, apenas aquelas famílias tidas como ‘confiáveis’ para desfilarem pelas ruas da cidade.

Os espaços públicos belo-horizontinos especialmente destinados ao trânsito de automóveis adornados eram as avenidas Afonso Pena e Liberdade – esta última, atual avenida João Pinheiro. A largura e a infra-estrutura das referidas vias acabavam conformando ainda mais a imponência dos veículos, contribuindo para que o sentimento de deslumbramento fosse por demais vivenciado entre os foliões. Ou seja, segundo as concepções dos organizadores da festa, de nada adiantaria se o curso não percorresse locais condizentes com as suas respectivas magnitudes. Havia até mesmo a modalidade infantil para esse tipo de evento, a qual ocupava fervorosamente os caminhos entremeados pelos jardins da Praça da Liberdade - outro *locus* imponente da época, haja vista que a sede do governo estadual lá se localizava, tendo toda uma representatividade simbólica por se situar em um dos pontos mais altos e destacados da cidade. O chamado curso infantil realizava-se nas tardes de domingos e terças-feiras de carnaval, aglutinando “... centenas de carrinhos, berços, velocípedes artisticamente engalanados, que contornavam várias vezes a praça, conduzindo as crianças fantasiadas”²¹⁴. Nessa medida, os primeiros anos da infância já se revelavam propícios para as divulgações dos preceitos de uma festa carnavalesca civilizada e elegante, tendo nos pequenos carros das crianças a materialização dos conteúdos responsáveis pelas diferentes mensagens pedagógicas.

Por vezes, nem mesmo o carnaval pretensamente ‘polido’ escapava das críticas de setores mais conservadores da sociedade belo-horizontina. Desqualificações do tipo “voragem

²¹³ Caso os interessados em participar do curso não tivessem veículos automotores próprios, havia a possibilidade de alugarem algum bem nos estabelecimentos especializados, ação esta que não seria também muito acessível para a grande maioria da população citadina. Como exemplo, cita-se o sucinto anúncio da *Casa Auto Royal*: “Automóvel para o Carnaval: aluga-se um Studebaker com 7 lugares para os 3 dias”. Cf. Minas Gerais. Belo Horizonte, n. 42, 19/02/1925, p.1.

²¹⁴ Minas Gerais. Belo Horizonte, n. 49, 25/02/1922, p.7.

estonteante do prazer” ou definições simplistas como “o carnaval [...] é, em princípio, pernicioso e abominável”²¹⁵ integravam os discursos de alguns eclesiásticos nos momentos que antecediam à quaresma. Segundo Patrícia Araújo, a Igreja Católica “apenas tolerava” os festejos carnavalescos em uma época tida como “necessária” para despedida das ações pecaminosas, haja vista que existiriam na seqüência “quarenta dias seguintes, repletos de sacrifícios, abstinências e jejuns”²¹⁶. Por outro lado, não se pode negligenciar o amplo processo de substituição das condutas baseadas nos aspectos religiosos por aquelas respaldadas nos princípios da racionalidade, fenômeno este ocorrido nas primeiras décadas da República nas cidades brasileiras²¹⁷. Dessa forma, quaisquer ingerências que se contrapusessem aos dogmas eclesiásticos seriam questionadas pela hierarquia católica, sendo o transcurso do carnaval uma ocasião por demais propícia para que esses tipos de comentários contrários às práticas ‘pecaminosas’ aflorassem nos jornais impressos.

Quanto às concessões oferecidas aos foliões por parte dos membros da igreja, importante atentar que tais anuências não deixavam de denegrir aquilo que era considerado indesejável para a sociabilidade urbana de Belo Horizonte:

“Se tratasse (sic) de divertimentos em família [...] sob as vistas e fiscalização dos pais, seria caso de se tolerarem; mas, na praça pública, ao lado de toda a espécie de indivíduos, em uma atmosfera toda de inconveniências e pecados, coisa que se não deve permitir nem tolerar”²¹⁸.

Através do posicionamento transcrito, pode-se observar que os eventos promovidos pelos mais abastados clubes carnavalescos – os quais também se auto-classificavam como associações familiares – acabavam sendo relativamente aceitos pelos clérigos. Novamente, eram as práticas

²¹⁵ O Sino de São José. Belo Horizonte, n. 7, 08/02/1920, p.3.

²¹⁶ ARAÚJO, 2000:62.

²¹⁷ Cf. AZZI, 1978. Entretanto, por mais que houvesse uma grande tentativa de laicização do Estado (exemplo da Constituição Federal de 1891), existiam ainda nítidos traços que mesclavam as esferas ‘religiosas’ e ‘profanas’, sendo infrutífero insistir em algum tipo de divisão segmentar. Isso acaba valendo para os estudos acadêmicos, haja vista que a referida segmentação acaba revelando um maniqueísmo simplista, desvalorizando as multiplicidades de trocas e apropriações culturais por parte dos diferentes indivíduos e grupos sociais. No caso brasileiro, é nítido perceber como os domínios estatais se tornam sagrados, bem como a sacralidade remete à representatividade do poder do Estado, em um tipo de relação dinâmica, conflituosa e mediadora.

²¹⁸ O Sino de São José. Belo Horizonte, n.7, 08/02/1920, p.3.

tidas enquanto expressões da ‘incivilidade’ os objetos preferidos de ataque: blocos, cordões, mascarados avulsos e o próprio entrudo seriam os responsáveis pelos atos pecaminosos, não devendo, de acordo com os preceitos dessa ótica reducionista e autoritária, sequer serem reconhecidos enquanto manifestações culturais. Concomitantemente a esses comentários pejorativos no que se refere à parte da dinâmica carnavalesca belo-horizontina, bastante recorrentes eram os anúncios das programações religiosas; em um jornal de circulação diária, a apenas uma semana dos festejos de 1906 divulgou-se que:

“Desde às 5 ½ horas da madrugada haverá exposição do S. S. Sacramento até às 6 ½ horas da noite, fazendo-se todo dia adoração para dar a Deus desafogo pelas muitas ofensas que lhe são feitas durante os dias de Carnaval”²¹⁹.

Mesmo não havendo um detalhamento maior sobre quais brincadeiras momescas atentavam contra as figuras divinas – no caso, genericamente chamadas pelo topônimo sagrado “Deus” – torna-se razoável supor que, pelo menos intencionalmente, as autoridades clérigas procuraram desenvolver um sentimento de culpa entre os diferentes fiéis: isso porque as rezas e as adorações da imagem sacra seriam muito necessárias, tendo em vista as injúrias cometidas pelos próprios católicos durante os dias gordos. Ademais, existiam as chamadas “orações das 40 horas”²²⁰ realizadas enquanto do transcorrer dos desfiles; nesse caso, os eventos religiosos emergiam como grandes concorrentes da ‘confusão carnavalesca’, muito no sentido de ‘guiarem as ovelhas desgarradas’. Ou seja, por mais que fossem luxuosos e requintados os préstitos dos clubes belo-horizontinos, havia uma certa aversão da festa carnavalesca por parte dos eclesiásticos. Sob essas circunstâncias, os eventos religiosos eram vistos como alternativas para aqueles que pretendiam meditar ou como ocasiões oportunas para os que desejassem repelir todo o ‘mal’ advindo com os

²¹⁹ Actualidade. Belo Horizonte, n. 8, 19/02/1906, p.3.

²²⁰ Cf. O Sino de São José. Belo Horizonte, n.7, 08/02/1920.

‘prazeres corporais’ – o próprio topônimo carnaval (no caso associado a *carnevale*) apresentava um significado semântico nesse sentido, podendo ser compreendido como ‘adeus à carne’²²¹.

Outra ocorrência bastante visível durante os folguedos era a constante presença do aparato policial com vistas a controlar o movimento nas ruas belo-horizontinas. Respaldaado pela ampla justificativa de “atuar repressivamente em prol da tranquilidade e segurança pública”²²², os poderes estatais, sob o cargo principal do Chefe de Polícia, eram também representados pelos delegados auxiliares, cujas ordens eram remetidas aos corpos organizativos da cavalaria e infantaria. A questão preventiva parecia ser a principal prioridade desses integrantes, conforme afirma Letícia Julião: “Além da vigilância e do policiamento, era necessário desenvolver, também, métodos para identificar, classificar e conhecer a massa heterogênea e anônima de habitantes da cidade, percebida pelas elites como perigosa, violenta e imprevisível”²²³. Nesse sentido, a multiplicidade de formas que envolviam os folguedos de carnaval acabaria por ser tornar o inimigo a ser vencido pelas autoridades policiais.

A primeira medida adotada era o aumento automático do número de delegados, oficiais e guardas, os quais deveriam se apresentar nos batalhões correspondentes para o recebimento de ordens superiores²²⁴. Posteriormente a esse momento inicial, ocorriam sistemáticas patrulhas das tropas, as quais percorriam diferentes pontos da capital, concentrando-se nas ruas e praças centrais – não por mera coincidência, onde os préstitos carnavalescos cumpriam seus respectivos itinerários. Havia também locais em que os policiais mantinham um número fixo de efetivo, além de estabelecerem plantões de vinte e quatro horas nas delegacias e até mesmo na residência do Chefe de Polícia. De uma maneira geral, os espetáculos públicos no centro de Belo Horizonte eram os objetos de principais vigilâncias, mesmo havendo outros carnavais pela periferia da

²²¹ SEBE, 1986:30.

²²² ABREU, 1999:193.

²²³ JULIÃO, 1996:93.

²²⁴ Minas Gerais. Belo Horizonte, n.39, 14/02/1904, p.7.

cidade. Como pequena observação, cumpre observar as vicissitudes da modernização belo-horizontina: ao mesmo tempo em que tentava excluir as participações culturais dos grupos mais marginalizados, a mesma possibilitava que tais ações não fossem bem policiadas pelos órgãos responsáveis nas partes periféricas das cidades.

O jornal *Minas Gerais* concedia grande cobertura às ações preventivas realizadas na capital mineira; sob o título destacado “Policiamento do Carnaval”, os poderes do Estado veiculavam quais as estratégias a serem utilizadas, bem como os resultados satisfatórios alcançados a cada ano. Aliás, o tom esperado não poderia ser muito diferente disso, uma vez que reconhecer os vários conflitos e as situações embaraçosas vivenciadas nas ruas seria atestar que a vigilância apresentava constantes falhas. Muitas eram as proibições estabelecidas durante os festejos carnavalescos, desde aquelas que cerceavam críticas dirigidas às autoridades políticas, militares ou religiosas, chegando até mesmo na intenção de se vetar determinadas fantasias e danças²²⁵. Diante disso, fica a pergunta se os poderes governamentais realmente desejavam a ocorrência do carnaval em Belo Horizonte, haja vista que essa festa apresentava por excelência o riso carnavalesco, o qual nas palavras de Mikhail Bakhtin “... é ambivalente: alegre e cheio de alvoroço, mas ao mesmo tempo burlador e sarcástico, nega e afirma, amortalha e ressuscita simultaneamente”²²⁶.

Diante dos possíveis contratempos e das quase inevitáveis confusões, há de se relevar a faceta positiva da ingerência do Estado no que toca ao desenvolvimento dos folguedos de rua. Apesar da festa carnavalesca propiciar momentos de alegria e descontração, não se pode negligenciar que a mesma também fora algo muito problemático para os diferentes moradores da cidade: destruições dos patrimônios públicos, incômodos diante dos constantes barulhos,

²²⁵ Sob o genérico adjetivo de “danças obscenas”, o jornal *Minas Gerais* afirmava que esses tipos de manifestações não seriam permitidas pelo serviço de policiamento da cidade. Cf. Minas Gerais. Belo Horizonte, n.30, 05/02/1921, p. 5.

²²⁶ BAKHTIN, 1999:10.

desrespeitos às mulheres, violências físicas e constantes roubos eram alguns dos inconvenientes oriundos das grandes aglomerações de pessoas. Ademais, havia aqueles indivíduos que não tinham quaisquer predileções e afinidades com o carnaval, ou seja, simplesmente não queriam vivenciar os folguedos como os animados foliões. Entretanto, muitas das vezes, esses indivíduos não tinham direito a essa escolha livre, ficando relegados aos desmandos autoritários daqueles que queriam brincar a qualquer custo. Nesse sentido, as deliberações dos governos da época, seja nas instâncias municipais ou estaduais, apontam para uma positividade do poder, o qual acabava sendo continuamente (re)construído:

“O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir”²²⁷.

Sob essas circunstâncias, até mesmo as proibições a um determinado tipo de comportamento devem ser avaliadas de maneira mais centrada: até que ponto as mesmas seriam apenas a expressão de um desmando governamental? Conseguiriam o governo e a polícia da época algum resultado caso não tivessem algum respaldo por parte dos grupos sociais? O poder público se caracterizava apenas pelo lado negativo, não podendo ser visto como algo benéfico e necessário?

Tais questionamentos continuarão a nortear a presente análise, sendo necessário ressaltar que as participações das autoridades públicas passaram a ser fundamentais para o abrandamento dos muitos conflitos que emergiam no calor das festividades. Tendo em vista essas e outras possíveis colocações, o intuito de se identificar a heterogeneidade de práticas nos espaços públicos da cidade acabou gerando maiores preocupações por parte dos poderes governamentais.

Eis um trecho do regulamento da “Delegacia de Fiscalização de Costumes e Jogos”:

“Não será permitida a saída de cordões, blocos e agrupamentos carnavalescos de quaisquer espécies sem que antes tenham requerido a esta Delegacia a necessária

²²⁷ FOUCAULT, 2002:7-8.

licença escrita, e sujeitos à censura os disfarces e fantasias, as letras das canções ou recitativos que tenham de ser cantados ou exibidos em público”²²⁸.

Através do excerto transcrito percebe-se que os alvos principais seriam os “cordões” e “blocos”, justamente as associações taxadas de ‘suja’ pelos clubes de carnaval; estes últimos, aliás, por mais que se enquadrassem na classificação “agrupamentos carnavalescos”, acabavam conseguindo menor vigor na censura e um considerável apoio de outros setores sociais – conforme visto anteriormente, era significativo o relacionamento das sociedades clubísticas com o poder municipal, os comerciantes e a imprensa da cidade. Nesse sentido, nada mais claro em reconhecer que os preceitos que guiavam as instruções sobre o policiamento eram pautadas sob critérios subjetivos e interesses particulares. Em uma expressão latente desse poder arbitrário, a ressalva de que “fica a critério da autoridade policial proibir ou não o uso de máscaras e pinturas que possam descaracterizar a fisionomia, conforme as circunstâncias do momento”²²⁹, apenas elucida a constatação de que as formas de brincar os carnavais eram alvos de muitas polêmicas entre os diversos grupos da sociedade belo-horizontina. Ademais, pode-se vislumbrar nessas situações as próprias noções de ambigüidades dos discursos da civilização e do progresso: ao mesmo tempo em que se procurava um tipo de postura mais ‘racional’ por parte dos órgãos oficiais, ainda permaneciam muitos traços das relações interpessoais entre os integrantes desses setores do cotidiano institucional.

Em meio a essa mescla inveterada das esferas públicas e privadas, importa relevar que muitas foram as dificuldades para implementar as determinações expedidas pelas autoridades. Segundo a autora Martha Abreu, ao pesquisar as festividades religiosas do *Império do Divino* na capital do Rio de Janeiro, há de se sublinhar que: “... os diversos editais publicados ao longo do XIX demonstram o crescimento dos problemas administrativos da cidade e, muitas vezes, a

²²⁸ Minas Gerais. Belo Horizonte, n.47, 24 e 25/02/1930, p.11 (transcrito do regulamento da Censura Policial, lei n. 1100, de outubro de 1929).

²²⁹ Ibidem, p.5.

ineficácia do controle amplo, geral e irrestrito, pois, mais de uma vez, esses editais reforçaram ou repetiram determinações antigas”²³⁰. Analogicamente, percebe-se que em Belo Horizonte houve uma repetição sistemática dos procedimentos policiais quando das festas carnavalescas ao longo das três primeiras décadas do século XX; ou seja, vários problemas poderiam estar se repetindo anualmente sem que houvesse uma medida inibidora. Diante disso, pode-se conjecturar que os resultados obtidos oscilaram entre o planejado e o inesperado, gerando permanências e mudanças no que toca às estratégias adotadas pelos poderes governamentais e policiais.

Por fim, interessa divagar acerca de uma simples afirmação que poderia passar despercebida aos olhos de um leitor da época menos atento. Ao mencionar a cobertura das festividades de Momo no ano de 1930, o jornal afirmava que:

“Os festejos carnavalescos na capital correram muitíssimo animados, conforme ontem noticiamos, sem que, na grande aglomeração do povo, surgissem alterações da ordem dignas de registro.

Para esse efeito, cumpre salientar a perfeição com que foi feito durante os três dias de carnaval, o serviço de policiamento, o qual foi muito aumentado, tendo sido tomadas medidas especiais no intuito de se atender, de pronto, qualquer chamado”²³¹.

A repetição exaustiva de que o policiamento teria sido ‘perfeito’ pode ser o primeiro indício de que a festa belo-horizontina nem sempre transcorria conforme o planejado; ademais, como explicar o aumento significativo do número de policiais, além da adoção de procedimentos especiais no caso de qualquer imprevisto? Havia, realmente, toda essa eficácia para que os folguedos cumprissem à risca os protocolos e as exigências das autoridades? Quais seriam as ocasiões de se sublinhar as “alterações dignas de registro”? Certamente não estavam nas previsões iniciais dos planejadores de uma cidade modernizadora registrar outras formas de se brincar os muitos carnavais. Procuremos, pois, quebrar esses silêncios através das vozes anônimas do tecido

²³⁰ ABREU, 1999:197.

²³¹ Minas Gerais. Belo Horizonte, n.47, 24 e 25/02/1930, p.5.

citadino, mas por demais significativas, que ‘carnavalizaram’ a vida social de Belo Horizonte nas primeiras décadas do século XX...

CAPÍTULO III: ABRAM ALAS PARA OS OUTROS
CARNAVAIS! CONFLITOS E NEGOCIAÇÕES CULTURAIS
NAS RUAS DE BELO HORIZONTE.

Bastantes recorrentes eram os relatos que atribuíam uma pretensa imagem de festa harmônica nos dias de carnaval em Belo Horizonte. Presentes em sua maioria nas folhas oficiais do jornal *Minas Gerais*, esses escritos buscavam conformar às práticas culturais uma notável homogeneidade. Tais tendências podem ser explicadas pelas próprias características editoriais desse veículo informativo: em linhas gerais, os conteúdos publicados buscavam as constantes neutralizações dos conflitos entre os indivíduos, grupos sociais e poderes públicos. Nessa medida, nada mais interessante do que divulgar a todos os cidadãos os presságios do Estado mineiro como uma instituição organizada, serena e equilibrada; de maneira análoga acontecia com a respectiva capital, cujas pretensas características de cidade modernizadora - racional, planejada, munida de boas condições infra-estruturais - seriam por demais prestigiadas pelos editores dessa publicação diária. Sob as referidas circunstâncias, os carnavais de rua inseriam-se como mais um assunto dentre os vários abordados pelo *Minas Gerais*, ganhando significativas colunas nos espaços dos jornais que circulavam nas proximidades dos dias de folia.

Por ser a voz oficial do governo estadual da época, esse impresso dificilmente noticiava os tumultos advindos a partir das vivências festivas carnavalescas. As letras jornalísticas não se cansavam em exaltar a tranquilidade que permeava os encontros dos foliões pelas ruas belo-horizontinas, projetando simulacros muitas vezes incompatíveis com os transcurso vivenciados pela população urbana. Os motivos constantemente suscitados para que houvesse a “manutenção

da ordem” eram o “excelente policiamento”, além da “inestimável índole pacífica da população belo-horizontina”²³². Expressões como estas sugerem as diferentes tentativas de se naturalizar as práticas de sociabilidade existentes nos espaços públicos, reduzindo o comportamento dos cidadãos às dimensões do previsível e do ‘politicamente correto’. Dessa forma, cumpre investigar de que maneiras esses múltiplos sujeitos souberam (re)inventar seus próprios cotidianos²³³, apontando para ações que certamente destoavam dos ideários de um carnaval ordeiro, racional e modelar.

Frases diagnósticas do tipo “apesar da grande aglomeração popular, nada ocorreu de anormal”²³⁴ acabavam sendo exaustivamente repetidas pelos outros órgãos da imprensa belo-horizontina, sinalizando para uma hipotética situação que não se observava na atmosfera festiva. Ao analisar a dinâmica dos folguedos cariocas, Maria Clementina Cunha alerta para os perigos de se apropriar acriticamente das fontes documentais da época, haja vista que “... diante da heterogeneidade e diversidade, parece arriscado acreditar e atribuir uma imagem tão amena quanto nos querem fazer crer as crônicas da imprensa e a historiografia carnavalesca”²³⁵. Torna-se necessário, portanto, desconstruir criticamente os diversos fragmentos que intentavam disseminar representações dos festejos isentos de embates físicos e simbólicos; seja nos registros do passado ou até mesmo nos estudos contemporâneos, cumpre problematizar as intencionalidades e os pressupostos valorativos dos seus respectivos emissores. Outra colocação pertinente, também alusiva às festas que não pertenciam diretamente aos domínios da capital mineira, consiste nas palavras de Patrícia Araújo. A autora, ao argumentar sobre as possibilidades de ocorrência de conflitos e tensões no universo festivo, infere que:

²³² Esses tipos de expressões eram muito usuais nos relatos do jornal *Minas Gerais*, principalmente no recorte temporal de 1910 a 1930.

²³³ Palavras inspiradas na obra de Michel de Certeau, *A invenção do cotidiano*.

²³⁴ *Minas Gerais*. Belo Horizonte, n.40, 16, 17, 18 e 19/02/1920, p.4.

²³⁵ CUNHA, 2001:234.

“Muitos dos relatos sobre as festas ocorridas em território mineiro [...] estão com frequência preocupados em afirmar que as comemorações aconteciam sob o signo da harmonia e do bom desempenho. Entretanto, a necessidade de se assegurar o acontecimento das festas de forma tranqüila é um indicativo de ‘que a violência e o tumulto estavam potencialmente ali, como que a rondar a festa’”²³⁶.

Semelhante análise pode ser remetida à cidade de Belo Horizonte na virada dos séculos XIX-XX, principalmente em um tipo de *urbes* onde os protótipos ideais de modernização predominavam desde o momento de sua fundação. Grande parte dos editores de jornais, políticos ocupantes dos cargos públicos, agentes policiais, projetistas da cidade e integrantes das camadas privilegiadas mostravam-se muito preocupados com a questão do planejamento urbano. De preferência, quase nada poderia escapar muito dos seus respectivos controles, ainda mais em uma festa perturbadora como o carnaval; não que isso significasse que esses sujeitos pretendiam alcançar um poder hegemônico, até mesmo porque essa tarefa é algo impraticável. Em todo caso, ancorando-se novamente na última passagem transcrita, urge destacar que os tumultos e as violências carnavalescas se apresentavam como possibilidades latentes de ocorrerem a qualquer momento. Por isso as existências de muitas ações preventivas quando da chegada dos dias gordos; na visão do Conselho Deliberativo da capital mineira, por exemplo, quanto maiores as exigências de segurança nos eventos de Momo, menores seriam as confusões oriundas das celebrações desses folguedos.

Ao oficializar o artigo 4º da lei municipal número 263, havia uma clara intenção do referido órgão municipal em restringir o número de encontros festivos pelos diferentes pontos do tecido urbano: “os bailes públicos, compreendendo-se como tais os que dependem da licença da polícia para o seu funcionamento, pagarão, por baile, o imposto de 50\$000 no carnaval e 20\$000 fora desta época”²³⁷. Os efeitos esperados eram os de dificultar consideravelmente a realização de festas durante o período carnavalesco, haja vista que as taxas pagas eram mais do que o dobro do

²³⁶ ARAÚJO, 2000:56.

²³⁷ Lei Municipal. Artigo 4º, datada de 08/10/1923.

valor em relação a qualquer outro momento do ano; sob essa linha de raciocínio, os carnavais tidos como ‘rudes’ e ‘sujos’ dificilmente conseguiriam atender a todos esses formalismos. ‘Como e para que recolher os impostos para a realização da nossa festa?’ deveriam ser alguns dos muitos questionamentos suscitados pelos anônimos foliões. À margem da legalidade e munidos de suas próprias convicções, esses ‘outros atores históricos’ não seguiram todos os parâmetros estipulados pelas letras oficiais; como em uma dança sem maiores rigores, tais sujeitos assimilaram alguns procedimentos das festas luxuosas, porém é nítido perceber que os mesmos empreenderam novos passos para essa dinâmica. No caso específico da obrigatoriedade das taxas municipais, muitos foram os bailes carnavalescos que sequer as recolheram uma única vez: providos de uma sugestiva informalidade, esses encontros festivos concediam formas e cores imprevisíveis pelos vários bairros da cidade...

Seja na região central ou nos lugares mais periféricos da cidade belo-horizontina, interessa sublinhar um significativo contraste nas publicações jornalísticas: pequenas notas alusivas aos desentendimentos interpessoais entre os participantes dos carnavais ‘disputavam’ maiores espaços com as matérias que versavam sobre a tranqüilidade das festas nas ruas. Apesar de serem quantitativamente bem menores, além de se situarem em partes pouco destacáveis dos jornais, existiam várias pequenas notas que abordavam os conflitos ligados ao transcorrer das festividades. As decisões sobre as publicações ou não desses tipos de conteúdos dependiam das linhas editoriais dos impressos, cujos interesses geralmente confluíam para a construção de uma imagem harmônica da capital mineira – novamente, os presságios de espaços urbanos ordeiros, ocupados por cidadãos esclarecidos, emergiam com muita força nesse tipo de discurso. Entretanto, nem todas as ocorrências sobre os diversificados embates sociais acabavam sendo abafadas, haja vista que alguns fatos ganhavam ampla repercussão nas rodas de conversas e em outros locais de sociabilidade de Belo Horizonte.

Como não publicar um episódio que ocorrera em frente ao conhecido *Teatro Soucasaux*, localizado no centro da cidade? Nas palavras sucintas do *Minas Gerais*: “Na primeira daquelas noites deu-se na porta daquela casa de diversão um conflito, do qual resultou sair ferido o soldado Francisco Moreira da Cruz, que recebeu várias navalhadas. Foi indiciado como autor do ferimento desse soldado o sargento Araújo, que se acha preso, respondendo a conselho”²³⁸. Interessante assinalar que a matéria não entrava em maiores detalhes sobre as circunstâncias do acontecimento, restringindo-se somente às citações dos nomes dos envolvidos. Aliás, nada mais indicativo da violência advinda dos desníveis de poder, uma vez que era um militar de patente superior que agredira seu próprio companheiro de corporação. A prisão do sargento designado simplesmente de “Araújo” – talvez na tentativa de se preservar o infrator, já que somente o nome completo da vítima fora discriminado – emergia como uma solução ‘conveniente’ para esse contratempo; por outro lado, houve um notável silêncio quanto ao estado de saúde do soldado agredido, cuja eventual morte provocaria maiores alardes entre a população. Nessa medida, interessa acrescentar que os números posteriores do jornal *Minas Gerais* não realizaram nenhuma menção ao desfecho do crime praticado no domingo de carnaval em uma das áreas mais nobres de Belo Horizonte²³⁹. Esquecimento este que visava à manutenção da imagem de um folgado ordeiro, tendo para os eventuais imprevistos antídotos imediatos; sob tais circunstâncias, quanto menores detalhes sobre as chamadas ‘condenáveis confusões’, mais cômodo seria para os jornais belo-horizontinos abordarem outras temáticas carnavalescas – preferencialmente, nada de brigas, agressões, tumultos ou discussões mais calorosas...

Ainda no que toca às coberturas ocasionais dos conflitos citadinos, cabe sinalizar que a periferia belo-horizontina era ainda menos abordada pelas letras jornalísticas. Os protagonistas desses enredos cotidianos centravam-se nos indivíduos sociais de menor aquisitivo, os quais

²³⁸ Minas Gerais. Belo Horizonte, n.23, 10 a 13/02/1902, p.4.

²³⁹ O *Teatro Soucasaux* localizava-se à rua da Bahia, bem próximo da esquina com a avenida Afonso Pena.

carregavam os estigmas preconceituosos de serem ‘baderneiros’ e ‘arruaceiros’, menosprezados sob o título comum de “Zé Povinho”. Sem quaisquer destaques nas páginas dos jornais, muitas vezes ‘escondidos’ em pequenas colunas, havia breves relatos do tipo: “Na estação de Cardosos, subúrbio desta Capital, no último dia de Carnaval foi ferida a navalhadas e facadas por seu amante Abílio José Barbosa a parda Bárbara Maria de Jesus. [...] O autor do crime se acha detido no quartel do 1º Batalhão”²⁴⁰. Contrariamente ao episódio envolvendo os dois militares, o infrator fora identificado com todas as letras do seu nome, já que se tratava de um ‘pobre coitado Zé Ninguém’; porém, o desfecho do desentendimento entre o casal não fora também suficientemente detalhado, talvez em uma tentativa de isolar o caso como algo irrelevante. Nem mesmo a vítima escapara da pena impiedosa do cronista, o qual a qualificou sob o topônimo “parda”, como se tentasse mostrar ao leitor de que Bárbara era apenas mais uma integrante das camadas pobres.

Ao invés de denunciar abertamente os grandes abusos que as mulheres sofriam durante os dias de carnaval – sendo a referida agressão de facas e navalhas um caso metonímico dessa violência masculina – a matéria jornalística optou pelo silêncio. Estaria nessa atitude uma anuência com relação às tais práticas generalizadas por parte dos homens, ignorando a relevância de se criarem órgãos especializados de defesa dos direitos femininos²⁴¹? Ou se repetia novamente a necessidade de se transmitir a imagem de uma cidade ordeira, cujos transtornos eram resolvidos de maneira rápida e imediata? Não obstante às várias possíveis respostas, cumpre assinalar que os carnavais de rua concretizavam muitos dos embates que permaneciam latentes durante o cotidiano belo-horizontino. Em outras palavras, havia uma espécie de exacerbação dos desejos das pessoas, cujas atitudes imediatistas poderiam acarretar em conseqüências nada respeitadas para com o

²⁴⁰ Diário de Minas. Belo Horizonte, n.40, 18/02/1899, p.1.

²⁴¹ Como exemplo, cita-se a possibilidade de algo similar às atuais ‘delegacias para mulheres’, cujas atuações anseiam pela defesa dos direitos femininos, qualificando-os como algo universal e não apenas como restritos aos homens.

outro. Longe de se pautar em valores moralistas, urge vislumbrar que o direito de algum folião se expressar como sujeito ‘livre’ significava, muitas das vezes, violentar a individualidade alheia.

Além das investidas físicas contra as mulheres, os números de roubos aumentavam em demasia nos dias festivos, fato este que não garantia espaços cativos para tais ocorrências nos veículos impressos. A motivação para esses ‘esquecimentos’ pode ser ancorada na prerrogativa de não se espalhar muito pânico entre os habitantes, haja vista que os conteúdos dos jornais eram muito comentados nas conversas informais. Obviamente, existiam matérias policiais publicadas durante outros períodos do ano, porém as mesmas apareciam como raras exceções nos chamados dias gordos²⁴². Costumeiros eram os alertas generalizados, os quais serviam como conselhos de segurança pública: “Cuidado com os ladrões! Em épocas de Carnaval, são muitos comuns os furtos na Capital. Os batedores de carteiras aproveitam-se dessas ocasiões para ‘operar’”²⁴³. O tom imperativo e o alerta da mensagem apontavam as ações dos ladrões como um dos grandes empecilhos para os festejos belo-horizontinos. Em meio aos tumultos da multidão, muitos foliões tinham seus pertences extraviados, além de perderem variáveis somas de dinheiro. As atuações dos infratores não se restringiam aos espaços públicos da cidade; astutamente, observavam que o policiamento permanecia concentrado nas regiões centrais durante as festividades, para que então pudessem adentrar nas residências localizadas nos bairros. Eis parte do relato do Chefe de Polícia no ano de 1903: “Os gatunos aproveitaram o primeiro dia de Carnaval e assaltaram a casa do Sr. Miguel Moraes. Roubaram-lhe 15:000 em dinheiro e 5:000 em mercadorias”²⁴⁴. Tendo em vista a impossibilidade dos agentes policiais em controlarem todos os pontos da capital, muitos assaltos passavam despercebidos, além de existir outro número infindável de casos não solucionados. Diante dos constantes reveses, os poderes governamentais procuravam minimizar as repercussões

²⁴² Observa-se, a partir da década de 20, um crescimento vertiginoso das matérias policiais na então insurgente ‘grande imprensa belo-horizontina’. Cf. CASTRO, 1997.

²⁴³ Revista Carnavalesca. Belo Horizonte, n.1, 19/02/1928, p.9.

²⁴⁴ NOTAS sobre ocorrências policiais, datadas de 23/02/1903.

através das publicações de listas com os nomes dos indivíduos presos; intentava-se, pois, transpassar a idéia de que apesar dos incidentes, a polícia sempre estaria presente ao lado do ‘cidadão de bem’²⁴⁵.

Para além dos mencionados infortúnios, existiram outros tipos de conflitos que se materializaram nas opiniões veiculadas na imprensa acerca do carnaval belo-horizontino. Por mais que predominassem as visões entusiastas dos festejos de Momo, havia espécies de ‘falas dissonantes’ que compartilhavam a noção de identificar um “verdadeiro marasmo” na vida sócio-cultural da cidade. Em um tom próximo de um editorial, o impresso *A Notícia* publicou a seguinte nota:

“Os habitantes de Belo Horizonte são fundamentalmente tristes. Aqui o povo não tem as expansões do povo carioca, por exemplo, que, embora no tumultuar da vida intensa decorrente do meio, se mostra constantemente expansivo e risonho. Para mais positivar esta nossa afirmativa, aí está o Municipal fechado, oferecendo um mau aspecto à rua da Bahia e, enquanto em outros centros os ecos do próximo Carnaval já se fazem ouvir, aqui ainda não vimos movimento algum para a comemoração do formidável deus Momo”²⁴⁶.

A oposição explicitada entre os tipos “carioca” e “belo-horizontino” destaca-se como o principal eixo argumentativo, objetivando contrastar a dinamicidade cotidiana fluminense com o nítido imobilismo da capital dos mineiros; assim como acontecia em outras partes do país, o Rio de Janeiro despontava enquanto exemplo a ser seguido pelas outras localidades. A crítica se dirigia a um contexto geral de dificuldades enfrentadas pelos moradores de Belo Horizonte, mais especificadamente o início da década de 10: problemas infra-estruturais de serviços urbanos, especulação imobiliária, crises econômicas e uma monótona atividade cultural eram os alvos preferidos pelos críticos dos jornais. A inoperância do *Teatro Municipal* acabava perfeitamente

²⁴⁵A título de exemplo, cita-se que o jornal *Minas Gerais* noticiou, logo após o término do carnaval de 1916, a seguinte mensagem aos leitores: “Como medida preventiva, foram presos nos três dias de Carnaval pela polícia da 2ª circunscrição os seguintes indivíduos”. Na seqüência, arrolavam-se mais de setenta nomes, todos do sexo masculino, sem que houvesse o detalhamento dos motivos das suas respectivas prisões. Cf. Minas Gerais. Belo Horizonte, n.56, 06, 07, 08 e 09/03/1916, p. 3.

²⁴⁶ *A Notícia*. Belo Horizonte, n.20, 30/11/1913, p.1.

correspondida com o pouco entusiasmo presente às vésperas de mais um carnaval, cujas previsões do cronista não se apresentavam como as das mais otimistas.

Apesar de minoritárias, essas opiniões tiveram respaldos por parte de alguns indivíduos e grupos sociais. Desde aqueles que ainda guardavam um certo rancor pela perda da hegemonia de Ouro Preto para o antigo Curral del Rei, passando pelos que concebiam o ‘estrangeiro’²⁴⁷ como algo superior, chegando aos formadores de opinião que, mesmo se mostrando na maioria das vezes bastante entusiastas com a nova capital mineira, não deixaram de tecer comentários mais duros para com as especificidades belo-horizontinas. Com relação à última categoria aventada de sujeitos, o nome de Abílio Barreto²⁴⁸ pode ser citado como exemplo emblemático desse tipo de comportamento ambíguo. Em seus escritos histórico-memorialísticos, o intelectual imprimiu uma acentuada valorização dos diversos aspectos que permeavam a vida política, cultural, econômica e social de Belo Horizonte. Entretanto, isso não fora uma constante, principalmente em se tratando dos primeiros tempos da *urbes* modernizadora; evidência disso fora a justificativa utilizada para explicar a emergência de clubes carnavalescos já no ano de 1899:

“Cumprе acentuar que as razões principais determinantes da fundação e movimentação de tantas sociedades recreativas na Capital, nos primeiros anos de existência desta, eram dois: em primeiro lugar a completa falta de diversões em que a mocidade se recreasse e vencesse a monotonia irritante de seus dias numa cidade inteiramente desprovida de estabelecimentos e outros recreativos; depois, era a necessidade que havia e todos sentiam de disfarçar e tornar aparentemente menos grave, por meio de um veio de animação, festas e alegrias, a terrível crise financeira em que se debatia a cidade, como se estivesse na beira da agonia e da morte”²⁴⁹.

Os motivos elencados pelo intelectual mineiro confluem justamente para aquilo que já foi exposto no presente texto: tendo em vista o contexto de adversidades no plano urbano belo-horizontino, começaram a coexistir diferentes tipos de opiniões acerca dos múltiplos aspectos que compunham

²⁴⁷ Tal designação pode ser aplicada tanto para os referenciais europeus, como para alguns aspectos da vida urbana carioca. Em suma, valorizavam-se muitos dos atributos da chamada ‘belle époque’.

²⁴⁸ Profundo conhecedor das sutilezas belo-horizontinas, Abílio Barreto publicou vários artigos, resenhas, livros e outras obras acerca da história da cidade. Alguns de seus manuscritos encontram-se referenciados na seção *Fontes e bibliografia* da presente dissertação.

²⁴⁹ TEXTOS sobre o surgimento das primeiras sociedades recreativas da capital: *Club das Violetas* e *Club Rose*, s/d.

a cidade. Privilegiando o olhar para as questões sinalizadas na passagem acima, interessa registrar que por mais que houvesse uma grande mobilização para incrementar as atividades culturais – aliás, Barreto fora um dos grandes ícones sob esse sentido - nada mais natural do que esmorecer diante de alguns obstáculos. Ademais, não se pode ignorar a intenção do historiador-memorialista em estabelecer um marco fundante com o surgimento das associações de carnaval: estas últimas seriam uma das contribuintes para que Belo Horizonte ‘despertasse’ do seu estado de sonolência e apatia. De uma maneira geral, Abílio passou a valorizar acentuadamente a vida cultural da cidade após a primeira década do século XX, tendo nos bailes luxuosos um dos trunfos para os seus argumentos; porém, nada garantia que o espírito crítico desse estudioso deixasse de aflorar conforme as circunstâncias...

Dessa forma, cumpre notar que as ambigüidades também integraram os vários processos de apropriações dos folguedos carnavalescos. Descrédito, valorização, entusiasmo, desânimo e insatisfação podem ser apenas alguns dos sentimentos compartilhados pelos diferentes sujeitos históricos que experienciaram a vida social da cidade planejada. Enfim, existiam discordâncias quanto às animações das festas pelas ruas da capital, as quais não deixavam de apresentar como importante contraponto o modelo carioca de carnaval; nessa medida, uma das grandes perguntas que pairavam nos círculos de conversas era se Belo Horizonte possuía ou não uma vocação folionia. Diante dessa indagação que parece até mesmo uma dúvida ontológica, havia nítidos esforços em desprestigiar e ignorar as outras formas de se brincar a festa carnavalesca pela periferia da cidade. Sob a justificativa de que deveriam lutar de qualquer forma pela dinamização dos préstitos pelos espaços públicos belo-horizontinos, os clubes carnavalescos mais requintados acabavam enfraquecendo a si mesmos, uma vez que as tentativas de segmentar as festas em uma simples dualidade *elite X popular* não teve maiores efeitos: além de ser algo que não se observa na prática, haja vista as constantes trocas simbólicas e os intrincados processos de apropriações

entre as duas categorias, tal concepção minava o desejo de se construir um carnaval que agregasse um número maior de foliões e, portanto, mais animado – nem que essa grande soma de pessoas implicasse nas promoções de muitos outros conflitos.

De qualquer forma, as explicações de alguns organizadores dos festejos mais luxuosos para os possíveis entraves quanto ao desenvolvimento dos folguedos na cidade mineira centravam-se, muitas das vezes, em dois motivos principais: as chuvas intermitentes que ocorriam durante os primeiros meses do ano, além das dificuldades financeiras enfrentadas pelos clubes carnavalescos. Com relação à primeira adversidade, as expectativas gerais em torno dos três dias festivos - sejam estas da imprensa, dos poderes públicos, dos responsáveis pela organização ou dos simples foliões - dependiam sistematicamente das condições climáticas: o tempo chuvoso era veementemente indesejável, tendo em vista que os préstimos das sociedades clubísticas acabavam sendo prejudicados. Isso porque não havia uma infra-estrutura adequada para as intempéries naturais, podendo ser citado o exemplo de que as arquibancadas onde se concentrava a platéia para as passagens dos carros alegóricos não tinham coberturas protetoras; além disso, várias ruas por onde os desfiles percorriam ficavam intransitáveis, já que a pavimentação não alcançara grande parte dos espaços públicos belo-horizontinos ainda nas primeiras décadas do século XX.

A previsão do tempo era algo muito aguardado pelos habitantes da cidade, os quais torciam ou não pela precipitação de água – na visão daqueles que não gostavam ou temiam as brincadeiras carnavalescas, nada melhor do que um grande temporal nos três dias de folia. Muitas temáticas das crônicas jornalísticas pautavam-se a partir das condições climáticas, conforme revela o trecho escrito por um autor anônimo:

“Os guardas e inspetores já têm um sorriso nos cantos dos lábios e exclamam: - Eta chuva camarada! Venha mesmo muito forte, porque assim pouco temos que fazer!...
A cidade voltou a ficar triste...”²⁵⁰.

²⁵⁰ O Pirolito. Belo Horizonte, n.16, 16/02/1929, p.10.

Interessante perceber como esse trecho fictício se mesclava à própria realidade belo-horizontina, permeando, inclusive, três aspectos discorridos no presente texto: em primeiro lugar, evidencia-se que a segurança nos dias de carnaval era algo que preocupava muito as autoridades policiais, cujo alívio se expressava na constatação de que a chuva intermitente acarretara em pouco trabalho. Nessa toada, pode-se objetar que a dinâmica do conflito realmente se fazia bastante presente nas ruas da capital mineira, uma vez que uma das funções principais do policiamento seria, justamente, a de amenizar os embates oriundos desses encontros; por fim, o veredicto sucinto, mas por demais significativo, de que Belo Horizonte voltara a carregar o fardo do seu próprio ‘marasmo’.

No que toca à segunda dificuldade para a ocorrência dos eventos festivos no tecido belo-horizontino, muito se comentava sobre a escassez de recursos financeiros que assolava a grande maioria das agremiações carnavalescas. A expressão utilizada para tal estado era a disseminada “falta de arame”, cujo sentido metafórico atribuía a esse objeto as características de ser algo flexível, mutável e múltiplo de possibilidades. Ou seja, assim como o arame poderia adquirir várias formas, sendo também bastante útil às diferentes situações, o dinheiro apresentava-se como um meio necessário através do qual os projetos conseguiam concretização. Por mais que as reclamações sobre as ausências de verbas predominassem nos clubes requintados - haja vista que as organizações dos bairros e da periferia acabavam (re)inventado outras formas de se ‘moldar o arame’ com menores somas de quantias - é inegável reconhecer que as dificuldades financeiras incomodavam quase todos os foliões. As alternativas para driblar esses obstáculos pautavam-se em iniciativas diversificadas, as quais revelavam o espírito astucioso das sociedades de carnaval para que os desfiles não ficassem prejudicados: práticas de espetáculos durante todo o ano com vistas à angariação de fundos; realizações de passeatas pré-carnavalescas, quando se recolhiam doações da própria população cidadina; além dos estabelecimentos de quadros efetivos de sócios,

os quais se comprometiam a pagar mensalidades com uma freqüência assídua. Entretanto, esse último apontamento poderia se transformar em um grande tormento, na medida em que os atrasos das contribuições mensais significavam falsas expectativas; isso porque a partir do momento no qual se contabiliza uma receita e esta não se efetiva, piores as conseqüências para aqueles que concebiam como certa a entrada de ‘arame’...

Ademais, os mencionados esforços não resultavam em plenas garantias de que os carnavais cumpririam tudo aquilo que fora planejado, afinal ocorriam sistemáticos cortes nos orçamentos anuais para os desfiles. As agremiações carnavalescas elegiam os poderes públicos como um dos grandes responsáveis pelas séries de desequilíbrios em suas finanças, na medida em que os subsídios governamentais alternavam-se sem qualquer critério de regularidade: se durante um determinado ano as verbas destinadas às festividades agradavam aos organizadores dos préstitos, poderia ser que no carnaval seguinte nada disso aconteceria, incentivando, com isso, as críticas oriundas dos mais diversos setores. Nem mesmo os integrantes dos clubes que mantinham estreitos círculos de sociabilidade com os prefeitos, conselheiros municipais, governadores e autoridades policiais deixavam de tecer críticas às eventuais faltas de apoio. Caso o ‘arame’ faltasse e a monotonia ameaçasse pairar sobre a capital mineira, as agremiações folionas se prontificavam a denunciar o pouco interesse dos poderes públicos em patrocinar os eventos festivos; havia, portanto, uma clara defesa dos seus respectivos direitos, nem que para isso acarretasse em alguns estremecimentos nas relações com as instituições governamentais.

Enfim, as discussões coletivas acerca da existência ou não do marasmo belo-horizontino acabavam sendo permeadas pelas duas condicionais arroladas nos parágrafos anteriores: ou seja, os argumentos ancoravam-se tanto nas alternâncias dos estados climáticos como na quantidade de verbas despendidas. Quaisquer que fossem os posicionamentos com relação ao entusiasmo do carnaval em Belo Horizonte, havia, porém, um aspecto em concordância entre os órgãos

governamentais, os integrantes dos clubes mais requintados e alguns setores da imprensa: as ruas da cidade modernizadora não poderiam ser ocupadas desordenadamente pelos anônimos e ‘perigosos’ foliões! Essa espécie de imperativo ganhava diferentes contornos nas letras dos jornais, materializando-se nas concorridas ‘mensagens pedagógicas’:

“Não resta a menor dúvida que a rua da Bahia não comporta mais a população da Capital nos dias consagrados a Momo.

O escoadouro imediato e racional é a av. Afonso Pena, a mais bela, talvez das avenidas do mundo, pela largura e opulenta arborização, e, atualmente, pelo comércio que nela, dia a dia, se vai irradiando de uma maneira vertiginosa”²⁵¹.

De imediato, percebe-se através do excerto transcrito que a ocupação da rua da Bahia não era muito bem vista, já que o local apropriado para o recebimento de um avultado número de pessoas - no caso, a avenida Afonso Pena - acabava sendo freqüentemente preterido pelos próprios foliões. As estratégias de se convencer a população foliona em brincar o carnaval nas vias mais largas e arborizadas perpassavam pelos atributos da capital planejada, urbanidade esta que deveria prever até mesmo como seriam os seus momentos de descontração²⁵². Ademais, os traços estreitos de uma das vias públicas mais boêmia da cidade, a singular rua da Bahia, poderiam propiciar indesejáveis encontros entre os transeuntes das diversas origens sociais; dessa forma, como evitar os conflitos e embates em meio à atmosfera de efervescência de celebração da festa? Aconselhar os foliões a ocuparem espaços mais largos e passíveis de controle seria uma boa medida, mas certamente não o suficiente para inibir o movimento dinâmico dos inúmeros atores históricos pelas ruas belo-horizontinas...

Entre conflitos e mediações, a coexistência das formas carnavalescas:

Os jogos de entrudo eram objetos de constante cerceamento pelas autoridades públicas; mesmo não havendo uma proibição formal dessa modalidade carnavalesca nos primeiros anos da

²⁵¹ Matakins. Belo Horizonte, n. *único no gênero*, 02/02/1919, p.6.

²⁵² Novamente, utilizando como referencial as concepções dos planejadores da capital, sejam estes engenheiros, médicos ou políticos; incluem-se, também, alguns membros das camadas mais favorecidas economicamente e setores da imprensa belo-horizontina.

capital mineira, muitos foram os argumentos contrários à sua respectiva realização nos diferentes espaços de Belo Horizonte. Ridicularizado, menosprezado, perseguido, desqualificado... Esses e outros adjetivos tornaram-se comuns entre setores da imprensa e de alguns grupos sociais, os quais ansiavam pelas contínuas adaptações dos modelos europeus de civilização e progresso. Nessa medida, buscava-se inibir a qualquer custo a ‘correria’ e a ‘molhadela’ usuais do universo entrudesco, nem que para isso fossem necessárias as adoções de práticas pouco agradáveis aos variados foliões. As publicações de duas portarias municipais em meados da década de 10 acabaram materializando parte desses posicionamentos, uma vez que era a primeira vez que se enquadrava o entrudo como manifestação ilegal no tecido urbano belo-horizontino. Como era um observador atento às nuances da capital moderna, o estudioso Abílio Barreto muito bem anotou as referidas letras oficiais:

“1913 – 1º de fevereiro – O Prefeito Meireles em portaria sob nº 16 proibia o entrudo na capital, permitindo confete, lança-perfume e outros artigos inócuos.
1914 – 17 de fevereiro – Portaria nº 162 proíbe o emprego d’água em limões, borrachas e artigos semelhantes no Carnaval, permitindo confete, lança-perfumes e outros artigos”²⁵³.

Expedidas em um curto período de tempo, os conteúdos dessas legislaturas praticamente repetiram os mesmos tipos de orientações; tal repetência já pode ser um primeiro indício de que os jogos entrudescos continuavam incomodando bastante os poderes governamentais ainda em 1914, não obstante à oficialização da portaria de número 16 um ano antes. Interessante sublinhar que enquanto na primeira publicação o nome ‘entrudo’ fora grafado na íntegra, naquela outra havia o detalhamento dos artigos utilizados – no caso, “limões-de-cheiro” e “borrachas d’água”. Estaria na referida discriminação, portanto, uma tentativa de reforçar aos foliões quais apetrechos já tinham sido proibidos? Muito provavelmente que sim, haja vista que o simples fato de proibir aquilo que se denominava ‘entrudo’ não era a garantia de que todas as suas práticas seriam abolidas. Em outras palavras, de nada adiantaria cercar formalmente um tipo de jogo

²⁵³ DICIONÁRIO temático elaborado por Abílio Barreto entre 1894 a 1946, p.278.

carnavalesco se os seus componentes lúdicos continuavam no gosto do público. Aliás, não por acaso havia uma listagem na seqüência dos objetos permitidos como confetes e lança-perfumes, justamente para incitar as substituições dos ‘temidos’ apetrechos entrudescos. Em suma, além de proibirem, as regras municipais também procuravam sugerir quais as formas mais ‘adequadas’ para se brincar o carnaval.

Conforme já explanado, os momentos anteriores aos decretos proibitivos revelavam uma relativa anuência da realização do entrudo nos espaços públicos da *urbes* modernizadora. Até o jornal *Minas Gerais* explicitou uma ‘ponta de simpatia’ para com essa dinâmica festiva ao constatar que: “Mesmo sem a proibição do jogo do entrudo que a polícia tolera atenta, assim não houve o entusiasmo, que sempre salientamos, observado em outros anos nesta Capital”²⁵⁴. Pode-se objetar, a partir das concepções da folha oficial do governo, que os adeptos dessa brincadeira de origem secular e lusitana eram um dos grandes responsáveis pela vivacidade das ruas belo-horizontinas, viabilizando muitas expressões de júbilo e alegria por entre os participantes. Apesar de visto com certa desconfiança pelas autoridades policiais – estendendo-se tal sentimento também para os literatos, jornalistas, grandes comerciantes, políticos e outros profissionais liberais de maior poder aquisitivo – o entrudo permaneceu como prática cotidiana dos carnavais de rua até meados da década de 20. Por outro lado, nessa mesma passagem transcrita, percebe-se pelo tom da ressalva inicial que já havia uma tendência para a proibição dos jogos nos idos de 1907; isso porque em outras cidades do país esse tipo de brincadeira sofria, há algum tempo, com as constantes perseguições daqueles que o temiam ou o condenavam²⁵⁵.

Tendo em vista o caráter perseverante das brincadeiras entrudescas, cumpre reforçar que, não obstante às publicações das portarias muito bem transcritas por Abílio Barreto, tais práticas se

²⁵⁴ Minas Gerais. Belo Horizonte, n.32, 13/02/1907, p.5.

²⁵⁵ Os carnavais carioca e paulista, além dos interioranos na antiga Província de Minas Gerais podem ser citados nesse sentido. Aliás, desde meados do século XIX o entrudo era uma prática perseguida por diversos setores sociais, uma vez que se contrapunham ao modelo de civilização e luxo propagado pelas Grandes Sociedades Carnavalescas.

(re)criavam a todo instante pelos anônimos homens, mulheres, crianças e idosos. Os sentidos de subverter uma determinação oficial reiteram algo que pode ser observado nos mais diferentes contextos históricos: o exercício de desvincular uma relação direta, unívoca e automática entre o discurso formal e a vivência corriqueira. Guardadas as devidas particularidades, torna-se viável estabelecer uma conexão entre a presente análise e os estudos referenciais de E. P. Thompson: este último sublinha - em suas análises a respeito da ‘cultura plebéia’ na Inglaterra do século XVIII - que a legislação oficial da época poderia até estabelecer os limites tolerados pelos governantes, entretanto a mesma não conseguia penetrar completamente nos costumes dos lares rurais²⁵⁶. Analogicamente, pode-se inferir que as concepções compartilhadas pelos grupos interessados em um carnaval ordeiro e previsível acabavam não apresentando os efeitos esperados; isso porque as permanências do entrudo tornaram-se evidentes por um bom espaço de tempo, mesmo após a sua efetiva proibição em terras belo-horizontinas.

Os indícios pelos gostos disseminados dos jogos que envolviam muita farinha, ovos e água²⁵⁷ podem ser visualizados através de diversos fragmentos jornalísticos do passado da capital mineira. Bisnagas, seringas e limões de cheiro - produtos típicos das brincadeiras entrudescas - eram anunciados pelos comerciantes nos principais impressos juntamente com os ‘refinados’ confetes e serpentinas, além do então autorizado lança-perfume. Tais anúncios circularam nas páginas da imprensa belo-horizontina até às vésperas da portaria municipal de 1913, sugerindo que as relações de compra e venda eram uma constante no centro da capital mineira. A *Casa Olympio Braziliense*, bastante tradicional no comércio do ramo, anunciava sob letras garbosas as ofertas de “bisnagas revólver e confetti redondos”; além disso, justificava aos seus clientes que “... foram alterados os preços de alguns artigos devido a ter se acabado o importante estoque que

²⁵⁶ THOMPSON, 1998:19.

²⁵⁷ Além dos tradicionais ingredientes como ovos, farinha e água, outros dejetos eram arremessados contra as várias pessoas, sugerindo uma literal ‘guerra’ entre os participantes. Como exemplos dessas armas entrudescas, citam-se urina, excrementos, perfumes e líquidos com fragrâncias diversas.

tinha em casa”²⁵⁸. Dessa forma, vislumbra-se a coexistência dos brinquedos carnavalescos, os quais oscilavam suas vendas conforme as preferências dos clientes; e, pelo visto, as ‘arminhas’ para a ‘guerra do entrudo’ saíam em grandes quantidades, sem maiores cerimônias e protocolos. Nem mesmo as posteriores proibições dos jogos intimidaram as vendas nos diversos espaços da cidade, já que foram os ambulantes informais que substituíram as ações dos comerciantes legalizados; nessas circunstâncias, desapareciam os reclames jornalísticos para concederem vez aos gritos expansivos dos vendedores anônimos...

Após a época áurea do entrudo nos meandros do tecido urbano belo-horizontino, período este que durou até meados dos anos 20, as lembranças e os esquecimentos permearam as representações do recente passado festivo da capital. Existiam os elegantes senhores e suas respectivas damas que sequer queriam se recordar das confusões que envolviam muita água e farinha, uma vez que os alvos preferidos de ataque eram justamente aqueles que mantinham uma posição social privilegiada; outras vezes, os desafetos de algum folião travesso que se tornavam as vítimas das esguichadas dos vários líquidos e excrementos, podendo haver nesses casos algum ‘trauma’ ou algo não muito agradável de ser lembrado. Por outro lado, o caráter brincalhão e entusiasta desse jogo interativo afluía entre os seus antigos participantes: encontros com os amigos, possibilidades de flertes e namoros, aproximações com os desconhecidos, divertidas gargalhadas... Enfim, múltiplas apropriações poderiam emergir a partir desses encontros descompromissados, os quais se revelavam como um rico objeto de reminiscências saudosistas nas crônicas carnavalescas. Eis o trecho de um diálogo presente nessas narrativas:

“– Carnaval foi o do nosso tempo de mocidade, hein, seu Zeca?
 - Qual D. Juan que não recebia de sua amada um completo entrudo em cada encontro, Maneco?
 - E os inesquecíveis limões de perfume... Que coisa adorável!”²⁵⁹.

²⁵⁸ Minas Gerais. Belo Horizonte, n.42, 25/02/1911, p.5.

²⁵⁹ O Gato Preto. Belo Horizonte, n. *tá bão, deixa*, p.6.

Se antes os jogos entrudescos recebiam os nada elogiosos adjetivos “bárbaro”, “ignóbil”, “rude” e “burlesco”, o fato de serem rememorados como práticas prazerosas – haja vista os contatos físicos se tornarem mais intensos, além de existirem as atrações sexuais de se molhar os corpos das mulheres ou homens desejados – apontam para uma multiplicidade de formas e significados presentes no cotidiano folião belo-horizontino. Por suscitar sentimentos ambíguos entre os habitantes da cidade, o entrudo permaneceu bastante polêmico até mesmo quando não mais imperava pelos espaços citadinos, revelando que as disputas simbólicas também se fizeram valer nos complexos campos das memórias coletivas e individuais.

Ademais, a polifonia de sentidos presente na coexistência entre os desfiles dos clubes carnavalescos e as múltiplas práticas dos sujeitos anônimos pode ser também percebida nas diversas referências às fantasias da época. As mesmas conferiam um toque heterogêneo aos transeuntes, sugerindo um trânsito dinâmico de trocas e influências entre a festa ‘moderna’ e os festejos ditos ‘anárquicos’: ou seja, por mais que houvesse a intenção inicial de se distinguir quais vestimentas e indumentárias pertenceriam aos extratos sociais mais elevados, tal divisão se revelava inócua e sem qualquer fundamentação. Isso devido ao fato de que tanto o carnaval planejado como aquele de caráter mais espontâneo influenciavam-se reciprocamente, apontando para tipos de apropriações que se manifestavam nas irreverentes formas de se trajar:

“Além da sociedade dos ‘Diabos de Luneta’, diversos grupos de mascarados percorriam as ruas, provocando a atenção do povo que se aglomerava em certas partes da rua da Bahia e avenida Liberdade. Pierrôs, Princesas, diabinhos e dominós cruzavam-se a todos os instantes nas ruas”²⁶⁰.

Concomitantemente a uma das mais antigas e luxuosas sociedades carnavalescas belo-horizontinas, o trecho faz referência ao impreciso termo “diversos grupos de mascarados”. Estes últimos abrem as prerrogativas de se conjecturar sobre a heterogeneidade dos atores históricos que compunham a atmosfera festiva da capital mineira. A convivência entre participantes tão

²⁶⁰ Diário de Minas. Belo Horizonte, n.37, 14/02/1899, p.1.

diferentes acabava remetendo a contextos sócio-culturais em que os conflitos, as aproximações, as mediações e os embates poderiam emergir a qualquer momento. Interessante sublinhar que esses mesmos sujeitos anônimos conseguiram percorrer os espaços públicos onde ocorriam os préstimos requintados, viabilizando ainda mais os processos de trocas simbólicas; nessa medida, as fantasias seriam importantes fragmentos de como as referidas aproximações aconteciam.

Ainda com relação ao excerto transcrito, interessa destacar que os trajés lúdicos foram apenas citados, não havendo as manifestações de quaisquer entusiasmos ou valorizações dos mesmos. As simples designações “pierrôs, princesas, diabinhos e dominós” podem remeter a uma concepção recalcada de que as fantasias pouco ornamentadas não eram dignas de cobertura por parte da imprensa. Apesar de quase não serem mencionadas e, muitas das vezes, depreciadas pelos formadores de opinião da época, pode-se aventar que as indumentárias mais simples rapidamente ‘caíram nos gostos’ dos carnavais mais luxuosos. Não por acaso os antes denominados ‘sujos’ passaram a ser vistos como símbolos da irreverência carnavalesca nos salões internos das sociedades: a famosa tríade conjugal constituída pelas figuras de pierrô, colombina e arlequim apropriou-se, por exemplo, tanto do teatro de revista de finais do século XIX como dos movimentos dinâmicos das culturas das ruas. Nesse sentido, os antigos críticos tiveram que reavaliar muitos dos seus conceitos, mas isso não significava que determinados valores permanecessem, condição esta que (re)criava a festa enquanto momento pleno de conflitos.

Ao analisar as potencialidades dos festejos carnavalescos enquanto expressão múltipla de significados, Maria Clementina Cunha alerta que essa temporalidade festiva pode ser percebida “como uma ocasião de multidão nas ruas, de explosões de violência e manifestação de conflitos em torno de normas e padrões de comportamento, de disputa pela legitimidade da presença de diferentes setores e grupos no interior da festa, em um tenso diálogo social”²⁶¹. Dessa forma,

²⁶¹ CUNHA, 2002:388.

perfilavam-se juntamente com as plurais formas de se vestir, diferentes maneiras de exteriorizar as concepções de mundo, viabilizando as emergências dos complexos processos construtivos das identidades individuais e coletivas. Em outras palavras, seriam justamente essas formas de conversações simbólicas as grandes responsáveis pelas práticas culturais negociadas, mediadas e sincréticas; tais movimentos de aproximações não deixavam de revelar a todo instante como as ambigüidades e os embates integravam os variados processos sócio-culturais²⁶².

Outro exemplo destacável desse amplo movimento de hibridismos consistia na presença inveterada do conhecido zé-pereira pelos espaços citadinos de Belo Horizonte. Personagem de tradição lusitana²⁶³, essa figura ímpar do carnaval recebeu um vasto repertório de críticas pela imprensa: os qualitativos “grosseiro”, “inconveniente”, “atordoador” e “ruidoso” conformavam uma espécie de imagem denegrida desde os primeiros anos das festividades belo-horizontinas. De imediato, algo que incomodava profundamente os críticos eram os sons oriundos dos bumbos e tambores carregados por esses anônimos homens sobre os seus respectivos ventres: isolados ou reunidos em pequeno número, os zé-pereiras conseguiam mobilizar muitos seguidores e simpatizantes, situação esta que atormentava ainda mais os planejadores de uma festa ordeira e sem maiores imprevisibilidades. Ao reunirem dezenas de pessoas pelas ruas e avenidas da capital mineira, os batuques inconfundíveis desses simpáticos senhores ganhavam ainda mais força; em contraposição, recebiam como comentários desqualitativos as menções de que faziam apenas ruídos excessivos sem qualquer musicalidade harmônica.

²⁶² Importantes autores teóricos aludem sobre a referida temática, alertando para os intrincados processos de fluidez cultural nas sociedades contemporâneas: Roger Chartier (1990) ao articular muito bem a já mencionada tríade conceitual *representação-apropriação-práticas culturais* e E. P. Thompson (1998) ao afirmar que a cultura não deixa de ser “uma arena de campos conflitivos”.

²⁶³ Mesma origem, aliás, do ‘temível entrudo’. O artigo “Vários Zés, um sobrenome: as muitas faces do senhor pereira no carnaval carioca da virada do século” atenta-se para importantes questões a respeito da dinamicidade desse personagem carnavalesco. Cf. CUNHA, 2002:371-417.

As referências pouco amigáveis aos alegres batuqueiros estendiam-se para além do período carnavalesco; em uma nota jornalística que abordava um ocasional tumulto no transporte coletivo, eis que esse personagem despontava como protagonista do incidente:

“Ontem, os passageiros de um bonde que seguia para a Floresta, tiveram o prazer de serem conduzidos dentro de um carro carnavalesco, pois o motoneiro armou um verdadeiro Zé Pereira com o tocar ritmo e ensurdecidor da campainha de aviso, para gáudio e folia da molecagem vagabunda da Praça da Estação e suas imediações.

Afinal, a pedido de algumas pessoas sérias, o condutor resolveu parar aquele barulho todo, quando já se ia na subida da Floresta
São sempre as mesmas belezas da C. V. U., onde tudo anda mal”²⁶⁴.

Em um primeiro momento despontava o caráter irônico do relato, haja vista que estava sendo questionada a qualidade dos serviços oferecidos pela antiga ‘Companhia de Viação Urbana – C. V. U.’: na visão do cronista, o episódio fora extremamente desagradável para “as pessoas sérias”, as quais solicitaram ao motoneiro que cumprisse seus afazeres conforme as regras formais de dirigibilidade. A analogia ao período do carnaval alinhava-se à perspectiva geral de conceber a festa como um momento de desequilíbrio, em que as pessoas perdiam a razão e o chamado ‘bom senso’: nessa medida, a comparação do motorista com o zé-pereira trazia, (in)conscientemente, o desejo de desvalidar esse personagem como representante das formas de brincar os folguedos belo-horizontinos. Novamente o estigma da ‘baderna’ permeava as pessoas de origem mais humilde, taxadas com grande preconceito a partir do topônimo “molecagem vagabunda”; além disso, a segregação espacial se fez muito evidente no excerto transcrito, uma vez que determinados lugares da capital – no caso, a Praça da Estação e seus arredores – acabaram sendo encarados como espécies de ‘territórios’ restritos a esse tipo de público. Ou seja, associava-se o chamado ‘baixo centro’ como local exclusivo de freqüentação dos zé-pereiras e seus amigos ‘desordeiros’. Por fim, há de se atentar para o registro do toque “ensurdecidor” da campainha do bonde, cuja ocorrência metominizava os costumeiros bumbos e tambores do personagem folião:

²⁶⁴ A Capital. Belo Horizonte, n. 53, 12/07/1913, p.1.

tal atitude pode ser interpretada como uma forma do anônimo condutor de bondes se expressar contra as ruins condições de trabalho ou, simplesmente, como maneira desse trabalhador exteriorizar algum sentimento individual, seja qual fosse o motivo. Longe de almejar em oferecer a justificativa exata para a atitude do motorneiro, interessa atentar para o fato de que o mesmo saíra de seu ilustre anonimato: assim como o zé-pereira marcava presença nas noites de carnaval, o motorista do bonde assumira essa condição de protagonista, nem que isso custasse alguns ‘inimigos’...

Ao percorrer os espaços públicos de Belo Horizonte anualmente, esse personagem folião passou a se tornar um grande sucesso carnavalesco. Apesar dos vários ataques que sofrera nos conteúdos dos jornais – isso sem relevar a dimensão da oralidade daquela época, a qual englobava muitas das chacotas e colocações preconceituosas – os zé-pereiras conseguiram ganhar sucessivos apoios entre os vários segmentos sociais. Tal mudança pode ser explicada pela necessidade dos antigos críticos em se ‘adaptarem’ diante do carisma desses singulares figurões: tendo em vista as grandes efervescências coletivas, cujas origens eram atribuídas aos ritmos contagiantes dos bumbos e tambores, seria até mesmo uma imprudência sempre atacar as peculiaridades do zé-pereira. Dessa forma, emergiam apropriações que começaram a eleger os pontos positivos do líder das passeatas informais, focalizando de sobremaneira a comicidade, o riso, a descontração e o espírito inventivo do senhor de origens humildes. Novamente a ambigüidade destacava-se como atributo nos dias carnavalescos, uma vez que os referidos elogios conviveram por longo tempo com os comentários denegridores.

Nesse sentido, não se torna algo relevante apontar com alguma precisão a data em que os zé-pereiras se transformaram em figuras bem-quistas por parte dos grupos desejosos do carnaval planejado. As situações alternavam-se constantemente, sugerindo estabelecimentos de fronteiras fluidas entre os tons elogiosos e as desqualificações; evidência clara desse movimento pode ser

visualizada através da publicação de um fragmento jornalístico, o qual era anterior ao episódio do motorneiro do bonde:

“É a chave de ouro do préstito carnavalesco!
Emblemas, utensílios, quinquilharias e mais objetos que simbolizam o folião!
Na época carnavalesca, é o Zé o primeiro a chamar a postos os legionários de Momo e é ele o primeiro a dar o sinal alegre, vibrante, ensurdecador da aproximação dos três dias gordos.
Não podia, portanto, ser esquecido o nosso caro Zé Pereira, e é por isso que vai ele figura, avante e triunfal, em um dos mais chique de quantos carros que ornamentam o préstito de hoje”²⁶⁵.

As palavras pomposas do *Club Matakins* não mediam adjetivos para destacar a importância do ambivalente personagem carnavalesco; por ser uma figura bastante estimada pelos anônimos foliões, as sociedades mais luxuosas da capital acabaram o incorporando nos seus concorridos desfiles. Aliás, as estratégias das associações clubísticas iniciavam-se antes mesmo da abertura oficial do carnaval: os zé-pereiras consistiam nos grandes responsáveis pelas angariações de recursos financeiros, na medida em que ao percorrerem as ruas belo-horizontinas, solicitavam aos diferentes cidadãos que contribuíssem com qualquer quantia. Interessante notar que as representações muitas vezes circunscritas às festividades ditas ‘impróprias’ ganhavam amplos trânsitos entre os outros círculos sociais, confirmando as características de fluidez dos processos culturais. Nessa medida, importa perceber que não obstante aos conflitos e tensões presentes durante o carnaval, muitas foram as aproximações realizadas entre os diferentes indivíduos e grupos sociais; proximidades estas que acabavam revelando que os adeptos dos festejos mais requintados não hesitavam em modificar, consideravelmente, suas convicções e opiniões conforme as circunstâncias... Que diga os ‘Matakins’, associação clubística esta que ornamentara um carro alegórico exclusivo ao alegre zé-pereira no carnaval de 1909. Aliás, várias outras sociedades carnavalescas belo-horizontinas incorporaram esse personagem singular nas estruturas de seus respectivos préstitos ao longo anos; não por acaso, os zé-pereiras tornaram-se espécies de

²⁶⁵ Matakins. Belo Horizonte, n. *número único... no gênero*, 21 a 23/02/1909, p.3.

‘abre-alas’ dos desfiles de ruas dos clubes, em uma clara tentativa de arrancarem aplausos da exigente platéia. Por outro lado, simbolizavam também as conquistas que os grupos mais excluídos sócio-economicamente implementaram nos carnavais de Belo Horizonte: afinal, que ‘zé do povo’ não se gabaria em anunciar a todos os participantes, através das batidas inconfundíveis dos bumbos, que a festa estava apenas começando?

Outras formas interessantes de se vislumbrar os intrincados diálogos culturais podem ser através das observações dos variados blocos, cordões e ranchos belo-horizontinos ao longo do período em estudo. Tais agrupamentos apresentavam características que tanto os aproximavam como os distinguiam; conforme algumas abordagens do carnaval carioca da virada dos séculos XIX-XX²⁶⁶, pode-se inferir que os cordões tinham origens africanas mais acentuadas, cujos cortejos englobavam grande número de mascarados anônimos – as fantasias variavam entre diabinhos, morcegos, índios, palhaços, príncipes, caboclos, dentre outros. As inspirações nos antigos cucumbis do Império²⁶⁷ tornaram-se por demais evidentes, sendo um dos pontos altos do cordão carnavalesco a sua respectiva musicalidade: as marchas, ditadas sob um ritmo lento e sincopado, eram animadas por instrumentos como adufes, reco-recos, cuícas e bumbos. Porém, as formas de violências se exteriorizavam através de brigas e desentendimentos, ocorrências estas que só contribuía para que a imprensa construísse uma imagem de desordem para esses grupos de carnaval²⁶⁸ – dentre as três tipologias citadas, talvez fossem as que gozassem das maiores autonomias individuais, haja vista que os seus integrantes não seguiam muitos protocolos formais.

Já os ranchos singularizavam-se pelas constantes utilizações estratégicas visando a conquistar maiores espaços físicos e simbólicos da cidade. A fonte principal de inspiração

²⁶⁶ Cf. CUNHA, 2001, PEREIRA, 1994, SANTOS, 2000 e SOIHET, 1998.

²⁶⁷ Personagens híbridos dos carnavais de finais do século XIX, cujas mesclas entre as heranças africanas e portuguesas evidenciavam o caráter devocional a Nossa Senhora do Rosário e a São Benedito; estes atores históricos incorporavam, ainda, fantasias e instrumentos de cordas e sopro (SANTOS, 2000:117).

²⁶⁸ Conforme bem observa Maria Clementina Pereira Cunha: “Não se trata de um surto de violência associado aos cordões, mas sim do aumento da atenção e do controle sobre eles – o que inclui não apenas os mecanismos policiais, mas também o olhar cada vez mais desconfiado das elites”. (CUNHA, 2001:191).

consistia nos ritos pastoris nordestinos, os quais apresentavam subdivisões dos corpos dramático, plástico-coreográfico e musical. Este último, no caso específico da adaptação carnavalesca, expressava-se através de cantigas lentas e compassadas, sendo composto até mesmo por bandas orquestradas. Os ranchos aproximavam-se bem mais dos perfis das sociedades clubísticas, promovendo constantes apropriações: nessa medida, concomitantemente às características de se voltarem para os aspectos descompromissados dos carnavais informais, tais agrupamentos não deixaram de almejar a busca de uma pretensa legitimidade perante a população citadina. Matrizes formadores das escolas de samba, os ranchos conquistaram, abertamente, muito reconhecimento e votos de confiança por parte de alguns setores da imprensa, poderes governamentais e dos clubes luxuosos. Quanto aos blocos carnavalescos, cumpre sublinhar que os mesmos se situavam entre as fronteiras definidoras dos cordões e ranchos: detentores de um espírito por demais cômico, não exigiam dos seus integrantes muita obediência aos regulamentos e normas. Porém, é mister reconhecer que havia um sentido geral de organização das suas próprias dinâmicas, nem que para isso recorressem às criativas improvisações cotidianas – por exemplo, as artimanhas dos blocos podem ser percebidas nas constantes trocas dos seus respectivos nomes, atitudes estas que dificultavam as ações fiscalizadoras da polícia.

Realizadas essas breves distinções, urge reforçar que os três tipos de agrupamentos aventados não se enquadravam em categorias estanques. Havia toda uma dinamicidade inerente aos seus contínuos processos de (re)construções, mesmo porque os foliões que integravam os blocos, ranchos e cordões caracterizavam-se pela heterogeneidade de origens e preferências. Nessa medida, as divisões estabelecidas por membros da sociedade da época, bem como pelas abordagens contemporâneas podem negligenciar as sutilezas das trocas que existiam entre esses múltiplos sujeitos. Deve-se, portanto, atentar que essas classificações são fluidas e permeáveis, ocorrendo casos em que os próprios participantes não se preocupavam em demarcar tais

segmentações. Nas palavras de Fábio Augusto Santos, essas formas de expressões carnavalescas “... estavam tão ligadas umas às outras que, muitas vezes, compartilhavam dos mesmos atributos e qualidades, ocorrendo a impossibilidade de separá-las entre si”²⁶⁹. Retornando às especificidades belo-horizontinas, interessa adiantar que os anônimos atores históricos também implementaram diversificados ritmos ao universo festivo; se até então eram imprevisíveis, essas outras formas de brincar o carnaval conseguiram oferecer novas cores aos palcos urbanos. Enfim, por mais que existissem diferenças entre os ranchos, cordões e blocos, não se pode ignorar que os mesmos se aproximavam reciprocamente.

Os relatos jornalísticos da capital mineira tendiam a apresentar os referidos grupos carnavalescos sem maiores distinções, principalmente se tratassem dos cordões e blocos, haja vista que os ranchos recebiam melhores tratamentos por parte da imprensa. Em discretas notas nos cantos das páginas impressas, extensas listas continham os nomes dos grupos que percorriam as ruas citadinas: “Blocos e cordões que prometem abrilhantar a festa este ano: A Saúde da Mulher, Bloco Mozart, Cordão Pró Izidoro, Vamos Ver Quem Pode Mais, Os Inocentes, Penetra, Tomara que Chova, Os Prontos e etc”²⁷⁰. A multiplicidade das nomenclaturas, as quais se utilizavam de um espírito despojado e criativo, por si só revelariam as inúmeras tendências existentes no tecido urbano; tornava-se, de fato, tarefa bastante difícil para os contemporâneos discernir a respeito de cada organização carnavalesca. Por outro lado, a estrutura em forma de citação seqüencial, sem maiores detalhes, explicitava uma intencionalidade de se ‘esconder’ esse tipo de carnaval qualificado como ‘sujo’; contudo, interessante perceber que as conquistas desses pequenos espaços na mídia impressa da época já denotavam para as forças mobilizadoras dos inúmeros foliões belo-horizontinos. Em outras palavras, as presenças desses anônimos atores eram tão significativas que essas evidências não poderiam deixar de serem registradas.

²⁶⁹ SANTOS, 2000:116.

²⁷⁰ Carrega! Belo Horizonte, n. *único*, 22/02/1925, p.2.

Interessante assinalar que as três tipologias de grupos em questão não se limitavam às trocas internas; muito pelo contrário, blocos, cordões e ranchos adotavam várias das formalidades dos luxuosos clubes, sugerindo um trânsito dinâmico entre as práticas consideradas ‘desejadas’ e ‘subversivas’. Ou seja, os modelos das sociedades carnavalescas acabaram se difundindo para os bairros mais distantes da capital planejada, sendo também recíproca as influências dos traços peculiares dos grupos menos prestigiados pela imprensa. Exemplos práticos dessa ‘via de mão dupla’ podem ser ancorados nas criações adaptadas dos estatutos regimentais, nas cobranças de mensalidades dos copos de sócios e nas realizações de bailes internos dos grupos da periferia; em contrapartida, há de se valorizar as influências que esses setores mais excluídos imprimiam nos gostos e predileções das fantasias, músicas e expressões festivas tidas como ‘civilizadas’. Em meio a esse contexto de trocas dinâmicas, Maria Clementina Cunha sumarizou a seguinte posição a respeito dos agrupamentos cariocas:

“Os cordões, e talvez outros tipos de associação recreativa existentes no período, parecem ter constituído espaços centrais de convivência e de criação de identidade para os trabalhadores pobres do Rio de Janeiro, destituídos de meios para freqüentar seletas confeitarias e salões. Traziam elementos que, a um só tempo, expressavam o desejo de ascensão e reconhecimento social (presentes, por exemplo, na simulação de luxo das sedes sociais ou nas práticas herdadas das Grandes Sociedades), de desforra contra as injustiças e discriminações sofridas na vida cotidiana ou de permanência das velhas brincadeiras e práticas culturais amadas pelos foliões”²⁷¹.

Em uma percepção bastante acurada, a autora deixa em aberto as possíveis explicações que esclareçam as escolhas estratégias empreendidas pelos adeptos dos carnavais mais humildes. Nessa medida, os sujeitos históricos subestimados pelas perspectivas tradicionais ganham vez e voz a partir do olhar crítico da pesquisadora, a qual antevê um aguçado senso de autonomia por parte desses foliões.

Transpondo tais fundamentos para as particularidades de Belo Horizonte, observam-se ações semelhantes advindas dos trabalhadores de baixa renda: para isso, o ‘Club Operário

²⁷¹ CUNHA, 2001:192.

Nacional' anunciava nas páginas de um jornal diário que “de ordem do senhor presidente científico aos senhores sócios que a sede do clube ficou definitivamente instalada na rua Tupinambás esquina de Guarani”²⁷². Esse fragmento do passado belo-horizontino aponta para interessantes indícios de como os grupos não-integrantes do ‘carnaval desejado’ fomentavam suas próprias identidades. Em primeiro lugar, o simples fato de se designarem como clube carnavalesco os diferenciavam dos ranchos, blocos e cordões; por outro lado, o adjetivo “operário” tinha a prerrogativa de reforçar suas respectivas origens, descartando qualquer herança que remetesse às camadas sociais mais abastadas. A busca pela legitimidade dessa agremiação carnavalesca junto à população da capital mineira pode ser percebida, em grande medida, através da confluência de uma série de tendências assim resumidas: aproximação com setores da imprensa, haja vista que a publicação em um impresso de ampla circulação serviu como maneira de ampliar o alcance da mensagem; conteúdo este que explicitava uma conquista significativa da agremiação, uma vez que o *Club Operário* construía sua sede própria no centro da cidade, mesmo que em uma região considerada menos nobre; exteriorização dos atributos de uma entidade organizada, já que o comunicado residia na interação do presidente com os respectivos sócios. Enfim, ao construírem suas próprias identidades – processos estes que envolviam um jogo incessante de trocas, apropriações, conflitos e resignificações com outros grupos – as sociedades carnavalescas menos luxuosas aprenderam a organizarem seus funcionamentos, povoando com muita alegria e entusiasmo os meandros dos espaços citadinos.

Porém, conforme já mencionado, as coberturas jornalísticas pouco se aprofundavam nos noticiários alusivos aos carnavais periféricos – tal postura, aliás, dificultou em muito a pesquisa histórica para a presente dissertação. Trechos sucintos e discretos se estreitavam nas páginas dos impressos; após uma extensa descrição dos préstitos das sociedades carnavalescas, o jornal *Minas*

²⁷² Jornal do Povo. Belo Horizonte, n.54, 01/02/1900, p.3.

Gerais limitava-se a registrar que: “Pelos quatro cantos da cidade movimentam-se os blocos, cordões, grupos, etc., procurando todos as mais interessantes surpresas para o maior brilho das festas de Momo”²⁷³. Mesmo sem desvendar maiores detalhes, a narrativa transpassava a idéia de que as festas não se realizavam apenas na região central belo-horizontina, tendo nos “quatro cantos da cidade” as várias possibilidades de apropriações dos chamados ‘dias gordos’. Nessa medida, o tratamento homogêneo conferido aos agrupamentos carnavalescos pelo referido fragmento jornalístico, apenas disfarçava a heterogeneidade das práticas culturais experienciada pelos variados indivíduos. Novamente, explicitavam-se os desejos latentes de representar uma festividade que transmitisse os ideários de harmonia e tranqüilidade, descartando as pluralidades dos conflitos entre os diferentes.

As maiores atenções por parte da imprensa despontavam somente quando os clubes mais luxuosos tinham que dividir os espaços do centro de Belo Horizonte com os ranchos, cordões, blocos e sociedades carnavalescas da periferia. Realmente, não se poderia ignorar essas conquistas tão significativas. Ocupar as ruas da cidade planejada simbolizava uma grande vitória para os grupos excluídos da contraditória ‘república’, ainda mais porque as suas respectivas presenças sequer figuravam nos planos iniciais da *urbes* mineira. Interessante perceber que uma das estratégias desses agrupamentos consistiam nas aproximações amistosas perante as sociedades clubísticas, situações estas vistas relativamente com bons olhos pelos poderes públicos e pela alta hierarquia social. Destacados dizeres como “Abre alas, gente, que lá vem o ‘Bloco é da Fuzarca!’”²⁷⁴ ou pedidos formais como “Verba para cordões: os senhores João Albino da Silva e Alcides Matos, organizadores de cordões carnavalescos necessitam de verba para esse fim”²⁷⁵ integravam as páginas dos jornais das associações momescas, explicitando tipos de acordos que se realizavam no próprio viver cotidiano da festa.

²⁷³ Minas Gerais. Belo Horizonte, n.35, 11/02/1926, p.4.

²⁷⁴ O Pirolito. Belo Horizonte, n.16, 16/02/1929, p.2.

²⁷⁵ Tenentes do Diabo. Belo Horizonte, n. *não há*, 11, 12 e 13/02/1923, p.2.

Entretanto, a tríade clássica dos ‘outros carnavais’²⁷⁶ estava longe de usufruir os mesmos direitos dos clubes carnavalescos mais requintados – a título de exemplo, citam-se os já mencionados apoios governamentais e privados para as construções das sedes sociais dos clubes *Matakins* e dos *Progressistas*. Em um tipo de proibição clara publicada nas letras do órgão oficial *Minas Gerais*, não era permitido: “estacionamento de cordões, blocos e ranchos nos passeios da avenida Afonso Pena e rua da Bahia”²⁷⁷. Mesmo havendo essa determinação proibitiva no tocante ao comportamento dos foliões, interessa registrar que os referidos grupos ganhavam cada vez mais espaços pelas ruas de Belo Horizonte nos finais da década de 20. Tal assertiva pode ser analisada sob o prisma analítico de Michel Foucault, haja vista que as proibições – sejam estas de quaisquer naturezas - muitas vezes não conseguiam os efeitos previamente esperados. Nesse sentido, o autor vislumbra o poder como algo fluido e dinâmico, suscetível às adaptações circunstanciais, ou seja, as práticas observadas podem se tornar bem diferentes daquilo que fora anteriormante estipulado. Nas palavras de Foucault, eis algumas das precauções metodológicas a serem relevadas:

“... não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; mas ter bem presente que o poder [...] não é algo que se possa dividir entre aqueles que não o possuem e lhe são submetidos. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede”²⁷⁸.

Verticalizando para o caso belo-horizontino, por mais que existissem as intencionalidades de se estipular um *locus* cidadão onde determinados grupos fossem excluídos, a dimensão do poder observada nos dias festivos deve ser compreendida como passível de adaptações. Alterações estas que eram ocasionadas pelas próprias atividades desses agrupamentos carnavalescos, maiores interessados pela vivência festiva nas ruas da capital mineira. Enfim, as pequenas conquistas que

²⁷⁶ No caso, seriam os blocos, cordões e ranchos carnavalescos.

²⁷⁷ Minas Gerais. Belo Horizonte, n.38, 14/02/1926, p.7.

²⁷⁸ FOUCAULT, 2002:183.

os blocos, ranchos e cordões empreenderam durante os dias de carnaval - por mais que fossem dificultadas pelos desníveis de poder entre os diferentes grupos envolvidos na dinâmica da festa - eram fortes indícios de que as relações sociais estavam permeadas de acordos, conflitos e mediações também nas esferas culturais do cotidiano da cidade.

Tendo em vista toda essa complexidade de elementos que compunham a atmosfera festiva belo-horizontina, importa reforçar algo já referendado na presente secção: os movimentos oscilantes entre os atos (in)voluntários de se lembrar e esquecer-se, adotando como exemplos as letras de dois historiadores-memorialistas representativos de Belo Horizonte. Abílio Barreto e Benvindo Lima acabaram sendo os nomes escolhidos, na medida em que fomentam espécies de ‘falas autorizadas’ sobre o passado citadino, ou seja, os mesmos se autoconstituem como sujeitos legitimados a abordar as vidas social, econômica e cultural da cidade; dentre uma infinidade de temas, os traços singulares dos carnavais tornaram-se objetos de apreciações por parte desses conhecedores da *urbes* modernizadora. Homens emblemáticos de uma época em que o (re)construir o passado era uma tarefa árdua e solitária, Benvindo e Barreto teceram narrativas carnavalescas compostas por opiniões e descrições pontuais, cujos conteúdos exteriorizavam olhares sobre os diferentes aspectos da festa, sem as exigências dos formalismos dos estudos historiográficos.

Os escritos ‘barretinos’ referentes às festividades momescas da capital mineira encontram-se em um tradicional livro publicado pelo autor²⁷⁹, bem como nas várias anotações manuscritas do estudioso. Estas últimas aglutinavam desde ensaios descompromissados com o título “Recordar é viver...”²⁸⁰, chegando até mesmo ao discurso oficial pronunciado quando da

²⁷⁹ BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva - história antiga e história média*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995. Havia a intenção do autor em completar essa obra com a parte da ‘história contemporânea’, porém a morte prematura do mesmo impossibilitou tal intento.

²⁸⁰ TEXTOS diversos sobre o carnaval em Belo Horizonte, s/d.

reabertura do *Club Matakins* em 1936: assinado por Abílio Barreto, esse fragmento do passado²⁸¹ comporta grandes potencialidades a serem exploradas, na medida em que emblemática uma espécie de visão global do processo festivo belo-horizontino. Resumidamente, o autor faz uso de um eixo cronológico a partir do qual estrutura aquilo que considera como ‘fatos principais’; porém, há de se sublinhar as intencionalidades presentes nesse documento, já que o texto fora lido no momento em que uma sociedade carnavalesca luxuosa reabria seus salões após período de grandes dificuldades. Na tentativa de valorizar a proeminência da organização clubística, Abílio se apressou em afirmar que “aceitei a incumbência e com íntimo prazer o fiz, pois falar dos Matakins daqueles tempos é falar do lindo e saudoso passado de Belo Horizonte”²⁸². Havia, portanto, uma nítida tendência de valorização dos clubes enquanto ícones marcantes da história do carnaval, qualificando os mesmos como símbolos referenciais do início da época áurea das festas de rua – sob essas circunstâncias, existiam esforços em estabelecer um nítido passado urbano já na década de 30, diferenciando-o do presente da época. Da mesma forma ocorrera com a publicação do livro de Benvindo Lima²⁸³, cujo terceiro capítulo também se centrara na busca de um relato sucinto e evolutivo, valorizando as associações luxuosas como uma das grandes responsáveis pela dinamização dos folguedos belo-horizontinos.

Entretanto, interessante perceber que o lado mais esquecido dos carnavais fora também rememorado pelos historiadores-memorialistas em questão. Nessas ocasiões específicas os relatos alternavam-se entre algumas perspectivas negativas, apresentando como contraponto as recordações saudosistas de determinadas brincadeiras momescas. Tais ambigüidades revelavam bem as características que permeavam o contexto histórico das primeiras décadas do século XX em Belo Horizonte: ao mesmo tempo em que os participantes do entrudo, os mascarados ‘sujos’ com as suas fantasias, os animados zé-pereiras e os criativos adeptos dos blocos, cordões e

²⁸¹ DISCURSO pronunciado no *Club Matakins* em Belo Horizonte, fevereiro de 2006.

²⁸² *Ibidem*.

²⁸³ LIMA, Benvindo. *Canteiro de saudades: pequena história contemporânea de Belo Horizonte (1910-1950)*.

ranchos eram desqualificados por diversos setores da sociedade, havia uma significativa tendência em valorizar essa multiplicidade de formas e cores festivas. Nessa medida, Abílio Barreto e Benvindo Lima desempenharam os papéis de autênticas metonímias desse todo polifônico: predominantemente, essas duas vozes vangloriaram os préstitos requintados dos clubes apoiados pelas camadas mais abastadas, porém não deixaram de lançar olhares para os outros carnavais – seja em uma perspectiva positiva ou denegridora. Enfim, os dois escritores eram homens de seus tempos.

Buscando retomar alguns dos sons e ecos captados pelas letras dos estudiosos em questão, uma das primeiras manifestações destacadas consistira no ‘temível entrudo’. Por adotarem um parâmetro evolutivo-cronológico, os jogos entrudescos emergiam como expressões primitivas pelas ruas da cidade. Segundo Benvindo: “O ponto alto da festa era jogar água nas pessoas por meio de bisnagas ou limões de cheiro com bolas de cera ou mesmo na base de latas d’água e de banhos em tanques. Era estúpido, mas muito divertido”²⁸⁴. Enquanto o trecho inicial se limitava a uma descrição comedida sobre as ações comuns do entrudo e de seus respectivos apetrechos, a segunda frase concentra a ambivalência do próprio autor: apesar de reconhecer os inconvenientes advindos dessa dinâmica, principalmente no sentido de desrespeito para com o próximo, o escritor não deixou de revelar uma considerável simpatia pelos jogos de molhadela. Abílio Barreto seguiu também um caminho mediador, na medida em que revelou os pontos contrários da dinâmica entrudescas, sem se esquecer de pincelar uma leve ironia: “Há quem condene esta brincadeira por brutal e contrária à saúde, muitos, porém, gostam dela e, como se sabe, gostos não se discutem. Nós apreciamos muito a molhadela... no corpo dos outros”²⁸⁵. Mesmo tentando explicitar uma relativa imparcialidade, Barreto acaba se portando como alguém que desejava o entrudo bem distante dos seus círculos de convivência; tal concepção acabou se materializando de maneira

²⁸⁴ Ibidem, p.17.

²⁸⁵ BARRETO, 1995:436.

explícita quando Abílio recapitulava os primeiros tempos das festividades belo-horizontinas: “Por isso o Carnaval de 1898 limitou-se a um bom número de mascarados avulsos [...] em meio dos gritos, das pilhérias, do jogo de ‘confetti’, serpentinas, de limões de cheiro e... água fria em quantidade, no famoso e perigoso entrudo pelas ruas”²⁸⁶. Não obstante à intencionalidade de transmitir a existência de certa animação nos folguedos da recente capital, predominava o caráter temeroso do autor diante da dinâmica ‘entrudisca’ – a qual transpassava a idéia de algo confuso, disforme e sem controle.

No que toca aos anônimos foliões, Barreto elencava costumeiramente os adjetivos de “espirituosos”, “bem-humorados”, “alegres” e “folgazões”. Em grande medida, confluía para o mesmo tipo de tratamento conferido pelos jornais da capital mineira: além de escrever de maneira freqüente para os impressos, o estudioso colecionava vários recortes das matérias jornalísticas, não sendo diferente nos dias de carnaval. Dessa forma, havia um tratamento abrangente quanto aos múltiplos sujeitos, cujas tendências residiam em vislumbrar poucos conflitos na atmosfera festiva belo-horizontina; conforme as palavras de Benvindo Lima, uma das alternativas ‘...era dançar o maxixe em volta dos coretos e as fantasias se constituíam em ‘pierrôs’, ‘colombinas’, ‘palhaços’ e outros disfarces mascarados que impunham a ingênua pergunta ‘você me conhece?’”²⁸⁷. A escolha do autor em mencionar rapidamente as vestes alegóricas – as quais, aliás, foram apropriadas pelos clubes mais luxuosos –, além da tentativa de assegurar que as máscaras não apresentavam qualquer tipo de perigo para os foliões, apenas reforçava as existências dos temores que uma festa imprevisível suscitava entre algumas parcelas da população cidadina. Nessa medida, importava identificar os personagens tidos como ‘sujos’ em uma ótica regeneradora, já que tal postura auxiliava na construção de um carnaval ordeiro e civilizado. O mesmo Benvindo Lima escrevera que: “E não podemos esquecer do famoso *Zé Pereira*,

²⁸⁶ TEXTOS diversos sobre o carnaval em Belo Horizonte, s/d.

²⁸⁷ LIMA, 1996:17.

apresentado pela turma do Bairro dos Funcionários e composto de trezentos rapazes estudantes, comandados pela batuta de nosso amigo Carvalho, o barbudinho”²⁸⁸. Devidamente identificado, o tocador de bumbos não apresentava qualquer empecilho para o transcorrer da festa; muito pelo contrário, a polidez das comemorações estava garantida, haja vista as origens familiares dos integrantes da passeata – moradores de um bairro tradicional da cidade, os quais estavam liderados por uma personalidade por demais conhecida nas camadas médias e altas da hierarquia. Diante disso, fica aqui uma pequena provocação ao memorialista: de quem, afinal, poderíamos nos esquecer? Dos outros zé-pereiras menos famosos? Ou de todos aqueles que incomodavam o ordenamento festivo?

Nas faces anônimas dos foliões, a polifonia de significados do carnaval:

Timidamente, a imprensa belo-horizontina registrava as presenças inusitadas dos diversos transeuntes que ocupavam os espaços públicos. Apesar do tom claramente desqualitativo, as folhas impressas não deixavam de apontar, por algumas vezes, para a multiplicidade de formas de se brincar o carnaval: máscaras avulsos, animados zé-pereiras, integrantes dos cordões, adeptos do entrudo e as bem-humoradas fantasias emergiam como pequenos fragmentos em um universo de muitas possibilidades. Segundo estimativas presentes nos jornais da época, as quais eram pautadas segundo os relatórios do Chefe da Polícia, a denominada “massa popular” atingia o número surpreendente de 5.000 pessoas já nos primeiros anos de vida da capital mineira. Tal concentração de foliões apresentou crescimentos das médias durante os períodos subseqüentes; cita-se, pois, um relato que testemunhara o carnaval de 1909: “Os *Matakins* desceram a rua da Bahia, onde, à espera da sua passagem, se estendia uma multidão de mais de 8 mil pessoas”²⁸⁹. Em menos de uma década transcorrida, os freqüentadores das ruas belo-horizontinas quase que duplicaram, evidenciando os sucessos dos eventos carnavalescos. Apesar do fragmento jornalístico afirmar

²⁸⁸ Ibidem, p.18.

²⁸⁹ Minas Gerais. Belo Horizonte, n.42, 22, 23, 24 e 25/02/1909, p.6.

que a aglomeração de pessoas esperava pela passagem dos carros alegóricos, pode-se inferir que para além dessa ansiosa expectativa coletiva, os anônimos foliões realizavam muitas outras brincadeiras enquanto os préstitos luxuosos não chegavam. Até mesmo no momento em que os clubes percorriam as ruas centrais de Belo Horizonte havia essa concomitância de ações, cujas formas de expressões alternavam-se entre os jogos de entrudo, as batalhas de confetes, as passeatas dos zé-pereiras, as troças dos mascarados, as irreverências dos simples participantes...

Em meio a essa atmosfera polifônica de entusiasmo, os cronistas simplesmente teciam comentários do tipo: “a pobreza de vestimenta deste máscara, a galhardia jocosa daquele dominó, o grotesco de um astrônomo incompreensível, a ingenuidade fantasiada de um urso e etc, etc...”²⁹⁰. Para além dos atributos negativos conferidos aos diversos foliões, cumpre problematizar a aguçada potencialidade que o topônimo “etc” comporta: ao mesmo tempo em que a referida expressão sumariza vários outros exemplos dos sujeitos carnavalescos, a utilização da mesma pode ser compreendida como um desejo subtendido de se esquecer essa outra face do carnaval da cidade moderna. Afinal, para que serviria vangloriar os adornos pouco requintados dos cidadãos comuns? O trecho transcrito atribui uma imagem de passividade a esses sujeitos históricos, muito na tentativa de silenciar as suas próprias vontades e convicções; ao tratarem tais atores sociais como meros coadjuvantes, as notas jornalísticas corroboravam com as recorrentes mensagens pedagógicas, cujos conteúdos defendiam que os folguedos ‘anárquicos’ deveriam ser substituídos somente pelos modelos de festas das luxuosas sociedades carnavalescas. Porém, tais tentativas mostraram-se ineficazes, na medida em que os carnavais de rua belo-horizontinos envolviam cada vez mais diferentes adeptos .

Tal faceta não deixava de ser percebida nem mesmo pelos órgãos dos poderes do Estado de Minas Gerais. Ao mencionarem a destacada heterogeneidade das festas nos dias de Momo, as

²⁹⁰ Diário de Minas. Belo Horizonte, n.38, 16/02/1899, p.1.

letras oficiais identificavam os seguintes grupos citadinos responsáveis pela galhofa: “burgueses e nobres, ricos e pobres, velhos e crianças, matronas e senhoritas”²⁹¹. A recorrência aos simples maniqueísmos indicam a construção de um tipo de carnaval, por parte da imprensa e dos poderes públicos, que comportava uma variedade significativa de sujeitos. Apesar dessa estratégia lingüística simplificar em demasia as práticas culturais belo-horizontinas, chegando até a apontar para uma espécie de ‘democracia festiva’ vivenciada pelos diferentes indivíduos e grupos sociais, não se pode ignorar que a passagem transcrita evidencia os traços polissêmicos dos folguedos de rua. Nessa medida, nada melhor do que vislumbrar criticamente os inúmeros conflitos e mediações fomentados pelos foliões da capital mineira, haja vista que as palavras utilizadas pelo jornal *Minas Gerais* procuravam conceder mais toques harmônicos à multidão do que realçar as diferenças internas latentes.

A simples presença de uma grande soma de pessoas nas ruas já era um bom motivo para que os temores surgissem nas páginas da imprensa de Belo Horizonte. As adjetivações ancoravam-se, muitas das vezes, em expressões pertencentes aos domínios ditos ‘incivilizados’: dessa forma, a multidão ganhava conotações hiperbólicas de ser algo ‘incontrolável’ e ‘animalesco’, desafiando as regras de comportamentos desejáveis da chamada *belle époque brasileira*²⁹². No caso belo-horizontino, as concentrações de transeuntes eram também mal vistas pelos luxuosos clubes de carnaval:

“Aquele mexe-mexe da rua da Bahia é um perigo!
É um perigo porque há uns sujeitos sem vergonha que se aproveitam da lufa-lufa para catucar as moças... Estas ficam ranzinzas e dão grito mas... quem catucou já virou alcanfor... É um dever de moralidade pública meter a peroba nesses catucadores”²⁹³.

²⁹¹ Minas Gerais. Belo Horizonte, n.55, 05/03/1905, p.3.

²⁹²O termo utilizado aglutina uma série de características que se fizeram presentes, pelo menos nos planos iniciais, em muitas cidades brasileiras nas viradas dos séculos XIX-XX. Apesar de terem como referências principais as grandes metrópoles européias, não se pode perder de vista as particularidades de cada processo histórico, sendo Belo Horizonte outro bom exemplo para se pensar as diversas apropriações existentes dos modelos europeus de civilização e progresso. Análises interessantes que podem ser citadas fora do eixo *Rio-São Paulo* foram bem analisadas em FERREIRA, 1998 e FOLLIS, 2004.

²⁹³Tenentes do Diabo. Belo Horizonte, n.sem número, 05, 06 e 07/03/1916, p.2.

Novamente, a rua da Bahia emergia como palco festivo onde as práticas dos foliões incomodavam bastante os idealizadores de uma festa ordeira e modelar. O alerta proferido logo na primeira frase da citação constatava que o movimento da multidão era bastante recorrente; o tom preocupante revelou-se de sobremaneira no curto período inicial, tendo na exclamação o atestado de que a mensagem deveria ser dirigida a todos os freqüentadores desse espaço público. Tal local agregava notáveis aspectos do cotidiano citadino da capital mineira: ponto de encontro dos casais e das rodas de amigos nos vários cafés e restaurantes; eixo que interligava diferentes bairros da cidade, tendo a prerrogativa de atravessar boa parte do centro; local onde os literatos e intelectuais discutiam idéias e vários tipos de posicionamentos; logradouro em que os muitos habitantes simplesmente desciam ou subiam a sua respectiva topografia irregular. Enfim, a rua da Bahia esteve muito presente no dia-a-dia dos belo-horizontinos, sendo também apropriada durante os festejos de carnaval; porém, o desenho estreito da rua acabava se constituindo em um grande problema, já que as aglutinações de pessoas tornavam-se consideravelmente intensas.

Ademais, as menções de que as senhoritas acabavam sendo constantemente abordadas pelos “sujeitos sem vergonha” evidenciam os jogos de sociabilidade tecidos pelos sexos opostos. E eram justamente essas formas de se flertarem uns aos outros as maiores objeções aos anônimos indivíduos, visto que tais congraçamentos poderiam remeter à falta de decoro público. De fato, nada mais constrangedor e inconveniente para as mulheres do que serem assediadas em meio aos movimentos da multidão; nessas circunstâncias, não havia nem a possibilidade de identificar quais os responsáveis pelos atos desrespeitosos, já que os mesmos poderiam se esconder logo após qualquer imprevisto. A questão do “mexe-mexe” também deve ser relevada, pois as grandes concentrações de público realmente mereciam muitas atenções por parte das autoridades públicas – interessante perceber essa permanência nos dias atuais, haja vista os programas de prevenções do Corpo de Bombeiros para os shows musicais, os jogos de futebol e os próprios carnavais

contemporâneos. Em suma, as existências de temores com as aglomerações festivas continham, de certa forma, uma ‘razão justa’, na medida em que apresentavam o caráter de prevenir qualquer pânico generalizado.

Por outro lado, nada justificava a reação proposta pela mensagem do texto transcrito, a qual imperava pelo castigo físico dos desrespeitadores das moças – no caso, metaforizada através da vulga expressão “meter a peroba”. Nessas circunstâncias, seria uma espécie de punição violenta à própria violência, alternando apenas os agentes e os lesados nesse tipo de relação. Dessa maneira, o diálogo cultural entre os diferentes acabaria se ausentando novamente, fato este agravado a partir da evocação da chamada “moralidade pública”. Ou seja, que critérios de atenuações de conflitos eram esses em que acabavam se reforçando certos dogmatismos morais? Ao invés de optarem por uma alternativa mediada – tendo como exemplo a funcionalidade da estrutura administrativa do Estado – os editores dos jornais conclamavam a extensão dos embates, antevendo a solução do problema dos “catucadores” de forma a privilegiarem a ‘justiça pelas próprias mãos’. Indiferentes aos apelos e às ameaças dos usos da violência, muitos dos belo-horizontinos não deixaram de ocupar os mesmos espaços antes destinados ao exclusivismo das elites, mesmo que esses louváveis esforços exigissem ‘subir e descer Bahia’ inúmeras vezes...

E não era somente esse famoso trecho boêmio belo-horizontino o lugar conquistado pelos anônimos atores históricos. Indubitavelmente, o centro da cidade consistia no espaço físico-simbólico mais disputado pelos carnavalescos: desde as associações mais requintadas, passando pelos bem comportados ranchos e blocos, chegando até os simples mascarados avulsos e seus companheiros de alegria dos cordões. Ruas como Caetés, Tamoios, Timbiras, Tupinambás, Guaicurus, Espírito Santo, São Paulo e Rio de Janeiro compunham, juntamente com a avenida Afonso Pena e rua da Bahia, o intrincado tecido urbano onde se experienciavam as práticas festivas. Para além de um mero ‘palco’ onde os três dias de folgedos transcorriam, a espacialidade da

capital mineira pode ser pensada enquanto *locus* testemunho dos inúmeros conflitos, acordos, tensões, ambigüidades e negociações articulados ao universo carnavalesco. Recapitulando as reflexões de Mônica Velloso acerca dos espaços urbanos cariocas, cumpre sumarizar que a rua pode ser percebida como uma espécie de representação-síntese da cidade: nessa medida, as vias públicas se apresentariam como pólos agregadores dos valores e interesses que envolvem os diferentes indivíduos e grupos sociais²⁹⁴. Tendo em vista tais possibilidades, as identidades individuais e coletivas emergiriam enquanto expressões plurais dessa vivência cidadina, na medida em que contemplavam um emaranhado de atitudes relacionais, ações dinâmicas e referenciais de mundo dos diferentes atores históricos. Especificadamente com relação à ocorrência do carnaval, a autora sinaliza que “o espaço é percebido, portanto, como objeto de uma batalha que se estabelece no dia-a-dia, reconceituando-se continuamente valores e práticas”²⁹⁵.

No caso particular de Belo Horizonte, interessa reiterar que as ruas centrais não foram planejadas para receberem eventos de sociabilidade; muito pelo contrário, privilegiavam-se os trânsitos de veículos, pessoas e mercadorias como uma das expressões da modernização cidadina. As denominadas ‘artérias de circulação’ apresentavam largura considerável, detalhe este que dificultava ainda mais a aglomeração de foliões. E é justamente no sentido de contrariar todos esses fundamentos técnicos que o carnaval despontava como manifestação cultural que (re)apropriava criativamente esses espaços: tomando de exemplo a tradicional ‘rua da Bahia’ – qualificada, conforme já elucidado, como a ‘Ouvidor belo-horizontina’ – nada mais entusiasmante do que vislumbrar no seu interior a aguda vivência humana nos dias de folia. Assim como no cotidiano comum, quando essa via pública era freqüentada pelos sujeitos devido às múltiplas motivações, as festas carnavalescas enredaram novas histórias a partir do traçado inconfundível da rua da Bahia. Disputando cada metro dos espaços citadinos com os pomposos carros alegóricos,

²⁹⁴ VELLOSO, 2004:44.

²⁹⁵ Ibidem, p.14.

os anônimos belo-horizontinos exteriorizavam em danças, cantos e sorrisos as suas respectivas identidades. Tal dinâmica já era suficientemente temerosa para que as camadas mais elevadas colocassem suas suspeitas de prontidão, muito no sentido de legitimarem somente as práticas ditas civilizadas. Adquirindo formas fluidas e se metaforseando a cada instante, os outros carnavais construíram muitas faces no tecido heterogêneo da cidade; nesse sentido, nem só de subir ordenadamente a ladeira íngreme da Bahia, através dos veículos ornamentados dos clubes, viviam os participantes das festividades momescas. Em meio às muitas (re)invenções dos atores sociais, estes últimos poderiam percorrer sem qualquer compromisso as ruas da capital seja correndo, brincando, pulando ou andando... As próprias flexões no gerúndio deixam em aberto as leituras plurais que concebem o passado carnavalesco como uma constante reconstrução; cabe, portanto, desnudar ainda mais essas máscaras!

Divagando acerca das dimensões do imprevisível, cujas peculiaridades amofinavam os planejadores dos folguedos belo-horizontinos, bem como alguns membros das camadas sociais mais privilegiadas, interessa valorizar os potenciais das máscaras carnavalescas. Caso sejam adotados como referências os contextos festivos, tais apetrechos mostram-se marcadamente mágicos; justamente por apresentarem essas características atreladas às suas constituições, os disfarces das faces possibilitavam inúmeros tipos de usos pelas ruas da cidade. Assim como nos espaços públicos, essas indumentárias eram bastante utilizadas nos bailes internos dos salões da capital mineira, sendo nesses tipos de ocasiões anotados os atributos de 'glamour' e 'luxo'. Em contrapartida, pode-se afirmar que predominava um temor generalizado entre alguns freqüentadores das festas - estendendo tal sentimento para os responsáveis pela segurança das festividades - haja vista que as identidades dos foliões acabavam se ocultando por detrás das máscaras. Dessa forma, abriam-se as prerrogativas para

as brincadeiras descompromissadas, além de pequenas ações qualificadas como ‘delitos circunstanciais’.

Antes de se adentrar novamente no universo festivo de Belo Horizonte, tornam-se oportunas algumas colocações a respeito desses objetos singulares. Segundo Jacques Heers, a máscara não deve ser compreendida como um disfarce meramente gratuito, uma vez que a mesma ultrapassa a simples função de assustar os outros; por isso, há de se descartá-la como um fragmento exótico, na medida em que a mesma se interliga às nossas próprias vidas²⁹⁶. Nesse sentido, os mascarados podem ser concebidos como ‘autênticos disfarçados’ que permeiam os variados cotidianos, sujeitos estes que se orientam para as desconstruções críticas das injustiças corriqueiras – por exemplo, citam-se as possibilidades das máscaras em satirizarem aqueles que abusam dos poderes políticos, responsáveis pelas negligências dos interesses da coletividade. A título de complementação, as palavras de Mikhail Bakhtin conformam uma leitura plural a respeito desse apetrecho mágico humano:

“A máscara traduz a alegria das alternâncias e das reencarnações, a alegre relatividade, a alegre negação da identidade e do sentido único, a negação da coincidência estúpida consigo mesmo, a máscara é a expressão das transferências, das metamorfoses, das violações das fronteiras naturais, da ridicularização, dos apelidos; a máscara encarna o princípio de jogo da vida, está baseada numa peculiar inter-relação da realidade e da imagem, característica das formas mais antigos dos ritos e espetáculos. O complexo simbolismo das máscaras é inesgotável. Basta lembrar que as manifestações como a paródia, a caricatura, a careta, as contorções e as ‘macaquices’ são derivadas da máscara. É na máscara que se revela com clareza a essência profunda do grotesco.”²⁹⁷.

Após a leitura do trecho transcrito, a primeira atitude que vem à tona é o desejo de relê-lo novamente, tamanha a riqueza de significados presentes nessa reflexão. A sucinta frase “o complexo simbolismo das máscaras é inesgotável” talvez sumarie com grandiloquência a exposição sempre contemporânea de Bakhtin; no mais, cumpre interpretar a referida passagem como um conteúdo a partir do qual são deixados em aberto os múltiplos processos

²⁹⁶ HEERS, 1987:22-3.

²⁹⁷ BAKHTIN, 1999:35.

inventivos da máscara humana, cujas particularidades se concatenam aos contextos históricos das diferentes temporalidades.

Tendo como referencial a capital mineira das primeiras décadas do século XX, interessante registrar que determinados indivíduos e grupos sociais não optaram pela valorização da máscara enquanto objeto polifônico de sentidos. Muito pelo contrário, alguns jornalistas, policiais, políticos e outros profissionais liberais restringiram, freqüentemente, as múltiplas apropriações apontadas por Mikhail Bakhtin a um simples escopo em que essas indumentárias eram vistas como expressões perigosas das camadas mais humildes. Devido a essa concepção um tanto precipitada - já que cada caso deveria ser analisado separadamente, sem que houvesse uma generalização preconceituosa estendida a todos os foliões - o Chefe de Polícia publicava notas oficiais do tipo: “Sobre os mascarados em geral, exercerá a polícia vigilância rigorosa a fim de evitar que o disfarce facilite a prática de atos reprováveis”²⁹⁸. O caráter intimidatório predominava nesses tipos de comunicados, sendo destacável a utilização do termo “mascarados em geral”; ou seja, não havia o cuidado em se desvincular os possíveis criminosos, os quais escondiam suas faces atrás das máscaras, daqueles que pretendiam simplesmente brincar os carnavais em meio à atmosfera da magia do desconhecido.

Diante da impossibilidade da onipresença do aparato policial nos vários espaços citadinos, além de ser inviável proibir reiteradamente os usos das fantasias mascaradas, os clubes carnavalescos tentavam estabelecer algumas condicionais. Nesses tipos de situações, os pretensos controles acabavam surtindo maiores efeitos sob os domínios das próprias sedes das associações; isso porque as entradas de sócios eram controladas, além dos lugares serem de menores extensões em relação às ruas públicas. O luxuoso *Club Belo Horizonte* explicitava que “as pessoas que se apresentarem fantasiadas deverão dar-se a conhecer a qualquer dos

²⁹⁸ Minas Gerais. Belo Horizonte, n.27, 31/01/1929, p.15.

membros da diretoria”²⁹⁹. Nota-se, portanto, que não eram apenas as máscaras os objetos de censura por parte dos organizadores festivos; o simples ato de se fantasiar já despertava um certo receio entre os membros da referida sociedade, os quais se mostraram excessivamente obsessivos pela busca da segurança nos bailes promovidos na eventualidade do carnaval. Já os tradicionais *Tenentes do Diabo* divulgaram, de maneira muito descontraída, o seguinte aviso: “Às gentis senhoritas da Capital, pedimos a fineza de durante os três dias consagrados a Momo, aparecerem sem fantasias. Isto é, ao rosto natural”³⁰⁰. O conteúdo da mensagem fora trabalhado de forma a valorizar, pelo menos em um momento inicial, o duplo sentido: pedia-se que as mulheres ficassem nuas nos dias de folia ou que simplesmente não trajassem as misteriosas máscaras? O editor do jornal, com um pretense tom de ‘ingenuidade’, apressou-se a esclarecer esse possível ‘mal entendido’, afirmando que as apresentações das moças deveriam ser “ao rosto natural”. Nessa medida, urge perceber que mesmo um tema polêmico e temeroso não deixava de assumir contornos lúdicos através das letras carnavalescas...

Escritos descontraídos adquiriam ainda mais visibilidade nos contos publicados nas folhas belo-horizontinas. De autorias anônimas, esses textos transitavam entre os domínios da ficção e da realidade: apesar de utilizarem os artifícios literários dos personagens fictícios - os quais poderiam estar sob providenciais pseudônimos ou realmente não existirem - as situações remontadas se apresentavam como perfeitamente plausíveis de terem acontecido. Em meio aos vários registros do passado belo-horizontino, eis o início de um texto publicado em 1922:

“Você me conhece?

Quem me fazia esta pergunta era um dominó todo preto orlado de arminho branco.

- Não, não sei quem és.

- Ora, continuou o mascarado, eu estou louco para encontrar-te a sós. Preciso falar-te. Amo-te. Por que foges de mim? Ingrato!”³⁰¹.

²⁹⁹ Minas Gerais. Belo Horizonte, n.48, 20/03/1908, p.7.

³⁰⁰ Tenentes do Diabo. Belo Horizonte, n. *sem número*, 14 e 15/02/1915, p.3.

³⁰¹ Carnaval. Belo Horizonte, n.1, 26/02/1922, p.12.

Em um primeiro momento, o enredo parece se alinhar a mais uma história de amor não correspondido, cujo pretendente aproveita-se da atmosfera carnavalesca para exteriorizar os seus íntimos sentimentos. O clima de suspense fora garantido justamente pela máscara do declarante, o qual trajava uma simples fantasia de dominó; ademais, percebem-se os cuidados do escritor em construir um tipo de narrativa com vários elementos da festa – desde a tradicional pergunta “você me conhece?”, além da descrição dos adornos do mascarado anônimo. Na seqüência do relato, o narrador tenta se convencer, de todas as formas, de que a pessoa que o interpelara era uma mulher; para isso, utiliza-se de sua fértil imaginação para desenhar a imagem da ‘donzela ideal’: corpo, braços, voz, cabelos e olhos foram os quesitos inventariados pelo simples transeunte. Não obstante às dúvidas que permaneciam quanto à identidade da pessoa, o homem abordado se apressou em fazer uma proposta: “Convidei o dominó para passearmos juntos de automóvel. Ele, ou melhor, ela amavelmente cedeu. Como eu era feliz!”³⁰². Nessas circunstâncias, a máscara transformou-se no grande eixo da trama, haja vista que a curiosidade do narrador fora tão incontrolável que o mesmo passou a oferecer dinheiro para que o anônimo despirse o ornamento da face. Após exaustivas negociações, o mascarado desejava receber 225\$00 (duzentos e vinte e cinco réis) em troca da revelação da identidade; mesmo permanecendo temeroso e bastante desconfiado, o narrador aceitou a proposta:

“Enfim, disposto a tudo, entreguei-lhe a quantia pedida.

E ela, tirando do bolso um papel, entregou-me.

Li:

Recebi do senhor Sezefredo Rangel a quantia de 225\$00 proveniente do aluguel. Fiquei atordoado e, olhando para o dominó, vi-o, fiel à promessa feita, levantar a máscara, deixando-me ver em toda sua hediondez, a cara da D. Eufrásia, a proprietária da pensão onde eu morava há oito meses que, fulminando com o olhar dizia:

- Só assim poderia encontrar-te para receber meu dinheiro, seu grande caloteiro!”³⁰³.

³⁰² Ibidem, p.12.

³⁰³ Ibidem, p.12.

A descoberta do nome de D. Eufrásia representou uma espécie de perda do encanto pelo fantasioso, uma vez que o encontro com a proprietária da pensão poderia ser metaforizado como uma ‘indigesta quarta-feira de cinzas’. O desfecho nada agradável ao inquilino devedor acabava invertendo a lógica unívoca de que os mascarados sempre causavam transtornos aos foliões. Nesse caso, a máscara pôde ser apropriada como uma excelente estratégia para solucionar problemas do cotidiano; tal sentido pragmático revela, em certa medida, que o ato de se fantasiar oferecia múltiplas possibilidades aos anônimos indivíduos.

Além disso, necessita-se reconhecer que as máscaras permeavam as fronteiras sutis entre os referenciais dos atos libertários e das ações desrespeitosas: por mais que fossem expressões da magia contagiante do carnaval, tais apetrechos abriam prerrogativas no sentido das pessoas ocultarem suas identidades e, por extensão, suas respectivas responsabilidades nos momentos das festas. Mesmo existindo fortes tendências em se desqualificar sem maiores critérios as ações dos mascarados anônimos – os quais vislumbravam nos dias festivos as oportunidades de conquistarem maiores espaços no que toca às reivindicações políticas e cotidianas -, a emergência de um poder governamental como instância reguladora pode ser vista como algo positivo nesses preâmbulos. Considerando os aparelhos do Estado enquanto instrumentos específicos de um sistema de poderes, o comentarista de Michel Foucault, Roberto Machado, transcreveu a seguinte passagem da obra ‘Vigiar e Punir’, tecendo logo após uma sucinta colocação:

“É preciso parar de sempre descrever os efeitos do poder em termos negativos: ele ‘exclui’, ele ‘reprime’, ele ‘recalca’, ele ‘censura’, ele ‘abstrai’, ele ‘mascara’, ele ‘esconde. De fato, o poder produz; ele produz real; produz domínios de objetos e rituais de verdade’. O poder possui uma eficácia produtiva, uma estratégia, uma positividade”³⁰⁴.

³⁰⁴ MACHADO, 2002:16.

Apesar da interpretação foucaultiana se voltar, nesse caso específico, para a questão da disciplinarização do corpo humano, pode-se estender tais palavras para os relacionamentos políticos em um sentido amplo, até mesmo porque Foucault não restringe os seus estudos a objetos muito delimitados. Nessa medida, a complexa dinâmica do poder não deve ser tratada como uma simples estrutura estática e imóvel; muito pelo contrário, urge privilegiar a mesma através da ótica relacional, uma vez que as práticas sociais são consideravelmente fluidas, inconstantes e processuais. A positividade do poder representaria espécies de acordos tácitos entre os inúmeros sujeitos, haja vista que os desejos humanos tendiam a emergir ainda mais vigorosos durante as festas carnavalescas; dessa forma, estariam garantidas formas mínimas de convivências, as quais seriam responsáveis pelos atos de se atenuar as possíveis vontades incontroláveis dos foliões.

Entretanto, seria um grande equívoco considerar a máquina estatal como sinônimo de poder; isso porque estariam sendo desconsideradas todas as outras formas de organizações das diferentes sociedades ao longo das temporalidades, além de se negligenciar os mecanismos de negociações entre os diferentes atores históricos. As chamadas ‘segundas-feiras gordas’ eram, por exemplo, os dias destinados às apresentações dos grupos da periferia que fossem aliados aos preceitos dos clubes carnavalescos; nessa medida, funcionavam como uma espécie de concessão aos foliões mais humildes, visto que os mesmos teriam o privilégio de percorrer os itinerários das suntuosas sociedades. Por outro lado, havia um sentido de conquista simbólica permeando esses tipos de relacionamentos: a visibilidade obtida nos meios de comunicação, a apreciação por parte da heterogênea platéia e a ocupação de um *locus* citadino antes exclusivo a alguns setores sociais podem ser citados como expressões autônomas dos múltiplos agrupamentos informais. Tendo em vista as redes de sociabilidades tecidas no cotidiano festivo belo-horizontino, destaca-se que as relações entre as esferas do poder eram fomentadas pelos próprios indivíduos; redimensiona-se,

pois, a simples dicotomia ‘dominante X dominado’, valorizando com isso as transitoriedades do viver coletivo, cujas características (re)avaliam as leituras processuais dos fenômenos históricos.

Não obstante à importância das intrincadas relações de poder - valorizando principalmente o caráter positivo das mesmas no meio social de Belo Horizonte - interessa reforçar mais uma vez que as tensões e os embates figuravam como protagonistas das festas carnavalescas na *urbes* modernizadora. Consideráveis disputas permeavam as tentativas de se criar uma imagem oficial para as festas na cidade. Eis o trecho de um fragmento jornalístico da época:

“Em todos os cantos da cidade samba-se hoje. Há bailes para todos os paladares. Para os quebrados, ou melhor, para os estudantes há os bailes familiares. Para os mediocrementemente arranjados, como funcionários e gente do comércio há os bailes das pensões. Para os ‘coronéis’ há no Rádio e, finalmente, para os da raça escura e cabelo carapinha os bailes do Cândido Passos, apelidados: das criadas”³⁰⁵.

Através da passagem transcrita, nota-se a tentativa deliberada em segmentar o caráter heterogêneo das formas de se brincar os folguedos de Momo. As seqüências das frases visam a conformar parâmetros rígidos às práticas culturais, desconsiderando os trânsitos dinâmicos existentes entre as mesmas; novamente, o tom desqualitativo emerge como estratégia principal, sinalizando para incompreensões e intolerâncias no que se refere à convivência da alteridade. Não obstante à veiculação de mensagens segregativas como a anteriormente citada, os ‘outros carnavais’ souberam despontar como fragmentos de uma festividade notadamente múltipla. Nessa medida, conforme Leonardo Pereira sumariza em seus estudos sobre as manifestações cariocas, “... muitos outros grupos faziam da festa um espaço para afirmar, com autonomia, suas próprias crenças e práticas”³⁰⁶; no caso da capital mineira, nem mesmo o anonimato dos foliões impediu a extrema riqueza das muitas formas de se celebrar o carnaval.

Por um carnaval politicamente engajado!

Calcados por um espírito crítico, muitos foram os sujeitos que imprimiram significados políticos, sociais e culturais ao viver urbano de Belo Horizonte: integrantes dos blocos, clubes,

³⁰⁵ Arlequim. Belo Horizonte, n.único, 22/02/1925, p.3.

³⁰⁶ PEREIRA, 1994:201.

ranchos e cordões carnavalescos, cronistas, literatos, boêmios, autônomos, estudantes e simples trabalhadores eram alguns dos atores históricos que compunham esse vasto tecido de cidadãos. Tal heterogeneidade de indivíduos apontava para as construções de múltiplas identidades, as quais veiculavam diferentes conteúdos quando das ocorrências festivas; dessa forma, os carnavais de rua apresentavam-se como momentos especiais em que algumas ‘leituras de mundo’ eram explicitadas pelos foliões, sejam as de caráter mais circunscrito ao cotidiano belo-horizontino, sejam aquelas que abordassem os temas em uma perspectiva geral. Interessante ressaltar que havia coexistências de interesses e posicionamentos em jogo, cujas características remetiam aos inevitáveis conflitos e tensões – por exemplo, uma mesma temática poderia ser enxergada a partir de vários pontos de vistas. Ademais, as ambigüidades acabaram ditando os comportamentos cambiantes dos referidos grupos: a postura das associações clubísticas de luxo consistia em algo bastante emblemático, haja vista que apesar de se aliarem aos poderes públicos e aos extratos mais elevados da sociedade, as mesmas não deixaram de criticar veementemente as administrações governamentais e os comportamentos da elite belo-horizontina.

As críticas sociais construídas pelos variados atores históricos encontravam nos três dias de festejos carnavalescos uma situação propícia para que veiculassem seus respectivos conteúdos. Estes últimos poderiam aglutinar diferentes assuntos tais como política, cotidiano, sociedade, economia e religião; diante das palavras-chaves elencadas, percebe-se que as festas continham uma dimensão marcadamente engajada em relação aos contextos nos quais estavam inseridas. Importa assinalar ainda as amplitudes das vozes adquiridas por essas mensagens, na medida em que as vivências dos sentimentos da ‘praça pública’, conforme elucidada Bakhtin, possibilitavam as emergências de interpretações questionadoras da realidade; segundo o autor, as festividades populares resumizavam muitos dos preceitos tidos como não oficiais, além de serem um direito de

“exterioridade” no “mundo da ordem”³⁰⁷. As referidas reflexões podem se articular de sobremaneira à conjuntura belo-horizontina do início do século XX, já que não obstante às dificuldades de se ocupar as ruas planejadas da capital mineira, as apropriações simbólicas foram por demais marcantes no sentido de valorizarem a sociabilidade festiva.

Nessa medida, os folguedos belo-horizontinos emblematizavam as várias vozes sociais da época, divulgando as mesmas através das alegorias carnavalescas: implícitas, declaradas, diretas ou indiretas, as mensagens revelavam, na maioria das vezes, uma boa dose de humor. Esses traços satíricos evidenciavam as autonomias dos sujeitos sociais, os quais, muitas das vezes, acabavam subestimados como capazes de tecerem suas próprias identidades pelos agrupamentos ditos ‘poderosos’ ou até mesmo por alguns estudos acadêmicos. Ao lançar luzes sobre as culturas populares no Rio de Janeiro, Mônica Velloso salienta para a importância de se perceber as “brechas da liberdade” engendradas pelos anônimos cidadãos; segundo a autora:

“É através dessas ‘microliberdades’ que os grupos – considerados subalternos – exercitam a sua criatividade e capacidade de dar respostas às injunções dos poderes. É nessa perspectiva que são enfatizados os movimentos táticos, através dos quais tais grupos, na atitude de aparente aceitação da ordem imposta, faziam deslocar – de forma imperceptível – as fronteiras da dominação”³⁰⁸.

Os carnavais de Belo Horizonte propiciaram também que os muitos participantes explicitassem suas indignações perante quaisquer injustiças cotidianas, corroborando com as visões azeitadas de que as festas eram momentos de acentuadas vivências políticas. Apesar de serem excluídos dos processos formais como as eleições, homens e mulheres mais humildes bradaram em cores vivas as suas participações enquanto cidadãos belo-horizontinos.

Importa perceber que muitas das críticas conseguiam materializar a oralidade oriunda das ruas da cidade, já que os carnavais se inspiravam no próprio cotidiano da capital mineira; longe de existir uma divisão rígida entre as culturas oral e escrita, sublinham-se as trocas incessantes que

³⁰⁷ BAKHTIN, 1999:132.

³⁰⁸ VELLOSO, 2004:27.

ocorriam nas instâncias da vida sócio-cultural da cidade. Tais intercâmbios potencializavam as emersões das falas dos sujeitos não incluídos nos padrões oficiais de participação política, valorizando as festas momescas enquanto expressões mais democráticas do que os outros períodos do ano. Rachel Soihet, ao mencionar a obra de E. P. Thompson, assinala que as estratégias desses indivíduos e grupos marginalizados ancoravam-se em “... seus anseios e necessidades, utilizando-se de formas alternativas de organização, vinculados ao campo da cultura – elemento de coesão e de construção da identidade desses segmentos – através da qual edificaram uma cidadania paralela”³⁰⁹. A relevância da citação para a presente análise consiste em possibilitar a interpretação de que as ações políticas não se restringem aos mecanismos formais. Nesse sentido, o carnaval belo-horizontino comportava uma dimensão social politicamente engajada, traduzindo através de seus múltiplos ritmos as diferentes opiniões advindas do viver cidadão.

Mesmo sem adentrar no terreno mágico das festas, Michel de Certeau já alertava para a capacidade do cotidiano humano em se (re)inventar de inúmeras maneiras; tendo em vista essas muitas possibilidades, deve-se ressaltar o notável destaque para as politizações das simples práticas empreendidas pelos cidadãos comuns³¹⁰. Mais uma vez os escritos de Rachel Soihet sobre o carnaval carioca são emblemáticos para que se vislumbre um cenário alternativo de análise: “... os populares, cantando e sambando, marcaram sua presença na cidade e garantiram sua participação. A força policial, o escárnio e as humilhações não foram suficientes para fazê-los desistir. Através de suas músicas, de sua irreverência, viveram plenamente a festa e construíram uma espécie de ‘cidadania cultural’”³¹¹. No caso específico da presente dissertação, pode-se aventar que as duas primeiras frases do trecho transcrito já foram de certa forma abordadas; resta,

³⁰⁹ SOIHET, 1998:49.

³¹⁰ CERTEAU, 1994:45.

³¹¹ SOIHET, 1998:181.

portanto, esmiuçar um pouco mais a respeito dos conteúdos das mensagens políticas dos carnavais da capital mineira.

Com relação aos posicionamentos críticos relativos ao cotidiano de Belo Horizonte, os problemas urbanos consistiam nos principais objetos aventados pelos foliões. Dificuldades infra-estruturais que permeavam o fornecimento de energia elétrica e as condições do transporte coletivo, além da insuficiência do abastecimento interno de alimentos eram falas recorrentes nos desfiles das associações e dos cordões carnavalescos. Por outro lado, existiam também severas críticas às formas pelas quais os habitantes vivenciavam os espaços da *urbes* belo-horizontina; segundo as opiniões veiculadas, havia um nítido descompasso entre as intencionalidades que visavam a conformação de uma cidade modernizadora e as práticas dos seus respectivos moradores, vistas ainda enquanto resquícios do interior. Nessa medida, o riso festivo despontava como arma lúdica através da qual os foliões poderiam rir de si mesmos, sugerindo uma aguçada autocrítica perante o contexto em que estavam inseridos. Diante da incapacidade de se recuperar de maneira direta a riqueza da oralidade das ruas, os fragmentos dos jornais apresentam-se, atualmente, como um dos principais indícios das participações dos anônimos atores históricos. Esses sujeitos sociais, inclusive, já reconheciam o ‘peso político’ dos impressos no cenário belo-horizontino das primeiras décadas do século XX, uma vez que procuravam seguir os procedimentos necessários para que conquistassem espaços na mídia impressa; nessa toada, as publicações carnavalescas conseguiam valorizar o espírito da galhofa tão comum nos dias festivos, materializando as falas das ruas sob as formas das letras satíricas.

Parte dos jornais que circulavam durante o carnaval utilizavam-se de uma linguagem aparentemente comprometida com a seriedade, a qual era municiada por um vocabulário rico e períodos muito bem estruturados. Tais estratégias fundamentavam-se na tentativa de se prender ao máximo a atenção do público leitor, além das mesmas se constituírem como astutas paródias aos

dizeres formais das folhas belo-horizontinas. Os escritos tinham um forte apelo coletivo, haja vista que abordavam temáticas cujos conteúdos envolviam de certa forma a grande maioria da população citadina: transportes, moradia, infra-estrutura urbana, acontecimentos políticos e episódios marcantes da cidade ocupavam as matérias jornalísticas. Estas últimas poderiam vir assinadas ou não pelos seus respectivos escritores, mesclavam costumeiramente ficção e realidade, além dos temas se alternarem entre aspectos mais específicos e outros de cunho geral: ou seja, assim como havia múltiplas formas de se brincar os dias festivos, existiram várias maneiras possíveis com vistas às construções de críticas ao cotidiano de Belo Horizonte. Ademais, para além das existências dessas amplas representações humorísticas do tecido urbano, interessa reforçar o potencial criativo das apropriações individuais e coletivas que emergiam quando da leitura dos jornais carnavalescos, cujos processos escapam até mesmo do alcance da presente pesquisa.

Bastante instigante consistiu uma matéria grafada sob o título pomposo de “Uma Sugestão Notável”, cuja publicação fora de responsabilidade do jornal autônomo “Vae Quebrá!” durante o carnaval de 1927. O texto, em formato de editorial, retomava a tradicional discussão acerca da capital mineira ser ou não uma *urbes* do progresso – como pequeno detalhe, urge sinalizar que já tinham passadas quase três décadas desde a sua respectiva fundação em 1897. O início da exposição compartilhava uma espécie de ‘senso comum’ muito valorizado pelas camadas mais abastadas e pelos setores médios: “A nossa capital é tida como uma das mais belas do mundo. O seu traçado admirável, a amenidade de seu clima, a pacatez da sua população, tornaram-na, justamente, admirada por todos que por aqui passam, a passeio ou a negócios...”³¹². Em um primeiro momento, a narrativa parecia ser mais uma entre as muitas colaborações no sentido de se criar uma imagem ideal de cidade; entretanto, a seqüência da leitura possibilita perceber que a

³¹² Vae Quebrá! Belo Horizonte, n. *único*, 27 e 28/02 e 01/03/1927, p.7.

intenção do conteúdo era justamente desconstruir esse imaginário idealizado, visto que a prática da vivência cotidiana apontava para outras características bem diferentes. A frase responsável por essa ‘mudança de rumos’ sintetizou-se na arguta constatação do jornal que: “Três coisas, porém, contribuem para que não seja melhor a impressão do nosso visitante”. Ou seja, a partir desse momento, a matéria carnavalesca passaria a utilizar o artifício de empreender um diagnóstico crítico da situação geral observada no tecido belo-horizontino.

Pois bem, as razões principais para a não-concretização da modernização citadina foram sumariamente elencadas da seguinte forma: “os bondes (sempre os bondes!), os buracos e o mato nas ruas da capital. Sobre os bondes, fazemos, à parte, umas considerações. Quanto aos buracos e ao mato nas ruas, lançamos aqui duas sugestões”. Interessante perceber que as adversidades sugeridas pelo impresso carnavalesco vinham muito no sentido de abarcarem as reclamações advindas de diversos grupos sociais, principalmente aqueles que não possuíam recursos próprios para ‘driblar’ esses problemas – por exemplo, os recorrentes contratemplos dos transportes coletivos não permaneciam como grandes incômodos para os indivíduos de maior poder aquisitivo, os quais investiam cada vez mais na compra de automóveis particulares. Além disso, as más condições de conservação das vias urbanas eram muito mais frequentes nas áreas periféricas do que na região central, apesar dessa última não estar isenta dos mesmos problemas. Dessa forma, interessa sublinhar que por mais que os responsáveis pelas mensagens publicadas nos jornais de Belo Horizonte pertencessem aos círculos de maiores condições financeiras, devem-se valorizar as pressões que os setores humildes realizavam no intuito de conquistarem espaços na mídia impressa. A partir desse movimento dinâmico, através do qual se envolviam as trocas de influências entre os diferentes atores históricos, as demandas populares ganhavam corpo e importantes canais de comunicações.

O texto opinativo em destaque apresentava como possíveis ‘soluções’ sagazes ironias; conforme a última passagem transcrita, havia a necessidade de expor comentários no que toca aos funcionamentos dos bondes e expor certas sugestões às problemáticas das ruas. Com relação ao transporte coletivo, a matéria jornalística reconhecia a imprudência generalizada por parte dos usuários, motoristas, cobradores e pedestres, cujos comportamentos desleixados pioravam a qualidade dos serviços oferecidos. Como medida sugerida pelo impresso, a Prefeitura Municipal deveria cobrar “apenas mais uma taxa” daqueles considerados imprudentes, uma vez que esse órgão público pouco onerava os habitantes ao longo do restante do ano – pretendia-se, porém, denunciar justamente o contrário, ou seja, o abuso dos impostos municipais e a interminável sucessão de problemas advindas dos bondes. Já a questão dos péssimos estados das ruas teria como alternativa um plano muito mais ‘mirabolante’: “A Prefeitura comprará, a bom preço, qualquer espécie de cobras apanhadas nas ruas. O povo, para ganhar uns cobre, dará uma batida em regra nas ruas da cidade, capturará todas as cobras que nelas habitam e, com a batida, matará o mato e, depois, irá à Prefeitura cobrar o preço das cobras”. A hipótese inusitada certamente arrancou muitos risos dos leitores, pois a proposta central consistia em satirizar a infra-estrutura belo-horizontina. Os referidos planos para as superações dos incômodos diários revelavam-se, nesse sentido, como possibilidades infundadas que pretendiam alertar aos cidadãos sobre os perigos dos mesmos em não protestarem; diante disso, nada mais criativo e provocante do que propor aos ‘ilustres governantes’ algo tão diferente como a criação de cobras pela cidade... Por fim, o tom de deboche finalizava a narrativa com a seguinte garantia: “Como vê o senhor prefeito, as nossas sugestões não são, de todo, más. Aproveite-as e conseguirá restaurar a formosura da nossa bela capital”. Interessante perceber que a própria qualificação da cidade modernizadora fora colocada sob uma ponta de chacota, já que o sentido de restauração da “formosura” citadina

somente viria após os mencionados planos risíveis se concretizassem - criar animais ofídios, caçá-los e depois os vender à Prefeitura, além do corte de mato pelos moradores .

As soluções nem um pouco convencionais propostas pelos foliões marcavam presenças em outros problemas urbanos de Belo Horizonte. Que o diga a ‘Companhia de Eletricidade’ da época, alvo também muito visado pelo espírito crítico carnavalesco; nas letras de um anônimo cidadão: “Devido aos contínuos acidentes da luz e dos bondes, resolveu a Empresa de Eletricidade adquirir uma grande quantidade de bois para tração dos veículos, e uma rebordosa de lamparinas para a iluminação”³¹³. Novamente, a adoção de uma alternativa inusitada afluía como uma árdua crítica aos obstáculos enfrentados pelos belo-horizontinos; a carência de energia elétrica atormentava tanto os moradores que somente uma brincadeira de carnaval – a qual tinha todo um ‘fundo de verdade’ – os faria rir diante dessa situação inconveniente e periclitante. Entretanto, há de se vislumbrar que esse mesmo riso festivo aglutinava um poder questionador extremamente aguçado, característica esta que fazia com que outras pessoas passassem também a reivindicar por melhores serviços urbanos. As batalhas em prol de uma maior democratização do atendimento aos usuários, bem como pelas melhorias nos fornecimentos de energia tornaram-se uma constante no cotidiano belo-horizontino³¹⁴, tendo nas ocorrências dos carnavais grandes oportunidades de serem mais divulgadas – principalmente a partir dos jornais carnavalescos e do murmurinho dos foliões.

A fim de acrescentar alguns comentários com relação às críticas ao sistema de transportes, interessante observar que os escritos jornalísticos se baseavam muito nas construções de pequenas estrofes com versos ritmados. Esse pequeno detalhe já evidencia como os jornais se nutriam das falas orais presentes nas ruas, afinal lá estavam presentes os inconfundíveis jogos de palavras, as

³¹³ O Progressista. Belo Horizonte, n.*sem número*, 02/02/1913, p.1.

³¹⁴ Em um artigo publicado no impresso *A Notícia*, datado de 12/01/1920, as seguintes palavras abrem o referido texto: “A companhia de Eletricidade de Belo Horizonte parece que não está satisfazendo aos surtos de seu progresso, como fora de desejar-se”. Nota-se, portanto, um grande abismo entre as expectativas criadas e aquilo que era vivenciado pela população, não obstante o transcurso de duas décadas desde a fundação da cidade.

expressões coloquiais e os próprios problemas tão vivenciados nos espaços da cidade belo-horizontina. Provavelmente repetidas inúmeras vezes pelos anônimos transeuntes, as frases curtas eram assim anotadas:

“Pára o bonde, segue o bonde,
Descarrilha, sai do trilho!
- Meu Deus, aonde vamos? Aonde?
Que formidável sarrilho!

Partiu-se agora a alavanca
O relógio engastalhou,
Além, o trilho de arranca
E um cabo se arrebitou!”³¹⁵.

Os versos conseguiam sumarizar uma série de adversidades enfrentadas pelos passageiros dos bondes, os quais se mostravam bastante apreensivos com os constantes defeitos dos carros que circulavam pelos trilhos. As interrogações “Meu Deus, aonde vamos? Aonde?” conotavam para um misto de revolta, indignação e incerteza diante de tantos contratempos advindos da má administração do transporte coletivo. Em várias outras oportunidades os bondes foram motivos de reclamações por parte dos seus usuários, os quais não poupavam críticas nem mesmo aos prefeitos municipais, chamados ironicamente de “perfeitos municipais”³¹⁶. Todas essas ações coletivas confluíam no sentido de viabilizarem novas pressões sobre os órgãos administradores – sejam públicos, como a Câmara e a Prefeitura, ou particulares, no caso a C. V. U. (Companhia de Viação Urbana) –, incentivando novas medidas que melhorassem o transporte público da capital. Em suma, vislumbram-se através desses simples versos consciências políticas significativas, as quais almejavam por resultados práticos nos próprios cotidianos dos cidadãos envolvidos.

Havia outras ocasiões em que as insatisfações generalizadas diante dos percalços do dia-a-dia ganhavam contornos mais incisivos, conforme as notas editoriais do já mencionado impresso ‘Vae Quebrá!’ expressavam:

“Vai quebrar! Sim povo amigo! Vai quebrar!

³¹⁵ O Progressista. Belo Horizonte, n. *sem número*, 02/02/1913, p.8.

³¹⁶ Dentre os muitos exemplos, cita-se: Revista Carnavalesca. Belo Horizonte, n.1, 19/02/1928, p.12.

Esquece-te as tuas preocupações, os teus cuidados, o teu alfaiate, o teu turco das prestações...
 Esquece-te dos buracos e do mato das ruas da capital, dos bondes que te trazem em permanente martírio, do agiota que te suga quase todo o parco ordenado...
 Esquece-te do candidato que há pouco elegeste, pois ele não mais se lembrará de ti, a não ser quando da futura legislatura...
 Esquece-te das pulgas dos nossos cinemas, dos desastres da Central e de tudo mais que constitui o ramerão da vida...
 Esquece-te de tudo isso, povo amigo, porque tudo isso ‘Vae Quebrá!’³¹⁷.

Apesar das repetições iniciais das frases conclamarem pelo esquecimento dos problemas do cotidiano, as referências às várias adversidades acabavam trazendo à tona os infortúnios presentes no contexto urbano belo-horizontino. Qualquer leitor muito provavelmente se identificaria com as diversas situações a serem ‘esquecidas’, recordando-se das dificuldades enfrentadas em outras temporalidades; nesse sentido, a expressão “vai quebrar” fomentava um tipo de postura que exigia acima de tudo atitude. Atitude esta que poderia remeter aos versos satíricos, às fantasias inusitadas, às brincadeiras indecorosas... Enfim, por mais que a alegria do carnaval se destoasse da sobriedade do restante do ano, nada melhor do que externalizar essas amarguras sob as formas lúdicas do riso. As palavras de Rachel Soihet novamente trazem luz à presente análise, (re)configurando os papéis desempenhados pelos anônimos foliões, sejam estes zé-pereiras, integrantes dos cordões ou simples transeuntes: “Valendo-se de metáforas, explorando sua criatividade, tendo o riso como arma, procuraram reagir às diversas formas de opressão que sobre eles incidiam [...] desempenhavam um papel ativo e essencial na criação de sua própria história”³¹⁸. E são justamente os meandros dessa história os principais indícios de que esses atores sociais souberam imprimir novos significados políticos em um cotidiano excludente. Mesmo que não estivessem formalmente incluídos nos padrões estipulados pelas camadas mais abastadas, os foliões belo-horizontinos conseguiram lutar por seus respectivos direitos.

³¹⁷ Vae Quebrá! Belo Horizonte, n. único, 27 e 28/02 e 01/03/1927, p.1.

³¹⁸ SOIHET, 1998:16.

Em consonância com as séries de críticas que emergiam no universo carnavalesco, as personalidades públicas da cidade tornavam-se temas de muitos ataques denegridores, sejam estes fomentados individualmente ou no interior de um determinado grupo – nesse último caso, as rivalidades políticas entre os partidos ditavam, muitas das vezes, as tônicas dos discursos de acusações. Porém, predominava uma espécie de tratamento generalizado aos políticos da época, cujas características apresentavam aspectos prós e contra: se por um lado, havia os perigos de toda generalização, ou seja, enquadrar os políticos em estereótipos pré-determinados, em contrapartida existiam as possibilidades de se manter, permanentemente, os olhares críticos perante essas figuras públicas. Nem mesmo os membros eclesiásticos eram poupados pelos participantes das festas, ainda mais porque o carnaval representava, para muitos, a despedida dos dias de pecado, sendo a quaresma a antítese da alegria momesca. Nessas circunstâncias, os religiosos acabavam vistos como ‘inimigos’ dos foliões, uma vez que representavam o poder sacro com vistas a banirem a alegria, os excessos e as vivências carnavalescas. Em um relato fictício com tom marcadamente humorístico, eis a construção de um diálogo sugestivo:

“Um padre, muito inteligente e de resposta sempre pronta, foi chamado para confessar um ricoço moribundo.
O ricoço mal o viu perguntou logo: - Se eu deixar uns mil contos à igreja, vou para o céu?
- Não tenho certeza, mas sempre é bom experimentar”³¹⁹.

O tradicional sacramento da ‘unção dos enfermos’ acabou sendo explorado de forma a demonstrar as fraquezas ‘terrenas’ de uma instituição que até hoje se afirma isenta de interesses mundanos. Ademais, percebe-se a revelação da face corrupta dos sacerdotes, os quais poderiam usufruir as contribuições dos católicos - ou adeptos de ‘última hora’, como o homem rico já no leito de morte - para interesses próprios ou da igreja, na medida em que os mesmos não hesitavam em “experimental” qualquer negócio, nem que para isso fosse necessário vender uma ‘vaga no céu’...

³¹⁹ Gato Preto. Belo Horizonte, n. *tá bão, deixa*, 10, 11 e 12/02/1929.

Além do potencial de criticarem os diversos aspectos do cotidiano, viabilizando com isso as emergências de possíveis mudanças, os posicionamentos políticos dos foliões apresentavam uma autonomia própria. Isso porque a ausência de iniciativa consistia em algo condenável pelos grupos de carnaval, visto que os imobilismos sugeriam uma espécie de aceitação deliberada da realidade. Ao invés de ficarem simplesmente aguardando as autoridades públicas, como se revivessem a todo instante as eternas lamentações, os integrantes dos blocos, cordões, ranchos e sociedades carnavalescas se organizaram de forma a conseguirem melhores condições para aproveitarem os momentos festivos e, de maneira extensiva, as suas próprias vidas. As demandas dos participantes envolviam desde interesses pessoais, passando por aqueles de cunho coletivo, confluindo também para os aspectos identitários dos diferentes grupos. Enfim, havia uma intrincada rede de motivações que poderiam incentivar os indivíduos a extrapolar os papéis de coadjuvantes, assumindo, com isso, posturas marcadamente cidadãs que ultrapassavam os domínios das festividades.

Dentre as muitas possibilidades de atitudes a serem implementadas, as ações comunitárias ganhavam ampla repercussão entre os contemporâneos da época. A caridade despontava como grande trunfo de ajuda ao próximo, cuja visibilidade ampliava ainda mais em uma sociedade que se denominava cristã. Indiferentes aos apelos religiosos, muitos foliões demonstraram um espírito pragmático para as soluções de problemas emergenciais. Para além das mensagens providas de conteúdos sociais, culturais e políticos, os agrupamentos carnavalescos organizavam-se com vistas a arrecadarem fundos para os necessitados durante a maior parte do ano: vítimas das enchentes, doentes nos hospitais e menores carentes eram alguns dos assistidos pelos foliões. Interessante sublinhar que os grupos de origens humildes conseguiram as maiores mobilizações coletivas, justificadas talvez pela convivência mais próxima com esses tipos de problemas. Dessa forma, a solidariedade deixava de ser um sentimento compartilhado somente na festa para se fazer

presente no dia-a-dia da cidade: isso seria mais um indício de que a (re)invenção do cotidiano também se verificava através de pequenas ações que, assim como os dias festivos, procuravam conceder mais luzes e brilhos às vidas belo-horizontinas.

Havia ocasiões em que a compreensão para com o outro afluía de maneira nítida; contrariando as tendências recorrentes de que os carnavalescos se interessavam apenas pelas suas individualidades - quando muito defendiam somente os interesses dos agrupamentos aos quais pertenciam -, cumpre destacar as atitudes solidárias empreendidas pelo *Club dos Progressistas*.

Em uma pequena nota publicada no jornal *Minas Gerais*, os sócios argumentavam que:

“Como este ano está infelizmente cheio de tristezas e luto para o Brasil, bom seria que o dinheiro a gastar-se com festejos carnavalescos nesta Capital fosse empregado em auxílio das vítimas do *Arquibadan*, das enchentes em Juiz de Fora, Januária e outros lugares mineiros.

O sentimento nacional é, ou, pelo menos, deve ser uno, e não é correto que folguemos quando famílias inteiras, lugares inteiros estão sofrendo horrores e estragos provenientes dos contratemplos da natureza”³²⁰.

Diferentemente das costumeiras críticas que denunciavam os poucos recursos destinados aos eventos festivos, tendo na já mencionada expressão ‘falta de arame’ a linguagem metafórica dos diferentes grupos, a proposta dessa associação clubística belo-horizontina residia na concessão espontânea das verbas auferidas para o carnaval de 1908. Nessa medida, havia um sentido de compartilhamento das dificuldades enfrentadas pelos desabrigados das chuvas, nem que para isso fosse necessário cancelar a realização da festa. Até mesmo o “sentimento nacional” fora evocado com o objetivo de sensibilizar o público leitor, estratégia esta que acabaria incentivando maiores doações e trabalhos voluntários para auxiliarem as cidades atingidas pelas forças das águas.

Ainda com relação ao último trecho transcrito, interessa antever que os relacionamentos cotidianos dos grupos carnavalescos não se circunscreviam aos limites de Belo Horizonte. Esses tipos de posturas globalizadoras repercutiam também nas esferas opinativas, viabilizando leituras críticas que se aplicavam nos cenários nacionais. Em outras palavras, as atitudes de se questionar

³²⁰ Minas Gerais. Belo Horizonte, n.51, 28/02/1908, p.3.

a ordem vigente ultrapassavam as especificidades belo-horizontinas, adquirindo contornos plurais que permeavam contextos históricos mais amplos. O desemprego fora um revés muito comentado no período da Primeira Guerra Mundial, cujos efeitos repercutiram negativamente na economia brasileira. Por ser na época um país de características mais agrárias, os incipientes centros urbanos brasileiros sentiram bastante as conseqüências do conflito armado, já que os investimentos nas atividades citadinas diminuíram de maneira visível. Os versos curtos e rimados confirmavam esse quadro adverso:

“A coisa não anda boa
A crise tá feia e forte:
Muita gente anda à toa
Nos Brasis de sul a norte”³²¹.

A constatação da falta de emprego no âmbito nacional revela um senso de discernimento a respeito de uma problemática que se disseminava em vários lugares do país; grande parte dessas informações eram obtidas no noticiário da época, cujas seções se dedicavam mais a assuntos locais, mas não deixavam de abordar os panoramas do Brasil e do restante do mundo. Nesse sentido, as falas carnavalescas desempenhavam um papel ímpar nos processos de apropriações dos conteúdos das notícias, uma vez que (re)significavam a todo momento os escritos publicados na imprensa belo-horizontina. Em determinadas circunstâncias as atitudes partiam das iniciativas individuais, como no solitário protesto de um folião anônimo que resolvera se manifestar contra os altos impostos nacionais que eram aplicados nas vendas de bananas, tomates e outros hortifrutigranjeiros; segundo o relato de um jornal diário, as palavras bem humoradas proferidas pelo transeunte concediam-lhe uma grata simpatia entre a platéia³²².

As músicas improvisadas também compuseram esse fluido mosaico de reivindicações sociais e políticas. Entoadas pela multidão nas ruas de Belo Horizonte, tais melodias priorizavam

³²¹ Tenentes do Diabo. Belo Horizonte, n. *sem número*, 14 e 15/02/1915, p.2.

³²² Diário de Minas. Belo Horizonte, n.37, 14/02/1899, p.1.

o caráter descontraído e informal dos espaços públicos; não por acaso que o tom coloquial por vezes excedia as regras gramaticais, concedendo um caráter caricatural às letras musicais:

“Tá tudo caro,
O povo véve muito pobre,
Pois ninguém pissue os cobre,
Nada pode se comprá!
Tomara a gente
Matá a fome da famia...
Mas, porém, nestes três dias
Tem que havê o Carnavá”³²³.

A autoria da composição “Crise e Folia” fora atribuída ao pseudônimo “Zé Tinguera”, existindo ainda mais cinco estrofes nos mesmos moldes da transcrita. Interessante perceber que o referido desvio da norma culta poderia sugerir uma transgressão à ordem vigente, haja vista que a não-utilização do português padrão já seria um afronto aos cronistas e literatos da época. Com relação à temática abordada, nota-se que a ausência de dinamicidade econômica permeia o panorama descrito, cujo círculo vicioso acarretava em transtornos cada vez maiores para a população humilde. Sob tais circunstâncias, a simples subsistência mostrava-se como um objetivo difícil de ser alcançado; entretanto, o carnaval despontava como uma ‘condição necessária’, muito no sentido de questionar todas as adversidades elencadas – pobreza generalizada, pouco comércio e subnutrição familiar. A seqüência da música demonstrava as privações sofridas pelas camadas de baixo poder aquisitivo:

“Tanta pobreza
Não consente que o povinho
Coma carne, beba vinho,
Vista roupa de janota.
Tá tudo magro,
Sem barriga, mar vestido,
De nariz muito comprido
E a alibera não tem nota”³²⁴.

Concomitantemente ao reconhecimento de que a falta de recursos inibia as vontades dos pobres, havia uma sutil referência que visava a desconstruir os comportamentos hipócritas das camadas

³²³ Matakins. Belo Horizonte, n. *único no gênero*, 02/02/1919, p.7.

³²⁴ *Ibidem*, p.7.

mais elevadas: enquanto os mesmos bebiam os melhores vinhos, comiam boas refeições e se vestiam com trajes elegantes, a grande parte da população ficava à margem da linha da miséria. Em suma, as letras carnavalescas denunciavam a agressiva desigualdade social que insistia em permanecer no contexto brasileiro das primeiras décadas do século XX, período este denominado vulgarmente de ‘República Velha’.

Ao recuperar esses fragmentos do passado belo-horizontino, parecem quase inevitáveis as semelhanças com a temporalidade presente: desemprego, alta nos preços, elevado custo de vida, pobreza dos grupos marginalizados e variados tipos de corrupções ainda povoam as nuances das peculiaridades brasileiras. Longe de se estabelecer um sentido evolutivo para esses dois contextos históricos - mesmo porque a história comporta uma multiplicidade de ritmos, movimentos, permanências, mudanças e outras infundáveis variantes do tempo - interessa problematizar que o presente se apropria do passado em inúmeras situações, assim como o próprio passado pode ser capaz de influenciar alguns traços contemporâneos. Nessa medida, ao lermos nos dias atuais os seguintes planos de um fictício deputado da década de 20, certamente algo familiar soaria:

“Se me apresentasse candidato e fosse eleito, o meu programa seria este: tomar posse, imediatamente, da minha cadeira, arranjar um empréstimo, a fim de construir, no Rio de Janeiro, um palacete, condigno ao meu alto cargo; receber, religiosamente no último dia de cada mês, os seis pacotes de subsídio; dar entrevistas aos jornais amigos sobre a esplêndida situação do país, [...] sem me esquecer de arranjar mais um ‘impostozinho’ sobre o povo, que, generoso e bom está sempre pronto para contribuir para o progresso da sua pátria e dos seus dignos representantes. Se houvesse ensejo, cavaria, também, um ‘aumentozinho’ no subsídio...”³²⁵.

Obviamente, a narrativa revela-se muito mais ‘escrachada’ do que qualquer discurso político, até mesmo porque a intenção inicial era denegrir qualquer tipo de ética que existisse por parte do anônimo deputado. Enriquecimento ilícito, defesa de interesses pessoais, manutenção de privilégios exacerbados, aproximações sugestivas com setores da mídia, atitudes que oneravam os orçamentos dos simples contribuintes... Esses e outros atributos ainda figuram nos ‘currículos

³²⁵Vae Quebrá! Belo Horizonte, n. único, 27 e 28/02 e 01/03/1927, p.8.

singulares' dos deputados, vereadores e senadores que elegemos sucessivamente nas eleições, corroborando para o agravamento das constantes crises políticas, econômicas e sociais do nosso país. E quem seria o grande responsável por tudo isso? Muito cômodo seria atribuir todas essas heranças a um único governante, principalmente se o mesmo for um presidente da República de origens operárias... Dessa forma, urge assumirmos toda a nossa parcela de responsabilidade, a qual não deveria se restringir a um mero voto nas modernas urnas eletrônicas; acompanhar os trabalhos dos poderes legislativo, judiciário e executivo seria um dos primeiros passos nesse sentido. Porém, deveríamos ter sempre a consciência de que as nossas pequenas ações locais podem ser decisivas para que melhoremos o contexto global. Que nós sejamos dignos o suficiente para exercermos nossos papéis de cidadãos políticos!

O caráter ensaístico que adquiriu o presente capítulo nos últimos parágrafos talvez revele um compromisso pessoal de tratar a história como um conhecimento politicamente engajado. Sim, acredito muito nessa possibilidade e, na maioria das vezes, procuro mantê-la como objetivo primordial nas minhas atitudes e nos meus escritos. Ao lançar olhares para o carnaval de rua em Belo Horizonte nas primeiras décadas do século XX - um tema aparentemente sem relevância e, ao mesmo tempo, despolitizado para muitas pessoas - almejei abordar uma pequena parte da riqueza de significados das festas carnavalescas, atentando-se para alguns dos muitos aspectos cotidianos, políticos, sociais e culturais que permeavam as relações conflitivas e mediadoras entre os diferentes indivíduos e grupos sociais. Isso porque seria uma tarefa impraticável captar todos detalhes e sutilezas dos folguedos belo-horizontinos, seja pelas minhas próprias limitações, seja pelas características do fazer historiográfico. Com relação a este último, Regina Horta Duarte ressalva que a racionalização de qualquer objeto de estudo não consegue abarcar a totalidade dos seus respectivos aspectos. Nas palavras da autora:

“O recurso ao contexto traz o perigo de o historiador desprezar uma valiosa lição da história e da vida: a impossibilidade da razão abarcar tudo, da explicação

exaustiva e completa. Há o novo, o inexplicável a nos surpreender. Se o historiador lida com a vida, lida também com o desejo. E esse pulsar não pode ser limitado às amarras da razão”³²⁶.

No caso específico da festa carnavalesca, o caráter imprevisível parece despontar com uma vivacidade ainda maior. Como explicar os espíritos alegres e ao mesmo tempo fugazes nesses dias de folia? De que formas são engendrados os sentimentos mágicos dos folguedos de rua? Antes de querer responder a esses tipos de indagações, talvez seja o momento de simplesmente dizermos que ‘carnaval é carnaval...’. Por isso, que soem os tambores! Evohé! Evohé!

³²⁶ DUARTE, 1995:24.

Antes que chegue a Quarta-feira de Cinzas...

A secção que se inicia contempla as funções convencionalmente denominadas de ‘conclusão’ ou ‘considerações finais’, na medida em que projeta uma espécie de reflexão geral acerca do conteúdo exposto. Assim como na introdução desse trabalho, gostaria de tecer um tom mais opinativo nessas poucas páginas, o que acaba por gerar as inevitáveis flexões verbais na primeira pessoa. Reconheço a grande importância desse momento, cujas funções básicas de se colocar um ‘ponto final’ mostram-se por demais necessárias; caso contrário, as divagações continuariam indefinidamente, sem um estabelecimento nítido dos limites da presente dissertação. Não pretendo ser enfadonho, mas com relação aos termos aventados na primeira frase, importa ressaltar que o ato de concluir não deve se fechar em si mesmo, já que o ideal consiste em deixar as análises abertas às novas leituras. Além disso, a expressão ‘considerações finais’ pode transmitir a impressão de que o mesmo agrega as últimas palavras de uma seqüência linear; longe disso, afinal, se algum leitor resolver começar a leitura por essa parte? Dessa forma, espero conferir um teor mais globalizante ao presente trecho, atentando-se para a peculiaridade de finalizar com palavras que também poderiam formar a nota de abertura da minha pesquisa.

No que toca às potencialidades do subtítulo aventado para essa parte, cumpre assinalar que a Quarta-feira de Cinzas possibilita inúmeros tipos de apropriações, assim como a festa carnavalesca. Se para os foliões mais animados a data representa a tristeza pelo fim dos dias de folia, para outros simboliza o fim dos inconvenientes que tanto os incomodam. Além de funcionar como um importante marco para o período de jejuns dos cristãos, já se tornou um jargão nas terras brasileiras afirmar que os anos só começam depois do carnaval. Em meio a esses e outros ricos significados, a presente dissertação interpreta as Cinzas como uma ocasião oportuna para se fazer um balanço geral - semelhante às ações de um carnavalesco

que se recorda do que ‘aprontou’ nos dias gordos -, o qual permeará parte da estrutura argumentativa construída. Por outro lado, o alerta delineado através das palavras “antes que chegue” representa meu desejo pessoal em visualizar que os carnavais de rua belo-horizontinos, sejam aqueles das temporalidades passadas ou os da atualidade, continuem (re)vigorando nos estudos acadêmicos, bem como nas próprias vivências cotidianas do contexto contemporâneo – não obstante ao clima nada animador dos últimos carnavais de Belo Horizonte. Enfim, há uma clara vontade de ‘eternizar’ (no bom sentido da palavra) a festividade carnavalesca enquanto instância rica de significantes, uma vez que as dimensões dos folguedos mostram-se continuamente múltiplas, plurais e polifônicas.

Já que divagamos a respeito dos possíveis significados que um simples título pode suscitar, nada melhor do que atentar para aquele que intitula esse estudo. Apesar dessa função metalingüística não ser algo muito necessário, haja vista que os títulos apresentam-se em geral como passíveis de diferentes apropriações, considero válidas as exposições de algumas intencionalidades por mim adotadas. Procuo valorizar os jogos de palavras, mesmo que esses caiam por vezes em já conhecidos trocadilhos; considero a nossa língua portuguesa bastante rica de variantes, característica esta que nos permite um mergulho profundo nas formas e nos conteúdos das construções lingüísticas. Ademais, reitero as concepções interpretativas que enxergam nos nomes das diversas obras – sejam acadêmicas, literárias, visuais, dentre outros tipos – espécies de sínteses referencias das suas respectivas propostas ao público destinatário. Em outros termos, as palavras que inauguram determinado trabalho funcionam como ‘cartões de visitas’, os quais convidam os interessados a percorrerem caminhos sinuosos e instigantes pelos universos representados.

A minha primeira preocupação residiu na tentativa de se ampliar os sentidos emanados pelo título; para isso, procurei flexionar todos os topônimos no plural³²⁷, já que tal procedimento traz consigo mesmo um poder de abrangência inestimável. Não que houvesse a idéia de abarcar a totalidade do fenômeno carnavalesco belo-horizontino, muito pelo contrário, o objetivo consistiu em lançar olhares para flagrantes dessa manifestação sócio-cultural que aglutinava aspectos significativos da cidade: atrelados aos próprios cotidianos dos cidadãos, os carnavais de rua eram momentos em que se visualizavam e vivenciavam os conflitos, os acordos, as negociações, os embates e as tensões entre os diferentes indivíduos e grupos sociais. Com relação à primeira palavra do título desse estudo, materializada sob a forma de “glórias”, a mesma pode significar sucessos, reconhecimentos e vitórias em um contexto específico. E eram justamente esses tipos de resultados almejados pelas sociedades carnavalescas belo-horizontinas, as quais foram mais bem focalizadas no segundo capítulo da dissertação: os louros da vitória viriam coroar aqueles desfiles que fossem considerados luxuosos, racionais e requintados, condizentes com a modernização de Belo Horizonte. Entretanto, tais expectativas também fizeram parte dos anseios das outras formas de se brincar os carnavais; mesmo que de uma maneira não-deliberada e bem diferente, é inegável reconhecer que os anônimos foliões buscavam as suas “glórias” perante a população da capital mineira. Em suma, ansiavam pelas legitimidades dos processos de reconhecimento enquanto cidadãos políticos: ao bradarem suas visões de mundo durante os folguedos, esses sujeitos históricos ‘glorificaram’ seus próprios atos no cotidiano da cidade.

Os outros três topônimos seguem a mesma tendência plural aventada no parágrafo anterior. As “conquistas” interligam-se de sobremaneira às práticas culturais tecidas pelos carnavalescos belo-horizontinos, independentemente se consistiam em atitudes individuais ou

³²⁷ Mais precisamente, as palavras escolhidas para compor o título foram “glórias, conquistas, perdas e disputas”.

coletivos: tanto o carnaval ‘autorizado’ como aquele mais ‘subversivo’ conseguiram alentar os sonhos de ocuparem vivamente as ruas do centro da capital. Tais espaços públicos que, de acordo com os planos dos construtores no limiar do século XIX eram vistos como meros locais de circulações, passaram a ser concebidos enquanto arenas de sociabilidade. Enfim, uma conquista que se realizou tanto no plano físico como também nas esferas simbólicas do cotidiano da época. Quanto às “perdas” emblemáticas no título principal, interessa percebê-las como circunstâncias desse longo processo de pequenas vitórias; isso porque os carnavais não se mostraram como expressões sempre triunfantes, haja vista que os mesmos foram também derrotados pelo costumeiro ‘marasmo’ de Belo Horizonte, pelos discursos moralistas de alguns agrupamentos citadinos, pelos simples habitantes que não se empolgavam com esses tipos de festas. Por fim as “disputas” encenam as letras inaugurais da dissertação, na medida em que permeiam de sobremaneira a construção do argumento dessa pesquisa: ao envolverem participantes tão heterogêneos em suas próprias dinâmicas, os conflitos emergiam como ícones singulares do cotidiano festivo da capital mineira. As mensagens sociais, políticas e outras sátiras disputavam as preferências do grande público que prestigiava as agitações das ruas públicas; profundamente interligadas ao dia-a-dia dos belo-horizontinos, as críticas carnavalescas expunham as desigualdades de uma sociedade que demoravam a se anularem.

Transpondo as reflexões para a segunda parte do título, urge reconhecer que a mesma metaforiza a notável pluralidade de formas e conteúdos que os carnavais belo-horizontinos fomentavam. As “muitas máscaras” assumem todo o caráter mágico e misterioso das festas, dotando estas últimas de múltiplas facetas; nessa medida, os folguedos de Belo Horizonte mostravam-se alinhados a essas perspectivas, uma vez que assumiram características tidas inicialmente como imprevisíveis para a capital modernizadora. Compartilhavam-se, portanto,

sentidos plenos de (re)invenções do cotidiano. A título de um pequeno parêntesis, gostaria de reforçar a concepção de que o carnaval não consiste em um fenômeno que rompe simplesmente com o viver diário; em linhas gerais, defendo a prerrogativa de que a experiência festiva acaba sendo algo ‘diferente’, porém a mesma permanece ligada aos conflitos, embates, tensões, violências e acordos tecidos no dia-a-dia. Particularmente, enxergo o meu objeto de estudo como um sagaz mascarado que não se enquadra em análises rígidas: a todo o momento ele me diverte, faz-me rir no silêncio dos arquivos, instiga a minha imaginação quando me sento solitário à frente do computador para escrever...

Realizadas essas colocações gerais, sinto a liberdade de afirmar que outros enredos seriam possíveis para as histórias dos carnavais belo-horizontinos entre os anos de 1899 e 1936. O presente estudo que ora se encerra – ou que se inicia, dependendo da iniciativa adotada pelo leitor – possui as mais variadas tipologias de limites, a começar pelos meus olhares ‘míopes’ e ‘viciados’ ao longo do transcurso da pesquisa. O recorte temporal em si mesmo já é uma escolha subjetiva, cujas lacunas das outras temporalidades podem, em contrapartida, estimular novos projetos – quem sabe um outro pesquisador se enverede pelas festas carnavalescas de Belo Horizonte a partir dos anos 40 ou faça uma nova releitura do contexto histórico aqui apreendido. As fontes inventariadas também se mostram passíveis de diferentes problematizações, isso sem mencionar aquelas que foram descartadas ou ignoradas pelo meu crivo; ademais, existem fragmentos do passado perdidos para sempre no esquecimento, cujas peculiaridades jamais serão apreendidas por nós contemporâneos. Em todo caso, a minha missão já estaria cumprida se ao menos alguém que venha a ler esse trabalho mostrasse certo interesse, seja discordando, indagando, refletindo, acrescentando, desconstruindo... Enfim, posso assegurar que se houver esse diálogo (mesmo que imaginário),

eu pularia de felicidade, assim como um alegre folião, não importando se o dia fosse até mesmo uma cinzenta e chuvosa Quarta-feira de Cinzas...

Fontes e bibliografia:

I – Manuscritos:

DICIONÁRIO temático elaborado por Abílio Barreto entre os anos de 1894 a 1946, p. 275-281, s/d. Arquivo Privado Abílio Barreto, MHAB, secção Produção Intelectual, armário 01, caixa 009, pasta 001.

DISCURSO pronunciado no *Club Matakins* em Belo Horizonte, quando da reabertura do mesmo no ano de 1936. Arquivo Privado Abílio Barreto, MHAB, secção Produção Intelectual, 1/004a, armário 01, caixa 007, pasta 004a.

NOTAS sobre acontecimentos diversos datados entre os anos de 1898 a 1904. Arquivo Privado Abílio Barreto, MHAB, secção Produção Intelectual, 7/072, armário 01, caixas 21-26, pasta 056.

NOTAS sobre ocorrências policiais datadas entre os anos de 1891 a 1940. Arquivo Privado Abílio Barreto, MHAB, secção Produção Intelectual, 7/128, armário 01, caixas 23-28, pasta 091.

RELATÓRIOS da Secretaria de Polícia de Minas Gerais compreendendo os anos de 1898, 1900, 1901, 1902, 1903, 1905, 1907, 1908, 1918 e 1922. APM, Fundo Polícia 08, estante 05A, caixa 02.

TEXTOS diversos sobre o carnaval em Belo Horizonte, s/d. Arquivo Privado Abílio Barreto, MHAB, secção Produção Intelectual, 4/026, armário 01, caixa 013, pasta 026.

TEXTOS sobre o surgimento das primeiras sociedades recreativas da capital: *Club das Violetas* e *Club Rose*, s/d. Arquivo Privado Abílio Barreto, MHAB, secção Produção Intelectual, 4/018, armário 01, caixa 013, pasta 018.

II – Microfilmes:

ESTATUTOS do *Club das Violetas*. Cidade de Minas: Tipografia Beltrão, 1898.

ESTATUTOS do *Club Esperança*, datados de 03/01/1915. APM, Fundo Polícia 08, estante 05A, caixa 02.

ESTATUTOS do *Club Horizontino*, datados de 19/12/1920. APM, Fundo Polícia 08, estante 05A, caixa 02.

ESTATUTOS do *Club Matakins*, datados de 03/03/1920. APM, Fundo Polícia 08, estante 05A, caixa 02.

ESTATUTOS do *Club Recreativo Esmeraldino de Bello Horizonte*, datados de 05/12/1914. APM, Fundo Polícia 08, estante 05A, caixa 02.

III – Legislação:

1. Coleção Legislação Municipal Impressa (1891-2004) - APCBH:

Decretos municipais: números (datas correspondentes):

010 (24/06/1925), 030 (08/07/1935), 062 (11/12/1935), 065 (28/12/1935), 143 (15/07/1932), 163 (29/04/1933) e 198 (30/03/1935).

Leis municipais: números (datas correspondentes):

032 (23/10/1908), 053 (30/09/1911), 054 (05/02/1912), 058 (14/10/1912), 073 (06/02/1914), 090 (08/02/1915), 108 (22/02/1916), 191 (04/10/1920), 217 (13/04/1922), 231 (16/10/1922), 238 (17/10/1922), 263 (08/10/1923), 275 (07/04/1924), 297 (31/10/1925), 8921 (27/07/2004).

2. Coletânea de Posturas Municipais (publicada em julho de 1956) - APCBH:

Organizada pelo funcionário municipal Salvador Martins Rubim, quando da administração do prefeito Celso Mello de Azevedo. As posturas, porém, referem-se às três primeiras décadas do século XX.

IV – Historiadores-memorialistas:

BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva – história antiga e história média*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

_____. *Resumo histórico de Belo Horizonte (1701-1947)*. Imprensa Oficial: Belo Horizonte, 1950.

LIMA, Benvindo. *Canteiro de Saudades: pequena história contemporânea de Belo Horizonte (1910-1950)*. Belo Horizonte: CL Assessoria em Comunicação, 1996.

V – Jornais e revistas:

1. Jornais diários, mensais e semanais:

A Bulgarinha (Belo Horizonte), 1931.

A Capital (Belo Horizonte), 1913.

A Epocha (Belo Horizonte), 1909.

A Floresta (Belo Horizonte), 1914.

A Gazeta (Belo Horizonte), 1904.

A Notícia (Belo Horizonte), 1913, 1920.

Actualidade (Belo Horizonte), 1906.

Correio da Tarde (Belo Horizonte), 1917.

Diário da Manhã (Belo Horizonte), 1927.

Diário de Minas (Belo Horizonte), 1899.

Diário de Minas (Belo Horizonte), 1900.

Diário de Notícias (Belo Horizonte), 1909, 1922.

Diário do Povo (Belo Horizonte), 1907.

Jornal de Minas (Belo Horizonte), 1918.

Jornal do Povo (Belo Horizonte), 1900.

O Alfinete (Belo Horizonte), 1907.

O Echo (Belo Horizonte), 1921.

O Labor (Belo Horizonte), 1905.

O Prelúdio (Belo Horizonte), 1907.

Sino de São José (Belo Horizonte), 1920.

2. Órgão Oficial dos Poderes do Estado de Minas Gerais:

Minas Gerais (Belo Horizonte), 1898 a 1930.

3. Jornais carnavalescos:

Arlequim (Belo Horizonte), 1925.

Carrega! (Belo Horizonte), 1925.

Fenianos (Belo Horizonte), 1921.

Matakins (Belo Horizonte), 1909, 1911, 1912, 1919 e 1920.

O Carnaval (Belo Horizonte), 1926.

O Chicote (Belo Horizonte), 1916.

O Gato Preto (Belo Horizonte), 1929.

O Momo (Belo Horizonte), 1913.

O Pierrot (Belo Horizonte), 1923.

O Pirolito (Belo Horizonte), 1929.

O Progressista (Belo Horizonte), 1906, 1908 e 1913.

Tenentes do Diabo (Belo Horizonte), 1915, 1916, 1919, 1922, 1923 e 1924.

Vae Quebra! (Belo Horizonte), 1927.

Yayá, me deixa... (Belo Horizonte), 1914.

4. Revistas carnavalescas:

Carnaval (Belo Horizonte), 1922, 1923, 1924 e 1928.

Revista Carnavalesca (Belo Horizonte), 1928 e 1929.

5. Jornais e revistas contemporâneos:

Diário da Tarde (Belo Horizonte), 2000.

Estado de Minas (Belo Horizonte), 2000, 2001, 2005, 2006.

Hoje em Dia (Belo Horizonte), 2006.

O Tempo (Belo Horizonte), 2000, 2001, 2006.

Revista Nossa História (São Paulo), Ano 2, nº 16, fevereiro de 2005.

VI – Artigos, Dissertações, Teses e Livros:

ABREU, Martha Campos. *O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. *Algazarra nas ruas: comemorações da independência na Bahia (1899-1923)*. Campinas: Ed. Unicamp, 1999.

ANDRADE, Rodrigo Ferreira & MAGALHÃES, Beatriz de Almeida. *Belo Horizonte: um espaço para a República*. Belo Horizonte: UFMG, 1989.

ARAÚJO, Maria Marta Martins de. A vida nos subúrbios: memórias de uma outra Belo Horizonte. *Cadernos de História*. Belo Horizonte: PUC Minas, v.2, n.3, p.50-56, outubro 1997.

ARAÚJO, Patrícia Vargas Lopes de. *Folganças populares: festejos de entrudo e carnaval em Minas Gerais no século XIX*. Dissertação de Mestrado, Departamento de História. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2000.

AZZI, Riolando. O início da Restauração Católica em Minas Gerais: 1920-1930. *Síntese Política Econômica Social*. São Paulo: Edições Loyola, volume 5, número 14, set/dez, p.65-91, 1978.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo/Brasília: Hucitec/Editora da UnB, 1999.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX & SIRINELLI (Orgs.) *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. Nas ruas, os caminhos da cidade. *Cadernos de História de São Paulo*. São Paulo: s/e, n.2, p.27-38, janeiro / dezembro 1993.

_____. (org.) *Imagens de cidade (séculos XIX e XX)*. São Paulo: Marco Zero, 1993.

BRETAS, Marcos. *A ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro (1907-1930)*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: Unesp, 2002.

_____. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CANCLINI, Nestor. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 1997.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTRO, Maria Ceres Pimenta Spínola Castro [et al.] *Folhas do tempo: imprensa e cotidiano em Belo Horizonte (1895-1926)*. Belo Horizonte: UFMG; Associação Mineira de Imprensa; Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 1997.

_____. Efêmeros e permanentes: os ardis da memória da imprensa de Belo Horizonte. IN: LINHARES, Joaquim Nabuco. *Itinerário da Imprensa de Belo Horizonte (1895-1954)*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

CERTEAU, Michel de & JULIA, Dominique. A beleza do morto: o conceito de cultura popular. In: REVEL, Jacques. *A invenção da sociedade*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Editora Vozes, volume 1, 1994.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHAMON, Carla Simone. *Festejos Imperiais: festas cívicas em Minas Gerais (1815-1845)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

CHARTIER, Roger. Cultura Popular: revisitando um conceito historiográfico. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: s/e, volume.8, n.16, p.179-192, 1995.

_____. *História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

CHAUÍ, Marilena. *Seminários: o nacional e o popular na cultural brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CHIAVARI, Maria Pace. As transformações urbanas do século XIX. In: BRENNNA, Giovana Rosso Del (Org.). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão II*. Rio de Janeiro: Index, 1985.

CHOAY, Françoise. A natureza urbanizada, a invenção dos 'espaços verdes'. *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP, n.18, p.103-106, maio 1999.

_____. O reino do urbano e a morte da cidade. *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP, n.18, p.67-89, maio 1999.

_____. Introdução. BRESCIANI, Maria Stella Martins (org.) *Imagens de cidade* (séculos XIX e XX). São Paulo: Marco Zero, 1993.

CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.). *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de História Social da Cultura*. Campinas: Editora da Unicamp/Cecult, 2002.

_____. De historiadoras, brasileiras e escandinavas: loucuras, folias e relações de gênero no Brasil (século XIX e início do XX). *Tempo*. Rio de Janeiro: UFF, n.5, p.181-215, 1998.

_____. *Ecos da folia: uma história do carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. Folcloristas e historiadores no Brasil: pontos para um debate. *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP, n.16, p.167-76, fevereiro de 1998.

DUARTE, Regina Horta. *Noites circenses: espetáculos de circo e de teatro em Minas Gerais no século XIX*. Campinas: Ed. Unicamp, 1995.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas (Org.) *BH: horizontes históricos*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996.

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

ESTANISLAU, Lúcia Avelar. Belo Horizonte: tempo, espaço e memória. *Cadernos de História*. v.2, n.3, p.25-28, outubro 1997.

- FERREIRA, Sérgio Luiz. *O banho de mar na ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora das Águas, 1998.
- FOLLIS, Fransérgio. *Modernização urbana na 'belle époque' paulista*. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002.
- FRANÇA, Vera Veiga. *Jornalismo e vida social: a história amena de um jornal mineiro*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- GIDDENS, Anthony. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- GONÇALVES, Renata de Sá. *Os ranchos pedem passagem: o carnaval no Rio de Janeiro do começo do século XIX*. Dissertação de Mestrado em Sociologia e Antropologia, Departamento de Antropologia. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGSA, 2003.
- GROSSI, Yonne de Souza. Belo Horizonte: qual *polis*? *Cadernos de História*. Belo Horizonte: PUC Minas, v.2, n.3, p.12-24, outubro 1997.
- GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. Festa, trabalho e cotidiano. In: JANCÓSÓ, István & KANTOR, Íris. *Festa: cultura & sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Edusp, volumes I e II, 2001.
- GUIMARÃES, Berenice Martins. *Cafuas, barracos e barracões: Belo Horizonte, cidade planejada*. Tese de Doutorado em Sociologia, Departamento de Sociologia. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1991.
- _____. A concepção e o projeto de Belo Horizonte: a utopia de Aarão Reis. In: RIBEIRO, Luiz César & PECHMAN, Robert (Orgs.). *Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

- HEERS, Jacques. *Festas de loucos e carnavais*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1987.
- HENRIQUES, Rita de Cássia Chagas. A razão moldando o cidadão: estratégias de política higienista e espaço urbano disciplinar – Belo Horizonte (1907-1908). *Cadernos de História*. Belo Horizonte: PUC Minas, v.2, n.3, p.57-63, outubro 1997.
- HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- JANCSÓ, István & KANTOR, Íris. *Festa: cultura & sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Edusp, volumes I e II, 2001.
- JULIÃO, Letícia. Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920). In: DUTRA, Eliana Regina de Freitas (Org.) *BH: horizontes históricos*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996.
- LADURIE, Emmanuel Le Roy. *O carnaval de Romans: da Candelária à Quarta-feira de Cinzas (1579-1580)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- LAZZARI, Alexandre. *Coisas para o povo não fazer: carnaval em Porto Alegre (1870-1915)*. Campinas: Editora da Unicamp/Cecult, 2001.
- _____ Momo decaído: a imprensa e a tradição perdida do carnaval porto-alegrense no fim do século XIX. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.). *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de História Social da Cultura*. Campinas: Editora da Unicamp/Cecult, 2002.
- LE GOFF, Jacques. A história do cotidiano. In: LE GOFF, Jacques. *História e Nova História*. Lisboa: Teorema, 1986.
- LE VEN, Michel. *Classes sociais e poder político na formação espacial de Belo Horizonte (1893-1914)*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Departamento de Ciência Política. Belo Horizonte: FAFICH / UFMG, 1977.
- LEMAGNY, Jean-Claude. Metamorfoses dos olhares fotográficos sobre a cidade. *Projeto História*. Belo Horizonte: PUC Minas, n.18, p.115-120, maio 1999.
- LEPETIT, Bernand. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Edusp, 2001.

- LINHARES, Joaquim Nabuco. *Itinerário da Imprensa de Belo Horizonte (1895-1954)*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.
- MAIA, Andréa Casa Nova. O novo flâneur das cidades do século XX: culturas híbridas do espaço urbano belo-horizontino. *Varia História*. Belo Horizonte: UFMG, n.18, p.135-149, setembro 1997.
- MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002.
- MATOS, Maria Izilda Santos de Matos. Cotidiano e cidade. In: *Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho*. São Paulo: EDUSC, 2002, p.13-43.
- MATTA, Roberto da. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- _____. O carnaval como rito de passagem. In: *Ensaaios de Antropologia Estrutural*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- MELLO, Ciro Flávio Bandeira de. A noiva do trabalho: uma capital para a República. In: DUTRA, Eliana Regina de Freitas (Org.) *BH: horizontes históricos*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996.
- MELUCCI, Alberto. *Challenging Codes: Collective action in the information age*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- MONDENARD, Anne de. A emergência de um novo olhar sobre a cidade: as fotografias urbanas de 1870 a 1918. *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP, n.18, p. 107-113, maio 1999.
- MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo (Org.). *Belo Horizonte: espaços e tempos em construção*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, PBH, 1994.
- MOTTA, Marly Silva da. *O Rio de Janeiro: de cidade-capital a Estado da Guanabara*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A história política e o conceito de cultura política. *LPH Revista de História*. Ouro Preto: UFOP, n. 6, p. 83-91, 1996.

_____. *Em guarda contra o 'Perigo Vermelho': o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

MOUILLAUD, Maurice. *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997.

NEEDELL, Jeffrey. *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NUNES, José Horta. Espaço urbano: a 'rua' e o sentido público. In: ORLANDI, Eni. (Org.) *Cidade Atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano*. Campinas: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni. Tralhas e torços: o flagrante urbano. In: ORLANDI, Eni. (Org.) *Cidade Atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano*. Campinas: Pontes, 2001.

OZOUF, Mona. A festa sob a Revolução Francesa. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (Orgs.) *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

PALLAMIN, Vera M. (Org.) *Cidade e Cultura: esfera pública e transformação urbana*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

PENNA, Alícia Duarte. Belo Horizonte: um espaço infiel. *Varia História*. Belo Horizonte: UFMG, n.18, p.101-121, setembro 1997.

PEREIRA, Cristiana. Os senhores da alegria: a presença das mulheres nas Grandes Sociedades Carnavalescas cariocas em fins do século XIX. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.). *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de História Social da Cultura*. Campinas: Editora da Unicamp/Cecult, 2002.

PEREIRA, Elisabeth Guerra Parreiras Baptista & XAVIER, Herbe. Imagens da Belo Horizonte de Pedro Nava. *Caderno História*. Belo Horizonte: PUC Minas, v.2, n.3, p.86-100, outubro 1997.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. E o Rio dançou: identidades e tensões nos clubes recreativos cariocas (1912-1922). In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.). *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de História Social da Cultura*. Campinas: Editora da Unicamp/Cecult, 2002.

_____. *O carnaval das letras*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1994.

_____. Sobre confetes, chuteiras e cadáveres: a massificação cultural no Rio de Janeiro de Lima Barreto. *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP, n.14, p.231-41, fevereiro 1997.

PESAVENTO, Sandra. Entre práticas e representações: a cidade do possível e a cidade do desejo. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz & PECHMAN, Robert (Orgs.) *Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

_____. *Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

PIMENTEL, Thaís Velloso Cougo. Belo Horizonte ou o estigma da cidade moderna. *Varia História*. Belo Horizonte: UFMG, n.18, p.61-66, setembro 1997.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Carnaval brasileiro: o vivido e o mito*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

_____. Carnaval Brasileiro: da origem européia ao símbolo nacional. *Ciência e Cultura*. São Paulo: USP, n. 39(8), p. 717-729, 1987.

_____. No Brasil, bailes de carnaval: espelho, espelho meu, haverá festa mais louca do que eu? *Ciência e Cultura*. São Paulo: USP, n. 38(5), p. 789-809, 1986.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

REIS, José João. Tambores e temores: a festa negra na Bahia na primeira metade do século XIX. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.). *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de História Social da Cultura*. Campinas: Editora da Unicamp/Cecult, 2002.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Transferências, empréstimos e traduções do urbanismo no Brasil. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz & PECHMAN, Robert (Orgs.) *Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

RONCAYOLO, Marcel. Mutações do espaço urbano: a nova estrutura da Paris Haussmanniana. *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP, n.18, p. 91-96, maio 1999.

SANTOS, Fábio Augusto de Oliveira. *Uma festa e suas máscaras: carnavais populares no Rio de Janeiro (1888 -1923)*. Dissertação de Mestrado, Departamento de História. Assis: Unesp, 2000.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2002.

SEBE, José Carlos. *Carnaval, carnavais*. São Paulo: Ática, 1986.

SALGUEIRO, Helena. In: LEPETIT, Bernand. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Edusp, 2001.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu estático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frenéticos anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, Regina Helena Alves da. *A Cidade de Minas*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Ciência Política. Belo Horizonte: FAFICH / UFMG, 1991.

_____. Belo Horizonte: o que marca sua singularidade. In: ARRUDA, Rogério Pereira de. (Org.) *Álbum de Bello Horizonte* (edição fac-similar com estudos críticos). Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. *Cenas de um Belo Horizonte*. Belo Horizonte: PBH, 1996.

_____. (Coord.). *O Legislativo e a Cidade: domínios da construção do espaço público*. Belo Horizonte: CMBH, 1998.

SILVA, Zélia Lopes da. O carnaval dos anos 30 em São Paulo e no Rio de Janeiro: de festa de elite a “brincadeira popular”. *História*. Assis: UNESP, n.16, p.185-204, 1997.

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. As ruas e as cidades. *Caderno História*. Belo Horizonte: PUC Minas, v.2, n.3, p.29-35, outubro 1997.

SOIHET, Rachel. *A subversão pelo riso: estudos sobre o carnaval carioca da `belle époque` ao tempo de Vargas*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.

_____. Reflexões sobre o carnaval na historiografia: algumas abordagens. *Tempo*. Rio de Janeiro: UFF, n.7, p.169-188, julho 1999.

SOUZA, Marco Antônio de. A República dos desvalidos e a nova capital de Minas. In: PAIVA, Eduardo França (Org.) *Belo Horizonte: histórias de uma cidade centenária*. Belo Horizonte: Faculdades Integradas Newton Paiva, 1997.

TEIXEIRA, Clotildes Avellar. *Pernas pro ar que ninguém é de ferro!!!* Lembranças da banda. Belo Horizonte: Historiaarte, 2005.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TINHORÃO, José Ramos. *A imprensa carnavalesca no Brasil: um panorama da linguagem cômica*. São Paulo: Hedra, 2000.

VAINFAS, Ronaldo. *Os protagonistas anônimos da história: micro-história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VELLOSO, Mônica. *A cultura nas ruas no Rio de Janeiro: mediações, linguagens e espaço (1900-1930)*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2004.

_____. Cidades... (Resenha) *Tempo*. Rio de Janeiro: UFF, n.9, p.185-189, 1999.

_____. *Modernismo no Rio de Janeiro: turunas e quixotes*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

VIANNA, Hermano. *O mistério do samba*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.

VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)